

WANIA ALEXANDRINO VIANA

# **GENTE DE GUERRA, FRONTEIRA E SERTÃO:**

Índios e Soldados na Capitania do Pará  
(Primeira Metade do Século XVIII)



# **GENTE DE GUERRA, FRONTEIRA E SERTÃO:**

.....  
Índios e Soldados na Capitania do Pará  
(Primeira Metade do Século XVIII)



### **Comissão Científica:**

Casimira Grandi (Università di Trento – Itália)

Chantal Cramoussel ( Universidad de Guadalajara – México)

João dos Santos Ramalho Cosme (Universidade de Lisboa – Portugal)

Mark Harris (University of Saint Andrews – Escócia)

José Luis Ruiz-Peinado Alonso (Universitat de Barcelona – Espanha)

Oscar de la Torre (University of North Carolina – Estados Unidos)

Maria Luiza Ugarte (Universidade Federal do Amazonas)

Luis Eduardo Aragón Vaca (Universidade Federal do Pará)

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Universidade Federal do Pará)

Érico Silva Alves Muniz (Universidade Federal do Pará)

Clarice Nascimento de Melo (Universidade Federal do Pará)

Lígia Terezinha Lopes Simonian (Universidade Federal do Pará)

WANIA ALEXANDRINO VIANA

**GENTE DE GUERRA, FRONTEIRA E SERTÃO:**

.....  
Índios e Soldados na Capitania do Pará  
(Primeira Metade do Século XVIII)



2021

Copyright © 2021 Wania Alexandrino Viana  
1ª Edição

**Direção editorial:** José Roberto Marinho

**Revisão:** Fernando Paulo Neto

**Capa:** Fabrício Ribeiro

**Projeto gráfico e diagramação:** Fabrício Ribeiro

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Viana, Wania Alexandrino  
Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do  
Século XVIII) / Wania Alexandrino Viana. – São Paulo: Livraria da Física, 2021. – (Florestas ; 1)

Vários autores.  
ISBN 978-65-5563-141-8

1. Amazônia 2. Brasil - História 3. Capitania do Pará - Século 18 4. Indígenas 5. Militares - Brasil  
6. Soldados - Brasil I. Título II. Série.

21-82752

CDD-981.02

---

Índices para catálogo sistemático:  
1. Brasil : Capitânicas do Pará: Século 18: História 981.02

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida  
sejam quais forem os meios empregados sem a permissão da Editora.  
Aos infratores aplicam-se as sanções previstas nos artigos 102, 104, 106 e 107  
da Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998



Editora Livraria da Física  
[www.livrariadafisica.com.br](http://www.livrariadafisica.com.br)

---

## APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

---

Criado em 2004, o Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), tem construídos estudos sobre a Amazônia invariavelmente alinhados às tendências historiográficas nacionais e internacionais. Com um diversificado perfil do corpo docente, que também se observa nas linhas de investigação, o programa tem se tornado um espaço importante de contribuição e renovação historiográfica com produção significativa em que se inserem Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, relevantes nas suas temáticas e na articulação que estabelecem com os novos enfoques historiográficos.

A percepção mais ampla da Amazônia de florestas e cortadas por muitos cursos d'água que tornam à terra úmida e colabora na sua fertilização, mas que também permitem os deslocamentos e comunicações, exige um exercício de investigação e uma perspectiva de análise que valorize as experiências vividas nesta vasta região e as múltiplas conexões, fluxos e compulsões internas e externas, historicamente construídas. O caleidoscópico movimento das populações e a forças das instituições deram lugar a projeções de dramas e experiências sociais diversas e de complexidade em relevo, o que tem imprimido ao programa um caráter inovador e renovador, com novas, instigantes e necessárias abordagens.

Os livros que aqui apresentamos, neste ano de 2021, em que o programa completou 10 anos de criação do doutorado e 17 anos de existência, fazem parte da *Coleção Floresta*, vinculada ao IFCH, e são resultados dos trabalhos de professores e egressos do PPHIST. Revelam um promissor momento da pesquisa histórica na Amazônia abordando temas e temporalidades variadas que oferecem, como observaremos, novos aportes e novas interpretações sobre a Amazônia.

Um dos iniciais objetivos comuns destes livros, é o de mostrar as variedade e complexidades do espaço amazônico, seu passado histórico e os fatores condicionantes que se tem mantido vigente em sua atualidade, assim como as relações produzidas com a introdução de novos enfoques de estudos. Assim, se foi perfilado um espectro de temas relacionados com questões espaciais,

identitárias e de poder. Experiências comuns, valores partilhados e sentimentos de pertencimentos foram observados em ambientes condicionantes por relações de poder e medidos por espaços forjados na luta e dentro das práticas que o configuram e o reproduz. A Amazônia se revela nestes estudos como espaço modelar em que os agentes que o operam socialmente, constroem percepções, representações e estratégias de intervenção em diferentes temporalidades.

Tais trabalhos de pesquisa, sem dúvida, constituem contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação com o passado e demandas presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social em contexto amazônico e suas conexões. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais. Como apontado, percorrem searas das mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, pensar as ações de domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, assim como revelar práticas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento e outras já concluídas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais que apenas um programa consolidado poderia construir. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo de que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Aproveitamos para registrar os nossos cumprimentos e agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro para publicação, o que expressa o compromisso com o desenvolvimento da pesquisa e a formação superior no Brasil e na Amazônia. Estendemos os cumprimentos ao Programa de Pós-Graduação em História Social, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e a Universidade Federal do Pará pelo apoio institucional e envolvimento dos seus professores e técnicos na construção destas importantes obras bibliográficas.

Um bom exercício de leitura é o que inicialmente desejamos.

Fernando Arthur de Freitas Neves

*Diretor do IFCH*

Francivaldo Alves Nunes

*Coordenador do PPHIST*

*A meu pai, Antônio de Sousa Viana (in memoriam).  
Hoje você é eterno dentro de mim. Saudade infinita.  
À minha mãe, Maria do Carmo, meu amor sem fim.  
À minha doce e curiosa existência, filho João, vida  
da minha vida.*

*Ao meu companheiro da vida, Márcio Ramos.  
A todos os jovens da minha comunidade que olham  
o rio como um caminho, e a Universidade como uma  
porta de transformação social.*



---

## AGRADECIMENTOS

---

**E**ste livro é resultado da minha Tese de Doutorado defendida em 2019 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2020, este estudo, recebeu o Prêmio Capes de Tese, na área de História e a Menção Honrosa no 7º Prêmio ANPUH de Tese. Trata-se de um trabalho que retrata, sobretudo, os percursos de pesquisas realizadas ao longo da minha vida acadêmica. Um percurso difícil, com desafios comuns de trajetória acadêmica, somados a outros tantos, que decorrem da minha história de vida e lugar de pertença. Experiências que são vivenciadas por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, negros, mulheres, mães e tantos outros grupos sociais que se lançam na busca pela formação acadêmica no Brasil, para os quais os obstáculos são enormes.

Chegar a este ponto é principalmente reconhecer que só foi possível trilhar esse caminho graças a muitas pessoas que encontrei nessa minha destemida curiosidade para ver o que tinha além da minha ilha. Essas pessoas me apontaram uma direção, abriram meus caminhos, sustentaram minhas ações, possibilitaram a pesquisa, suavizaram a jornada, compartilharam conhecimento, dividiram trajetórias, caminharam ao meu lado, estiveram em algum ponto subsidiando o *meu seguir em frente*.

Em primeiro lugar, agradeço à força que alimenta minha alma. Que me traz equilíbrio emocional, que apruma minha existência. Aquela luz que traz os dons da ciência e da sabedoria. Agradeço ao que há de sagrado em mim pela presença concreta em todos os dias, e pelo alimento de coragem, esperança e persistência que não me faltou nenhum dia.

Agradeço ao meu pai, Antônio (*in memoriam*), a quem não pude abraçar ao final dessa trajetória acadêmica, mas que esteve junto a mim em todos os momentos naquilo que eu guardei de mais precioso de sua existência na minha vida. À minha mãe, Maria do Carmo, que sempre me incentivou a acreditar e seguir em frente. Às minhas irmãs Wanessa e Vaneise pela força, apoio e presença solidária e prestativa; meu irmão Wanderson pelo incentivo e pelas horas

de leveza proporcionadas pelos meus sobrinhos Gabriel e Pedro. Obrigada por tudo, meus amores!

Agradecimento especial ao meu companheiro, Márcio Ramos, que está ao meu lado em todos os momentos. Obrigada por toda sua dedicação ao João, nosso filho, por assumir as tarefas com ele e em casa, isso facilitou a condução da pesquisa e a escrita do trabalho. E, claro, agradeço a meu filho, desde o mes-trado quando descobri que ele estava a caminho, minha vida virou de ponta-cabeça, bagunçou minha rotina, mas potencializou minha vontade de seguir. Obrigada por ter sido tão paciente por entender minha ausência e as longas horas dedicadas ao estudo.

Ao professor Rafael Chambouleyron, meu orientador desde sempre. A pessoa que mais influenciou na minha trajetória acadêmica e na pesquisadora que me tornei. Nunca vou esquecer a sua generosidade, em me receber junto aos seus orientandos em grupo de pesquisa ainda na graduação. Durante toda minha trajetória acadêmica contei com sua valiosa contribuição. Obrigada por ter acreditado em mim e nas minhas propostas de pesquisa. Por compreender tão humanamente todos os percalços (e não foram poucos) da minha vida pessoal interferindo na pesquisa. Obrigada pelas cobranças, direcionamentos e leitura minuciosa e rigorosa. Sigo com esse inestimável exemplo de profissional e ser humano.

Aos professores Otaviano Vieira Junior e Mauro Cezar Coelho agradeço pelas contribuições à pesquisa no momento da qualificação da tese. A leitura atenta da proposta de estudo e as arguições pertinentes definiram grande parte das escolhas e caminhos da pesquisa.

Nesta altura agradeço também à professora Ângela Domingues por ter me recebido na Universidade de Lisboa e acompanhado minhas atividades de pesquisa junto aos arquivos portugueses. A sua orientação foi muito importante para a reflexão dos problemas deste estudo. Uma querida que marcou de forma muito positiva a minha trajetória acadêmica. Muito obrigada, professora.

Agradeço aos meus amigos pesquisadores de História colonial que tive a sorte de conhecer e conviver nas orientações e eventos e compartilhar angústias acadêmicas. Aqueles que fizeram as *Jornadas Coloniais* e que influenciaram positivamente as minhas escolhas acadêmicas. Assim como aos demais

colegas de Mestrado e Doutorado que se tornaram amigos e que agora levo para minha vida. Obrigada!

Quanto às Instituições. Em primeiro lugar agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa, mediante a bolsa de pesquisa. A importância do fomento à pesquisa só entende quem teve a vida transformada pela oportunidade de estudar. Manter as atividades de pesquisa, participação em eventos, compra de livros, alimentação para muitos só é possível mediante apoio financeiro de bolsas de pesquisa. Agradeço às políticas de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia no Brasil. Aos presidentes Lula e Dilma por aproximarem a Universidade de ribeirinhos (como eu), negros, indígenas, jovens da periferia e tantos outros. Foi graças a esse fomento que pude me manter na Universidade. São lamentáveis os ataques com cortes de recursos que a pesquisa tem sofrido no Brasil e desolador o tamanho do retrocesso que estamos assistindo.

A todos os funcionários das instituições em que realizei a pesquisa pela boa recepção e ajuda na compreensão do acervo documental. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar de Portugal, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Exército de Portugal, Departamento de Estudos Arqueológicos do Exército e Arquivo Histórico Ultramarino.

Um especial agradecimento aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Desde que cheguei a Belém esse espaço fez parte da minha vida. Agradeço à professora Magda Ricci, que, na condição de Diretora do APEP, em 2008, aceitou meu pedido para ser voluntária no Projeto de Sesmarias, lá pude afinar minha leitura dos documentos do século XVIII. Acrescenta-se também a oportunidade que tive como bolsista no Centro de Memória da Amazônia (CMA); vivenciei a seriedade da pesquisa e o cuidado com a documentação, experiência que contribuiu grandemente para minha formação. Agradeço ao professor Otaviano Vieira por esse aprendizado.

Agradeço ainda ao Grupo de Pesquisa HINDIA (História Indígena e do Indigenismo da Amazônia), coordenado pelos professores Marcio Couto Henrique e Karl Arenz. Esse grupo tem sido muito importante para compreender os conceitos e as perspectivas da História Indígena no Brasil e na Amazônia. Sobretudo, por agregar a questão indígena na Amazônia por diferentes perspectivas.

Portanto, este estudo é resultado de um percurso de pesquisa acadêmica que teve a colaboração de diversas pessoas e instituições. Nessa altura, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) da UFPA por financiar a publicação da Tese, que agora torna-se livro, ampliando a divulgação dos resultados das minhas pesquisas. Preciso destacar a oportunidade que tive de ingressar em uma Universidade Pública em um contexto de políticas públicas de interiorização da Universidade. Foi esse acesso que transformou minha história, mudou a minha vida. A Universidade pública, que hoje tenho a honra de fazer parte como professora, deve ser sempre defendida como um caminho certo de transformação social e promoção de conhecimento, ciência, pesquisa e promoção de cidadania.

# ÍNDICES

## Índice de quadros

<b>Quadro 1.</b> Regimentos e Alvarás – primeira fase da reforma militar (1623-1679) .....	57
<b>Quadro 2.</b> Regimentos e Alvarás – segunda fase da reforma militar (1708-1732) .....	62
<b>Quadro 3.</b> Regimentos e Alvarás – terceira fase da reforma militar (1754-1799) .....	66
<b>Quadro 4.</b> Regimentos de infantaria e artilharia de acordo com o plano de reestruturação da guarnição da cidade de Belém do Pará, 1750.....	94
<b>Quadro 5.</b> Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Pará (1726-1732) .....	102
<b>Quadro 6.</b> Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Maranhão (1730) .....	103
<b>Quadro 7.</b> Distribuição de soldados pago na Capitania do Pará (1730-1747) .....	107
<b>Quadro 8.</b> Distribuição de soldados pagos na Capitania do Maranhão (1737-1742) .....	108
<b>Quadro 9.</b> Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Pará (1730-1742) .....	202
<b>Quadro 10.</b> Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Maranhão (1737-1742) .....	202
<b>Quadro 11.</b> Canais de mobilização de gente para tropas militares no Pará (Primeira metade do século XVIII).....	220
<b>Quadro 12.</b> Mobilidade de Militares no Serviço Militar (1709-1750).....	248
<b>Quadro 13.</b> Mobilidade de Índios para atividades militares no Pará.....	259
<b>Quadro 14.</b> Patentes indígenas (1737-1749).....	321

## Índice de tabelas

**Tabela 1.** Gente de paga e de ordenança. Pará e Maranhão (1623-1747)... 85

**Tabela 2.** Número de gente nas ordenanças na capitania do Pará e capitania do Maranhão (1647-1747) ..... 120

## Índice de imagens

**Imagem 1.** Traçado de Di Giorgi Martine ..... 149

**Imagem 2.** Traçado abaluartado ..... 150

**Imagem 3.** Traçado Vauban..... 151

**Imagem 4.** Traçado Vauban..... 152

**Imagem 5.** Fortificação de Praça Regular..... 154

**Imagem 6.** Fortificação de Praça Irregular ..... 155

**Imagem 7.** Praça Forte de Mazagão (1541-1542)..... 159

**Imagem 8.** Baluarte segundo o Tratado *Methodo Lusitanico* ..... 160

**Imagens 9 e 10.** Estampas de Azevedo Fortes presente no *Engenheiro Portuguez*..... 163

**Imagem 11.** Casa Forte do Rio Araguari ..... 179

**Imagem 12.** Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém ...187

**Imagem 13.** Planta da fortaleza da barra do Pará..... 188

**Imagem 14.** Planta da Fortaleza da cidade do Pará..... 189

**Imagem 15.** Planta do Armazém da Pólvora..... 191

**Imagem 16.** Mapa de defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará ..... 193

**Imagens 17 e 18.** Mapa da Barra do Pará, 1793 ..... 195

**Imagem 19.** Planta da abertura de canal..... 200

**Imagem 20.** Mapa da Aldeia Majuri, 1728..... 306

## Índice de mapas

**Mapa 1.** Fortificações e rios ..... 177

---

# SUMÁRIO

---

**Prefácio** ..... 17

**Introdução** ..... 21

## **Parte I.**

### **“Do que Estava Pendente a Boa Administração do Governo”: Legislação, Companhias Militares e Fortificações**

**Capítulo 1. Militarização e poder em Portugal** ..... 37

1. Portugal e a guerra moderna ..... 39

2. A letra da Lei. Decretos, Regimentos, Alvarás ..... 56

3. Inovações Institucionais ..... 69

Conclusão ..... 75

**Capítulo 2. “E, que gente é que temos?” Companhias militares e soldados pagos no norte da América portuguesa** ..... 79

1. As Companhias Regulares ..... 82

2. As Companhias de Ordenança ..... 110

3. As Companhias Auxiliares ..... 124

Conclusão ..... 135

**Capítulo 3. Povoar e defender: as fortalezas do Grão-Pará** ..... 139

1. Casa Fortes, Fortalezas e Presídios: o problema das terminologias ..... 142

2. Fortificação à moderna: ciência, conhecimento e formação ..... 146

3. O “laboratório” das práticas: as fortificações e os engenheiros militares na capitania do Pará ..... 164

3.1. Das obras de fortificação e os desafios da construção na Amazônia... 165

3.2. O engenheiro e o desenho: as fortificações na capitania do Pará .....	178
Conclusão .....	204

## **Parte II.**

### **“Porque sem Eles se Não Há de se Defender”: Mobilização de Gente, Guerras e a Presença Indígena no Funcionamento Defensivo da Capitania do Pará.**

<b>Capítulo 4. Redes de mobilização militar na capitania do Pará.....</b>	<b>209</b>
1. As redes de mobilização militar no sertão.....	221
2. Redes de mobilização de soldados para defesa do Pará.....	236
3. Conexões e experiências de militares e índios.....	247
Conclusão.....	263

<b>Capítulo 5. Defesa luso-indígena: militares, indígenas e alianças na capitania do Pará.....</b>	<b>265</b>
1. A arte da guerra: algumas reflexões.....	267
2. Índios aliados nas tropas portuguesas e o avanço da fronteira da colonização.....	277
3. Os indígenas e a expansão das fronteiras coloniais.....	285
3.1. A Guerra do Cabo do Norte.....	285
3.2. A Guerra do Rio Negro.....	297
4. Razão das alianças: algumas reflexões.....	309
5. Além da guerra: prestação de serviços e mercês.....	314
Conclusão.....	330

<b>Considerações Finais .....</b>	<b>333</b>
<b>Fontes manuscritas.....</b>	<b>341</b>
<b>Fontes impressas .....</b>	<b>357</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>363</b>

---

## PREFÁCIO

---

A história deste livro, que se origina da premiada tese de Wania Alexandrino Viana, começa há uns 15 anos. Ainda na graduação, como aluna, na quase quadrisseccular cidade de Cametá, no campus do Tocantins da Universidade Federal do Pará, Wania Viana iniciou seus estudos sobre o recrutamento militar na capitania do Pará, durante a primeira metade do século XVIII. Naquele momento, Wania Viana estava interessada em compreender as formas compulsórias de alistamento da população pobre – indígena, branca e mestiça – que vivia ou que chegava à Amazônia (caso dos degredados), nas tropas de linha portuguesas. Ao mesmo tempo, estudou a vivência dessa diversidade de indivíduos nas fileiras do mal aparelhado exército português, não só nas fortalezas e fortins, lugares por excelência da presença militar, mas também, e principalmente, nas longas expedições fluviais aos sertões amazônicos, examinando a organização das jornadas e as tarefas de cada um, mas também os próprios transtornos que causavam a quem delas participava. Igualmente, nesse primeiro trabalho, terminado em 2009, tratou-se de compreender as inúmeras formas de resistência ao recrutamento e às agruras da vida militar na Amazônia colonial, o que incluía a deserção e os pedidos de baixa legitimados por diversas razões de ordem familiar ou econômica, revelando as várias redes de solidariedade construídas pelos soldados e seus familiares.

Essas questões foram aprofundadas na sua dissertação de mestrado, defendida em 2013 (publicada em 2016). De fato, a questão militar, de defesa, ou se quisermos, a “conservação” do antigo Estado do Maranhão e Pará se tornou um problema central para a coroa portuguesa, razão pela qual era tema recorrente nas correspondências trocadas entre as autoridades régias na conquista e a Corte. O lamentável estado das fortalezas, casas fortes, fortins e presídios e o insuficiente número de soldados e oficiais – cujos números, aliás, Wania Viana procura reconstruir a partir das fragmentadas fontes – eram queixas comuns dos governadores em suas cartas ao rei e aos conselhos. A própria condição de fronteira da capitania do Pará, que lindava com terras da França,

das Províncias Unidas e de Castela, fazia do problema da “militarização”, para usarmos as palavras da autora, um problema central da colonização portuguesa na região. Assim, Wania Viana procura compreender nesse trabalho de que maneira a coroa buscou equacionar o processo de militarização da capitania do Pará, por meio da compreensão das formas composição e mobilização da tropa paga, a quem coube preferencialmente, na região amazônica colonial, a função de defesa do território.

Ao longo desses anos (e dos últimos também), o trabalho de Wania Viana caracterizou-se por um impecável compromisso com a pesquisa, que as/os leitoras/es do presente livro, aliás, poderão verificar. Ao mesmo tempo, um profícuo diálogo com a bibliografia, por meio do qual ela procura dar sentido aos contextos mais gerais que significam os momentos que estuda. Por outro lado, permite inserir o seu trabalho nos debates historiográficos mais importantes para a compreensão da sua pesquisa. É notável que, desde o seu trabalho de graduação, Wania Viana tenha dialogado, inclusive criticamente, com a chamada “nova história militar”, o que ficará ainda mais claro neste livro, o que mostra o seu amadurecimento como pesquisadora ao longo de sua trajetória acadêmica. Percurso, aliás, que se beneficiou, ainda como discente de doutorado, da experiência docente numa universidade privada de Belém do Pará, depois no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, no campus de Breves, na Ilha do Marajó (onde pôde, de novo, tomar um excelente açaí, como o de sua comunidade), e, finalmente, na Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, onde hoje é professora. Apesar do trabalho extra que tudo isso significou, não temos a menor dúvida que a experiência docente, tanto no Ensino Básico quanto no Ensino Superior, foi fundamental para a formação da Wania Viana pesquisadora, cuja trajetória se consolida com a investigação do doutorado, realizada na Universidade Federal do Pará, com estágio sanduíche na Universidade de Lisboa, defendida em 2019 e que aqui se publica.

Na elaboração desta investigação, a autora partiu de uma constatação estruturante: a de que os modelos explicativos exclusivamente ancorados na atuação de tropas pagas – ou seja, em companhias regulares, auxiliares e ordenanças –, não eram suficientes para entender as estruturas militares que atuaram no Norte da América Portuguesa. A organização militar do Estado do Maranhão e Pará, para além de ser diferente das formas organizativas militares

encontradas no restante Brasil, e em outras partes do Império colonial português, caracterizava-se pela insuficiência de tropas pagas e pela ausência de tropas auxiliares.

Os caminhos que a Wania Viana escolheu seguir para estudar este problema não foram, seguramente, os mais fáceis e óbvios, embora tenham sido sempre desafiantes e motivadores. Implicaram um trabalho dedicado, metucioso e persistente nas instituições de memória portuguesas e brasileiras, bem como uma reflexão teórico-metodológica sólida e fundamentada, que põe em diálogo a história indígena com a nova história militar.

Assim, um dos desafios a que Wania Viana inteligentemente procurou dar resposta foi o de perceber que soluções tinham sido encontradas pela coroa e pelos governadores para resolver, de forma eficaz, estes problemas estruturais de fragilidade e inoperância sentidos pelos agentes da coroa e pelas populações coloniais em relação à defesa das fronteiras externas e à manutenção da ordem interna neste imenso território. A autora mostra claramente como a solução encontrada passou pela incorporação dos indígenas, considerados como elementos fundamentais na defesa e na expansão das fronteiras coloniais.

Parece-nos que este livro seguramente transmitirá aos leitores o entusiasmo e o envolvimento da sua autora pela compreensão profunda do que era a militarização e o sistema defensivo da capitania do Pará na primeira metade de setecentos. Certamente que chamará ainda a nossa atenção para aspetos que são inovadores quando comparados com outras análises realizadas em função de conceções mais tradicionais de história militar. De entre as propostas inovadoras que aqui são apresentadas, queremos destacar a originalidade do período cronológico e do tema enfocado, uma vez que parte significativa dos estudos da história militar da Amazónia colonial (alguns deles notáveis) optam por dirigir as suas análises para épocas posteriores, com destaque para as reformas pombalinas e a aplicação dos tratados de limites, ou para a integração das elites sociais paraenses nos altos postos militares. Seguidamente, salientamos o facto de a autora partir duma profunda compreensão das estruturas militares europeias e reinóis para entender, de forma integrada e dinâmica, como as forças políticas e governativas do Estado português se estruturaram na colónia através da óptica da militarização da capitania do Pará. E, finalmente, parece-nos importante evidenciar que, embora inserindo-se nas reflexões historiográficas que recentemente se têm dedicado a repensar as relações dos militares

com a governação e com a sociedade colonial, esta obra contribui igualmente para valorizar a participação dos povos indígenas em políticas e estratégias, em guerras e numa cultura militar que, por algum tempo, foram consideradas como sendo predominantemente europeias.

Ora, neste sentido, o livro é também uma contribuição notável para devolver aos indígenas o protagonismo que tiveram na organização militar, na construção territorial e na defesa da Amazónia portuguesa. E, conforme é eloquentemente explicado por Wania Viana nestas páginas, permite entender o seu envolvimento e participação numa arte da guerra que é “de todas as nações e sortes de gentes”: portugueses, indígenas, mestiços, africanos.

Este livro premiado pela CAPES e pela ANPUH é fruto de um longo caminho trilhado por uma excelente mulher pesquisadora, vinda de uma comunidade ribeirinha da Amazônia tocantina. Seu belíssimo trabalho permite compreender as múltiplas experiências daqueles que viveram no passado na complexa região amazônica, cuja história tem sido reescrita nas últimas décadas por jovens e brilhantes pesquisadoras como Wania Viana.

Belém – Lisboa  
Rafael Chambouleyron  
Ângela Domingues

---

## INTRODUÇÃO

---

**E**m 1747, Francisco Pedro Mendonça Gurjão, ao assumir o posto de governador e capitão-general do Estado Maranhão e Pará, descrevia como “lastimável” o estado dos aparatos defensivos que se encontrava a região. O governador julgava impossível defender tão dilatado território com tão poucos recursos de gente e dinheiro.<sup>1</sup>

Entre os problemas descritos, a partir de um parecer do engenheiro Carlos Varjão Rolim, estavam, por exemplo, as péssimas condições das fortalezas da Barra, Gurupá, Tapajós, Pauxis e Rio Negro; a ausência de “quartéis ou casas em que se recolham o cabo e soldados que ali assistem de guarnição”; problemas com as chuvas frequentes que demoliam com facilidade o reboco das suas muralhas e as estruturas defensivas. Além disso, a significativa falta de soldados “para o serviço ordinário de escoltas, e outras operações precisas”, sobretudo para diligências nas fronteiras e de guerra.<sup>2</sup>

A partir dessa descrição observam-se a precariedade da infraestrutura de defesa como fortalezas e fortes, a insuficiência de soldados para guarnecê-los e, ainda, as especificidades da região que, ao que parece, contribuíam para a deterioração mais rápida de fortalezas e fortins, além da disparidade existente entre uma vasta área e poucos aparatos de defesa.

Todavia, Mendonça Gurjão não foi o único a queixar-se dos problemas relativos à defesa. Avolumam-se, nas páginas da documentação colonial, correspondências levadas até o conhecimento da Coroa portuguesa, cujo teor eram os enormes obstáculos para operacionalizar a defesa da capitania do Pará. A incapacidade da gente disponível nas tropas para o atendimento defensivo de vasta área é um aspecto recorrente. Além disso, observa-se nessas missivas a relação entre defesa e “boa administração do governo”. Ora, proteger, vigiar e administrar os assuntos relacionados à defesa era atribuição dos governadores.

---

1 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

2 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

Portanto, tratava-se de uma questão das mais urgentes para esses sujeitos ligados à governança colonial.

Essas problemáticas, advertidas pelos governadores ao rei D. João V, foram as primeiras motivações para este estudo. Em parte, a constatação da fragilidade defensiva foi verificada nas pesquisas realizadas no Mestrado. Naquele momento, tratei do sistema defensivo da capitania do Pará a partir do estudo da *tropa paga* na primeira metade do século XVIII.<sup>3</sup> Essa era a força que por excelência ocupava-se da defesa; os sujeitos integrados nessas companhias recebiam soldo para dedicação exclusiva das armas. Ao final desse trajeto, constatei que esse sistema era inoperante. Eu havia realizado um investimento de pesquisa para o qual eu verificava que a principal questão ainda estava sem resposta. Nessa ocasião, debruçada sobre uma documentação gerada a partir da burocracia militar, a sistematização das fontes apontava dados alarmantes, já que entre 1710 e 1747, havia apenas cinco companhias regulares na capitania que somadas não atingiram o número de 340 soldados.<sup>4</sup>

Esses números e os relatos dos governadores atestam que a defesa da capitania não estava na *tropa paga* ou, pelo menos, não somente. Atesta-se um sistema defensivo frágil diante dos desafios de defesa, que, como sintetizou o governador Alexandre de Sousa Freire, em 1728, incluía expedições de descobrimentos em sertões “inundados de bárbaros”, “guarda das fortificações e casas fortes”, “vigilância de fronteiras”, atividades em “tropas de resgate e descimento”, “assistência aos missionários nas aldeias” e atuação nas “guerras contra índios hostis”.<sup>5</sup> Parecia evidente que aquele quantitativo de gente destinado à defesa da capitania era insuficiente para tantas atividades desenvolvidas em tão dilatado território.

Ou seja, o investimento de pesquisa realizado entre a *Graduação* e o *Mestrado* havia ampliado, ainda mais, as dúvidas sobre o sistema defensivo

3 VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2013.

4 Esses mapas e esses dados podem ser verificados nos seguintes documentos. *AHU*, Avulsos Pará: Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 1043; Cx. 12, D. 114; Cx. 19, D. 1776; Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804.

5 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

da capitania. Ora, havia incongruência entre os efetivos de tropas regulares oficiais disponíveis, com o território conquistado pela Coroa portuguesa em 1750, pelo menos tal qual definido pelo Tratado de Madri. Parecia claro, nessa altura, que, para compreender a defesa e domínio desses espaços, era necessário deslocar a atenção para além da força regular, que, em teoria, deveria ser a responsável por essas ações.

No âmbito da estrutura militar lusa, em casos que as companhias regulares não se mostrassem suficientes para as atividades de defesa, as tropas auxiliares ou milícias eram acionadas para dar socorro e auxílio. As companhias auxiliares foram constituídas em 1641 em Portugal; os sujeitos integrados nessa força não recebiam soldo pelo serviço prestado, mas tinham treinamentos militares regulares. Ora, parecia evidente que esse era o caso da capitania do Pará, visto que as companhias regulares se mostravam inoperantes. Ocorre que de todos os mapas e listas<sup>6</sup> consultados na pesquisa durante toda a primeira metade do século XVIII, não há referência ou listagem dessas companhias auxiliares.

Dessa constatação decorre a segunda motivação para esta pesquisa. Para o Estado do Brasil essa foi a solução viável para as exíguas tropas regulares. Em Pernambuco, por exemplo, as milícias de pardos e pretos foram criadas na ocasião da invasão holandesa no Nordeste açucareiro (1630-1654), sendo uma força imprescindível para a defesa nessa ocasião.<sup>7</sup> Na capitania de Minas Gerais, ainda na primeira metade do século XVIII, entre 1730-1763, verifica-se a atuação e utilidade de companhias de tropas de pardos e pretos.<sup>8</sup> No Rio

---

6 Mapas e Listas são um tipo documental em que há disposição numérica de soldados pagos, disponíveis nas companhias. Em alguns apresentam-se os nomes dos soldados e onde estavam destacados. Encontra-se nesses registros dados sobre as companhias regulares, em alguns há sobre as ordenanças e privilegiados. Esses Mapas estão dispersos em diversos arquivos, não se encontram reunidos em nenhum fundo ou série específicos, isso significa que a coleta deve ser realizada em diversos acervos para compor os dados para a primeira metade do século XVIII. Também não há regularidade ou padrão de registro. A elaboração de mapas e listas das companhias pagas existentes na colônia era uma das atribuições do governador, prevista em regimento. Esses documentos referem-se ao estado militar das capitanias.

7 SILVA, Luís Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul/dez 2013. Ver ainda do mesmo autor: “Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)”. *Revista Tempo*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2017.

8 COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*. V. 03. N. 06, out. /nov. de 2002. Ver ainda: COSTA, Ana Paula Pereira. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o

de Janeiro, por ocasião da ameaça francesa à Baía de Guanabara (1555-1665) há notícias também de corpos auxiliares de cor.<sup>9</sup> Além de milícias indígenas como, por exemplo, a atuação do principal Antônio Felipe Camarão, que foi importantíssimo para a defesa de Pernambuco.<sup>10</sup> Há, ainda, corpos de milícias formados por gente de cor, em outras partes do império português, como na África, Ásia e Ilhas Atlânticas.<sup>11</sup>

Como se verifica, estudos que se ocupam da defesa têm elaborado modelos explicativos que tratam do sistema defensivo vinculado a essas duas forças (regulares e auxiliares). Em caso de grande perturbação social, como ameaça estrangeira e guerras contra índios hostis, as companhias auxiliares foram, no caso do Brasil, a alternativa. Essa experiência, todavia, não explica a realidade militar do Estado do Maranhão e Pará. As Companhias Auxiliares para essa parte da conquista só foram instituídas de forma sistemática com a carta régia de 19 de abril de 1766, passada ao governador Fernando da Costa Ataíde. Nesse documento, estava previsto o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”. Dessa listagem, deveriam formar os terços de Auxiliares e Ordenanças das companhias de cavalaria e infantaria para defesa do Estado.<sup>12</sup>

Ao enquadrar e tomar a realidade do Estado do Brasil para explicar a experiência da militarização para o norte da América portuguesa, incorre-se no equívoco de considerar que para essa conquista a Coroa não teria tomado medidas mais complexas para defesa do Estado. Ou que esse sistema estaria incompleto dada a ausência das companhias auxiliares verificadas para o Brasil e outras partes do império. Aliás é dessa perplexidade, e de ordem historiográfica, a outra motivação para elaboração deste livro.

---

bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, maio-ago. 2016.

9 MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006.

10 RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas no Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

11 *ANTT*, MSLIV/0030, p. 38v-39.

12 Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.

Os modelos explicativos sobre sistema defensivo nas colônias centralizaram os estudos no enquadramento das companhias regulares, auxiliares e ordenança, e a partir disso, um sistema vinculado a um recrutamento local. Na década de 1960, por exemplo, o trabalho de maior fôlego de Nelson Werneck Sodré afirma que para combater “o inimigo externo, o corsário, ou o inimigo interno, o indígena, o aparelho local e privado seria suficiente”.<sup>13</sup> Aqui o recrutamento e defesa estão vinculados às prerrogativas das companhias e às atribuições militares que competiam aos primeiros colonizadores; consolidaram-se, portanto, nessa interpretação, os vetores determinantes do caráter militar da colonização.

Para a década de 1980, os estudos de Enrique Peregalli para a capitania de São Paulo também estão centrados nas companhias regulares. Peregalli propõe uma análise a respeito das formas de recrutamento e da situação dos soldados diante do ônus militar. Inclui em suas análises a perspectiva social do serviço militar.<sup>14</sup> Por essa razão, avança em relação às discussões historiográficas militares que se baseiam em uma análise apenas estrutural da instituição militar na colônia.

Outros trabalhos para o Brasil, que se dedicam à época colonial, apresentam a mesma perspectiva, centram-se nas análises estruturais das prerrogativas defensivas vinculadas às companhias regulares, ordenanças, auxiliares e recrutamento. Nos estudos de Cristiane Figueiredo Pagano de Mello para o Rio de Janeiro, o objeto são as companhias auxiliares, ordenança e recrutamento.<sup>15</sup> Nessa mesma direção, as pesquisas de Kalina Silva para a capitania de Pernambuco centram-se nos soldos e composição de tropas pagas, como a incorporação de vadios, criminosos e vagabundos.<sup>16</sup> Da mesma forma Paulo

---

13 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 32.

14 PEREGALI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

15 MELLO, Cristiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII – as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Ver ainda: MELLO, Cristiane Figueiredo. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, nº 1, 2006.

16 SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda da mesma autora: “Dos criminosos, vadios e de outros

Possamai ao tratar do recrutamento e vida cotidiana dos soldados pagos na colônia do Sacramento.<sup>17</sup> Para fechar esse quadro, poderíamos citar, ainda, Ana Paula Costa, com análises sobre as chefias e corpos de ordenança da Vila Rica.<sup>18</sup> Para o Norte, essa perspectiva se mantém, como, por exemplo, no trabalho de Shirley Nogueira sobre o recrutamento na capitania do Pará.<sup>19</sup>

O que há em comum em todos esses trabalhos são as pesquisas enquadradas no âmbito da estrutura do militarismo europeu. Além disso, grande parte desses estudos desenvolve pesquisas na segunda metade do século XVIII. Perspectivas que se mostram insuficientes para explicar a experiência defensiva desenvolvida na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII. Ora, aqui se verifica um sistema defensivo que contava com apenas cinco companhias regulares que juntas não somavam 340 militares, e sem o auxílio de tropas de milícias. Mais uma vez me parece que o eixo interpretativo deve desvencilhar-se dessas estruturas.

Nesse quadro, do que se verifica das fontes e do que se lê da historiografia militar, esta obra se configura a partir de duas problemáticas principais. A primeira é a insuficiência da *tropa paga*, que se mostrava incapaz para defesa da capitania, situação agravada pela ausência da *tropa auxiliar* para a primeira metade do século XVIII. A segunda é a centralidade historiográfica dada à estrutura específica do militarismo ocidental (organizada em companhias

---

elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico, v. 8, n. 1, 2002.

- 17 POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 2, ago. 2010. Ver ainda do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento: um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- 18 COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- 19 NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Ver ainda: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 283-297. GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000. p. 196-224.

regulares, auxiliares e ordenanças), além da insistente perspectiva voltada para a segunda metade do século XVIII.

A partir disso, constata-se que modelos explicativos de defesa ancorados única e exclusivamente no universo das estruturas militares – companhias regulares e auxiliares – não dão conta de entender a defesa de toda a América portuguesa. Ao deslocar-se o eixo analítico desse prisma, logo se constata que o auxílio com que contou a Coroa para a defesa da capitania Pará foi *indígena*. Nas pesquisas que realizei para a *monografia* e para a *dissertação* de mestrado, as fontes já apontavam para a presença indígena nas atividades militares da colônia. Entretanto, como este era um problema que requeria outro investimento de pesquisa, essa questão foi deixada de lado naquela altura. Todavia, aquela constatação foi importante para chamar a atenção para a necessidade de definir uma pesquisa que se voltasse para a presença indígena nos projetos de defesa e militarização da Coroa para o Pará colonial. Desconsiderar essa perspectiva significava uma leitura incompleta do sistema defensivo da capitania.

Esses elementos decorrentes do percurso acadêmico e a pesquisa realizada ao longo do doutorado ensejaram a formulação da seguinte tese aqui defendida: *a atuação e a participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII*. Esse argumento se desvia de muito do que vem se discutindo no campo da *História Militar* acerca da militarização nas colônias, em que se define a abordagem a partir de dois grupos distintos na hierarquia militar, quais sejam, os soldados e os oficiais. Como destaquei anteriormente, parte-se aqui do pressuposto de que a militarização não pode ser entendida somente a partir da configuração de tropas pagas, ordenanças, auxiliares, como está previsto na legislação militar.

Não se trata de ignorar a perspectiva da organização militar em companhias oficiais, mas tratá-las em conexão com a força indígena presente nas atividades militares da capitania do Pará. Todavia, conectar os indígenas ao universo da militarização não é uma tarefa fácil. Primeiro porque fontes, metodologia de análise e os conceitos da *História Militar* se mostraram limitados para a compreensão da participação indígena nesse aspecto. Por essa razão, o diálogo com a *História Indígena* é fundamental<sup>20</sup>. A partir disso, é necessário

20 Trata-se sobretudo, da percepção do indígena inserido nos processos da colonização, nesta pesquisa, em atividades militares da capitania. Para essa reflexão busca-se dialogar com o campo da

romper as barreiras desses campos de estudos e ampliar as perspectivas de análise e abordagem. Esse me parece um caminho viável para compreensão do sistema defensivo do Pará da primeira metade do século XVIII.

Outro aspecto é de dimensão documental, pesquisas que se alinham às bases estruturais da militarização não percebem os indígenas. A razão deve-se ao fato de que esses sujeitos não aparecem nas fontes produzidas pela burocracia militar, arraigadas a questões específicas do universo dos oficiais e soldados. Essa característica explica, por exemplo, a ausência indígena em diversas pesquisas sobre a militarização do Brasil colonial, uma vez que, em sua grande maioria, são trabalhos que baseiam a análise nessas fontes em específico.

Por essa razão, neste estudo, foram examinadas as fontes produzidas pela burocracia militar, como por exemplo, os *Regimentos*, *Alvarás* e *Decretos* referentes ao ordenamento das forças militares; *Mapas* e *Listas* das companhias; *Requerimentos de Pedidos de Baixa*; *Editais para provimento de postos do oficialato*; *Cartas Patentes*; *Certidão de Serviços prestados*, dentre outros. Mas, também, foram consultados *Cartas*, *Consultas*, *Bandos*, *Portarias*, *Regimentos particulares* passados a capitães de tropas, *Devassas* e *Relatórios*. São documentos que não compõem necessariamente o universo militar, mas que tratam do cotidiano, das guerras, das expedições de descobrimento, dos problemas relativos ao provimento das tropas pelos quais é possível vislumbrar os indígenas nas ações militares da capitania.

Todas essas fontes foram coletadas em diversos arquivos, sendo os principais o Arquivo Histórico Ultramarino (*AHU*), na documentação avulsa e nos códices; e o Arquivo Público do Estado do Pará (*APEP*). Foi também consultada documentação presente em arquivos portugueses, como o Arquivo Nacional da Torre Tombo (*ANTT*), no qual verificou-se fontes vinculadas notadamente ao Conselho de Guerra; o Arquivo Histórico Militar de Portugal (*AHM*), no qual foi possível levantar um conjunto significativo da legislação militar; Biblioteca

---

*Nova História Indígena*, que os tem tratado como sujeitos ativos, participantes e protagonistas na História. Para essa perspectiva esses alguns trabalhos fundamentais: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2010 e da mesma autora *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996; MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Nacional de Portugal (*BNP*); Biblioteca do Exército Português; Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar de Portugal, onde se consultou mapas e cartografia sobre o Pará. Academia Real de Ciências de Lisboa, com documentação publicada sobre os descobrimentos. A consulta desses arquivos portugueses só foi possível graças ao Programa de Doutorado Sanduiche (*PDSE*) da CAPES, realizado em quatro meses na Universidade de Lisboa, sob a orientação da professora Ângela Domingues. Com relação às fontes impressas, as principais foram os *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*; os *Anais da Biblioteca Nacional*; o *Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – (CEDEAM)* e a obra *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Todos esses acervos e documentos manuscritos e impressos possibilitaram deslocar o eixo analítico das estruturas mais formais do militarismo e verificar outros circuitos de mobilização de gente para as atividades militares, como por exemplo, os indígenas.

É importante destacar, ainda, as mudanças verificadas no campo da História Militar diante do empenho em perceber as forças armadas integradas à sociedade. Um movimento verificado, sobretudo, a partir da década de 1970, em razão das “aproximações” com diferentes áreas de conhecimento histórico, notadamente, a história política, econômica e social, o que redefiniu novos objetos, métodos e abordagens contribuindo para ampliar os instrumentos de investigação e análise.<sup>21</sup>

É o que atualmente se define por “Nova História Militar” com o intuito de demarcar as diferenças entre o se chama de “historiografia militar tradicional”. Trata-se de perceber as instituições militares em conexão com a sociedade.<sup>22</sup> É o que se tem observado em obras como, por exemplo, *História Militar de Portugal*, organizada por Nuno Teixeira, Francisco Contente e João Gouvêia.<sup>23</sup> Nessa direção, a *Nova História Militar de Portugal*, organizada por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano e coordenada por António

---

21 MOREIRA; LOUREIRO. “A nova história militar e a América Portuguesa: um balanço historiográfico”. p. 13-16.

22 RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos; LOUREIRO, Marcello José Gomes. “História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, n. 8, p. 92-93, ago. 2012.

23 TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros, 2017.

Manuel Hespanha<sup>24</sup>. Para o Brasil, essa mudança de perspectiva pode ser verificada na obra *Nova História Militar Brasileira*, organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, publicada em 2004.<sup>25</sup> Podemos citar ainda uma recente publicação organizada por Paulo Possamai, intitulada *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos, e Brasil: estudos de História Militar na idade moderna*.<sup>26</sup> E, para a Amazônia, a obra organizada por Alírio Cardoso, Carlos Augusto Bastos e Shirley Maria Silva Nogueira, intitulada *História Militar da Amazônia: guerra e sociedade (séculos XVII e XIX)*.<sup>27</sup>

Em todos esses trabalhos verifica-se o esforço de diversos autores em trazer a esse campo de estudo novas abordagens, como destacou Scaldaferrri Moreira, por meio de novas metodologias e inclusão de novas fontes. Observam-se as implicações sociais da militarização, rompendo a perspectiva estanque centrada nos grandes feitos e heróis.<sup>28</sup> Em síntese, atribui-se uma análise múltipla a partir da relação com a sociedade. Esse objetivo parece estar sendo bem contemplado pelas novas pesquisas.

Todavia, me parece que é necessário romper uma nova barreira: a relação com outros campos de estudo. É o que destacou Francisco Doratioto ao ressaltar, com relação à *Nova História Militar*, que o estudo da guerra e militarização deve ser entendido numa “perspectiva plural” e, pela abrangência, é imperativo o diálogo com outros campos de pesquisa.<sup>29</sup> Para este estudo, como destacamos anteriormente, é imprescindível o diálogo com a História Indígena.

Portanto, a partir desses aspectos, defende-se a tese de que as alianças com os indígenas foram fundamentais para a defesa da capitania, embora não apareçam descritas nas fontes de caráter essencialmente militar, e nem em grande

24 BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. v. 2.

25 CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

26 POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

27 CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (org.). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII–XIX)*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

28 MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. A *Nova História Militar*, o diálogo com a História Social e o Império português. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

29 “Entrevista com o professor Francisco Doratioto”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano I, n. 2, p. 3, ago. 2010.

parte dos trabalhos produzidos no campo da História Militar. Três argumentos sustentam essa interpretação. A primeira é a ausência de companhias auxiliares, cuja experiência foi bem utilizada para o Estado do Brasil. O segundo é a insuficiência e a inoperância da tropa paga. Agrega-se a isso um sistema de fortificações, em sua maioria desguarnecidas, cuja função é mais dissuasiva que combativa e as ordenanças com listagens problemáticas pelo desafio do povoamento. Ainda um terceiro aspecto é a constatação de um sistema de mobilização da força indígena, sobretudo pela presença dos aldeamentos e alianças com nações amigas.

A fim de apresentar os argumentos citados, este livro se estrutura em cinco capítulos, divididos em duas partes. A primeira intitulada “*Do que estava pendente a boa administração do governo*”: *legislação, companhias e fortificações*. O objetivo foi mapear os quadros defensivos do Estado do Maranhão, da primeira metade do século XVIII. A partir desse mapeamento sustenta-se o argumento de que a condição de precariedade militar se mantém durante todo esse período. Esse estado militar corrobora para a presença indígena nas diversas diligências e atividades militares na capitania do Pará.

Nesse intuito, parte-se de três elementos: a *Legislação*, as *Companhias (regulares, auxiliares e ordenanças)* e as *Fortificações*, cada um tratado em um capítulo distinto. Dessa forma, o capítulo 1 analisa as reformas militares de Portugal entre 1640 e 1790. Argumenta-se que há três momentos de um mesmo processo de transição militar em Portugal, verificados em inúmeros regimentos, alvarás e decretos. Aspectos que geraram uma burocracia militar que conectava a América portuguesa a outras partes do império português. E que integrou a capitania do Pará em uma complexa rede de informação canalizada nas secretarias e conselhos do reino, o que possibilitou a elaboração de estratégias para soluções defensivas para Estado a partir de uma perspectiva global.

Com esse argumento contrapõe-se a uma abordagem recorrente na historiografia militar, que é aquela que, como vimos atrás, prioriza a segunda metade do século XVIII. Isso ocorre porque grande parte desses estudos atribuem ao Conde de Lippe o protagonismo das reformas militares ocorridas em Portugal na época moderna, a partir de 1760. Todavia, ao que parece, esse momento pode ser pensado como uma terceira etapa de um longo processo

verificado desde o século XVII, observado em medidas que visaram à constituição jurídica, normativa e profissionalização do militar.

Por outro lado, evidencia-se a partir dessa abordagem que há uma necessária reafirmação geopolítica internacional de Portugal para a qual a militarização tornava-se urgente. A defesa das muitas partes do império dependia do ordenamento estrutural e jurídico das forças de guerra. São essas bases que, em grande parte, se mantêm na primeira metade do século XVIII, no reino e nas conquistas, a exemplo do *Regimento de Fronteiras de 1645*. Isso explica por que em muitos momentos do livro foi necessário recuar ao século XVII, pois a depender da análise era importante para a compreensão do objeto abordado.

O capítulo 2 será dedicado às companhias. Trata-se da análise das três forças de que se estrutura o militarismo português no reino e nas conquistas. Nessa altura, cumpre problematizar os limites da legislação que rege a constituição desses corpos com a realidade da colonização do Pará. Mas, sobretudo, apresentam-se as companhias existentes, os quantitativos de gente, os relatos de militares e governadores sobre a qualidade dessas tropas, as atividades em que estavam inseridos.

Esse argumento contrapõe-se à interpretação que vincula essas forças à capacidade defensiva da colônia. Ora, na capitania do Pará, essa estrutura parece não fazer muito sentido, sobretudo no que diz respeito às companhias auxiliares. Os dados atestam a fragilidade e a insuficiência das forças legais para as atividades de defesa dessa parte da conquista. As informações foram pesquisadas com o objetivo de compreender a estrutura das companhias, além da quantidade numérica de soldados presentes nas companhias pagas e ordenanças e a problematização sobre a qualidade dessa gente integrada.

No capítulo 3, apresentam-se os pontos estratégicos de defesa por meio do mapeamento das fortificações da primeira metade do século XVIII e as suas dinâmicas. Trata-se de problematizar a construção de fortificações e a sua capacidade defensiva. Verificam-se as obras, os engenheiros, os desafios da construção na Amazônia. E, principalmente, a gente destacada. A análise das fortificações atesta tratar-se de espaços pouco guarnecidos, que mais cumprem o papel de dissuasão do que de combate. Todavia, a estratégia de manutenção do domínio luso sobre as rotas dos rios mantinha pontos específicos de presença lusa na região.

A segunda parte do livro, intitulada *“Porque sem eles se não há de se defender”*: *mobilização de gente, guerras e a presença indígena no funcionamento defensivo da capitania do Pará*, trata de conectar a ação indígena às atividades militares. Apresentam-se os canais de inserção indígena no sistema defensivo da capitania. Nesse intuito, verificam-se dois elementos fundamentais: a *mobilização* de soldados e índios para a atividades militares; e as guerras e expansão da fronteira colonial. Cada um tratado em capítulo específico. Portanto, essa parte se compõe de dois capítulos.

Argumenta-se que há participação indígena nas atividades defensivas da capitania do Pará. E que os indígenas foram mobilizados integrados às ações militares e sua atuação foi importante nas guerras e expansão da fronteira colonial. Aqui, portanto, contrapõe-se aos modelos explicativos de defesa arraigados nos soldados e nos oficiais. Pretende-se alargar as possibilidades de análise, propondo para essa compreensão a conexão entre História Indígena e História Militar, que têm sido tratadas de forma estanque. Os índios como os sujeitos do primeiro campo e os soldados e oficiais exclusivos do universo da segunda. Verifica-se que, na experiência da capitania do Pará, são perspectivas que fazem parte de um mesmo processo.

Nesse quadro, o capítulo 4 trata das redes de mobilização de soldados e índios para atividades de defesa da capitania. Aqui busca-se romper com uma perspectiva analítica vinculada apenas ao recrutamento interno. As pesquisas apontaram que, para o problema interno da capitania, a Coroa elaborou estratégias que conectam outras partes do império. Não sem razão, encontramos atuando em tropas no Grão-Pará, na primeira metade do século XVIII, sujeitos provenientes da Ilha da Madeira, Ilha do Pico, do Reino, de Angola, da capitania do Maranhão, do Ceará, de Pernambuco e de diversas partes do sertão. Portanto, o desafio da defesa exigiu esforços bem mais complexos de mobilização que transcendem o alcance de um recrutamento interno no próprio Estado do Maranhão e Pará. E, mais ainda, integra o espaço do sertão a partir da mobilização indígena. A defesa e sua operacionalização foram um elemento de conexão entre esses diferentes espaços e sujeitos sociais.

Nesse capítulo, busca-se interpretar as dinâmicas de defesa a partir de um conjunto maior de documentação. E, acima de tudo, avança-se em relação ao recrutamento de soldados, pois visa-se compreender ainda os circuitos de presença indígena nas atividades defensivas da capitania. A partir desses

argumentos verifica-se que a defesa não está vinculada somente à tropa paga, mas também à força indígena que chega nessas ações militares.

O capítulo 5 dedica-se à atuação indígena em duas ocasiões específicas da atividade militar, as *guerras* e a *expansão da fronteira colonial*. Aqui busca-se caracterizar a arte de guerra europeia e nativa. Argumenta-se que a presença indígena nessas ocasiões foi fundamental para o desempenho da tropa lusa. E, a partir disso, elabora-se o conceito de *defesa e/ou guerra luso-indígena* em razão de uma ação de defesa que articula e combina ações de arte de guerra distintas. Trata-se de uma nova configuração defensiva, que já não é mais nativa, e, também não mais europeia, mas aquela que resulta da experiência e convivência de militares e indígenas a partir do sistema defensivo colonial.

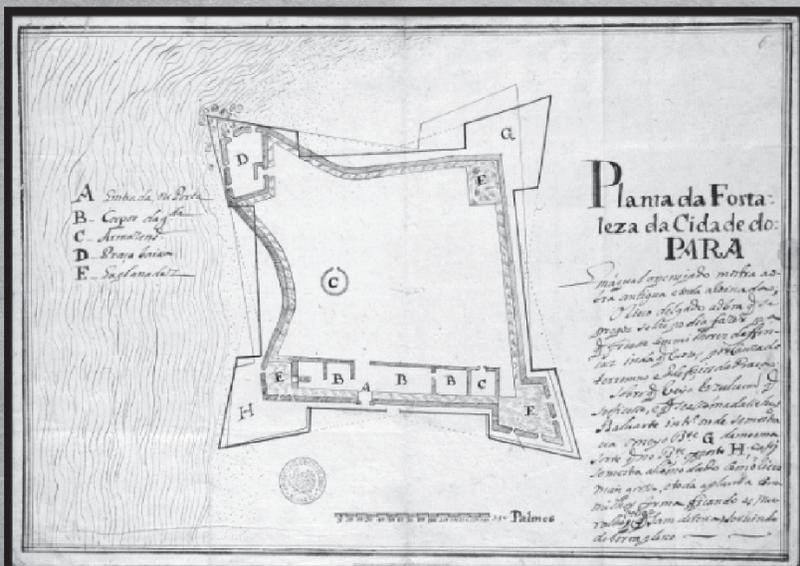
Todo esse percurso é um esforço de compreender esse sistema defensivo em sua totalidade, integrando ao universo militar as ações indígenas. Esse parece ser um caminho possível para compreender as ações de guerra, a expansão da fronteira, a vigilância, a guarnição de fortalezas e tantas mais atividades militares da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII.

Um sistema defensivo complexo. Um espaço para o qual a defesa parecia imprimir enormes desafios no século XVIII. O “lastimável estado militar” da capitania do Grão-Pará, nas palavras do governador Gurjão, em 1747, se explica também pela dilatação territorial e a imprecisão do conjunto do domínio português. Esse domínio que é também percebido aos fragmentos. Ora, as fortalezas, as guarnições em alguns pontos estratégicos, demonstram que a presença lusa na região não dá conta do seu conjunto. Essa foi sem dúvida uma característica que levou a Coroa a tomar medidas significativas para a defesa desse espaço.



Parte I

“Do que estava pendente a boa administração do governo”:  
 Legislação, Companhias Militares e Fortificações





## MILITARIZAÇÃO E PODER EM PORTUGAL

Descendo mais ao particular: os dois nervos da guerra são gente e dinheiro, e que gente e que dinheiro é o que temos? (Vieira, 1648).

**A** assertiva, escrita em 1648 pelo padre Antonio Vieira, aponta dois elementos importantes para a estratégia de guerra: os recursos humanos e os financeiros. De fato, do ponto de vista logístico e estratégico, a defesa pressupõe a necessidade de manter exércitos bem treinados, suprir despesas com deslocamento, pagamentos e alimentação em campanha. O Estado deve estruturar-se em função da militarização. Esse aspecto implica o fortalecimento de ações sistemáticas que inclui decisões políticas e diplomáticas. Ora, a capacidade defensiva do Estado está estritamente relacionada a sua geopolítica.<sup>30</sup>

Essa simbiose entre *militarização* e *poder* certamente foi a engrenagem para um processo de centralização das políticas defensivas nas mãos do Estado português. Um processo que para Rui Bebianno significou a transição da atividade bélica, que deixou de ser um “braço armado da monarquia” para tornar-se

---

30 Essa perspectiva está associada à profundas mudanças ocorridas no sistema defensivo Europeu, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVI, que se caracteriza pela “notável renovação tática”; “crescimento numérico dos exércitos”, “adoção de estratégias mais complexas” e ampliação do “impacto da guerra na sociedade”. Esse conjunto de transformações exigiu dos Estados modernos ações mais sistemáticas e aparatos institucionais e jurídicos sólidos para movimentar a máquina de guerra. BEBIANO, Rui. “A Arte da Guerra. Estratégia e tática”. In: BARATA, Manuel Themudo; TELXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 113. Ver ainda: BORGES, João Vieira (Direção e Coordenação). *Pensamento Estratégico Português: Contributos (séc. XVI-XIX)*. Prefácio. Lisboa, 2006. Do mesmo autor: “Nação, Estado e Instituição Militar: um testemunho. *Revista Militar*, n. 2471, dezembro, 2007, Lisboa, p. 1375-1391.

“parte integrante da organização do Estado”.<sup>31</sup> A percepção da complexidade da empresa colonial também implicou o conhecimento das próprias fragilidades defensivas, quando comparadas principalmente aos Estados francês, espanhol, inglês e holandês. Essas fragilidades foram o fator da flexibilidade na composição das companhias militares, e principalmente explica a incorporação de nativos nas ações de defesa do império.

A presença de nações indígenas no universo defensivo da capitania do Grão-Pará na primeira metade do século XVIII, por exemplo, está estritamente associada ao desenvolvimento dessa mudança do militarismo português. A falta de “gente e dinheiro” são elementos-chaves para compreender a presença indígena nas tropas, nas guerras, nas fortalezas, nas diligências e em postos específicos da hierarquia militar. Os nativos, portanto, qualificaram as ações defensivas da Coroa e foram o “socorro” imprescindível para manutenção desta parte da conquista ao domínio luso, como se discutirá na segunda parte deste livro.

Essa percepção da guerra foi sintetizada exemplarmente, em 1643, por Fernão Teles e Álvaro de Souza, militares experientes, que explicavam que a guerra se compunha “de todas as nações, e sorte de gente”. Uma conclusão construída a partir da experiência da guerra de restauração da Bahia, na qual nativos e ciganos foram de “grande valor, e não menos zelo”, como consta na consulta do Conselho de Guerra, em que se manifestavam.<sup>32</sup> Trata-se aqui de um indício importante de como a guerra nas áreas coloniais também ressignificou no reino a arte de guerrear ou pelo menos serviu de parâmetro para a percepção das forças militares do reino.

É importante destacar que esse processo insere-se na complexa transição militar em Portugal que remonta à Guerra da Restauração (1640-1668), que, como afirma Dores Costa, exigiu da administração bragantina ações políticas estruturantes do organismo militar. Esse certamente foi um pilar importante para a afirmação política da Casa de Bragança ao trono.<sup>33</sup> Além disso, experi-

---

31 BEBIANO, Rui. “A guerra: o seu imaginário e sua deontologia”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal* p. 47. Ver ainda do mesmo autor: *A Pena de Marte. O discurso da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI e XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

32 ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Maço 3, Caixa 28, D.119.

33 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

ências de guerras anteriores a esse contexto também balizaram iniciativas de militarização em Portugal, como por exemplo, as ordenanças do tempo de Dom Sebastião para as campanhas no Norte da África.<sup>34</sup> Muito embora nenhuma delas tenha significado mudanças estruturais, como as sistemáticas medidas de meados do século XVII, consolidadas na segunda metade do século XVIII.

Portanto, neste capítulo, busca-se verificar como se dá, em Portugal, o processo de integração da militarização à prática de governação do Estado a partir da interpretação da defesa como instrumento político para manutenção das fronteiras no reino e nas conquistas. Nessa perspectiva, sistematiza-se o aparato legislativo e institucional que compõe a centralização do sistema defensivo nas mãos do Estado e os limites vinculados aos desafios impostos pela dilatação do império.

## 1. Portugal e a guerra moderna

As primeiras iniciativas de transformação das forças medievais em exércitos do Estado, em Portugal, constituíram-se no ano de 1508, durante o reinado de Dom Manuel (1495-1512). O *Alvará de Regimento da gente de ordenança e das vinte lanças da guarda de 1508*, estendido com o *Alvará das ordenanças de 7 de agosto de 1549*, previa a listagem de todos os homens livres de 20 e 65 anos que “deveriam possuir armas correspondentes a sua fortuna e estatuto social”, além da obrigação de treinamentos militares e armamentos.<sup>35</sup> As ordenanças com um caráter local tornaram-se um preâmbulo fundamental para a constituição do exército permanente em Portugal em 1640.

Tentativas anteriores de expansão territorial verificadas ainda no século XIV mostravam que a tradicional forma defensiva<sup>36</sup> estava desajustada aos objetivos da monarquia portuguesa. No reinado de D. Fernando, *o formoso* (1367-1383), por exemplo, três guerras que aspiravam expansão territorial

---

34 DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no mar e na terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017. p. 209-262

35 COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014. p. 17-18.

36 Compreende-se aqui como forma tradicional de defesa o período anterior à descoberta da pólvora e da arma de fogo. Aquele que mantém exércitos formados por mercenários, cujo sistema de defesa está atrelado a cidades ou castelo verticalmente amurrahados. Caracteriza-se pela utilização de bestas, catapultas, aríetes e torres de assédio como armas de guerra.

foram desmanteladas. Basta lembrar a desastrosa tentativa, em 1369, de bloqueio naval a Sevilha, capitaneada pelo Almirante Lançarote Pessanha. A ação foi sufocada após uma ofensiva de forças aliadas franco-castelhanas, e destruída a frota lusa voltou a Lisboa “debilitada por uma operação muito sofrida e inconsequente”.<sup>37</sup>

A condição geográfica de Portugal que o colocava, nas palavras do cronista Eanes Zurara, “apertado entre o mar e o muro de Castela”, impulsionava essa aspiração de expansão.<sup>38</sup> Conforme explica João Gouvêia Monteiro essa situação alavancou a opção pelo mar, sobretudo, a partir de 1412, quando D. João I planejava a Conquista de Ceuta, no norte da África. Os subsídios para esta expansão envolveriam “cerca de 200 barcos e entre 15.000 e 20.000 homens”.<sup>39</sup> A bem articulada conquista levou à tomada de Ceuta, em 1415, como uma atitude de antecipação às investidas de Castela na região.

A euforia causada pela conquista de Ceuta foi logo sufocada pela necessidade de manutenção de defesa e do fortalecimento luso na região. É evidente que a conquista pressupõe o desafio do estabelecimento no local, mas, sobretudo, a capacidade de se guarnecer contra investidas de outras nações. Portanto, o empreendimento de uma política de expansão dependia em muitos aspectos da capacidade defensiva de Portugal.

A descoberta das ilhas da Madeira, em 1442, e Açores, um pouco depois, aguçara os ânimos de conquista lusa e dera novo fôlego à expansão, levada a cabo por D. Henrique, que elegeu Marrocos para a investida de conquista. Tratava-se de uma estratégia de prolongamento da conquista pela expansão leste de Ceuta, além de marcar posição perante Castela.<sup>40</sup> A experiência do ponto de vista militar teve vitórias e derrotas “estrondosas”, como por exemplo, o fracasso de Tânger capitaneada por D. Herinque, quando as tropas lusas foram surpreendidas e desmanteladas.<sup>41</sup>

---

37 MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017, p. 137.

38 ZURARA, Gomes Eanes de. ca 1410-1474? “Crônica da Tomada de Ceuta” 1601-1700. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em: <http://purl.pt/24129>.

39 MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. p. 147.

40 Idem, p. 152.

41 DOMINGUES, Francisco Contente. “A guerra em Marrocos”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Severiano Teixeira. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo

Devido à privilegiada posição geográfica, com porto para o mar, Tãnger foi escolhida para a expansão da conquista. O embarque da frota, em 1437, já apontava sinais de fracasso: dos 14.000 homens recrutados, apenas 6.000 compareceram; os demais desertaram antes mesmo da partida. De fato, a campanha terminou em desastre pela defesa de Tãnger, liderado por Salah-bem-Salah, e a tomada como refém do infante D. Fernando com liberdade condicionada à entrega de Ceuta pelos lusos, o que nunca aconteceu. O fracasso de Tãnger mostrou “a inconsistência de uma conquista territorial” e a fragilidade da Coroa diante da “dispendiosa política de expansão continental”. Essa situação militar retraiu a política expansionista de Portugal entre 1449 e 1460.<sup>42</sup>

É evidente que o processo de expansão para o norte da África já indicava que a empreitada para além do continente europeu implicaria necessariamente em condições militares que pudessem assegurar o território e promover enfrentamento bélico com a gente nativa e outras nações europeias que se lançavam no mesmo intento. Somente no reinado de D. João II (1481-1495) as políticas expansionistas mais sistemáticas foram retomadas. O monarca estimulou a exploração da costa africana, estabeleceu monopólio de ouro e marfim. São também do seu reinado acontecimentos como as rotas e conexões com o Índico aberto a partir da viagem de Bartolomeu Dias contornando o Cabo da Boa Esperança.<sup>43</sup>

João Gouveia Monteiro sintetiza o período de 1367 a 1495 em dois momentos: o primeiro até 1420 caracteriza-se pela contenção das batalhas campais vinculadas ao desenvolvimento da diplomacia e políticas negociadas, guerras de cerco e as formas medievais de guerrilhas, reforço de defesa das cidades, consolidação das marinhas nacionais e da guerra naval, investimento na logística e espionagem e, no caso de batalhas campais, utilizava-se a cavalaria e unidades de infantaria.<sup>44</sup>

---

de Leitores, 2004. p. 204-230. v. 2.

42 MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”, p. 152. Ver ainda: SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006. p. 203.

43 *Idem*, p. 160.

44 As batalhas campais passaram a seguir regulamentos e expedientes previamente treinados como por exemplo: a “execução de manobras diversas (fugas simuladas, envoltimentos, uso de reservas, reagrupamento e retiradas ordenadas); otimização da velocidade e do efeito surpresa; antecipação na ocupação de posições estratégicas; boa escolha e bom uso do terreno (combinando os obstáculos naturais e artificiais); proteção dos flancos; distribuição criteriosa dos melhores homens

O segundo momento, de 1420 até 1495, caracteriza-se pelas profundas transformações na arte militar, sobretudo pela introdução das armas de fogo. Desde 1420 a pólvora em pó passou a dar espaço à pólvora granulada. Essa mudança modificou profundamente as companhias militares e as estratégias de defesa e ataque. Verifica-se a implicação da pólvora nas armas de fogo que passaram a ser mais leves e eficazes.<sup>45</sup>

Nesse contexto de grandes transformações no aspecto militar europeu, os exércitos nacionais ganharam força, enfraquecendo o antigo sistema defensivo vinculado aos mercenários, caros e pouco confiáveis. Na Itália, desde os últimos anos do século XV, os líderes mercenários foram sendo substituídos por soldados súditos. Estes últimos agora aos poucos percebidos como centrais nas políticas defensivas dos Estados.

A introdução intensiva e extensiva das armas de fogo caracterizou a chamada “Revolução Militar”, ideia lançada por Michael Roberts em 1956.<sup>46</sup> Esse momento é marcado por uma “série de mudanças profundas, não apenas na técnica de combate, mas também na organização militar, e na relação da guerra com a sociedade”.<sup>47</sup>

Diante desse conjunto de mudanças estruturais nas campanhas militares na Europa, Portugal teve um papel pouco significativo. Conforme Antonio Manuel Hespanha, sua “história militar foi de um país que, durante mais de 150 anos (entre Toro-1476 e a Aclamação-1640), não participou em operações militares na Europa, onde as grandes inovações iam se verificando”.<sup>48</sup> Essa condição de um país que “ficou de fora” mostrou suas maiores fragilidades na guerra da Restauração. França, Inglaterra e Espanha estavam muito mais alinhadas ao fazer da guerra moderna.

---

de armas; capacidade para aguardar a investida do adversário em boa ordem e para evitar mudanças súbitas de posição; e coordenação eficiente de movimentos com o auxílio de sinais sonoros e visuais”. MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p.163.

45 *Idem*, p.165.

46 ROBERTS, Michael. *The Military Revolution, 1560-1660*. Belfast: Queen’s University of Belfast, 1956.

47 HESPANHA, Antonio Manuel. “Introdução”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. v. 2. p. 9.

48 *Idem*, p. 9.

Ainda na Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a Inglaterra já apresentava formas inovadoras de combate com os cavaleiros desmontados, apontando em direção à infantaria, força que foi aos poucos ganhando centralidade.<sup>49</sup> O trem de Carlos VIII da França nas guerras de Itália, em 1494, já exibia armas muito mais leves e eficientes, a maioria fabricada em bronze.<sup>50</sup> No final desse conflito, em 1495, os exércitos espanhóis, por seu turno, já dispunham de número significativo de armas de fogo portáteis.<sup>51</sup>

Essas inovações técnicas provocadas pelas armas de fogo foram acompanhadas com a sistematização da arte da guerra, a partir da elaboração do pensamento moderno em torno do exército e dos saberes e posicionamentos do Estado na formação de forças militares. Exemplar, nesse sentido, é o livro *Arte Militar (1519-1520)*, de Nicolau Maquiavel.<sup>52</sup> A obra aponta para a disciplina do soldado e a especialização dos componentes táticos. Uma guerra moderna coerente com as inovações técnicas vivenciadas pela Europa.

A filosofia da guerra incluiu na agenda dos Estados a militarização e a violência como parte integrante da ação do governo. Nesse ínterim, as forças militares foram entendidas como mecanismos de imposição das vontades do príncipe. Assentou-se, portanto, “o entendimento do importantíssimo papel desempenhado pelas armas na definição da força dos estados”.<sup>53</sup>

A evolução teórica sobre a guerra ocupou papel muito significativo nesse processo. Além de Maquiavel, destaca-se o italiano Raimondo Montecuccoli (1609-1680), para o qual a guerra integrava um plano prático do conhecimento, associava as virtudes e qualidades do chefe militar. A obra *Dell'arte militare* propõe o estudo das ciências auxiliares como a aritmetica decimal, cálculo dos espaços e a trigonometria na formação de um conhecimento que

---

49 DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p. 220.

50 MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. p. 165.

51 DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. p. 221.

52 MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

53 BEBIANO, Rui. “A arte da Guerra. Estratégia e Tática”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. v. 2. p. 118.

convergência para “o militar perfeito”.<sup>54</sup> Soma-se a esse processo o desenvolvimento da mecânica no século XVII. Esses conhecimentos serão a base para a transição das construções de fortalezas, conforme se destaca no capítulo 3.

Nessa conjuntura e perspectiva militar, Portugal estava bem atrás das outras nações europeias, muito embora, como já destacamos, de D. Manuel (1495-1512) até D. João III, conforme explica Francisco Contente Domingues, várias tentativas de reforma tenham sido empreendidas. Exemplar, nesse sentido, foi a publicação, em 1508, de dois alvarás: *O Alvará de Regimento da gente de ordenança e das vinte lanças da guarda de 1508* e *o Alvará das ordenanças de 7 de agosto de 1549*, citados anteriormente.<sup>55</sup> Esses documentos apontavam tentativas de adequação das forças lusas à arte de guerra moderna.

Essas iniciativas buscavam definir estratégias mais sistemáticas de treinos, recrutamentos e soldo. Além de organizar as forças militares lusas, questão que estava estritamente relacionada à expansão imperial do início de Quinhentos. Em 1508, a intervenção em Marrocos contava com companhias definidas nessas novas orientações, que pressupunha “dividir o efetivo em cinco capitães experimentados na guerra moderna”; a colaboração de Cristovão Leitão, capitão italiano experiente, refletia essa realidade militar.

Nessa mesma orientação agiam as companhias de Afonso de Albuquerque, na Índia. Em 1510, ocasião da conquista de Goa, havia a referência de companhias formadas por capitães conhecedores da guerra moderna. Eram nas companhias enquadradas por oficiais que, a partir de 1512, estabeleceu-se regimes de treino periódico. Em 1516, todavia, a extinção do corpo de guarda manuelina marca o “fim do prematuro processo de implementação da estrutura militar das ordenanças”.<sup>56</sup>

Para Contente, em dois momentos, verifica-se a tentativa em centralizar as questões defensivas nas mãos do Estado, em 1526 e 1549, no reinado de Dom João III, por meio de sistema de recrutamento controlado pela Coroa. Esse sistema mais uma vez mostrou a “incapacidade da Coroa para levar a cabo uma reforma profunda do sistema militar tradicional, sobretudo quando isso

---

54 *Idem*, p. 120.

55 DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”, p. 125.

56 *Idem*, 125.

implicava passar para o poder central a capacidade de recrutamento, substituindo assim as hostes senhoriais”.<sup>57</sup>

A transição militar, que conferia sobretudo ao Estado a responsabilidade pelo recrutamento, manutenção e pagamento dos soldos aos militares, parecia ainda longe das limitadas condições de Portugal. Embora essa condição fosse progressivamente tensionada pela necessidade de militarização no contexto, sobretudo de expansão ultramarina. Esse processo de transição de um sistema defensivo fragmentado para a centralização sob a jurisdição do Estado se tornaria sistemático no século XVII, na ocasião da Guerra da Restauração e se completaria com as reformas da segunda metade do século XVIII, como veremos adiante.

Todavia, é importante destacar as últimas décadas dos quinhentos, em que se verifica uma revisão do potencial militar luso, realizado no reinado de D. Sebastião, embalado sobretudo pela necessidade de imposição positiva nas guerras. Esse período se sucedeu a ações de militarização e avigoramento da presença portuguesa no norte da África. Além disso, verifica-se o esforço legislativo para regular um sistema de recrutamento e adestramento de soldados, publicados entre 1569-1574.

Ainda em 1569, foi publicada a *Lei das Armas* e, em 1570, o *Regimento dos Capitães Mores* ou *Organização Geral das Ordenanças* e a *Provisão das Ordenanças* de 1574,<sup>58</sup> instituído para todo o território. O esforço de D. Sebastião em tornar esse sistema abrangente teve seus efeitos positivos verificados com a implementação de companhias de ordenanças, além de regular a constituição de postos, obrigações, recrutamento e companhias.<sup>59</sup> Em 1569, constituiu-se a ordenança na cidade do Porto e em Lisboa. Nesse mesmo ano, D. Luís de Ataíde foi responsável por levar o regime das ordenanças ao Oriente.

Todavia, essa implementação necessitava de oficiais práticos na guerra e a estratégia foi trazer essa experiência de fora. Em 1572, foram contratados cinco oficiais do ducado de Sabóia que “foram distribuídos nas comarcas para orientar os exercícios”. Assim como o reingresso de oficiais que já

---

57 *Idem*, 226.

58 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo IV, Lisboa: Imprensa Régia, 1816. p. 1-22.

59 COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de Ordenanças e Chefias Militares em Minas colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014.

havam estado em guerra, como por exemplo, Ávares Correia “soldado velho de África, Itália e Flandres” e responsável pela tradução da obra italiana o *Livro* de Battista della Valle.<sup>60</sup>

A época sebástica significou de fato um reordenamento militar, o primeiro esforço sistemático que, segundo Contente, pode ser verificado em diversos elementos, tais como em obras de fortificação, no reordenamento da milícias ao moldes dos exércitos castelhanos, na leitura e interpretação de obras de teoria militar, no preenchimento de cargos militares relevantes por oficiais estrangeiros contratados ou portugueses veteranos na guerra. Portanto, de acordo com autor, o objetivo de D. Sebastião era “preparar o país para um novo fôlego de expansão militar”.<sup>61</sup>

A expedição ao norte da África, em 1578, é consequência desse escopo. A batalha de Alcácer-Quibir foi planejada na percepção do ideal de guerra da segunda metade desse século, em companhias lideradas por oficiais experientados na guerra. Todavia, na prática em batalha, o método foi contrastado pela realidade do infortúnio do resultado da empreitada. A derrota provocou o desmantelamento da tentativa de organização e centralização do exército português. A retração militar foi evidente, grande parte da elite militar desapareceu em 4 de agosto de 1578, os que sobreviveram foram aglutinados pelos interesses castelhanos, tornando frágil a defesa do reino. Além disso, após o desaparecimento do monarca, ficou mais complicado o recrutamento para alimentar as ordenanças sebásticas.<sup>62</sup>

Na perspectiva política, Filipe II, da Espanha, consumou a conquista de Portugal, legitimando-se com a convocação das cortes de Tomar em 16 de abril de 1581. Entre as cláusulas, mantiveram-se os privilégios graças e mercês de Portugal, e que este “seria governado por leis próprias que favoreceriam sempre os portugueses para nomeação para cargos”, situação que se estenderia até 1640.<sup>63</sup> Essa condição política transformaria os inimigos dos espanhóis em inimigos de Portugal, com consequências extraeuropeias. O Estado da Índia,

60 DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. p. 228.

61 *Idem*, p.230.

62 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.

63 DOMINGUES, Francisco Contente. “Em guerra com o mundo, por todo o mundo (1580-1668)”. In: TELXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. p. 273.

o Brasil, Angola e as rotas oceânicas passaram a ser alvos de ataques de outras nações, como, por exemplo, da Holanda.

A Guerra do Trinta Anos (1618-1648) funcionou como palco dessas inovações. Do ponto de vista bélico, as capacidades militares das nações europeias foram colocadas em evidência. Essa permanente situação de guerra na Europa do século XVII forçaria a tentativa de organização de forças efetivas de combates. Nessa conjuntura, ressaltam-se os conflitos entre a França e a Espanha na Península Itálica (1629-1659) e entre Portugal e Holanda no Brasil (1624-1654). Esse estado de guerra exigiu o que Abílio Pires Lousada caracterizou de política externa agressiva. Trata-se da militarização ligada à geopolítica das potências europeias no século XVII, verificadas por meio de estratégias para a funcionalidade do organismo da guerra.<sup>64</sup>

Estratégias político-militares foram elaboradas para manter as ofensivas. Na Espanha, o Conde de Olivares apresentou, em 1626, o projeto “União pelas Armas”, pelo qual “todos os reinos, estados e senhorios da monarquia Hispânica deveriam contribuir com homens e dinheiro para o esforço conjunto de guerra, proporcionalmente as suas possibilidades”.<sup>65</sup> Esse evidente esforço para o centralismo militar resignificaria o recrutamento para o qual as ações tornaram-se muito mais complexas e incisivas com relação à população.

A guerra de Restauração e a aclamação de D. João IV, em 15 de dezembro de 1640, intensificaria a necessidade de reestabelecer o poder da monarquia portuguesa, o que necessariamente implicava no ordenamento militar. Não sem razão, essa necessidade levou à reunião das Cortes, em 1641 e 1642. Nesta última, foi decidida a criação da décima, um imposto de 10% sobre todas as classes sociais para custear a máquina da guerra. É também do contexto da guerra a constituição das companhias regulares e auxiliares e de instituições importantes, como o Conselho de Guerra, conforme veremos adiante. Portanto, ao que parece, a guerra foi um vetor importante para militarização de Portugal, e a necessária afirmação e legitimação da dinastia de Bragança.<sup>66</sup>

64 LOUSADA, Abílio Pires. “A Guerra”. *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 30, 2009.

65 TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017. p. 326.

66 COSTA, Fernando Dore. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Ver ainda: MONTEIRO, Muno Gonçalo. “A Guerra da Aclamação”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. p. 268-281; SANTO, Gabriel do

Por outro lado, é importante ressaltar a dimensão global para a qual era necessário elaborar um plano de apoio político e financeiro, mas sobretudo de reconhecimento da nova configuração monárquica portuguesa. Entre os estados europeus, Portugal estava muito atrás na militarização e profissionalização de suas tropas. A dependência de comando ou mesmo a força estrangeira era evidente desde o Tratado de Windsor (1386), firmado em perpetuidade por D. João I de Portugal e Richard II da Inglaterra, em que se propunham, além de acordos comerciais, a aliança e a assistência militar mútua. O tratado possuía um caráter compósito, as treze cláusulas previam apoio político, militar e econômico. A presença de soldados ingleses em tropas portuguesas decorre essa relação anglo-portuguesa.<sup>67</sup>

Além da Inglaterra, Portugal também contou com o apoio de militares importantes, como foi o caso do alemão, marechal Friederich Hermann Von Schomberg, o conde de Schomberg, que marcaria profundamente as tropas portuguesas na Guerra da Restauração.<sup>68</sup> Mais tarde, o francês, o marechal Conde de Lippe, seria o responsável pela modernização dos exércitos lusos e a profissionalização do corpo militar. Isso sem contar na influência de Castela nos exércitos lusos.<sup>69</sup>

A Guerra da Restauração e os conflitos em torno dos domínios do ultramar impuseram a Portugal a necessidade de formação de exércitos nacionais, regidos por legislação própria, mas, sobretudo, que significasse a emancipação do conhecimento da guerra e das estratégias de recrutamento e defesa no reino e conquistas. Conforme explica Carlos Selvagem, no contexto da expansão

---

Espírito. *Restauração (1640-1668)*. Coleção: História de Portugal- Guerras e Companhas Militares. Edição: QUIDNOVI, 2008.

67 FARIA, Tiago Viúla; MIRANDA, Flávio. “Pur boné aliance et amiste faire. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. CEM N.º 1 / Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA. p. 119-127.

68 Friederich Hermann Von Schomberg, natural da Alemanha “era um especialista europeu nos assuntos da guerra” que ficara disponível após o Tratado de Paz dos Pirenéus assinado entre a França e a Espanha em 1659. Com larga experiência de guerra, o Conde de Schomberg chegava a Lisboa em novembro de 1660 para organizar os exércitos lusos. Um ano após a sua chegada fez um “conjunto de observações” sobre as forças militares para Coroa, que nas observações de D. Aires Costa “constituem muito provavelmente o melhor diagnóstico social do exército da época de que podemos dispor”. Sua contribuição ao militarismo português foi inegável. COSTA, Fernando Aires. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. p. 91-92.

69 COSTA, Fernando Aires. “A Guerra no Tempo de Lippe e Pombal”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 331-350.

ultramarina, Portugal apresentava um evidente quadro de desproporção entre “a gigantesca tarefa que se lhes oferecia, e os meios que dispunha para realizar um corpo social já pobre de agricultura e paupérrimo de outras indústrias”.<sup>70</sup> Essa situação foi agravada pela situação de guerra pela retomada do trono.

As urgências em ultrapassar as barreiras das fragilidades militares impuseram a D. João IV a questão levantada pelo padre Antônio Vieira, que inicia este capítulo: *gente e dinheiro*, os dois nervos da guerra que a monarquia restaurada deveria resolver. Sobretudo pela afirmação geopolítica e defesa dos espaços ultramarinos. Mas de que forças dispunha Portugal para tão grande empreendimento?

Alguns dados permitem compreender a situação militar de Portugal em relação a outras nações europeias. A Holanda, por exemplo, era considerada uma grande potência militar: possuía 14 mil navios e 200 mil homens marinha. Portugal tinha menos de 13 navios e somente 4 mil homens nessa função. Na Índia, os holandeses dispunham de 100 naus de guerra de 24 a 30 peças, e no Brasil mais de 60, enquanto Portugal possuía apenas 1 na Índia e 7 no Brasil. Além do aparato material, Holanda ainda contava com “grande número de artilheiros, grandes cabos e oficiais para guerra do mar e terra criados com a doutrina daquela escola e feitos no exército de tantos anos”. Em detrimento, Portugal não possuía nem “cabos e nem oficiais de experiência” como afirmava o padre Antônio Vieira num Parecer em 1648.<sup>71</sup>

Na segunda fase da guerra de Restauração (1647-1656), os terços militares em Portugal encontravam-se em estado miserável. Conforme Dores Costa, na fronteira de Alentejo, havia três anos não se faziam levadas para os terços de infantaria. Além de soldados “bizarros” no conhecimento da guerra.<sup>72</sup> Ampliando mais essa análise, verifica-se que os desafios são bem maiores. A partir de dados sistematizados do parecer de 1648, do padre Vieira, para América, África e Ásia, percebe-se que Portugal mantinha, nesses continentes, áreas pouco assistidas e frágeis do ponto de vista militar.

70 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de História Militar e naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009. p. 253.

71 “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. *ANTT*, MSLIV/0030. p. 38v-39.

72 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. p. 70.

O império luso na Ásia possuía espaços bem mais fortificados, de acordo com os dados de Vieira, em 1648: Goa possuía 4 armadas de remo (para conduzir Cáfilas); 18 a 20 galeotas que levavam 20 até 30 soldados; e uma população de 1.500 portugueses. A importância de Goa pode ser observada até mesmo na forma como o religioso organiza os dados referindo-se às cidades e fortalezas ao norte e sul de Goa<sup>73</sup>.

Ao norte dos espaços citados, os mais militarizados eram a fortaleza de Dio, que possuía 28 peças de artilharia grossa e 30 soldados, em seguida, a Serra de Asserim, que contabilizava 55 “soldados portugueses, e moradores e alguns negros da terra de espingarda, e de arco e flecha”. Outros espaços citados como, por exemplo, o forte de Nu, dispunha de 1 capitão, 4 soldados portugueses e 50 negros de armas. O forte de Sanges também 1 capitão e 10 soldados pretos. Os fortes de Tropar e Maym apenas 1 capitão e 6 soldados cada um.<sup>74</sup>

Ao sul de Goa, há destaque para a Ilha de Ceilão, onde se encontrava a fortaleza de Columbo assistida pelos impressionantes “1.900 portugueses, que é o maior ou quase todo o presidio da Índia” e 30 peças de artilharia, e ainda o reino de Sanafatão com 250 soldados. Logo em seguida, o estreito da Pérsia, no qual se verifica a fortaleza de Mascate, 70 soldados (no inverno com os da armada de 8 a 9 galeotas, chegam a 200) e com “47 peças grossas, 48 miúdas”, conforme documento, a principal desse espaço,<sup>75</sup>

E, por último, Macau, a “segunda na grandeza dentre todas do oriente” com cinco fortes “de muito boa artilharia” e mil “casas de Portugueses”. Os outros espaços citados, como por exemplo, fortaleza de Barcelar, Cananor, Cochim, Bachol, Couião não possuíam nenhum soldado. Outras como Fortaleza de Tanate, Fortaleza de Sibó, Fortaleza de Borea, Fortaleza de Mada e Fortaleza de Roba apenas 1 capitão e nenhuma artilharia.<sup>76</sup>

A relação entre rotas de comércio e militarização está implícita na própria observação que se faz para esses espaços. Macau, por exemplo, é descrito como “empório de todo o comércio, e riqueza que vem da China, e, também era do

---

73 “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. *ANTT*, MSLIV/0030. p. 38v-39.

74 *Idem*.

75 *Idem*.

76 *Idem*.

Japão”. Não sem razão, para esse lugar havia o número bastante significativo de mil casas de portugueses, e cinco fortes de boa artilharia. A Ilha de Ceilão também se observa que é o local “de onde vem a canela”, o que de certa forma justificava os 1.900 portugueses assistindo à fortaleza de Columbo, com 30 peças de artilharia. Se considerarmos a conjuntura de Portugal e sua capacidade defensiva, esses números parecem muito expressivos.

Essa mesma relação pode ser observada para regiões da África. Os espaços mais militarizados eram Luanda, que chegou a contar com 600 soldados, Ilha de Cabo Verde que possuía uma fortaleza e 10 a 12 companhias formadas por negros e mestiços, Moçambique com 100 soldados e uma fortaleza com 23 peças de artilharia, além de outros espaços com poucos ou nenhum soldado ou fortaleza. As informações sobre Moçambique, por exemplo, destacam a sua riqueza e vincula a isso o “comércio de ouro, âmbar e marfim daquela costa”. Além da estratégica posição geográfica, o que o colocava como “a escala abrigo das nossas naus da Índia chave dos tesouros dos Rios de Cuama e Etiópia”. Isso pode explicar o número de 100 soldados, 70 portugueses e uma fortaleza com 23 peças.<sup>77</sup>

No que se refere aos dados da América portuguesa, Bahia aparece bem à frente de outros espaços do ponto de vista militar, com 2.500 soldados, enquanto Rio de Janeiro contava com 500 para 600 soldados “sem experiência”, Pernambuco com menos de 300 soldados e Espírito Santo, 24. Outros espaços como Ceará, Sergipe, São Paulo, Porto Seguro, Cabo Frio e Ilha de Santos, para citar apenas alguns espaços, não dispunham de nenhum soldado. No que se refere a fortalezas, o quadro se mantém, Bahia aparece com 12, Rio de Janeiro e Ilha de Santos com 2 fortalezas cada. Além desses, constam uma fortaleza no Ceará, em São Paulo, Ilhéus, Ilha de Santos e Cabo Frio, outros espaços não possuem fortalezas.<sup>78</sup>

Portanto, fica evidente, a partir desses dados, que, no Estado do Brasil, a Bahia, nessa altura, era a praça mais povoada e fortificada, dispondo de maior número de soldados para defesa. Isso está relacionado ao seu papel desempenhado na estrutura do império português. A estrutura jurídica e administrativa instalada em Salvador, destacada por Frei Vicente do Salvador no século XVII

---

77 *Idem.*

78 *Idem.*

como o “coração” do Brasil, em que todas as demais capitanias pudessem recorrer. Guida Marques ressalta também a representação de “cabeça do Estado do Brasil”, ao longo do século XVII. Fundada em 1549 – a peculiaridade é evidenciada com a criação do Bispado em 1551 –, tornou-se um centro de administração religiosa. Tomada pelos holandeses em 1624, e retomada no ano seguinte pelas forças luso-castelhanas, tornou-se peça-chave na dinâmica do sistema político e administrativo do Brasil.<sup>79</sup> De fato, ao que parece pela estrutura defensiva em 1648, Bahia teve um papel diferenciado na conjuntura administrativa do Brasil e na relação com o Atlântico.

Para o Estado Maranhão, há uma completa ausência de informação sobre a ocupação desse espaço. Os dados que aparecem são de 400 moradores e 70 soldados.<sup>80</sup> Não há referência a fortalezas ou outros espaços ocupados. Esses dados são bastante curiosos. Ora, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado em 1621 e já se inseria em uma significativa troca de correspondências, mesmo antes desse período. Eram crônicas, cartas e memórias que representavam o Maranhão e suas riquezas.<sup>81</sup> Além disso, é importante lembrar episódios como a expulsão dos franceses de São Luís (1615) e a fundação de Belém (1616) que indicam que a região passou a integrar os interesses da Coroa portuguesa.

É importante destacar ainda a ausência da referência dos espaços da América portuguesa ao comércio, como se faz para as regiões da África e Ásia. Por outro lado, é bastante curioso a pouca ou quase nenhuma atenção que se dá ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Talvez isso esteja relacionado ao contexto de pouca expressividade do comércio das drogas do sertão, embora no documento haja a referência a esses produtos como promissores para o comércio, advertindo-se que estes “já estejam cheirando aos estrangeiros”. Essa observação está relacionada à presença sobretudo de ingleses, franceses e holandeses na região.

Se considerarmos esses dados sobre América, África e Ásia, constata-se que os pontos de maior número de portugueses, soldados e artilharia em meados

---

79 MARQUES, Guida. “Por ser a cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII”. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo S. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016.

80 “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. *ANTT*, MSLIV/0030. p. 38v-39.

81 CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica” (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.

do século XVII são, sem dúvida, as possessões na Ásia, mais especificamente em Goa e Macau. Isso está relacionado à importância que esses espaços tinham para o comércio. Essa hipótese fica evidente quando observamos, por exemplo, as regiões da África e da América portuguesa. A militarização dos espaços parece estar estreitamente relacionada à importância da região para o comércio.

A militarização do Estado do Maranhão e Grão-Pará deve-se em grande parte à importância que as drogas do sertão passaram a ocupar a partir da primeira metade do século XVIII. Todavia, é importante destacar que dada a complexidade geográfica da região, as políticas mais incisivas de militarização enfrentaram grandes dificuldades para serem implementadas. A construção de fortalezas dependia de um precário sistema de financiamento, a manutenção de militares no local era inexpressiva e as tropas eram mal providas de gente e armamentos, como veremos nos demais capítulos deste livro.

Portanto, a essa altura parece evidente que as áreas mais militarizadas das conquistas ultramarinas de Portugal eram as que ocupavam a centralidade nas relações de comércio e mercadorias. Todavia, embora esses espaços apareçam mais bem garantidos pela presença de fortalezas, soldados e moradores, o parecer afirma que com poucos esforços a Holanda poderia tomar espaços no Brasil, África e Ásia, destacando a importância de manter a paz e não a guerra.

Nem mesmo no reino havia políticas claras e sistemáticas de provimento de gente para defesa. Se considerarmos que as companhias regulares em Portugal foram criadas em 1640, verifica-se que pela data do parecer, 1648, a situação defensiva no ultramar é bastante problemática. Além disso, a própria aversão dos súditos à integração ao serviço militar prejudicava sobremaneira o provimento das companhias, conforme destaca Fernando Dores Costa.<sup>82</sup>

Portanto, há um quadro militar muito precário que exigia da dinastia de Bragança atitudes urgentes. Essa fragilidade do século XVII, tanto no reino como nas conquistas, implicou o *ordenamento militar do reino* que, mediante uma série de alvarás e regimentos, iniciou um processo de transição militar que se concluirá na segunda metade do século XVIII, por meio da profissionalização e disciplinarização dos exércitos lusos.

Observa-se, por essa razão, uma *maior flexibilização da gente de guerra no reino e nas conquistas*, verificada na aliança de nativos nas campanhas de guerras,

---

82 COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

sem os quais ficaria o império e as áreas coloniais completamente desassistidas. Essa problemática, portanto, será a base para o ordenamento jurídico e constitucional de um processo de criação e disciplinarização das forças militares em Portugal.

Nessa perspectiva, a militarização está estritamente relacionada com o poder e a própria afirmação da dinastia de Bragança ao trono português. A constituição de exércitos permanentes, o domínio da arte da guerra e dos aparatos militares significam também, nessa interpretação, o controle, a manutenção e a proteção das rotas de comércio e a vigilância do ultramar.

Além disso, implica o estabelecimento da posição de Portugal diante de outras nações europeias. Em outras palavras, como ressaltai na introdução deste capítulo, há uma simbiose entre *força militar* e *poder político*. Inclui-se nessa conjuntura as capacidades bélicas, os recursos humanos e materiais e, sobretudo, o fortalecimento estratégico e diplomático da própria dinastia de Bragança no contexto internacional de intensas disputas por rotas complexas de comércio nunca experimentadas.

A guerra, nessa percepção, inclui, dentre muitos aspectos, a construção da legitimidade do conflito e, ainda, da definição das estratégias de ataque e defesa, para os quais o conhecimento dos aparatos bélicos disponíveis é igualmente importante. Trata-se ainda da compreensão das capacidades bélicas do inimigo, além do estudo das fragilidades que em campanha podem significar o “calcanhar de Aquiles” para um ou outro lado. Isso fica evidente quando, em 1648, Vieira expõe com dados numéricos a insuficiência de soldados para defesa de que dispunha Portugal em detrimento das forças bem mais superiores como da Holanda.<sup>83</sup>

O aprendizado da guerra, portanto, não é uma propriedade unilateral. Ora, o conhecimento acerca das capacidades defensivas inclui o estudo das estratégias e compreensões da guerra do oponente. Está implícito que a capacidade de defesa, a militarização dos espaços, as manutenções de exércitos bem treinados constituíam uma premissa para o fortalecimento da monarquia. São exemplares nesse sentido a referência que se faz à França, Holanda e Inglaterra, para os quais o poder estava estritamente ligado aos seus exércitos e poderio

---

83 “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. *ANTT*, MSLIV/0030. p. 38v-39.

militar. São esses elementos que permitem compreender a profunda transição militar pela qual passou Portugal em meados do século XVII até a segunda metade do século XVIII.

• • •

As questões levantadas são a chave para compreender três fases importantes da militarização do reino e das conquistas. Primeiro, as reformas iniciadas por D. João IV que podem ser caracterizadas pela constituição e ordenamento jurídico da militarização do reino e das conquistas. Segundo, no reinado de D. João V, que é marcado pela tentativa de efetivação desses infindáveis regulamentos, que se sobrepunham em diversos regimentos, alvarás, decretos que não raro eram borrados pela experiência nas áreas coloniais. E, em terceiro lugar, o que poderíamos chamar de uma reforma que tinha por objetivo disciplinar e profissionalizar as forças militares, verificadas no reinado de D. José I, sobretudo por intermédio das políticas do Marquês de Pombal, protagonizadas pelas ações de Conde de Lippe, a partir da década de 1760.

Neste livro, não vou tratar de esmiuçar o terceiro momento da reforma porque acredito que esse período tem sido já bastante tratado pela historiografia, embora não me isente de lançar reflexões para esse período à medida que a compreensão do meu objeto exigir a narrativa desse contexto.<sup>84</sup>

84 Podemos citar alguns trabalhos como: MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII: as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império português no Centro-sul da América*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Ver ainda: MELLO, Christiane Figueiredo. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, n. 1, 2006; SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda: SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda: SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/ Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v. 8, n. 1. p. 86. POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 2, ago. 2010. Ver ainda do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006; COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012;

Observa-se centralidade dos estudos de defesa para segunda metade do século XVIII, em razão de se atribuir ao Conde de Lippe as principais ações da reforma militar de Portugal. Essa questão é ponderada aqui. Partimos do pressuposto de que, anteriormente a esse período, há significativas mudanças que tinham por objetivo centralizar as questões defensivas no império. Portanto, destaca-se a importância do primeiro e segundo momento dessa transição e considera-se esses três momentos como parte de um mesmo processo – de *afirmação geopolítica internacional de Portugal* para o qual a militarização e defesa do império é parte fundamental.

## 2 A letra da Lei. Decretos, Regimentos e Alvarás

Chamamos de reforma *orgânica/institucional* o conjunto de iniciativas para a formação e regulamentação da questão militar do reino a partir de 1640 até 1750. Essa reforma se caracteriza a partir de três elementos fundamentais: 1) *Instituições* (criação do Conselho de Guerra e da Secretaria dos Estados e dos Negócios Estrangeiros e de Guerra); 2) *Jurisdição militar* (criação de postos militares e regulamento de suas atribuições) e 3) *Companhias militares* (criação dos corpos regulares e auxiliares), os segundo e terceiro itens serão tratados no segundo capítulo.

Centralizar as questões de defesa significava constituir juridicamente as bases para militarização. Tratava-se, para o rei bragantino, de uma emergência administrativa, a criação do que Dores Costa chamou de “superestrutura militar”.<sup>85</sup> Essa superestrutura incluía a constituição de instituições estritamente vinculadas ao assunto de guerras, como por exemplo, o Conselho de Guerra (1641). Além disso, era necessário um corpo jurídico que pudesse subsidiar e regulamentar a formação de companhias militares, o recrutamento, os postos e, principalmente, a forma mais apropriada de defesa do reino e das conquistas.

---

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar*: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Ver ainda: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender*: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 283-297. GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte*: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000. p. 196-224.

85 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. p. 24.

Por essa razão, verifica-se, ainda no século XVII, um conjunto de Regimentos e Alvarás que subsidiaram essa primeira reforma. Trata-se de um corpo documental exaustivo, elaborado em contexto de guerra. O quadro a seguir organiza os principais documentos que levantamos para o contexto da Restauração.

**Quadro 1** – Regimentos e Alvarás – primeira fase da reforma militar (1623-1679)

Ano	Documento
1623	Regimento dos oficiais da ordenança <sup>86</sup>
1640	Regimento dos corpos regulares
1643	Regimento do Conselho de Guerra <sup>87</sup>
1645	Carta Régia sobre a Criação de soldados auxiliares <sup>88</sup>
1645	Regimento de Fronteira <sup>89</sup>
1645	Alvará sobre deserção
1645	Alvará sobre a companhia auxiliar <sup>90</sup>
1645	Alvará dos Privilégios dos Soldados Auxiliares <sup>91</sup>
1650	Regimento dos Governadores sobre as questões militares
1658	Regimento dos Quintos que se hão de tirar das prezas que se fizerem em Castela <sup>92</sup>
1661	Regimento para introdução dos soldados auxiliares <sup>93</sup>
1661	Alvará sobre os soldados Auxiliares <sup>94</sup>
1664	Alvará sobre as pessoas que servem na Artilharia
1678	Regimento dos Governadores das Armas de todas as Províncias, seus Auditores, e Assessores na maneira que nele se declara <sup>95</sup>
[s/d]	Teses da Arquitetura Militar <sup>96</sup>
1679	Alvará sobre os Soldos <sup>97</sup>

86 “Regimento dos oficiais da ordenança” - PT/Arquivo Histórico Militar -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

87 “Regimento do Conselho de Guerra”, 1643. *Biblioteca do Exército Português*, Lisboa-Portugal. Consta ainda com o título “Lei que autoriza as deliberações do Conselho de Guerra” em: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo II, pp.241-252.

88 “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

89 “Regimento das fronteiras”, PT/ Arquivo Histórico Militar -DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17.

90 “Alvará sobre a companhia Auxiliar”, 1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

91 “Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

92 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p. 208-214.

93 “Regimento para introdução dos soldados auxiliares” -PT-AHM-DV-1-02-1-28.

94 “Alvará sobre os Soldados Auxiliares”. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

95 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo II, pp. 1-13.

96 “Teses da Arquitetura Militar” - Luís Serrão Pimentel. *ANTT- MSLIV-1104*, p. 183-186.

97 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo I, pp.208-209.

Conforme pode se verificar no Quadro 1, o volume de legislação sobre a questão militar é muito significativo. Um corpo documental que trata dos mais diversos aspectos da militarização torna evidente a centralidade da política na constituição de um reino forte e com capacidade defensiva.

O regulamento da guerra e o registro da gente e dos gastos militares passaram a ser uma política de estado. Portanto, esfacela-se o antigo sistema mercenário de defesa. Em Portugal, a constituição dos exércitos formados por súditos do rei, em 1640, aproximou o poder político e o poder militar. Ora, o poder da Coroa está atrelado a sua capacidade defensiva. Essa percepção inclui mudanças significativas e impulsiona a premência de postos e cargos que integram a complexa máquina de guerra.

No *Regimento de Fronteiras*, por exemplo, se definem as atribuições para Vedor Geral do exército, posto no qual os indivíduos eram responsáveis por fazer registros dos pagamentos dos soldados e mais gastos necessários em livros e listas. Esse registro era importante para “justificação da despesa do dinheiro que se gasta na guerra”. Para esse ofício de Vedor, o regimento prevê “quatro oficiais de pena e quatro comissários de mostra”.<sup>98</sup>

Além desses, registra-se o cargo de Pagador Geral que é citado no Regimento de Fronteiras, em diversos artigos. A partir das informações apreendidas do documento, a pessoa é responsável por realizar o pagamento dos soldos dos soldados, conforme se destaca na ocasião da mostra: “lhe contará o pagador sobre a mesa o dinheiro”. Além disso, “todas as obras e compras de batimentos e suas conduções que se fizerem por razão da guerra se farão com intervenção do vedor geral”, responsável por dar os despachos necessários e controle dos papéis referentes a despesas de guerra, canalizados na controladoria, onde o dinheiro e pagamento se faria através do Pagador Geral.<sup>99</sup>

Portanto, é evidente que a militarização significou também a dilatação do organismo burocrático da guerra. Os inúmeros registros previstos nesses regimentos, como por exemplo, o registro de despesas e de gente que integrava as companhias, preencheram livros, listas e mapas com uma peculiar e necessária correspondência entre militares e Coroa, no reino e em diversas partes da conquista. Além dos inúmeros pareceres, certidões, atestados, cartas patentes

98 “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

99 *Idem*.

que integram processos de provimento de cargos mais elevados da hierarquia militar. Aliás, o provimento para esses postos também foi normatizado com as reformas de D. João IV.

Para capitão, só poderia concorrer o militar que houvesse cumprido seis anos efetivos de soldado e três no posto de alferes, ou dez anos efetivos de soldado. Todavia, essa condição do tempo de serviço apresenta uma flexibilidade normativa para casos em que o sujeito seja considerado “pessoa de muita qualidade em que concorre virtude, ânimo, e prudência”, poderia admitir a eleição de capitão com a condição de que “haja servido na guerra seis anos efetivos ou pelo menos cinco”.<sup>100</sup>

Conforme se verifica, a experiência da guerra é superior a qualquer critério de serviço para o posto de capitão. Esse conhecimento explica as detalhadas narrativas de guerra utilizadas por militares que concorriam aos editais para provimento de posto de capitão na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII. Para alferes e sargento, verifica-se a exigência de quatro anos efetivos para ambos os postos.

O recrutamento dos soldados para as companhias estava previsto no *Regimento das Ordenanças*, de 1570. A forma obrigatória e compulsória de integração nas companhias tornava o serviço militar indesejado. Portugal precisou lidar com a insubmissão dos soldados lusos durante todo o século XVIII, conforme destaca Fernando Dores Costa.<sup>101</sup>

A falta de gente para compor as companhias regulares criadas em 1640 é um problema recomendado inclusive na legislação, na qual se lê “convêm muito que as companhias não andem notavelmente diminutas”.<sup>102</sup> Essa insistente falta de gente explica a criação das companhias auxiliares e atenção recebida por essa força no contexto da Restauração. Conforme pode-se verificar no Quadro 1, após o *Regimento da milícia ou corpo auxiliar* que institui essa força em 1641, temos mais quatro legislações dedicadas a essa força: o *Alvará sobre a companhia auxiliar* (1645) e *Alvará dos privilégios concedidos aos auxiliares* (1645), o *Regimento para introdução dos soldados auxiliares* (1661) e o *Alvará sobre os soldados Auxiliares* (1661).

---

100 *Idem*.

101 COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão. Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

102 “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

Essa força intermediária, como veremos no próximo capítulo, também estava organizada em companhias sob comando de um capitão. Todavia, não tinha a vida militar por excelência, razão pela qual não recebia soldo pelo serviço prestado. Ela deveria acudir em caso de necessidade às tropas de linha, por isso tinham treinamentos militares regulares. A forma de manter essas companhias providas de gente eram as trocas por meio da concessão de privilégios.<sup>103</sup>

A preocupação em regular as questões da guerra e jurisdição pode ser lida nas primeiras linhas do *Regimento dos Governadores das Armas de todas as Províncias, seus Auditores, e Assessores*, de 1674, em que se escreve que a “calamidade da Guerra” se introduziu também na administração da justiça. Isso se deve à “ausência que havia no reino de leis e regimentos com clareza e distinção de jurisdição” militar e ordinária, o que tem ocasionado contendas entre “cabos de milícia, seus auditores, e os ministros.”<sup>104</sup>

Os Governadores das armas e Mestres de campo geral têm poder de sentenciar crimes cometidos nas praças, na presença do auditor geral. Isso porque convém que “crimes militares de motins, rebelião, trãnsfuga, quebrantamento de bando, e outros semelhantes, que pela qualidade deles não se admitem privilégios, nem exceção de pessoas”. Nesses casos, a pena de morte e imediata execução, sem apelação e nem agravo, a julgar pelos votos do Governador das armas, Mestre de Campo Geral, Auditor Geral, Corregedor da Comarca ou Provedor e, na ausência de um desses, o Juiz de Fora ou Julgador letrado mais vizinho.<sup>105</sup>

---

103 De acordo com o Alvará dos Privilégios dos Soldados Auxiliares de 1645, os que se alistavam nas companhias auxiliares eram concedidos os seguintes privilégios: “que não sejam obrigados a contribuir com peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos nem a outros alguns encargos dos Conselhos, nem lhes tomem casas, adegas, estribarias, pão, vinho, roupas, palha, cevada, lenha, galinhas e outras aves, e gados e assim bestas de celas, e de albarda, não as trazendo a ganho. Que gozem de todos os privilégios do estanho do tabaco. Que sejam filhados do foro da Casa Real aquele que melhor o merecerem, conforme as qualidades de suas pessoas, aos quais terei particular cuidado de mandar prover nas propriedades, e serventias dos ofícios que vagarem nas suas terras, e neles couberem. Que gozem dos mesmos privilégios dos soldados pagos todo o tempo que estiverem alistados, e posto que deixem de ir as fronteiras por não ser necessário, se lhe terá respeito como se servisse na guerra. Que os que tiverem um ano de serviço das fronteiras na forma do meu regimento, se poderão escusar de ir a elas pedindo eles, e em seu lugar se nomearão outros. Que os capitães e oficiais enquanto o forem dos Auxiliares gozarão dos mesmos privilégios da gente paga”. Texto extraído do “Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33

104 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo II, pp.1-13.

105 *Idem*. Sobre essa questão ver: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.

Todavia, os governadores estavam por esse regimento proibidos de “se intrometerem por alguma via nas matérias tocantes a fazenda real, como são Alfandegas, Portos Secos, Terças, Cizas, bens de Conselho”, os quais tinham tribunais separados. Exceto em ocasiões em que se constate “descaminhos prejudiciais ao bom governo público da justiça ou fazenda”.<sup>106</sup>

Conforme se verifica, o posto de governador das armas possui funções mistas, agrega a ação administrativa, de guerra e de justiça nos casos de delitos de militares dentro da praça pertencente a sua jurisdição. Essa base jurídica se manterá durante a primeira metade do século XVIII, durante o reinado de D. João V (1707-1750), com poucas adequações e ampliação. A experiência da presença portuguesa nas áreas coloniais e o desenvolvimento do comércio, de novas rotas e mercadorias, implicaram políticas mais incisivas de estabelecimento e defesa de espaços coloniais.

A historiografia tem dado pouca atenção a esse segundo momento de transição militar de Portugal, por parecer um período imprensado entre as inovações militares de D. João IV e a profissionalização verificada nas reformas do reinado de D. José. Todavia, quando se sistematiza o corpo documental militar do século XVII e século XVIII, verifica-se que o reinado de D. João V trouxe também contribuições para a militarização lusa. Esses três momentos, portanto, fazem parte de um mesmo processo de transição militar que se adequa pelas experiências de guerra e conquista. Vejamos os principais regimentos desse período.

---

106 *Idem.*

**Quadro 2** – Regimentos e Alvarás – segunda fase da reforma militar (1708-1732)

Ano	Documento
1708	Ordenanças Militares: Regimento para o Exército estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V. <sup>107</sup>
1709	Alvará sobre a eleição dos oficiais de Ordenança. <sup>108</sup>
1710	Resolução sobre as declarações de vários capítulos do novo regimento militar para melhor inteligência deles e evitar dúvidas. <sup>109</sup>
1720	Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si. <sup>110</sup>
1735	Regimento relativo aos capitães de mar e guerra e mais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade. <sup>111</sup>
1736	Regimento da boa ordem e governo que deve haver nos navios de Sua Majestade. <sup>112</sup>
1738	Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças. <sup>113</sup>
1752	Alvará porque S. Majestade da forma de despesa das Fortificações das Praças, e à inspeção, administração e medição das obras a elas pertencentes. <sup>114</sup>

Conforme podemos verificar, comparado ao século XVII, é um volume documental bem menor, o que ocorre porque a base jurídica desse período é, em grande parte, mantida para a primeira metade do século XVIII. Exemplar nesse sentido é o *Regimento de Fronteiras* (1645), que se mantém como principal documento para o regulamento do recrutamento no reino e nas conquistas.

107 “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. *Biblioteca do Exército de Portugal*. Cota: E015; Coleção: Regulamentos.

108 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo IV, pp.1-22.

109 “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”.

110 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.14-15.

111 “Regimento relativo aos capitães de mar e guerra e mais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade”. 19 de janeiro de 1735. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 45.

112 “Regimento da boa ordem e governo que deve haver nos navios de Sua Majestade” de 24 de março de 1736. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 49.

113 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p. 34-35.

114 “Alvará porque S. Majestade da forma de despesa das Fortificações das Praças, e à inspeção, administração e medição das obras a elas pertencentes”. Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. S. Cardial Patriarca. 1758. PT-AHM.

Em 1711, por exemplo, se solicita as cópias dos capítulos do Regimento de Fronteira para o Rio de Janeiro no Estado do Brasil. Verificando-se os capítulos enviados, constata-se que se trata dos mesmos que integram o texto de 1645.<sup>115</sup>

Essa constatação, portanto, não anula a importância de D. João V na constituição da militarização e defesa do império. Seu reinado buscou aprimorar esse sistema de defesa constituído. Ampliou as ações de aplicação e adequação desses regimentos. As novas *Ordenanças Militares* de 1708, por exemplo, constituem um importante documento que norteou diversos aspectos da militarização desse contexto.

Nas primeiras linhas em que se justifica as novas Ordenanças de D. João V, lê-se a expressão “tendo mostrado a experiência”. De fato, a vivência da conquista e da guerra fora o termômetro para a análise do conjunto documental constituído na emergência da Guerra da Restauração. Os exércitos no novo reinado se compunham “de diferentes nações, o que resultam alguns inconvenientes e desordem pela diversidade de postos, e dos estilos, que entre si pratica cada uma delas”. Ora, a intenção com o regimento de 1708 era tornar claras a constituição dos postos do oficialato e as diversas questões militares e era aplicável à infantaria e cavalaria.

Pelas novas Ordenanças, ficou proibido aos coronéis de infantaria, artilharia, dragões ou cavalaria tirar “algum homem das companhias vagas para encher a sua”. Assim como se proibiu oficiais de “venderem algum emprego em seus regimentos ou companhias”. Ressalta-se ainda que esses oficiais não poderiam se ausentar dos postos sem licença, caso contrário, perderiam os referidos postos. Além dessa questão, o documento versa sobre fortificações, guardas, rondas, armazéns, companhias e soldados.<sup>116</sup>

No que se refere à punição de crimes cometidos por soldados ou oficiais, a Ordenança prevê mais celeridade no processo. De acordo com o documento, a forma como se fazia, por meio de um “dilatado processo”, significava, pela demora na conclusão, ficarem sem castigo ou com execução tardia ao ponto que não fazia mais nenhuma “impressão ao soldado”. A solução era que

---

115 “Formulário e ordens que se observam na tesouraria gral das tropas de São Sebastião do Rio de Janeiro. Contém relatório do tesoureiro e as providencias que tomou”. PT/AHM/DIV-2-01-01.

116 “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército eftiver em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares defte Reino, e do de Caftela / D. João V”.

o delinquente fosse “logo preso” e imediatamente sargento-mor ou ajudante dessa parte ao governador das armas e auditor geral do exército, informando sobre o delito, nome do soldado e seu lugar de proveniência.<sup>117</sup>

A experiência colonial assentou nesse período os limites entre a lei e a permissão dos diversos regimentos e alvarás sobre a militarização no reino e nas conquistas. A militarização na capitania do Grão-Pará, por exemplo, na primeira metade do século XVIII, se fez em muitos casos à revelia desses infundáveis regulamentos. Isso ocorria até mesmo pela falta de ciência das atribuições.

Assim se verifica, no próprio texto da lei, em que se destaca que se tratava de documentos que buscassem dar “melhor inteligência deles e evitar dúvidas”, como se verifica na *Resolução sobre as declarações de vários capítulos do novo regimento militar* de 1710.<sup>118</sup> Da mesma forma, em 1738, no *Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças*, verifica-se essa tentativa de dar ciência dos regulamentos militares instituídos no reinado de D. João V.<sup>119</sup>

Portanto, há clara evidência de que, desde que iniciadas as políticas sistêmicas de defesa em 1623, não houve tempo suficiente para o aprendizado de tantas determinações e normativas. Se no reino havia muitos problemas de entendimento da jurisdição, da constituição dos corpos militares, dos postos, dos privilégios, das isenções e do recrutamento, para as distantes áreas coloniais isto tornava-se ainda mais problemático.

Essas áreas tornaram-se um verdadeiro “laboratório” para a implementação desses regulamentos. O limite dessas legislações era a necessidade de efetivar a defesa sem recursos humanos e financeiros, como bem constatou o padre Vieira, “e que dinheiro, e gente é que temos?” Nesse primeiro momento, a militarização exigiu maior adequação e flexibilização das suas forças às condições locais. Isso explica o recrutamento compulsório e indiscriminado nas

---

117 *Idem.*

118 “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército efetivar em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deffe Reino, e do de Caffela / D. João V”.

119 “Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças” p. 34-35.

conquistas,<sup>120</sup> a incorporação no sistema defensivo de moradores das vilas, da aceitação de tropas formadas por negros e mulatos,<sup>121</sup> da incorporação e aliança com indígena,<sup>122</sup> pela presença de ciganos e degredados nas companhias militares, ou ainda ao recrutamento de vadios e vagabundos obrigados a servir nas tropas regulares.<sup>123</sup>

Essa condição será amplamente combatida na segunda metade do século XVIII, em que se buscava profissionalizar e disciplinar os militares a partir de um processo, como destacou Francis Albert Cotta, de potencialização da ideia de um *espírito militar*.<sup>124</sup> As companhias nesse contexto eram vistas como indisciplinadas, com soldados e oficiais ignorantes na arte militar. Essa perspectiva está presente no texto de diversas leis, alvarás e regimentos publicados a partir de 1754, refletindo o alinhamento com a arte de guerra francesa, considerada uma das mais avançadas da época. A contratação do Conde de Lippe expressa bem essa característica, que veio se delineando desde a Guerra da Restauração com o apoio do marechal Friederich Hermann Von Schomberg, o conde de Schomberg.

O Conde de Lippe foi o responsável por adequar os exércitos lusos ao profissionalismo exigido pela arte de guerra moderna. Essa terceira e última fase que chamo de *disciplinar/pedagógica* caracteriza-se pela centralidade no profissionalismo do soldado. A construção dessa percepção que está associada ao ensino e à formação. Ora, simultâneo a esse movimento de disciplinarização do militar, verifica-se o discurso sobre a qualidade dos sujeitos que integram as companhias e postos mais elevados na hierarquia militar. Desse terceiro momento foi possível sistematizar os seguintes documentos, organizados no quadro a seguir.

---

120 PEREGALI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

121 SILVA, Luís Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul./dez. 2013.

122 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2010.

123 AMADO, Janaína. “Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial”. *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*. v. 6, p. 813-832, set. 2000.

124 COTTA, Francis Albert. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 50.

Quadro 3. Regimentos e Alvarás – terceira fase da reforma militar (1754-1799)

Ano	Documento
1754	Regimento dos Majores dos corpos e dos capitães <sup>125</sup>
1757	Alvará sobre os Cadetes <sup>126</sup>
1758	Alvará dos Privilégios <sup>127</sup>
1762	Regimento dos Oficiais Gerais em Geral <sup>128</sup>
1762	Lei sobre jurisdição os oficiais de menor patente e os mais graduados <sup>129</sup>
1763	Alvará que autoriza as Instruções Gerais <sup>130</sup>
1763	Alvará sobre os Auditores Gerais da Gente de Guerra <sup>131</sup>
1763	Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha <sup>132</sup>
1763	Regulamento sobre os Auditores <sup>133</sup>
1763	Alvará sobre Artilharia <sup>134</sup>
1763	Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia <sup>135</sup>
1763	Alvará dos Uniformes em Geral <sup>136</sup>
1764	Carta Régia que autoriza as Ordens do M.G. Lippe <sup>137</sup>
1764	Alvará sobre o Regulamento dos Auditores <sup>138</sup>
1764	Sobre o Armamento <sup>139</sup>
1764	Alvará de como se deve fazer Recrutamento <sup>140</sup>
1765	Alvará sobre Desertores <sup>141</sup>
1770	Alvará perpétuo de sucessão de Vice-Reis, Governadores e Capitães Gerais do Estado do Brasil, Pará, Reino de Angola e Ilhas Adjacentes a este reino <sup>142</sup>
1790	Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho <sup>143</sup>
1799	Sobre Militares que vão servir nos domínios Ultramarinos <sup>144</sup>

125 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.88-108.

126 *Idem*, p. 113-117.

127 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.408-409.

128 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p.29-32.

129 *Idem*, pp.35-36.

130 *Idem*, p.252-255.

131 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.410-421.

132 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.77-82.

133 *Idem*, pp.119-120.

134 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp. 51-52.

135 *Idem*, pp. 53-56.

136 *Idem*, pp.104-107.

137 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.256-257.

138 *Idem*, pp.119-121.

139

140 “Alvará de como se deve fazer o Recrutamento”, 1764 *AHM*. Div/3/3- Caixa: 39, Doc.91

141 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p.142-147.

142 *Idem*, p. 197-199.

143 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.186-195.

144 *Idem*, pp.202-203.

Esse significativo conjunto documental caracteriza-se pela normatização e profissionalização do *ser militar*. A ciência, o profissionalismo, a conduta, o conhecimento e a formação são alguns aspectos introduzidos por Frederico Guilherme Ernesto, o Conde de Lippe, que esteve à frente dessas reformas a partir da década de 1760, cuja atuação foi autorizada por carta régia de 14 de outubro de 1764.<sup>145</sup> Todavia, como destacamos atrás, não se inaugura o militarismo português nesse contexto. Este já vem se desenvolvendo desde a Restauração, com políticas sistemáticas de centralização da responsabilidade de defesa nas mãos do Estado.

Essa reforma de matriz prussiana pode ser verificada principalmente na disciplina. A centralidade na formação do soldado integra um processo definido por Francis Albert Cotta como “revitalização e revalorização do *espírito militar*”. Trata-se da valorização da honra, das virtudes e do sacrifício. A estratégia vincula-se ao conhecimento da ciência da guerra. Conde de Lippe “exortava oficiais que se dedicassem à leitura em horas de descanso”, prática estimulada pelo empréstimo de livros em cada regimento. Essas bases teóricas ressaltavam as qualidades do *ser militar*. Além de introduzir o soldado na arte da guerra, por meio de manuais de conduta e exercícios.<sup>146</sup>

Essa preocupação pode ser observada no próprio texto da legislação. No *Regimento dos Oficiais Gerais em Geral*, de 2 de abril de 1762, por exemplo, destaca-se a manutenção da disciplina ao serviço e às ordens dadas.<sup>147</sup> Nessa mesma direção, o *Alvará sobre os Auditores Gerais da Gente de Guerra* exige que haja para cada regimento um “auditor letrado”, instruído não só nos artigos da guerra, como também nas leis civis.<sup>148</sup>

Essa exigência fica ainda mais evidente no *Plano [...] para estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia* de 15 de julho de 1763.<sup>149</sup> Nele, se determina que nos Regimentos de Artilharia se escolha um oficial para ser lente de aula encarregado da “explicação e tradução dos autores,

---

145 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.256-257.

146 COTTA, Francis Albert. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquista e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: OIKOS, 2012, p. 47.

147 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II.

148 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.410-421.

149 *Idem*, pp. 53-56.

que o mesmo senhor manda seguir nas aulas desta profissão” que são “inalteravelmente”: Monsieur Belidoro e seu curso de matemática; Monsieur du Lacq “para a arte de lançar as bombas”, do capítulo de seu livro “Mecanismo de Artilharia”; Monsieur de Saint Remy para “compreender e praticar todas as diferentes composições de fogos de artifício que serve para a guerra”, assim como operações e manobras de artilharia; Monsieur de La-Valiere para a ciência das minas; Monsieur de Vauban para o conhecimento de engenharia e fortificação presente no seu livro intitulado *Ataque e defesa das Praças*.<sup>150</sup>

É evidente o alinhamento com o conhecimento de guerra francês que se justifica pelo comando de Conde de Lippe para o que se recomendava a tradução das obras para a língua portuguesa. Além disso, é importante ressaltar a valorização da profissionalização do militar para superar o que o texto da lei define como “decadência teórica e prática da artilharia” em todas as partes do reino. Problema que impõe a “indispensável necessidade de conservar com ciência e exercício os corpos”.<sup>151</sup>

Essa percepção também pode ser verificada nos *Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*, publicado em 2 de janeiro de 1790, em que se regula o curso de fortificação, engenharia e desenho, definindo-se, dentre muitos aspectos, os professores, os exercícios práticos, o tempo das aulas e o que deve ser ensinado.<sup>152</sup> É evidente, portanto, que esse terceiro momento buscava tornar o militar um profissional dotado de conhecimento sobre a guerra, ou seja, manter um exército permanente e sempre exercitado.

É importante destacar o impacto social dessas políticas de militarização. Pelo volume de determinações que se complementam, se anulam e se sobrepõem, pode-se conjecturar as problemáticas ensejadas no reino e nas conquistas. O recrutamento compulsório e indiscriminado de toda sorte de gente provocou mobilidade involuntária, resignificou famílias, desarticulou a lavoura familiar e grupos indígenas. A força coercitiva embalou conflitos, guerras, resistências. A prestação de serviço militar à Coroa reelaborou os códigos de nobreza, de distinção social e privilégios nas conquistas. Esses mesmos

---

150 “Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia” 15 de julho de 1763. In: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp. 53-56.

151 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.141-143.

152 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.186-195.

códigos foram interpretados por sujeitos-chaves, como as lideranças indígenas que os utilizaram para seus próprios interesses.

Aqui não é intenção esmiuçar todas as peculiaridades desse conjunto normativo sobre a questão militar, embora ele seja acionado sempre que necessário ao longo deste estudo como contraponto às experiências e dinâmicas defensivas do norte da América portuguesa. Por outro lado, a sistematização dessa legislação é importante para que possamos compreender o esforço da Coroa portuguesa em tornar-se militarmente forte, capaz de defender seus domínios.

Todavia, esse não é o único aspecto, há ainda uma renovação institucional responsável por atender às demandas desses processos. Podemos citar aqui os mais significativos organismos que estiveram no centro das modificações militares do reino e conquista, são eles o *Conselho de Guerra* (1641), o *Governo das Armas*, a *Junta dos Três Estados* (1641) e a *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra* (1737).

### 3. Inovações Institucionais

Pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643, se estabelecem as normas e atribuições do Conselho de Guerra, criado em 11 de dezembro de 1641. A distância de dois anos que separa a criação do Conselho e o seu regulamento evidencia a emergência que as ações de guerra demandavam a Portugal. Como se observa, constituiu-se a composição institucional antes de seu regulamento.

Essa instituição seria responsável por subsidiar a reforma das forças militares, mas principalmente consultar sobre os mais diversos assuntos da guerra. Dentre as muitas atribuições, destacam-se a consulta de “todos os postos e cargos da guerra, de capitães até capitães gerais e governadores e Capitães-Mores das praças do Reino e suas Conquistas, e o Exército, ou Exército de mar e terra”. Além disso, estariam a seu encargo as “conduções de vitualhas, munições e petrechos, e levas de gente, fortificações de lugares, ou desmantelai-os, mover Exército, as ordens, Regimento de cargos superiores, e as coisas que de novo se ofereçam”.<sup>153</sup>

Fernando Dores Costa explica que a criação do Conselho de Guerra era coerente com o padrão de governo da época regido por sistema de conselhos. Organicamente, trata-se de um conselho sem presidente, pois essa posição era

---

153 Regimento do Conselho de Guerra, 1643. *Biblioteca do Exército Português*, Lisboa-Portugal.

ocupada pelo próprio rei, embora ausente. Os conselheiros, portanto, consultavam e encaminhavam questões ao rei que deliberava sobre os assuntos da guerra. Tratava-se, principalmente, de uma política urgente para elaboração de uma “superestrutura militar”.<sup>154</sup>

O Conselho de Guerra, nesse sentido, foi uma instituição importante para a transição militar de Portugal. As inúmeras demandas do Conselho eram deliberadas em reuniões.<sup>155</sup> Os conselheiros eram formados pelos conselheiros de Estado e os conselheiros da guerra, além de assessores. Esses conselheiros eram nomeados pelo Rei, conforme consta no texto do seu regimento, dentre “as pessoas, de cujas qualidades e suficiência tive maior confiança”. Além destes, um assessor, um promotor de justiça e um secretário.<sup>156</sup>

Dores Costa caracteriza o “Conselho de Guerra pela sua proximidade do Conselho de Estado, órgão máximo da administração neste período, sede e sinal do predomínio político e social de uma primeira nobreza de Corte”.<sup>157</sup> Os conselheiros de Estado não participavam de todas as reuniões ordinárias. Todavia, em ocasião crítica de guerra esses faziam-se presentes em uma espécie de reunião conjunta dos conselhos de Estado e de Guerra, como por exemplo na Guerra da Restauração.

A cada três meses, o Conselho de Guerra deveria tomar ciência do estado das fortificações do reino. Estava a cargo do Conselho também a providência da logística militar, como por exemplo, a “averiguação dos hospitais e alojamentos militares, além das casas de Fundições e oficinas para fabricação das armas de artilharia e munições”. Além de ser responsável por despachar “correios com avisos, por mar e terra”, mandar comissários, nomear engenheiros e capitães de gastadores e ministros, e responder as cartas ordinárias.<sup>158</sup>

---

154 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Temas de História de Portugal: Livros Horizonte, 2014, p.25.

155 As reuniões eram diárias, exceto em dias santos. Ocorriam das 10h às 11h da manhã por meio de votação. Os despachos seguiam a seguinte ordem: primeiro momento era destinado para as consultas e a leitura das que foram respondidas; em seguida o conselho se dedicava as respostas aos governadores e fronteirais, e por último a petição das partes. Esta ordem poderia ser alterada se porventura houvesse assunto de maior importância. *Regimento do Conselho de Guerra*, 1643.

156 Regimento do Conselho de Guerra, 1643. Biblioteca do Exército Português, Lisboa-Portugal.

157 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*, p. 25.

158 Regimento do Conselho de Guerra, 1643.

Nas áreas coloniais, esta atribuição esteve vinculada às competências dos governadores, responsáveis por encaminhar esses dados sobre o estado defensivo das capitanias sobre sua jurisdição. A relação entre o Conselho de Guerra e a administração do Estado vincula-se nas áreas coloniais à figura dos governadores.

No *Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará*, de 14 de abril de 1655, por exemplo, destacava-se que os governadores deveriam “saber da gente de guerra que dispõe a conquista, dos que recebem soldo e os que servem sem ele”. Além do lugar onde os soldados estão alojados, e o “estado em que estão todas as coisas de guerra”, assim como “as armas, artilharia, pólvora e munições que há em toda a conquista”. Mais ainda, deveria informar “os procedimentos, forças e comércio de todos” e de tudo se fará relação autêntica, muito particular e distinta com todas as declarações.<sup>159</sup>

Para disposição dessas informações, o regimento previa livros para assentamento de todas as capitanias declarando as que eram da Coroa e as que eram de donatários (capitanias de Cameté, Caeté e Tapuitapera, àquela altura). Além disso, deveria informar as fortalezas e fortes existentes, assim como artilharia, número de pessoas e nome de cada uma. Assim como armas e munições que nela e nos seus armazéns houvesse e gente que tinha das ordenanças e os oficiais e ministros.

Essa regularidade e sistematização de informação, até pelo menos 1763, só existiu no regimento. Listas e mapas da gente militar da capitania do Pará sistematizados da forma como prevê a legislação são inexistentes. Essas informações existem para o período anterior bastante fragmentadas. Somente a partir de 1763, pelo *Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha*, é que essas informações passam a ter regularidade de registro por meio de “um padrão certo, fixo e inalterável”.<sup>160</sup> Por essa razão, mapear informações sobre companhias militares para o período anterior a esse Alvará requer um esforço de coleta de informações pulverizadas em diversos documentos.

O Regimento do Conselho de Guerra inclui a ciência de todos esses assuntos relacionados à militarização. Além de agregar a atribuição da fiscalização,

159 “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1

160 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.77-82.

pois era também responsável por averiguar o cumprimento da função dos cargos militares, a observância dos regimentos e do pagamento da gente de guerra e irregularidades. Foi também a instituição que consultava sobre delitos militares cometidos por generais e mestres de campo. Por essa atribuição, havia um ministro letrado com o título de “juiz assessor” do Conselho, com jurisdição e autoridade, sendo possível um Desembargador do Paço.<sup>161</sup> Todavia, nos lugares onde houvesse soldados pagos, “servirão de auditores os juizes de fora, e não havendo juizes de fora, os corregedores, ou quem seus cargos servir”.<sup>162</sup>

Há, portanto, uma tentativa de centralizar a questão militar, regular as atribuições, e, principalmente, tornar mais efetivas as consultas sobre a guerra. Ou seja, *institucionalizar as decisões*. Esse foi um passo importante, considerando que o ambiente da Guerra da Restauração exigia muito mais esforços. Por outro lado, chama a atenção as diversas atribuições do Conselho, o que parece ser sintomático de um sistema constituído na urgência da guerra; o seu regimento – por se constituir o regulamento da prática – parece transparecer os esforços do Conselho em conciliar sob sua jurisdição todos os assuntos militares.

Ainda nesse quadro de mudanças institucionais, Dores Costa destaca a criação do Governo das Armas e da Junta dos Três Estados como aparelhos administrativos. O primeiro constituído por dirigentes militares, notadamente capitães-mores. Constituía uma instância de decisão, como braço importante nos assuntos de guerra, responsável por dar conta da situação de guerra e mesmo tomar decisões em momentos críticos. O seu Regimento só foi publicado em 1676.<sup>163</sup>

A Junta dos Três Estados constitui uma instância de decisão surgida no contexto de guerra, “composta por indivíduos eleitos ou designados como representantes dos três estados representados em Cortes, a nobreza, o estado eclesiástico e o estado dos povos”. Esse organismo era responsável por

---

161 Regimento do Conselho de Guerra, 1643.

162 Nas ocasiões de desobediências e culpas militares, “terão os capitães mores, e governadores das armas, com cada um dos ditos auditores, a jurisdição necessária, para a prisão e castigo, sumariamente como o caso pedir; e nos motins, rebelião, traição, e casos semelhantes, que não sofrerem delação, o Governador das Armas, com o Auditor e outro Julgador, Provedor, outro mais próximo, terão alçada, até morte natural inclusive, se o crime não sofrer delação, salvo nos fidalgos, e capitães, de que me dará conta, mandando-os trazer presos, com a qualidade que o caso pedir”. *Regimento do Conselho de Guerra*.

163 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*, p.27.

“superintender na cobrança e gestão dos tributos oferecidos em Cortes para a guerra”. Além disso, à Junta “era dada jurisdição exclusiva sobre todos os litígios relativo aos tais novos tributos”.<sup>164</sup>

Trata-se também de uma instituição importante na consolidação e reinstalação do “rei natural”. Nos capítulos gerais apresentados nas Cortes celebradas em Lisboa com os três estados, em 28 de janeiro de 1641, consta no capítulo II essa legitimidade, afirmando-se “que nunca jamais o possa herdar rei algum, nem príncipe estrangeiro; de maneira que o rei que houver de ser deste reino de Portugal seja natural e português legítimo nascido no reino, com obrigação de morar e assistir nele pessoalmente”.<sup>165</sup>

A preocupação com essa legitimação dava-se também no âmbito dos postos militares, já que no documento consta que se tenha “os artilheiros mestres, que estejam com eles nas fortalezas” e “bons oficiais porque muita falta deles há, e porque não seja necessário valerem-nos dos estrangeiros que não guardam a fidelidade que convém”<sup>166</sup>. Nesse termo, aponta-se para necessidade de formação dos exércitos nacionais, o que se constituiu em 1640.

Pelo Alvará de 28 de julho de 1737, instituiu-se a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra uma instituição ligada à militarização em Portugal. Essa secretaria não extinguiu o Conselho de Guerra, mas tornou as questões menos centralizadas. Sua criação fez parte de um conjunto de reformas administrativas realizadas por D. João V devido à sobrecarga do sistema burocrático e à demora nos despachos.

Dentre as atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, estavam as “negociações diplomáticas com as cortes estrangeiras, a nomeação dos diplomatas, a emissão de instruções, avisos, e ordens de resposta aos seus ofícios, o pagamento dos seus salários”. Além disso, era sua atribuição a “redação da documentação como tratados (de paz, guerra, casamento, aliança e comércio) e cartas para os monarcas das Cortes estrangeiras”. Somam-se a tudo isso os negócios da guerra, “todos os assuntos em tempo de guerra e em

---

164 *Idem*, p. 27.

165 “Capítulos Gerais apresentados a El Rey D. João nosso senhor VIII deste nome XIII. Rey de Portugal, nas Cortes celebradas em Lisboa com os três Estados em 28 de janeiro de 1641. Com as suas respostas de 12 de setembro do ano de 1642”. Por Paulo Craesbeeck, 1645. Biblioteca Nacional de Portugal.

166 *Idem*.

tempo de paz respeitantes ao corpo militar das tropas, contadoria geral da guerra, vedorias, hospitais, fortificações, assentos e armazéns das munições de guerra”. E, ainda, “a nomeação dos oficiais para postos militares, emissão de ordenanças e regimentos militares e ordens em tempo de guerra”. A reforma de desobstrução burocrática incluía também o recebimento das “consultas do Conselho da Guerra e a correspondência dos generais e oficiais de guerra”.<sup>167</sup>

Essas quatro instituições estiveram estritamente relacionadas às questões de guerra. O *Conselho de Guerra* (1641), o *Governo das Armas* e a *Junta dos Três Estados* (1641) e a *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra* (1737) são exemplos nítidos da importância da militarização para a consolidação geopolítica e defesa no reino e nos territórios coloniais.

Portanto, as mudanças estruturais de ordem normativa e institucional não estão apenas na segunda metade do século XVIII, com as reformas do Conde de Lippe de 1764. Antes, compõem um processo que se inicia na afirmação bragantina ao trono de Portugal. A análise da defesa centralizada nesse período não permite compreender o longo processo de transição da militarização do reino, que inclui afirmação de um lugar na geopolítica internacional.

É a partir dessas mudanças que se verificam estratégias mais sistemáticas de defesa, no reino e nas áreas coloniais. Os regimentos dos governadores são exemplares nesse sentido. Ora, é possível notar-se dois caminhos para a administração defensiva: primeiro o conhecimento da situação militar de cada capitania; e, segundo, pelas atribuições que agregavam à figura do governador a dupla função de governar e de defender, não sem razão tinha a patente de governador e capitão general.

Para além dos regimentos dos governadores, a reforma iniciada em 1640 gerou um aparelho burocrático, alimentado pelos assuntos de guerra de diversas partes do império português. Isso possibilitou, também, a busca de soluções para a defesa que tinha como percepção não somente o local, mas uma complexa referência do global. Essa leitura de império, possibilitada pelas notícias que chegavam das diversas partes da conquista, e centralizadas nos conselhos e secretarias reais, foi importantíssima para a mobilização de gente, por exemplo, para povoamento e para defesa para o dilatado território colonial.

---

167 KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna. *Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2011.

## Conclusão

A simbiose entre poder político e poder militar foi a chave interpretativa das transformações militares pelas quais passou Portugal, nos séculos XVII e XVIII. As políticas sistemáticas para regular a defesa do império eram uma condição necessária para manter protegidas as rotas de comércio, o caminho das drogas do sertão (no caso da Amazônia), do açúcar, do ouro e de escravos. Portanto, militarizar-se, ou seja, ter exércitos permanentes, fortalezas em pontos estratégicos, armas modernas foi um caminho imprescindível para a expansão territorial e geopolítica do império português.

As fragilidades apresentadas pelos correspondentes da administração do império, até a primeira metade do século XVIII, tornaram a integração nas companhias militares menos rigorosa, do ponto de vista da qualidade, experiência e proveniência étnica. A qualidade dos soldados não era uma questão central, embora nesse contexto sejam comuns as queixas de militares e governadores sobre a falta de profissionalismo dos soldados. A falta de gente e de dinheiro, como destacou o padre Vieira, justifica o tipo de guerra referida por Fernão Teles e Álvaro de Souza, composta “de todas as nações, e sorte de gente”.

A integração de nativos nas forças militares foi uma estratégia encontrada para garantir a defesa das áreas coloniais, com recursos limitados de gente e dinheiro. Por outro lado, a sistematização de Regimentos, Decretos e Alvarás, de 1623 até 1799, permite perceber que, desde a constituição das companhias regulares (1640) até a busca pela profissionalização do militar, a partir de 1760, é possível verificar três etapas de um mesmo processo de transição militar de Portugal, que se justifica pela premente afirmação geopolítica na Europa e nos territórios ultramarinos.

Portanto, há umnexo orgânico entre poder político e poder militar. A conjuntura Guerra da Restauração e afirmação bragantina ao trono exemplifica essa relação. É sobre essa base jurídica e institucional que D. João V buscará acertar as arestas da militarização, questão que perdurou até a segunda metade do século XVIII, período em que se buscou qualificar e aperfeiçoar as técnicas e o conhecimento da guerra.

Esse exercício interpretativo corrobora com o argumento de que a militarização em Portugal é impulsionada pelo ambiente de afirmação internacional

no século XVII, mas, sobretudo, pelas enormes mudanças no campo da militarização e guerra na Europa verificadas a partir do século XV. Um processo, caracterizado por Michel Roberts de *Revolução Militar*, pela introdução e impacto da tecnologia da arma de fogo, no organismo militar e na relação com a sociedade.<sup>168</sup>

Essa perspectiva, como explica António Manuel Hespanha, foi ancorada na experiência militar Sueca, notadamente, na participação da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)<sup>169</sup>. Interpretação que, mais tarde, foi revisada por Geoffrey Parker, sobretudo no que diz respeito ao lugar do militarismo Espanhol nesse processo. Parker ressalta as “diversas facetas” da *Revolução Militar*, como por exemplo, do “aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da artilharia do século XV”, e as inovações dos exércitos espanhóis no uso da artilharia, e na construção da arquitetura militar.<sup>170</sup>

Essas mudanças foram também a engrenagem que possibilitou uma transição militar que se verifica pelo esforço de centralizar as questões de defesa nas mãos do Estado. A lógica que aproxima a força coercitiva do poder político é mediada pela imposição e subjugação. Pelas práticas de violência e manutenção de espaço de interesse. Ora, na sistemática política de militarização de Portugal nos séculos XVII e XVIII, as narrativas sobre o poder dos exércitos de Castela, da eficiência inglesa e da potente armada holandesa trazem intrinsecamente a percepção do seu poder de imposição e dominação.

É necessário lembrar o poder das armas e do Estado militarizado. O capítulo que segue trata exatamente dessa compreensão. Como Portugal efetivou sua militarização no norte da América portuguesa? De que forças dispunha a capitania do Grão-Pará no século XVIII? Quais foram os sujeitos desse processo?

Outro aspecto que merece ser destacado é que o aprendizado dessas inúmeras mudanças que tratamos neste capítulo era problemático principalmente nos espaços coloniais. A experiência da administração sem gente e sem recursos tornou o alinhamento entre a lei e a prática algo problemático, até mesmo

---

168 ROBERTS, Michael. *The military Revolution., 1560-1660*. Belfast: Queen's College, 1956.

169 HESPANHA, Antonio Manuel. “Introdução”. BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. p.9.

170 PARKER, Geoffrey. *La Revolución Militar: Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente 1500-1800*. Traducción castellana de Alberto Piris. Editorial: Crítica, Barcelona, 1990, p.47.

pela falta de ciência de infindáveis regulamentos. Foi o que aconteceu com Manoel de Sousa D'Eça capitão do presídio do Grão-Pará, que, em 1623, desconhecia as obrigações do seu posto, razão pela qual solicitava o regimento particular para melhor compreender suas atribuições.<sup>171</sup>

---

171 Requerimento de Manuel de Sousa Eça capitão do presídio do Grão-Pará ao rei, 13 de janeiro de 1623. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx1, D. 23.



## “E, QUE GENTE É QUE TEMOS?”. COMPANHIAS MILITARES E SOLDADOS PAGOS NO NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA

E, que gente é que temos?  
(Vieira, 1648)

**E**m 1623, Manoel de Sousa D’Eça ocupava o posto de capitão do presídio do Grão-Pará. Pela legislação vigente, era responsável por manter as companhias bem treinadas e na disciplina. Além de conhecer os soldados sob seu comando, comparecer nas mostras militares<sup>172</sup> e atender a todas as diligências que a capitania necessitasse em cumprimento das ordens do governador e da Coroa. O fato é que, em um requerimento, Manoel de Sousa D’Eça alegava desconhecer as obrigações do seu posto, razão pela qual solicitava o regimento particular para compreender suas atribuições. Na ocasião, também pediu gente e munições.<sup>173</sup>

---

172 As mostras estão previstas e descritas em detalhe no Regimento de fronteiras de 1645, especificamente nos artigos 30 a 45. Trata-se de uma ferramenta de controle da gente paga. Uma vez ao mês todos os soldados deveriam comparecer em determinado local para receber o soldo e se apresentar. Conforme destaca-se no regimento “*as mostras se fazem não só pagar aos soldados com boa ordem, e sem engano, mas para se tomar notícia de como está armada e aparelhada*” as companhias. Nas mostras o vedor geral deverá estar presente, e na sua ausência o comissário. Devem comparecer também o contador e pagador geral. Além desses, os oficiais *mestre de campo; ou pelo menos o sargento mor assistirá à mostra de seu terço para a infantaria e para a cavalaria o tenente general, ou ao menos o comissário geral porque tem mais razão de conhecer os seus soldados [...] e da mesma maneira cada capitão assistirá a mostra de sua companhia porque também conheça os soldados*. A presença dos oficiais é necessária para que eles possam reconhecer seus soldados, e impedir que um passe mostra pelo outro, crime punido com prisão. É considerado desertor aquele soldado que houver faltado a três mostras consecutivas. São a partir dessas mostras que elaboravam as listas e mapas das companhias militares. “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

173 Requerimento de Manuel de Sousa Eça capitão do presídio do Grão-Pará ao rei, 13 de janeiro de 1623. AHU, Avulsos do Pará, Cx1, D. 23.

Um capitão que não tem ciência da atribuição do posto que ocupa é sintomático de um desajuste entre as proposições presentes nas normas e legislações militares, com as práticas ocorridas na colônia. Os limites e implicações do corpo legislativo militar para o Pará, nos séculos XVII e XVIII, constituem uma questão que nos ocuparemos ao longo deste capítulo, confrontando as informações previstas nos regimentos com os relatos sobre a militarização da capitania. Além disso, apresenta-se o quadro defensivo que Portugal dispunha para a defesa das capitanias do Pará e do Maranhão. Trata-se da sistematização quantitativa dos dados e companhias de infantaria e artilharia existentes nessa parte da conquista.

Nesse período, as informações estão fragmentadas em diversos arquivos e fontes e não há regularidade no registro dos dados, embora essa fosse uma atribuição do governador do Estado prevista, desde 1655, no “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. De acordo com o regimento, eles deveriam informar, todos os anos, ao rei sobre situação militar das capitanias por meio de mapas e listas contendo número de soldados, companhias e fortalezas.<sup>174</sup> Esse controle estava também previsto no “Regimento de Fronteiras”, de 1645.<sup>175</sup>

Na prática administrativa do Estado do Maranhão, até 1750, essas listas e mapas só foram produzidos com mais regularidade nas décadas de 1730 e 1740, embora não houvesse um padrão nas informações. Basta lembrar que a sistematização desses dados só foi instituída em 1763 pelo *Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha*.<sup>176</sup> Portanto, quantificar dados sobre soldados e companhias para o período anterior requer maior investimento de pesquisa, pois estes encontram-se pulverizados na documentação. Além do levantamento quantitativo das companhias existentes, neste capítulo busca-se verificar as atividades e distribuição de soldados e oficiais nas capitanias.

Esse enquadramento importa para o argumento de que há uma fragilidade defensiva no Estado do Maranhão, verificada na insuficiência numérica das forças oficiais para diligências em tão vasto território. É possível fazer

---

174 “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1.

175 “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

176 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.77-82.

essa afirmação pela descrição de precariedade que governadores e militares retratam com relação aos quadros defensivos das capitanias. Ao que parece, o desconhecimento do capitão Sousa D’Eça sobre sua atribuição não é um caso isolado. As significativas reformulações militares pelas quais passou o reino, entre 1620 e 1700, como vimos anteriormente, provocaram enormes dúvidas quanto à jurisdição da gente que vinha ou estava na conquista ocupando postos do oficialato, inclusive queixas de manipulação em prol de interesses particulares, notadamente dos governadores.

O arranjo administrativo previsto no Regimento dos governadores do Pará, em 1655, coincide com um momento de grandes transformações militares no reino. Por outro lado, a experiência colonial significou um campo aberto para o exercício do poder, das relações de interesse e favorecimento. Oficiais provenientes de diversas partes do império, a partir das atividades militares, consolidavam acúmulos de postos, inseriam-se no comércio e recebiam sesmarias. Isso explica em grande parte os conflitos e interesses em torno desses postos, questões que serão tratadas no 5º capítulo.

Por outro lado, a presença portuguesa na região do Grão-Pará, no século XVII, foi marcada por desafios de toda ordem. Conflitos e disputas com ingleses, franceses, espanhóis e holandeses e guerras com os grupos indígenas exigiam ações de defesa mais sistemáticas dos administradores coloniais, que conviviam com falta de gente e recursos para o estabelecimento de guarnições e pontos estratégicos de defesa. É importante lembrar que a Guerra da Restauração exauria as capacidades militares no reino, que mal conseguia fazer frente às investidas aos ataques a suas fronteiras domésticas. Esses aspectos implicaram na efetividade de constituição de companhias militares na capitania do Pará.

A administração dos governadores está condicionada ao aparato disponível para a defesa do Estado sob sua jurisdição. Não sem razão a empresa colonial também é militar. Há, portanto, uma relação intrínseca entre aparato administrativo e de defesa. Os regimentos dos governadores trazem essa atribuição defensiva paralela à administração. Isso ocorre porque um governador deveria dispor de gente para conter os grupos de índios rebeldes, vigiar as fronteiras, formar tropas aos sertões e guarnecer fortalezas do Estado.

No século XVII e XVIII, a militarização tem um espaço importantíssimo para a definição da força política dos estados. Ora, assegurar o território

implica ter condições de defendê-lo. Isso talvez explique a permanência de um discurso crítico e lastimoso da situação militar do Estado, embora, claro, não se tratasse somente de discurso, conforme vamos verificar a partir de três aspectos: as companhias regulares, para qual se sistematiza dados e relatos de militares e governadores sobre sua composição no Estado; as companhias de ordenanças estabelecendo as problemáticas em torno da constituição, sobretudo com a relação que essa força estabelece com o povoamento; e das companhias auxiliares para a qual se problematiza a constituição na capitania do Pará.

O objetivo é mapear as forças legais disponíveis para a defesa da capitania. Essa tarefa é importante para que possamos nesses quadros perceber com mais clareza os limites desses elementos do militarismo Europeu para a experiência defensiva da região. Embora aqui a análise incorra sobre as três forças, a maior atenção é dada às companhias regulares e auxiliares devido ao atrelamento legal que estas têm às atividades de defesa.

## 1. As Companhias Regulares

As companhias regulares ou tropas de linha foram criadas em Portugal em 1640. Considerando a distância temporal entre a constituição das ordenanças sebásticas de 1570 e a tropa regular, pode-se afirmar que o exército “profissional” português foi tardio. É importante destacar que a necessidade de constituição de um corpo defensivo formado por súditos do rei revelou-se, no contexto da Guerra de Restauração, urgente e necessária.

Nelas serviam os soldados permanentes, que recebiam soldo pela atuação nas tropas e teoricamente não deveriam se dedicar a nenhum outro ofício, senão o da defesa. Esse escalão se organizava em terços e companhias comandadas por “fidalgos de nomeação real”, que seria mantido pela receita da Fazenda real.<sup>177</sup> Essas companhias formaram a força responsável por acudir às fronteiras, fazer a guerra, vigilância e tudo o mais que fosse interesse da Coroa portuguesa, seja no reino ou nas conquistas. Organizava-se em cavalaria, infantaria e artilharia.

De acordo com Carlos Selvagem a infantaria constituía-se em *terços* de 2.000 homens, divididos em dez companhias de 200 homens cada. “Cada terço era comandado por um mestre de campo (coronel), e as companhias

---

177 COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano*, pp. 17-18.

comandadas por capitães e enquadradas pelos seus oficiais e graduados (alferes, sargentos e cabos de esquadras)”.<sup>178</sup>

Os terços buscavam agregar um número considerável de soldados. Esse número significativo de gente exigiu estratégias de recrutamento mais sistemático. Nas conquistas, como por exemplo na capitania do Grão-Pará, o recrutamento compulsório foi um mecanismo estruturante da formação das companhias regulares, assim como a política do degredo e incorporação nativa.

A formação de tropas nas capitanias do Pará e Maranhão jamais alcançou os números para manutenção de terços de 2.000 homens como previa o regimento. A defesa desses espaços sempre foi um problema retratado em inúmeras correspondências trocadas entre governadores e o reino. O provimento dessas companhias também exigiu enormes esforços da Coroa, que mantinha ações complexas de mobilização de gente para a operacionalização da defesa do Estado.

As formas de recrutamento para essas companhias foram definidas no *Regimento de Fronteiras* de 1645, documento importante para a compreensão das ações de recrutamento, da jurisdição dos postos na hierarquia militar e da própria organização da força.<sup>179</sup> Além disso, nas colônias, o governador tinha função central para constituição da companhia regular. Era responsável pelo recrutamento e levantamento da gente de guerra, além da distribuição dos soldados nas diligências.

Essa atribuição estava prevista no regimento dos governadores gerais. Em 1548, com a instituição do governo-geral, a Coroa elaborou as primeiras normas para organização militar na colônia. No regimento do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, determinava-se que ele deveria, entre vários aspectos, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento das novas terras, para o que contava “com armas, gente, artilharia, e munições, e tudo o mais que fosse necessário”.<sup>180</sup> A gerência da questão militar também compunha o texto das obrigações no regimento dos governadores do Pará.<sup>181</sup>

A militarização nas colônias, portanto, estava estreitamente ligada aos governadores, a quem se atribuía a dupla função: administrativa e das armas e

178 SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. p. 386.

179 Regimento de Fronteira, 1645. *Arquivo Histórico Militar de Portugal- AHM*. DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17

180 PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil”, p. 43.

181 “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”.

não foram raros os esforços desses agentes coloniais em sistematizar as forças regulares e tornar a defesa mais efetiva. São exemplos de ações que visavam ao incremento das tropas: o indiscriminado recrutamento interno de toda gente capaz de servir; a cooperação de forças vindas de outras capitanias; a imposição do serviço a degredados, vadios e vagabundos; e a complexa rede de mobilização indígena do sertão. As pesquisas apontam para um processo sistêmico de gerência de defesa que integra o reino, a América portuguesa e outras partes do império como, por exemplo, as ilhas atlânticas e Angola.

Tendo em vista que pelas normas vigentes os governadores deveriam fazer mapas e listas das companhias regulares, nesta altura convém apresentar os resultados da busca desses registros. No *Regimento de Fronteiras*, 1645, recomendava-se que essas listas de soldados destacassem “a terra onde cada um é natural, e o nome do pai e os sinais do rosto, e a estatura do corpo, e os mais anos de idade em que se assentou praça”.<sup>182</sup> Esse levantamento deveria ser elaborado pelo vedor geral dos exércitos, que tinha no ofício “quatro oficiais de pena e quatro comissários de mostras”, cuja função era realizar as listas da gente de guerra “e de fazer todos os papéis livros que forem necessários”.<sup>183</sup>

Assim, também se destaca no regimento dos governadores do Pará que, como vimos no capítulo anterior, deveriam enviar ao reino todos os anos notícias sobre o quadro defensivo das capitanias do Estado, com os números de soldados, armas e fortificações.<sup>184</sup> É graças a essa atribuição que é possível obter alguns dados sobre as companhias regulares no Maranhão e Pará. Considerando a existência dessa prerrogativa legal, a pesquisa buscou encontrar esses dados, objetivando quantificar o número de soldados pagos e de companhias existentes no Estado do Maranhão e Pará no século XVII até 1750.

Os registros encontram-se dispersos, com informações fragmentárias, com nenhuma regularidade nas informações apresentadas. Alguns trazem dados numéricos e listas nominais de todos os soldados das companhias regulares. Outros, somente o número. De todas as listas verificadas nenhuma contém dados sobre a naturalidade, nome dos pais e idade do soldado. Ou seja, bem distante do que previa o *Regimento de Fronteiras*. Além disso, estão

---

182 Regimento de Fronteira, 1645. *Arquivo Histórico Militar de Portugal- AHM*. DIV/1/2/caixa 1. Doc. 17.

183 *Idem*.

184 “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”.

dispersos em diversos arquivos, não se encontram reunidos em nenhum fundo ou série específicos, isso significa um esforço muito maior para sistematização da informação e dados sobre as companhias regulares.

De todo modo, alguns registros foram encontrados em mapas e listas específicos, mas também em cartas trocadas entre militares e governadores com o reino. A sistematização dessas informações possibilita uma leitura mais concreta do quadro defensivo do Estado. A tabela a seguir traz alguns dados organizados a partir da leitura desses documentos.

Tabela 1. Gente de paga e de ordenança. Pará e Maranhão (1623-1747)

Ano	Capitania do Pará		Capitania do Maranhão	
	Gente Paga	Ordenança	Gente Paga	Ordenança
1623	150	----	----	----
1646	150	----	----	----
1647	60	110	----	----
1648	----	----	70	----
1692	menos de 20	----	menos de 20	----
1710	322	----	----	----
1711	217	----	----	----
1720	322	570	288	785
1724	287	----	----	----
1726	262	----	----	----
1727	254	----	----	----
1728	259	----	----	----
1729	256	----	----	----
1730	261	492	254	66
1733	247	----	----	----
1736	186	224	----	----
1737	231*	----	221*	----
1739	268	158	205	252
1741	212	----	216	----
1742	224	----	214	----
1744	269	517	189*	905
1746	216*	583	187	905
1747	238	594	176	412

Fonte: *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 1, D. 28; Cx. 1, D.63; Cx. 1, D. 66; Cx. 3, D. 299; Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx.12, D. 1142; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 12, D. 1141; Cx.17, D. 1632; Cx. 19, D. 1776; Cx.20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D.2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804. *AHU*, Avulsos do Maranhão: Cx. 12, D.1215; Cx.25, D. 2605. *ANTT*, MSLIV/0030, pp. 38v-39

Conforme se verifica na tabela, obteve-se mais informações sobre a capitania do Pará. Em muitos casos, no mesmo documento sobre o Pará, vem a expressão “o mesmo se verifica no Maranhão”, mas não apresenta dados. Nesses casos optamos por não registrar na tabela. Outro problema é quando a carta do governador narra o estado das companhias e diz “como se verifica na lista que acompanha a carta”, mas esta não se encontra em anexo do documento. Por outro lado, até a década de 1737, existem mapas distintos para a capitania do Pará e para a capitania do Maranhão, o que pode ter contribuído para a dispersão das informações. A partir de 1739, as informações são mais sistemáticas e são dispostas em um único mapa dados sobre o Pará e o Maranhão. Isso possibilitou o levantamento dos cálculos para as duas capitanias até 1747.

Essas características da documentação dificultaram a sistematização de mais dados. Outro problema é que a data da documentação nem sempre corresponde à data da realização da *mostra*. Por exemplo, a *mostra* pode ocorrer em um ano, e o mapa ser enviado no ano seguinte. Nesse caso, para a construção da tabela, foi mantida a data das *mostras* por ser a ocasião em que se verificava o quantitativo de militares das capitanias.

Além disso, em alguns casos pode haver discrepância entre a soma final do número de soldados, com os valores apresentados discriminadamente nos mapas. Isso ocorreu em dois mapas, de 1737 e 1746. Na pesquisa, refizemos as contagens e nesses dois anos há disparidade. Na tabela, destacamos os valores com um asterisco (\*). No ano de 1737, a soma final dos valores discriminados no mapa constava 231 soldados no Pará. Todavia, ao recontarmos os valores apresentados obteve-se 224, além de 21 oficiais. Para o Maranhão, também verificou-se que no mapa são apresentados 201 soldados, sem a contabilização dos oficiais que somam 20, sendo 221 militares. Em 1746, no cálculo para o Pará, aparecem 216 militares, mas na recontagem dos valores obtêm-se 226.

Esses dois exemplos apresentam equívocos na contabilidade da gente de guerra. Optou-se nesses casos por manter o quantitativo presente na documentação por entender-se que se deve problematizar essa questão, mas não alterar os dados apresentados. Além disso, nesses dois casos o equívoco não significa alteração significativa. Em 1737, de 231 que apareciam no mapa, na recontagem somam 224. Em 1746, de 216, na recontagem passam a 226. Portanto, uma alteração irrelevante quando tratada em um quadro mais amplo de defesa.

Ora, se considerarmos o período de 1623 até 1747, para os quais temos os dados, o maior número alcançado de militares é de 322, verificados no Pará nos anos de 1710 e de 1720. Para o Maranhão o quadro é ainda pior, já que o maior número alcançado foi de 288 militares em 1728, distribuídos nas companhias. Ou seja, os dados atestam a insuficiência de soldados nas duas capitânicas, conforme relatado pelos militares e governadores em inúmeras correspondências, como veremos adiante.

Por outro lado, se considerarmos que um terço deveria ser formado por 10 companhias de 200 homens cada, constata-se que durante o século XVII até a primeira metade do século XVIII a Coroa portuguesa não dispunha de gente suficiente para formar sequer duas companhias, conforme se previa nos regulamentos de Infantaria e Artilharia. Portanto, mantinha nessas áreas uma estrutura militar muito precária do ponto de vista numérico.

No século XVII, nos registros dos anos 1623, 1646, 1647, 1648 e 1692, além do baixíssimo número de soldados, há relato de apenas duas companhias para cada capitania. Rafael Chamboleyron apresenta ainda dados para a capitania do Maranhão nos anos 1637, 1647 e 1684 com computos de 50, 142 e 150 soldados, respectivamente.<sup>185</sup> É importante destacar que não encontramos nenhum mapa ou lista das companhias para esse período, embora o controle desses registros já estivesse previsto no *Regimento de Fronteiras* (1645) e *Regimento dos governadores do Pará* (1655). Portanto, esses dados foram coletados nas correspondências principalmente de capitães-mores. Nesses anos, em que foi possível sistematizar dados, o ano mais crítico é 1692, como mostra a tabela, havia menos de 20 soldados pagos nas duas capitânicas.

Esse decréscimo no número de soldados pagos pode estar relacionado ao complicado ambiente epidêmico, pelo qual o Estado do Maranhão e Pará passou no final do século XVII. Claudia Rocha explica que o surto de epidemias de varíola na região, em 1695, teve um dilatado impacto social, atingindo escravos, forros aldeados e pessoas brancas, deixando um lastro de mortes sem precedentes. A redução drástica na população, principalmente indígena, teve consequências na mão de obra nas lavouras e nos rendimentos da fazenda real.

---

185 CHAMBOULEYRON, Rafael, “Portuguese Colonization of Amazon Region, 1640-1706”, Universidade de Cambridge (Tese de doutorado), 2005, p.29

Além desse, outros surtos epidêmicos de varíola foram registrados em 1725, 1743, e de sarampo, entre os anos de 1748 e 1750.<sup>186</sup>

A tropa de linha, como força que constituía-se, também, da gente da própria colônia, não estaria imune ao desastre deixado pelas epidemias. Se considerarmos o intervalo no registro das companhias pagas, de 1692 a 1710, foram quase duas décadas para recomposição das forças, e ainda em número reduzido.

Portanto, a segunda metade do século XVII, do ponto de vista militar, para o Estado do Maranhão parecia precária. Ora, nesse século, os conflitos da Guerra da Restauração exauriam as potencialidades defensivas do império. Canalizavam-se as forças para as fronteiras domésticas e para regiões de conflito aberto como, por exemplo, a guerra holandesa no nordeste do Estado do Brasil. No período posterior à restauração da Coroa, os problemas no Estado do Maranhão pareciam incontáveis, conforme lembra Joel Santos Dias, os relatos dos agentes coloniais oscilavam entre “miséria e opulência”, “decadência e possibilidades para o seu crescimento”. Trata-se de um momento em que o Estado apresentava-se como espaço a ser colonizado e defendido das investidas estrangeiras (franceses, holandeses, ingleses) que já mantinham na região comércio e até mesmo fortificações.<sup>187</sup>

A coexistência de relatos de “miséria e opulência” sobre o Estado do Maranhão seiscentista revelava, conforme explica Rafael Chamboleyron, a percepção dos colonizadores sobre a região. Construídos a partir de uma visão das suas potencialidades que, por outro lado, destoavam-se à pobreza vinculada aos seus habitantes. Essas percepções, entretanto, canalizadas para o reino, funcionavam como mecanismo importante para tomada de decisões e medidas de colonização do Estado.<sup>188</sup>

Verifica-se ações da Coroa portuguesa em tornar a presença na região mais efetiva, como por exemplo, as iniciativas de incremento populacional,

---

186 SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”. Universidade Federal do Pará. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- PPHIST*, Belém, 2017.

187 DIAS, Joel Santos. *Confuso e intrincado labirinto: Fronteira, território e poder na Ilha de Joanes (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

188 CHAMBOULEYRON, Rafael. “Opulência e miséria na Amazônia seiscentista”. *Raízes da Amazônia*, Manaus, v. 1, n. 1, p. 105-124, 2005.

com a vinda de gente – compulsória ou não – de diversas partes do império e por razões diversas para o povoamento do Estado. Além da doação de capitânias privadas e cultivo sistemático de terras, por meio de doação de sesmarias, como mostrou Rafael Chambouleyron.<sup>189</sup>

É também da segunda metade do século XVII que se dá a constituição das bases normativas da questão militar no reino e nas conquistas conforme se verificou no capítulo anterior. A criação de instituições canalizava um aparelho burocrático que possuía tentáculos em todas as partes do império por meio dos agentes coloniais. Esse sistema, que integrava sujeitos, burocracia e instituições, possibilitou à Coroa o conhecimento de problemas internos das colônias e o vislumbre de soluções em âmbito global.

No que diz respeito à defesa e militarização, os problemas sobre as realidades coloniais chegavam ao reino em incontáveis correspondências. Esse circuito de informações que cruzavam o atlântico foi uma chave importante para gerência dos problemas coloniais e definição de ações que incluíam um espaço muito mais dilatado. É a partir dessa perspectiva que se explica, por exemplo, a vinda de gente das Ilhas Atlânticas para o povoamento do Estado, a vinda de soldados da Ilha da Madeira, as comutações de degredo para áreas que mais necessitassem de gente e soldados, a presença de militares nas tropas do Pará vindos de Angola, reino, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro. Ou, seja, os problemas de defesa do Estado foram geridos por meio de uma análise global e não somente interna e o que possibilitou isso foram os organismos burocráticos instituídos nesse século.

Conforme conclui Rafael Chambouleyron, “a dominação portuguesa da Amazônia, durante o século XVII, significava seguramente uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica”.<sup>190</sup> Na primeira metade do século XVIII, com as políticas de D. João V para a região, os aspectos dessas ações tornaram-se evidentes. Os objetivos da empresa colonial pareciam ser bem maiores que as capacidades defensivas do Estado. Embora em 1710 já se registrasse o número de cinco companhias (quatro de infantaria e uma de artilharia) em cada capitania, o número de soldados permanecia insuficiente para as demandas coloniais, como se referem militares e governadores.

189 CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*.

190 *Ibidem*, p.81.

Nesse ano, consta o número de 322 soldados no Pará, número que, nas palavras do governador Cristóvão da Costa Freire, era insuficiente para realizar diligências de guarda costa, sertão e guarnição de fortalezas.<sup>191</sup> Nessa mesma direção seguem as queixas de João da Maia da Gama. Em 1726, este governador declarava a falta de armamentos, soldados, engenheiros e munições militares no Estado. Indignava-se porque dizia todos os anos representar ao rei as dificuldades de seu governo pela falta de gente para defesa, para o que não obtivera nenhuma solução. Por essa razão, sentia-se desobrigado de “todas as consequências futuras” referindo-se à impossibilidade em manter as atividades militares.<sup>192</sup>

É importante lembrar que em 1725 ocorreu um surto epidêmico no Estado. Os estudos de Claudia Rocha trazem o relato de Maia da Gama que afirmava ter morrido na cidade de Belém e nas aldeias em torno de 2.000 pessoas.<sup>193</sup> Essa situação implicou diretamente no acirramento da política dos descimentos e resgates de índios dos sertões. O avanço de novos vetores de ocupação e colonização explica, em grande medida, a guerra do Rio Negro contra os Manao, que discutiremos mais adiante. Pelo regimento da tropa do Rio Negro de 1726, fica claro o objetivo de “desobstrução” dos rios. Décio Guzmán observa o interesse da Coroa sobre a região como caminho estratégico para o Rio Solimões, Branco e Orinoco.<sup>194</sup> Situação em que o número de soldados nas tropas mostrava-se insuficiente para a guerra.

Nos anos finais da guerra do Rio Negro, Alexandre de Souza Freire chegou a afirmar que enquanto não houvesse 500 soldados em cada uma das capitanias do Pará e do Maranhão não se poderia remediar a defesa do Estado.<sup>195</sup> Esse número de soldados, proposto pelo governador em 1728, jamais foi atingido durante toda a primeira metade do século XVIII. Deve-se considerar que

---

191 Carta do governador Cristóvão da Costa Freire ao Rei. Belém do Pará 18 de fevereiro de 1710. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 451.

192 Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 852.

193 SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”, p. 33.

194 GUZMÁN, Décio Maco Antonio de Alencar. *História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (sécs. XVIII-XX)*. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1997.

195 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

o número de soldados sugerido está muito longe do quantitativo de dois mil homens previsto para a formação de um terço, conforme o regimento.

No ano seguinte, em 1729, as cinco companhias pagas do Pará contavam com 256 soldados, com os quais, segundo o relato de Alexandre de Souza Freire, ficava impossível atender a qualquer ocasião de guerra, fosse de índios rebelados, de holandeses ou franceses. O governador se referia às ameaças constantes pelas entradas de franceses de Caiena que, aliados da nação Aruã, mantinham comércio e capturavam escravos pelas bandas pertencentes à Coroa portuguesa. De acordo com os relatos, os Aruã eram os práticos das viagens e mostravam os caminhos aos “estrangeiros” que roubavam e destruíam as aldeias lusas.<sup>196</sup>

Souza Freire reclamava que, desde 1718, a Coroa havia concedido 200 soldados para o Estado Maranhão, dos quais até 1729 ainda não haviam chegado mais que 60, que o governador havia trazido em sua companhia. Destes já havia fugido a maior parte, por “virem pela ocasião, e cobiça das Minas do Ouro e não por outro motivo”.<sup>197</sup>

O envio do reino de mil soldados pagos que Souza Freire dizia ser necessário para guarnecer as capitânicas do Pará e do Maranhão estava muito acima das possibilidades econômicas da Coroa. Em resposta ao pedido ambicioso do governador, o rei recomendava que este deveria medir as “operações de sorte que não empreendais aquelas que não chegam as forças do Estado”. Na mesma carta, sugeria também que se intensificasse o recrutamento interno e compulsório.<sup>198</sup>

A guerra contra os Manao no rio Negro dispndia todas as forças militares que a capitania dispunha e deixava desguarnecidas outras áreas, como consta nos mapas das companhias do Grão-Pará. Isso explica os mil soldados que Alexandre de Souza Freire pedia com urgência ao rei, na ocasião em que informava sobre sua preocupação quanto à impossibilidade de enviar 800 índios de guerra, que pedia como socorro João Paes do Amaral, responsável

196 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao Rei. *AHU*, cx. 11; D. 1043.

197 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao Rei. *AHU*, cx. 11; D. 1043.

198 “Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitânicas doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitânicas do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43.

pela tropa de combate aos Manao.<sup>199</sup> A tensão da guerra implica, portanto, no acirramento do recrutamento interno, ou seja, na intensificação da mobilização seja ela indígena ou não. Por outro lado, a ausência de soldados alarga a importância da aliança com os grupos indígenas, questão que nos ocuparemos no capítulo 5.

O governo de José da Serra foi o único que, na primeira metade do século XVIII, avançou para além dos recorrentes relatos de precariedade da situação defensiva do Estado, propondo uma reforma estruturante. Em 1732, o quadro defensivo do Pará havia se agravado tanto que não havia soldados suficientes para fazer escoltas pelos rios, os escravos fugiam e deixavam as “fazendas desertas” e se escondiam pelos matos de onde atacavam com assaltos as produções dos moradores. Esse pandemônio narrado pelo governador foi caracterizado na carta como “lastimoso estado” em que haviam chegado as cinco companhias do Pará.<sup>200</sup>

Dois anos mais tarde, o quadro parecia ter piorado, as companhias regulares continuavam exíguas, as armas estavam desconcertadas, as coronhas podres pela umidade e bichos. Em estado semelhante estavam os “armamentos dos soldados”. A precariedade era tão grande que José da Serra chamou de “triste história” o que descrevera sobre o quadro militar do Estado.<sup>201</sup> Como solução a essa situação, sugeriu uma reforma militar para as capitânicas do Pará e Maranhão que previa duas importantes frentes: a qualificação de soldados e oficiais existentes nas companhias e o aumento dos efetivos militares com envio de companhias do reino.

O primeiro elemento da proposta diz respeito à qualidade dos soldados e oficiais. Nas palavras do governador, assim como a “árvore boa não pode dar mal fruto; não pode consequentemente dá-los bons a ruim árvore”. Essa analogia referia-se à compreensão de que a raiz do problema estava no próprio oficialato. A alternativa para renovar e melhorar a qualidade dos militares, na interpretação de José da Serra, era a vinda do reino de “três companhias completas desde o capitão até o tambor de granadeiros”, pois entendia que estes

199 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

200 Carta do governador José da Serra para o rei. Belém do Pará 21 de setembro de 1732. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1283.

201 Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

seriam o “viveiro” de onde sairiam oficiais para formar de 10 a 12 companhias de que necessitavam o Pará e Maranhão.<sup>202</sup>

Considerando que cada companhia, pelo regimento, deveria conter 200 soldados, 10 companhias significariam dois mil homens, ou seja, um terço. O aumento de 12 companhias como previa o governador chegaria a 2.400 homens. Esse cômputo jamais foi alcançado no século XVII e na primeira metade do século XVIII. O parecer do Conselho sobre a solicitação do governador passada em 1733 questionava sobre os rendimentos e as possibilidades de manter essas novas despesas como os militares, já que, conforme o texto, deveria “ser conveniente se remetam primeiro saber se há com que lhe pague”. Além dessa observação, a missiva recomendava a José da Serra duas estratégias para melhorar a situação militar no Estado: primeiro que restituísse os soldados que se dera baixa no governo anterior “sem ser na forma do regimento e ordens reais”; e segundo que tivesse maior vigilância para impedir a deserção.<sup>203</sup>

Um ano após o pedido de três companhias completas sugeridas por José da Serra, o que equivalia a 600 homens, foi enviado um destacamento de 30 soldados reinóis. O número era bem inferior ao que pedia o governador e, ainda, ao chegarem à capitania, consta que ficaram em total desamparo por “não haver com o que lhes pagar”. Mas, que por tratar de um “destacamento dos regimentos de Portugal” e informado da “sua importância”, cuidou logo em “socorrê-los de calçados e de mantimentos”.<sup>204</sup>

Para completar o rol de queixas dos governadores, em 1741, João de Abreu Castelo Branco escrevia que o estado defensivo das capitanias do Pará e Maranhão com certeza “não aparecerá tão mal no papel, como cá se reconhece na experiência”. Seu texto relata um quadro crítico, mas aponta uma perspectiva positiva vislumbrando aumento dos contratos das rendas reais, que poderia futuramente conservar uma guarnição de soldados no lugar “do que há de cafuzos, mulatos e mamelucos sem farda e quase sem soldo” e de pôr as fortalezas em “estado de defesa mais regular”.<sup>205</sup>

---

202 *Idem*.

203 Carta do governador José da Serra para o rei. 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 15, doc. 1414.

204 Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533.

205 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos

O fato é que o todos os documentos sistematizados que tratam das companhias regulares no Pará e Maranhão, enviados pelos governadores ao reino até 1750, destacam o descompasso entre a necessidade defensiva das capitanias e a insuficiência de soldados. As queixas sobre a falta de conhecimento dos soldados, a precariedade dos fortes e fortalezas e a insuficiência da gente de guerra para realização das muitas diligências para que eram destacadas continuaram nos anos seguintes, notadamente em 1742, 1744, 1746, 1747.<sup>206</sup>

A resposta mais sistemática da Coroa sobre as companhias regulares do Pará foi elaborada em 1750 por meio de um documento intitulado *Planos de reestruturação do Regimento de Infantaria e Artilharia de Guarnição da cidade de Belém do Pará*. Esse regimento implicou em mudanças no aspecto organizacional das companhias. Uma das principais diz respeito à organização diferente para tempos de paz e tempos de guerra. Vejamos como a Coroa pensou o novo projeto que se configuraria como solução para os problemas apontados nos anos anteriores.

Quadro 4. Regimentos de infantaria e artilharia de acordo com o plano de reestruturação da guarnição da cidade de Belém do Pará, 1750<sup>207</sup>

Força	Tempos de Paz	Tempos de Guerra
Infantaria	10 companhias de 50 homens cada, mais os oficiais e o Pequeno Estado Maior, somando 509 militares.	10 companhias de 100 homens cada, mais oficiais e Pequeno Estado Maior, somando 1009 militares.
Artilharia	8 companhias (1 de bombeiros; 1 de mineiros, pontoneiros, sapadores e artífices; 6 de artilheiros). Cada companhia formada por 50 homens, somando 400 militares além do seu Pequeno Estado Maior.	8 companhias (1 de bombeiros; 1 de mineiros, pontoneiros, sapadores e artífices; 6 de artilheiros). Cada companhia formada por 100 homens, somando 800 militares além do seu Pequeno Estado Maior, totalizando com estes 812 militares.

do Pará, Cx. 24; D. 2262

206 Ver respectivamente os seguintes documentos: Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 11 de outubro de 1742. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 25, doc. 2317; Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 4 de dezembro de 1744. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 27, doc. 2580; Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 20 de janeiro de 1746. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 28, doc. 2681; Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. Pará, 29 de outubro de 1747. Anexo: ofício e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

207 “Planos de reestruturação do Regimento de Infantaria e Artilharia de Guarnição da cidade de Belém do Pará”. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3011

Nesse plano, o que chama atenção é a ambição de crescimento vertiginoso das companhias de infantaria e artilharia da cidade de Belém. Ora, até 1747, como consta na Tabela 1 para todo o Estado do Maranhão e Pará havia o número de 414 militares, sendo 238 no Pará e 176 no Maranhão, distribuídos em 5 companhias existentes em cada capitania (4 de infantaria e 1 de artilharia). Pela reformulação, o número de companhias de infantaria passaria de 4 para 10, compostas por 50 homens em tempos de paz; e de 100 em tempos de guerra. Incluindo-se o oficialato, isso significaria 509 e 1.009, respectivamente. Para a artilharia, verifica-se um impacto ainda maior, de 1 companhia existente até 1747, passaria para 8 companhias de 50 homens em tempos de paz e 100 em tempos de guerra, como demonstrado no quadro.

Esses eram números muito superiores com o que contou o Estado do Maranhão entre 1623 e 1747. Portanto, ao que parece, o plano de 1750 pretendia não apenas reestruturar as forças como de fato aumentar a capacidade defensiva do Estado vertiginosamente. Para a infantaria, o plano prevê que se “devem fazer 500 recrutas”, distribuindo “50 para cada companhia, sem venderem soldo, nem fardamento, nem serem obrigados ao serviço diário do dito corpo”. Todavia esses homens deveriam estar “sempre prontos para entrarem nele quando lhes for ordenado”<sup>208</sup>.

Para se prover a artilharia se “devem fazer 400 recrutas”, nos mesmos termos da infantaria, sem soldo, fardamento e sem obrigação do serviço diário. Todavia, deveriam estar sempre prontos e treinados para casos de necessidade. De acordo com esse regimento, esses recrutas ficariam ainda obrigados a se “juntarem ao seu corpo por tempo de um mês em cada ano, para aprenderem o exercício, e todas as evoluções militares”. Nesse tempo, receberiam soldo e farinha como a tropa paga.<sup>209</sup>

Esse sistema de recrutamento e serviço assemelha-se ao regime das tropas auxiliares, que eram a força intermediária que não possuía soldo, mas era treinada a acudir e até mesmo substituir as companhias regulares em caso de perturbação, como guerras, conflitos e demais diligências militares. Esse plano reflete duas questões importantes a serem destacadas: a primeira, a preocupação da Coroa em equacionar um problema que de longa data vinha sendo

---

208 *Idem.*

209 *Idem.*

descrito por militares e governadores; e a segunda, que reflete a importância de alinhamento da militarização do Estado com a ciência militar do reino, verificado pela preocupação em manter essas companhias integradas às “evoluções militares” do reino. É importante lembrar que, a partir de 1750, um conjunto de regimentos e alvarás implicaram em reforma militar centrada principalmente na disciplinarização e profissionalização do *ser militar*, como vimos no primeiro capítulo.

Todavia, os problemas de defesa não se encerraram com esse Plano. De fato, verificamos novas propostas de Planos e regulamentação defensiva também na segunda metade do século XVIII. Em 1758, temos o Plano de regulamentação de infantaria e guarnição do Pará.<sup>210</sup> Em 1764, novos planos de organização de Regimentos de infantaria, Cavalaria, Artilharia e Corpo de Tropas Ligeiras podem ser verificados.<sup>211</sup> Nove anos após esse último plano, o governador do Estado João Pereira Caldas informava à Coroa a relação de todos os corpos militares de Ordenança e Auxiliares daquele Estado, junto ao novo Plano de reforma e reorganização dos referidos corpos militares.<sup>212</sup> Em 1775, em ofício, o governador João Pereira Caldas refere-se à desordem encontradas nessas companhias e expõe novamente plano e método para sua regulamentação.<sup>213</sup>

Esses são apenas alguns exemplos a partir dos quais podemos verificar que o desafio da defesa esteve presente durante todo o século XVIII. Todavia, é necessário considerar que, a partir de 1750, verifica-se um projeto bem mais sistemático de constituição de corpos militares para a capitania. Por outro lado, o caráter difuso dos pontos de presença lusa que caracterizam a primeira metade desse século deve ser entendido enquanto elementos que se articulam e se conectam. Assim, as fortalezas, os fortins, as aldeias e as tropas estão em contato contínuo por meio dos mecanismos administrativos ou dos próprios

---

210 “Planos de regulamentação dos Regimentos de Infantaria de guarnição do Estado do Grão-Pará e para a formação de um regimento de Artilharia na capital do mesmo Estado”. 28 de agosto de 1758. Avulsos do Pará, AHU, Cx. 43, D. 3979.

211 Aviso a Fernando Costa de Ataíde remetendo alguns exemplares de decretos e planos relativos à organização militar. 18 de abril de 1764. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 55, D.5081.

212 Ofício do governador do Estado do Pará e Rio Negro à Coroa. Pará, 15 de maio de 1773. Avulsos do Pará, AHU, Cx. 70, D.6003.

213 Ofício do governador João Pereira Caldas para o secretário da marinha e ultramar. Pará, 4 de novembro de 1775. AHU, avulsos do Pará, Cx. 74, D.6246.

agentes sociais que movimentavam as redes de mobilização de forças militares no Grão-Pará.

Antes de encerrar o tópico de sistematização numérica e caracterização da companhia paga, é importante retomar a um aspecto sobre a resolução do problema defensivo do Estado. A partir de uma análise mais atenta das reformas propostas por José da Serra, na década de 1730, observa-se que, para o governador, a solução estava no reino e, para o rei, na colônia. Essa percepção distinta revela, por um lado, a impossibilidade de envio de companhias do reino, na interpretação de D. João V, e, na perspectiva do governador, uma aspiração por companhias formadas por militares lusos. A sugestão de envio de reforços militares do reino foi também feita por Alexandre de Souza Freire e João da Maia da Gama.

Ao que parece, não havia interesse em profissionalizar as tropas existentes. A insistência dos governadores em colocar a solução da defesa na vinda de soldados do reino chama atenção. Assim, como os relatos negativos sobre os soldados integrados nas companhias parecem indicar por parte desses administradores coloniais uma percepção pejorativa sobre as companhias formadas por gente da colônia. João de Abreu de Castelo Branco, por exemplo, em 1741, expressava à Coroa a necessidade de ter no Estado companhias de soldados bem treinados no lugar das que havia de “cafuzos, mulatos e mamelucos” sem nenhuma disciplina, como vimos.<sup>214</sup>

A aspiração por militares do reino pode estar relacionada ao perfil dos soldados feitos na colônia. O recrutamento indiscriminado e compulsório fez entrar nas fileiras das companhias gente sem nenhum conhecimento sobre artilharia ou arte de guerra. Além dos “cafuzos, mulatos e mamelucos”, destacados por Castelo Branco, eram também lavradores, “vadios”, “vagabundos” e “degredados” para os quais o serviço militar fora uma imposição. A forma do recrutamento, certamente, implicou na qualidade das tropas e, conseqüentemente, nas queixas dos governadores. Ao que parece, soldados reinóis eram associados à qualidade do militar que esperavam contar os administradores coloniais.

---

214 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262

Para o Estado do Brasil, a péssima qualidade dos soldados não raro era relatada por governadores e militares. Paulo Possamai mostrou, por exemplo, que, por ocasião da fundação da colônia de Sacramento, em 1679, D. Manuel Lobo queixava-se de sua tropa, alegando serem “incapazes” para o serviço. O capitão mostrava sua preferência por soldados reinóis, dizendo serem os melhores. O recrutamento compulsório e indiscriminado de “operários, aprendizes, comerciantes, mendigos e, mesmo presos” para formar a tropa que seguiu a Sacramento, contribuía para a má qualidade da tropa.<sup>215</sup>

Além de D. Manuel Lobo, Possamai ainda descreve outros casos para o Rio de Janeiro, como do governador Sebastião da Veiga que achava seus soldados inúteis por serem “despidos e descalços e outros mulatos”. Essa também era a opinião do governador Manuel Gomes Barbosa, em 1718, que afirmava serem seus soldados “aleijados e doentes”, “mulatos, sendo em sua maioria degredados, ladrões”. Já o governador Antônio Pedro de Vasconcelos dizia não ter gente para recrutar no Brasil afirmando serem os soldados do reino mais disciplinados.<sup>216</sup>

Para capitania de Minas Gerais, Francis Albert Cotta também verificou queixas quanto à qualidade das tropas pagas na primeira metade do século XVIII. De acordo com suas pesquisas, nas tropas eram “aproveitados os homens pobres, frequentemente miseráveis e os desocupados, uma camada considerada desclassificada”. Uma ordem de 28 de abril de 1741, naquela capitania, definia que “os negros forros e mulatos que não tivessem ofício ou fazenda em que trabalhar deveriam ser feitos soldados”. Conforme explica Cotta, em Minas, “na visão de vários Governadores, esses homens não tinham capacidade para realizar missões de natureza militar”, como foi o caso do conde de Assumar, em 1721, ao afirmar que com as tropas de Minas “mais se deve temer que confiar em qualquer ocasião, porque os naturais da terra são comumente inábeis para esse exercício” militar.<sup>217</sup>

---

215 POSSAMAI, Paulo César. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis. Os soldados da colônia de Sacramento”. *Revista brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 2, agosto de 2010, p. 34.

216 POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na colônia do Sacramento: Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, pp.168-169.

217 COTTA, Francis Albert. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas minas gerais do século XVIII”. *Revista de humanidades*, v. 1, n. 1, p. 5, ago./set. de 2000.

Para a capitania de São Paulo, Enrique Peregalli ressalta que o recrutamento interno realizado sobre a gente da própria colônia era visto pelas autoridades coloniais como “covil de desertores e má gente”.<sup>218</sup> Essa característica também foi observada por Kalina Silva na capitania de Pernambuco quando, ao analisar a composição social dos militares, constatou que o recrutamento indiscriminado de gente, sobretudo homens considerados “vadios e vagabundos”, contribuiu para a descrição negativa da tropa paga e dos soldados vistos como criminosos e “indesejáveis” pelos capitães e governadores.<sup>219</sup>

Assim como nas experiências citadas, militares e governadores do Estado do Maranhão também estavam insatisfeitos não somente pela insuficiência numérica dos soldados nas tropas, como se destacou atrás, mas, também, pela indisciplina e desconhecimento da arte de guerra. Já em 9 de janeiro de 1683, o governador Sá e Meneses queixava-se da falta de infantaria por muitos soldados andarem fugidos pelos matos ou estarem presos por crimes.<sup>220</sup>

Em 1710, a tropa com 41 soldados enviados por Cristóvão da Costa Freire ao Piauí encontrava-se estropiada por “doenças que padecem”. O governador solicitava do reino o envio de 200 soldados.<sup>221</sup> Na mesma direção segue a insatisfação de João de Abreu de Castelo Branco, já citado anteriormente, com as tropas de “cafuzos, mulatos e mamelucos”,<sup>222</sup> como também de José da Serra, que propunha uma renovação desde os soldados até o oficialato, pois, segundo ele, todos necessitavam qualificar-se, para o que solicitava a vinda de companhias inteiras do reino.<sup>223</sup>

Ao tratar da deserção na capitania do Grão-Pará, na segunda metade do século XVIII, Shirley Nogueira também verificou nos registros relatos sobre

218 PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p. 51.

219 SILVA, Kalina V. da. “Criminosos, vadios e outros elementos incômodos: uma reflexão sobre recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, Núcleo de História Regional, Ed.UFJF, v. 8, n. 14, p. 79-92, 2002.

220 “Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania que servirem se lhe terá respeito”. 9 de janeiro de 1683. *AHU*, Códice 268, fl. 34v.

221 Carta do governador ao rei. Belém, 7 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 481.

222 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262.

223 Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

a conduta e falta de qualidade dos militares. Em 1751, por exemplo, as tropas estavam em estado lastimável: “pouca gente”, “sem disciplina”, oficiais “tão ignorantes na arte militar quanto os soldados”, nas palavras do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao descrever as companhias militares do Pará ao chegar à capitania<sup>224</sup>.

Por este viés é possível compreender a insistência dos governadores na primeira metade do século XVIII em colocarem a solução defensiva do Estado na vinda de gente do reino. Ou seja, os governadores não desejavam tropas constituídas com a gente da colônia e almejavam soldados reinóis. O discurso sobre a qualidade dos soldados traz implícita uma leitura pejorativa sobre as companhias das capitanias do Pará e Maranhão. D. João V, porém, remediava o problema com ações paliativas e indicação de resolução interna. Por que isso ocorria?

A qualidade dos soldados que integravam a tropa paga estava relacionada ao modelo de recrutamento adotado nas conquistas. Realizado de forma indiscriminada e arbitrária sobre a gente da própria colônia, integrou compulsoriamente nas tropas sujeitos sem nenhuma experiência militar. A aproximação dessa ação como forma de controle social alargou os alvos dos recrutadores para moradores considerados “vadios” e “vagabundos”. E, ainda, destaque-se a relação entre degredo e serviço militar, política adotada pela Coroa como estratégia para manter provida de gente as tropas regulares. Esses elementos contribuíram para a desqualificação da tropa regular.

Portanto, embora a defesa nas áreas coloniais se valesse do recrutamento interno, observa-se uma aspiração por soldados reinóis. Na experiência do Estado do Maranhão e Pará, durante a segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, a renovação militar com a vinda de companhias inteiras do reino jamais aconteceu. Então, como manter as demandas de defesa com um quadro militar tão deficitário?

A estratégia foi manter os postos de comando da hierarquia militar, ou seja, o oficialato provido por gente em sua grande maioria portugueses de confiança e experiência comprovada. De outro lado, o restante da tropa era provido por “gente de toda a sorte”. Além disso, observa-se um sistema complexo

---

224 NOGUEIRA, Shirley. “Razões para desertar. Institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII”. Dissertação (Mestrado), NAEA/UFPA, Belém, 2000, p. 51.

de mobilização de gente, que integra a capitania do Pará com outras partes do império português, e com o espaço indígena do sertão. O último aspecto trata-se da integração de grupos indígenas no sistema defensivo da capitania.

Voltando ao primeiro aspecto citado, sobre a manutenção de gente de “qualidade e confiança” nos postos mais elevados da hierarquia militar. Essa parece ter sido a estratégia que garantiu a permanência de um grupo de oficiais que se revezavam em postos mantidos por favorecimento por meio de uma relação complexa entre prestação de serviços e benesses. Um grupo de militares que se integrou no serviço militar, ainda no século XVII, e adentra o século XVIII interiorizando seus interesses e espalhando suas influências no comércio e na posse da terra. Essa estratégia, todavia, não foi só de oficiais portugueses, os indígenas também se valeram desses espaços e aumentaram suas influências entre os colonizadores e outros grupos indígenas.<sup>225</sup>

Diogo Pinto da Gaia, por exemplo, pelos mapas de companhias de infantaria, aparece como capitão nos anos 1726, 1728, 1732 e 1738. Aparentemente, parecem ter sido poucos os seus serviços. Todavia, já apresentava uma larga experiência. Em 1699, concorreu ao posto de capitão-mor do Pará, com os opositores Fernão Carrilho, Cristóvão de Gouça de Miranda e João de Velasco e Molina. Na ocasião, Pinto da Gaia já possuía nove anos de serviços, constava já ter estado no posto de capitão de infantaria do Maranhão. No rol de experiências, constava ser “muito prático na variedade das línguas da terra”. Por essa razão tratava “importantes negócios com os principais gentios” “fazendo por esta causa vir muitos gentios para o serviço das capitánias”.<sup>226</sup>

Portanto, se considerarmos os nove anos de experiência que dizia ter em 1699, obtêm-se 47 anos de serviço. Além de Pinto da Gaia, outros militares de maior patente integraram-se no sistema defensivo, angariando mercês, como por exemplo, a doação de terras e atuação no comércio. Essas informações foram verificadas a partir dos papéis dos serviços prestados pelo militar, o que indica tratar-se de um sujeito com longos anos dedicados ao serviço militar na capitania. Mas essa é uma questão que trataremos nos capítulos 4 e 5. Aqui,

---

225 Essa é uma questão que trataremos no capítulo 5. Aqui, é interesse verificar somente as estruturas, os quantitativos e as problemáticas relatadas pelos governadores em torno dessa questão. Todavia, a presença indígena nas diligências militares, as guerras e inserção de militares e indígenas em redes para além do serviço militar se dará conta mais adiante.

226 *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.4; D.352.

nos importa avaliar o quantitativo das forças e as estruturas. Voltemos a esse objetivo.

A fim de conhecer a estrutura e os sujeitos do oficialato das tropas pagas, remontamos algumas companhias a partir dos dados obtidos dos mapas mais completos que há para a primeira metade do século XVIII sobre a gente militar. Infelizmente, devido à fragmentação dos dados, só foi possível fazê-lo para os anos de 1726, 1728, 1730 e 1732 para a capitania do Pará, e 1730 para a capitania do Maranhão. Das análises das fontes chegamos às seguintes informações.

Quadro 5. Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Pará (1726-1732)

### 1726

<b>Capitão-Infantaria</b> Diogo Pinto da Gaia	<b>Capitão-Infantaria</b> José Rodrigues da Fonseca	<b>Capitão-Infantaria</b> João Paes do Amaral	<b>Capitão-Infantaria</b> João de Almeida da Mata	<b>Alferes Regente-Artilharia</b> Antonio Soares da Silva
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Domingos Aranha</li> <li>• <b>Sargento</b> José</li> <li>• <b>Sargento</b> João Ferreira de Carvalho.</li> <li>• <b>Cabo</b> Luís Coelho</li> <li>• <b>Cabo</b> Lourenço Maciel</li> <li>• <b>Tambor</b> Antonio índio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Antunes Fidalgo</li> <li>• <b>Sargento</b> João Barros</li> <li>• <b>Sargento</b> Tomé Ferreira de Tavares</li> <li>• <b>Cabo</b> Domingos Golçalves Correa</li> <li>• <b>Cabo</b> Ezequiel Gracia Marreiros</li> <li>• <b>Tambor</b> Caetano índio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Manuel da Cunha D'Êça.</li> <li>• <b>Sargento</b> Luis Bau[?]</li> <li>• <b>Sargento</b> Antonio Ferreira de Mendonça</li> <li>• <b>Cabo</b> Leonardo Gonçaves</li> <li>• <b>Cabo</b> Tomas de Brito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Bruno de Azevedo Farias</li> <li>• <b>Sargento</b> Inácio de Carias</li> <li>• <b>Sargento</b> Inácio de Oliveira Cardoso</li> <li>• <b>Cabo</b> Lizardo Valente de Oliveira</li> <li>• <b>Cabo</b> Matias Fragoso</li> <li>• <b>Tambor</b> Matias índio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Sargento</b> Francisco da Silva Pinheiro</li> <li>• <b>Sargento</b> Francisco Rodrigues Esquerdo</li> <li>• <b>Cabo</b> José da Costa Ferreira</li> <li>• <b>Cabo</b> Manoel Soares da Silva</li> <li>• <b>Tambor</b> Felis índio</li> </ul>

### 1728

<b>Capitão-Infantaria</b> Diogo Pinto da Gaia	<b>Capitão-Infantaria</b> José Rodrigues da Fonseca	<b>Capitão-Infantaria</b> João Paes do Amaral	<b>Capitão-Infantaria</b> Manoel Morais Bitencourt	<b>Alferes Regente-Artilharia</b> Inácio de Carias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> José Soares</li> <li>• <b>Sargento</b> João Ferreira de Carvalho</li> <li>• <b>Sargento</b> Manoel de Oliveira.</li> <li>• <b>Cabo</b> Luís Coelho</li> <li>• <b>Cabo</b> Lourenço Maciel</li> <li>• <b>Tambor</b> Antonio Índio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Antunes Fidalgo</li> <li>• <b>Sargento</b> João da Silva Barros</li> <li>• <b>Sargento</b> Tomás Ferreira de S. Bárbara</li> <li>• <b>Cabo</b> Domingos Golçalves Correa</li> <li>• <b>Cabo</b> Ezequiel Gracia Marreiros</li> <li>• <b>Tambor</b> Caetano índio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Manuel da Cunha D'Êça.</li> <li>• <b>Sargento</b> Antonio Ferreira de Mendonça</li> <li>• <b>Cabo</b> Leonardo Gonçaves</li> <li>• <b>Cabo</b> Tomas de Brito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Hilário de Souza</li> <li>• <b>Sargento</b> Manoel Ferreira de Carvalho</li> <li>• <b>Sargento</b> Máximo Fernandes Moura</li> <li>• <b>Cabo</b> José Portilho</li> <li>• <b>Cabo</b> Francisco Vieira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Sargento</b> Matias Fragoso</li> <li>• <b>Sargento</b> Lizardo Valente de Oliveira</li> <li>• <b>Cabo</b> Matias Paes de Albuquerque</li> <li>• <b>Tambor</b> Romaldo</li> </ul>

### 1730

<b>Capitão-Infantaria</b> Diogo Pinto da Gaia	<b>Capitão-Infantaria</b> José Rodrigues da Fonseca	<b>Capitão-Infantaria</b> João Paes do Amaral	<b>Capitão-Infantaria</b> Posto Vago	<b>Alferes Regente-Artilharia</b> Posto Vago
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> José Soares</li> <li>• <b>Sargento</b> João Freires de Carvalho</li> <li>• <b>Sargento</b> Luís da Costa.</li> <li>• <b>Tambor</b> Antonio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> João da Silva Barros</li> <li>• <b>Sargento</b> Antonio Coelho da Silva</li> <li>• <b>Sargento</b> Tomás Ferreira de S. Bárbara</li> <li>• <b>Tambor</b> Caetano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Antonio Freires.</li> <li>• <b>Sargento</b> Leonardo Gonçaves</li> <li>• <b>Sargento</b> Francisco da Costa</li> <li>• <b>Tambor</b> Zacarias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Lizardo Valente de Oliveira</li> <li>• <b>Sargento</b> José Ferreira</li> <li>• <b>Sargento</b> Matias Paes de Albuquerque</li> <li>• <b>Tambor</b> Romualdo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Alferes</b> Domingos da Silva</li> <li>• <b>Sargento</b> Francisco Rodrigues</li> <li>• <b>Sargento</b> Manoel Soares</li> <li>• <b>Condestável</b> Luís Nunes</li> </ul>

1732

<p><b>Capitão-Infantaria</b> Diogo Pinto da Gaia</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes João Ferreira de Carvalho</li> <li>• Sargento Luis da Costa</li> <li>• Sargento Manoel José Pestana.</li> <li>• Cabo Gabriel de Torres</li> <li>• Cabo Lourenço Maciel</li> </ul>	<p><b>Capitão-Infantaria</b> Posto vago</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes José de Albuquerque</li> <li>• Sargento Antonio Coelho da Silva</li> <li>• Sargento Aniceto de Távora</li> <li>• Cabo Antonio de Carvalho de Albuquerque</li> <li>• Cabo Gabriel Ferreira dos Santos</li> <li>• Tambor Caetano da Concelção</li> </ul>	<p><b>Capitão-Infantaria</b> João Paes do Amaral</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes Antonio Freire de Mendonça</li> <li>• Sargento Leonardo Gonçalves</li> <li>• Sargento José Luis de Araujo</li> <li>• Cabo Pedro de Sousa Passos</li> <li>• Cabo Tomas de Brito</li> </ul>	<p><b>Capitão-Infantaria</b> Posto vago</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes José Ferreira de Melo</li> <li>• Sargento José Gonçalves</li> <li>• Sargento Matias Paes de Albuquerque</li> <li>• Cabo Antonio Duarte de Barros</li> <li>• Cabo Manoel de Palma</li> <li>• Tambor Romoaldo</li> </ul>	<p><b>Capitão-Artilharia</b> Posto vago</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes João Rodrigues da Cruz</li> <li>• Sargento Manoel Torres Bezerra</li> <li>• Sargento João de Matos Lobo</li> <li>• Cabo Sebastião de Braga</li> <li>• Cabo Custódio [Evangélio?] Pahim</li> </ul>
---	---	---	---	--

Quadro 6. Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Maranhão (1730)

<p><b>Capitão-Infantaria</b> Domingos Duarte Sardinha</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes Antonio Tavares Brandão</li> <li>• Sargento Martinho Moreira</li> <li>• Sargento Francisco Duarte Sardinha.</li> <li>• Cabo João de Souza</li> <li>• Cabo Francisco Xavier Correa</li> <li>• Tambor Roque Aleijado</li> <li>• Tambor Basilio</li> </ul>	<p><b>Capitão-Infantaria</b> Manoel da Costa Dias</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes João Gonçalves Casquinha</li> <li>• Sargento Francisco de Oliveira</li> <li>• Sargento José Nunes da Veiga</li> <li>• Cabo João Nabace</li> <li>• Cabo Matias Gomes</li> </ul>	<p><b>Capitão-Infantaria</b> Dom Francisco de Castelo Branco</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes Angélico Duarte.</li> <li>• Sargento Estevão de Oliveira</li> <li>• Sargento Cipriano de Lemos</li> <li>• Cabo João Soares Grilo</li> <li>• Cabo Dom Manoel de Castelo Branco</li> <li>• Tambor Sebastião</li> </ul>	<p><b>Capitão-Infantaria</b> Francisco da Silva Barbosa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes André Viegas</li> <li>• Sargento Francisco Muniz</li> <li>• Sargento Custódio Correa</li> <li>• Cabo Teodosio Vieira</li> <li>• Cabo Luis Viegas</li> <li>• Tambor José Rodrigues</li> </ul>	<p><b>Capitão-Artilharia</b> Sebastião Pereira da Silva</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alferes Manoel Dias de Souza</li> <li>• Sargento Domingos Morais Ramos</li> <li>• Sargento Pio Nunes</li> <li>• Cabo Antonio Pereira</li> <li>• Cabo Vitorino da Fonseca</li> <li>• Condestável Domingos [?]</li> <li>• Ajudante Manoel Gomes Cardoso</li> <li>• Tambor Quemiliano</li> </ul>
--	---	--	---	--

Conforme se verifica nos quadros, a organização defensiva das capitâncias do Pará e Maranhão na primeira metade do século XVIII estava dividida em 5 companhias, 4 de infantaria e 1 de artilharia. Cada companhia de infantaria tinha 1 capitão, 1 alferes, 2 sargentos e 2 cabos. A companhia de Artilharia possuía 1 alferes regente, 2 sargentos e 2 cabos. Se verificarmos dados de companhias regulares no reino, constatamos uma estrutura de oficialato bem superior ao que dispunha a Coroa para o Estado do Maranhão. De acordo com os despachos do Conselho de Guerra, os regimentos militares no Reino possuíam companhias em que o oficialato estava bem definido.

Em 1715, por exemplo, as companhias de Infantaria se estruturavam com 10 tenentes, 10 alferes, 10 sargentos, 1 capelão-mor, 1 cirurgião-mor, 1 furriel-mor. Assim estava organizado o oficialato da companhia de Infantaria do Coronel Gonçalo Teixeira de Mesquita, na Província Trás os Montes, e dos coronéis José Delgado Freire e Manoel Esteves Feio na província da Beira. Na

província do Minho, além destes, as companhias de infantaria dos Coronéis José de Melo e Jacinto Tavares da Costa contavam com mais 10 sargentos.<sup>227</sup>

A companhia de Cavalaria da Província de Alentejo, do Coronel Conde dos Arcos, contava com 10 tenentes, 10 Alferes, 10 furriéis e 1 furriel-mor. Além de 1 capelão-mor e 1 cirurgião-mor. Com essa mesma estrutura contavam os Coronéis André de Azevedo, Manoel Lobo da Silva, Martinho [Alvares] Mexia. Ou seja, a província de Alentejo possuía quatro companhias de cavalaria, que juntas somavam 40 tenentes, 40 alferes, 40 furriéis.

Conforme se verifica, o sistema defensivo nas capitanias do Pará e Maranhão se efetivou em muitos aspectos em dissonância com o que previam os regulamentos sobre ordenanças sobre as companhias regulares. Um oficialato muito distante do que se verificava no reino e nos regimentos.

A partir das análises é evidente a permanência de alguns sujeitos nos postos do oficialato dessas companhias, como por exemplo, de Diogo Pinto da Gaia, João Paes do Amaral, José Rodrigues da Fonseca, João de Almeida da Mata. Em alguns registros, os oficiais últimos provavelmente voltaram aos postos.<sup>228</sup> Em 1741, não foi possível remontar o oficialato das companhias. Todavia, permanecem no posto Diogo Pinto da Gaia, João Paes do Amaral, e novos nomes aparecem, como Luis Figueiredo de Machado, Bernardo de Almeida Moraes e Francisco Fernandes.<sup>229</sup> Em 1742, Diogo Pinto da Gaia, João Paes do Amaral, Luis Figueiredo de Machado, Bernardo de Almeida Moraes e Francisco Fernandes são os nomes que compõem o oficialato das companhias regulares do Pará.<sup>230</sup>

Para a capitania do Maranhão, só foi possível remontar as cinco companhias no ano de 1730. Em 1741, nos registros das companhias do Maranhão aparecem somente os nomes dos capitães. Verifica-se a permanência de Domingos Duarte Sardinha, Bento Rodrigues Fernandes, Severino de Faria,

---

227 ANTT. Livros de Registros do Extinto Conselho de Guerra- Nº 63- (1715-1717). Despachos 1715.

228 Mapa da Infantaria paga e de Ordenança da Guarnição da praça de Belém do Pará. 17 de setembro de 1736. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 19, D.1776.

229 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1741. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 24, D. 2262.

230 Carta do governador João de Abreu de castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1742. AHU, Cx. 25, D. 2317.

Baltazar Fernandes Neves e Sebastião Pereira da Silva.<sup>231</sup> No ano seguinte, se mantêm Domingos Duarte Sardinha, Bento Rodrigues [Fróis], Severino de Farias, Baltazar [Fernandes] Nunes e o capitão da artilharia Sebastião Pereira da Silva.<sup>232</sup>

O serviço militar inseria esses sujeitos em um jogo de troca de interesses que vai muito além do soldo recebido.<sup>233</sup> Em 1722, por exemplo, João da Maia da Gama representava a pobreza de soldados e oficiais do Estado do Maranhão, dizia que o “dinheiro que corre mal bastava àqueles pobres soldados para se vestirem”, “muito menos aos oficiais para se tratarem com a limpeza que convém aos seus postos”. Maia da Gama alegava que em parte essa pobreza estava relacionada à proibição de realizarem “qualquer negócio, e como tem trabalho não os podia ver mal pagos”.<sup>234</sup>

A lei de proibição de militares realizarem qualquer negócio, citada pelo governador, é de 1720, intitulada *Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste*

231 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24, D. 2262

232 Carta do governador João de Abreu de castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1742. *AHU*, Cx. 25, D. 2317.

233 Em uma relação das despesas do Almojarifado do Pará de 1700, observamos os seguintes soldos pagos aos oficiais: Capitão mor do Pará 33\$333; Sargento-mor trienal 16\$000; Ajudante de número da praça 4\$400; Ajudante supra da mesma praça 3\$900; Ajudante da Artilharia 4\$400; Ajudante de Granadeiros 3\$066; Cirurgião mor 2\$500; Capitão da Fortaleza da Barra 8\$000; Tenente da mesma 4\$400; Sargento da mesma 2\$900; Capitão do fortim da Barra 4\$000; Sargento do mesmo 1\$900; Capitão do forte de Nossa Senhora das Mercês 4\$000; Sargento do mesmo 1\$900; capitão da Fortaleza do Paru 4\$000; Tenente da mesma 1\$900; Capitão da Fortaleza do Rio Negro 4\$000; Tenente da Fortaleza do Rio Negro 1\$900; Sargento da Fortaleza do Rio Negro 1\$900; Capitão da Fortaleza dos Tapajós 4\$000; Tenente da Fortaleza de Tapajós 1\$900; Sargento do número; sargento supra e tambor da mesma 1\$900 cada; Capitão da fortaleza de Pauxis 4\$000; Tenente da Fortaleza de Pauxis 1\$900; Sargento e tambor da Fortaleza de Pauxis 1900 cada; Capitania da fronteira de Joanes das salinas da casa forte do Guamá e do presidio do Macapá 1500 cada um; Tenente do presidio de Macapá 1\$900; Capitão de Guarda Costa 4\$400; Capitão mor da fortaleza de Gurupá, 6\$666; Capitão de infantaria da Fortaleza de Gurupá 4\$000; Ajudante da Fortaleza do Gurupá 1\$900; Condestável da Fortaleza do Gurupá 3\$400; Sargento do número, sargento supra, e tambor da Fortaleza do Gurupá 1\$900 cada. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 374.

234 “Sobre o que escreve o governador e capitão general do Estado do Maranhão a serca dos poucos soldados que a cidade de São Luís do maranhão e cidade do Grão-Pará para guarnecerem as fortalezas e presidios delas e vai lista que se acusa”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *AHU*, Consultas do Maranhão e Pará, códice 209, fl. 5v-6.

*reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si,*<sup>235</sup> conforme consta no quadro de legislação sistematizado para o reinado de D. João V, sistematizado no primeiro capítulo.

Se não bastava o soldo, se eram proibidos de comercializar como explicar a concorrência verificada nos editais para provimento de postos de capitães? A prestação de serviço ao rei, ou seja, a experiência militar na conquista era uma porta importante para prestígio social. Em uma sociedade do antigo regime esse é um elemento importante. Por outro lado, o acesso à terra e a outros títulos também atraíam esses homens ao serviço das armas.

Para agravar a situação das cinco companhias pagas existentes em cada capitania, os seus poucos soldados deveriam acudir diversas atividades, que em geral, estavam distribuídas em dilatado território. Para demonstrar isso, é importante mapear as atividades desenvolvidas por um soldado recrutado para uma tropa de linha. Para esta questão foi possível encontrar dados de 1728, 1730, 1733, 1736, 1737, 1739, 1741, 1742, 1744, 1746 e 1747.

Conforme destacou-se atrás, as informações sobre as companhias pagas das capitanias do Pará e Maranhão são mais regulares a partir de 1730. Isso está associado ao maior conhecimento do registro dessas companhias. Observa-se nesse ínterim que a falta de gente paga nas capitanias era agravada por dois fatores que até aqui ainda não foram mencionados: as dilatadas distâncias do Estado e as diversas atividades em que estavam destacados esses sujeitos.

Na documentação encontramos entre 19 e 20 atividades em que estavam distribuídos os soldados no Pará e Maranhão. Ou seja, há sobretudo uma incongruência entre o número de gente paga, atividades desenvolvidas e as distâncias dos locais onde desempenhavam as funções militares. Da sistematização foram obtidos os seguintes dados.

---

235 COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças.* Tomo II, pp.14-15.

Quadro 7. Distribuição de soldados pagos na Capitania do Pará (1730-1747)

	1730	1737	1739	1741	1742
Soldados prontos	78	86	92	80	93
Nas praças	2	–	–	–	–
No serviço de V. M	2	–	–	7	–
Casa da Pólvora	3	4	4	3	4
Fortim das Mercês	3	1	5	3	3
Fortim da Barra	3	2	6	5	4
Fortaleza da Barra	5	9	7	5	5
Fortaleza do Gurupá	16	18	19	17	18
Fortaleza dos Tapajós	9	11	8	6	8
Presídio de Joanes	5	3	3	4	3
Presídio das Salinas	3	4	–	4	4
Presídio de Macapá	12	1	10	5	5
Casa Forte do Rio Negro	5	6	8	8	11
Casa Forte dos Pauxis	6	7	17	11	8
Casa Forte do Paru	6	6	7	4	8
Casa Forte do Guamá	–	–	–	4	5
Tropa de Guerra	47	–	–	–	–
Tropa de Resgate	–	–	6	8	2
Em descimentos	–	–	–	1	1
Nas Missões	7	–	–	–	–
Nas diligências Reais	6	–	–	–	–
Ribeira do Moju	–	2	–	–	1
Corte das madeiras	–	–	–	–	2
No resgate da farinha	–	1	–	–	–
Ajudante das Obras Reais	–	1	–	–	–
Ajudante da casa da pólvora	–	1	4	–	–
Na capitania do Maranhão	3	–	–	–	–
Correio do Maranhão	–	1	–	–	–
Doentes	4	–	–	–	4
Incapazes	6	1	4	–	1
Desertores	4	38	22	23	8

**Fonte:** AHU, Avulsos do Pará: Cx. 12, D. 1141; Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262. Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

Quadro 8. Distribuição de soldados pagos na Capitania do Maranhão (1737-1742)

	1737	1739	1741	1742
Soldados prontos para tomarem armas	98	101	67	125
Guarnição da casa da Pólvora	5	–	–	–
Trincheira de São Francisco	14	10	4	4
Fortaleza da Barra	5	–	–	1
Fortaleza de Itapecuru	6	Ilegível	5	4
Casa Forte do Iguará	4	7	1	5
Casa Forte do Mearim	8	9	5	5
Escolta do Icatu	5	4	–	–
Escolta das Terras Altas	7	–	–	–
Soldados na Tropa de Guerra que foi ao Piauí	–	–	57	–
Aldeia dos Barbados	–	1	1	1
Ajudante das obras reais	1	–	1	–
Ajudante das fortificações	–	–	1	1
Ajudante da casa da pólvora	1	–	1	1
Na aldeia do Cahicahy	–	–	–	1
Sertão do Piauí	–	–	–	1
Incapazes do serviço	24	21	18	–

**Fonte:** AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

Observa-se nos quadros que há um panorama complexo de atividades em que o militar na primeira metade do século XVIII estava inserido. Na lista de atividades em que estavam distribuídos os soldados do Pará nos anos 1730-1742, observa-se que a denominação “soldados prontos” tem maior número. Entende-se por essa categoria soldados que estavam de guarnição e/ou prontidão para quaisquer eventualidade, fossem ameaças de guerras ou conflitos. Os soldados estavam “nas praças”, “no serviço de V.M.”, na casa da pólvora, na guarnição de fortalezas, fortins, presídios e casas-fortes.

Os soldados também integravam a tropa de guerra, tropas de resgates e descimentos. Estavam presentes nas missões e diligências reais. Para a tropa de guerra, verifica-se dados somente no ano de 1730. O mapa refere-se à guerra do Rio Negro, do que conclui-se que a tropa de guerra se constitui no momento da guerra, uma vez findo o conflito, esta se desfaz. Por outro lado, verificam-se atividades que a primeira vista não estão diretamente ligadas a atividades militares, como por exemplo, soldados que estavam na ribeira do Moju, dois soldados em 1737 e um em 1742, no corte das madeiras, no resgate da farinha,

como ajudantes das obras reais, ajudantes da casa da pólvora, na capitania do Maranhão e no correio do Maranhão.

Além dessas inúmeras atividades, para as quais certamente o número de soldados era insuficiente, chama a atenção o número de doentes, incapazes e desertores. Estes no ano de 1737 somavam 38; em 1739, o número era de 22; e, em 1741, de 23 soldados que haviam fugido das obrigações militares. Esses números são bem superiores, por exemplo, ao número de soldados existentes nesses anos para o fortim das Mercês, Barra e fortaleza da barra. Ou seja, o impacto da deserção para a manutenção dessas atividades militares parece ter sido bastante significativo.

Para a capitania do Maranhão, entre os anos 1737 e 1742, como destacado no quadro, a distribuição de maior número de soldados é para o que as fontes chamam de “soldados prontos”, tal como observou-se para o Pará. As razões são as mesmas, deixar disponível um número significativo de gente para acudir em qualquer eventualidade. Nesses anos, temos mais soldados na trincheira de São Francisco e na casa forte do Mearim seguido da casa forte do Iguará. Assim como no Pará há soldados também na guarnição e ajudantes na casa da pólvora, ajudante das obras reais, nas fortificações. Observa-se para o Maranhão o serviço de escoltas para o Icatu e Terras Altas. Além de estarem integrados em atividades nas aldeias.

No ano de 1741, 57 soldados foram destacados para tropa de Guerra que foi ao Piauí. Para essa capitania, chama atenção o número de “incapazes do serviço”. O número dos que são considerados incapazes por doença ou deficiência é bem superior aos soldados destacados para a fortaleza da Barra, Itapecuru, casa-forte do Iguará e Mearim, por exemplo, sintomático do prejuízo causado pelas péssimas condições do serviço militar e do impacto que isso tem para a defesa da capitania, assim como se verificou no Pará no caso dos desertores.

Todavia, as dificuldades não se encerram no provimento das companhias regulares. Nesse quadro, é importante lembrar que essa força deveria ser provida a partir das listas de gente integradas às *ordenanças*. Essa força é a base da militarização lusa e, nessa parte da conquista, enfrentou muitos desafios para sua constituição, conforme vamos verificar.

## 2. As Companhias de Ordenanças

Em 1689, o então governador Artur de Sá e Meneses parecia bem preocupado com os entraves para a constituição das companhias de ordenanças no Estado. Nesse ano, em carta à Coroa, chegou a afirmar que nestas “partes é quase impossível arrumar as ordenanças”.<sup>236</sup> Quais seriam essas dificuldades que levaram à constatação do governador? Antes, porém, de caracterizar essas razões é importante compreender as prerrogativas que constituem essas companhias, e como essas determinações atrelam-se com as atribuições dos governadores e com as experiências defensivas da capitania do Pará.

A criação de companhias de Ordenanças em Portugal remonta ao ano de 1508, durante o reinado de D. Manuel (1495-1512), com a publicação do *Alvará de Regimento de Gente de Ordenança das Vinte Lanças da Guarda* (1508), estendido com o *Alvará das ordenanças de 7 de agosto de 1549*. Neles, dava-se direitos a homens livres “possuir armas correspondentes a sua fortuna e estatuto social”, além da obrigação de treinamentos militares.<sup>237</sup> Essa foi primeira iniciativa de transformação das forças medievais em exércitos do Estado, que, como destacamos no capítulo anterior, estava estreitamente ligado às políticas de expansão dos Quinhentos, sobretudo às investidas lusas para o norte da África.

No reinado de Dom Sebastião (1556-1578), as iniciativas que visavam à constituição de um exército permanente ficaram bem mais evidentes: a publicação do *Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem* de 10 de dezembro de 1570.<sup>238</sup> E, quatro anos mais tarde, a *Provisão das Ordenanças* de 1574.<sup>239</sup> Esses dois documentos tornaram-se a base para a constituição de companhias de ordenança no reino e serão a principal referência para a organização militar

---

236 Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

237 COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial*: Vila Rica (1735-1777). Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014, p. 17-18.

238 “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem” de 10 de dezembro de 1570. Esse regimento está transcrito em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011. E ainda disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitãesmores.html>

239 “Provisão das Ordenanças”. Essa provisão está transcrita em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011.

até pelo menos 1708, quando se publicam as *Ordenanças Militares*, no reinado de D. João V (1707-1750).<sup>240</sup> Além desse documento, trata dessa companhia a lei de 20 de novembro de 1623, intitulada *Regimento dos Oficiais das Ordenanças*.<sup>241</sup>

As Ordenanças se caracterizavam por um forte caráter local, pois buscavam militarizar os locais mais distantes do reino. Essas ordenanças seriam a base para a formação de companhias militares formadas com súditos do Rei.<sup>242</sup> De fato, no *Regimento de capitães mores e mais capitães e oficiais*, por exemplo, essa prerrogativa está presente quando se destaca que para esses cargos fossem eleitas pessoas do local – cidades, vilas e concelhos.

No Estado do Maranhão e Pará, o alinhamento com as Ordenanças sebasticas está previsto no texto do *Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará*, de 1655. Dentre as atribuições dos governadores recomendava-se a organização dos moradores para que se “aliste nas Ordenanças fazendo *praticar nesta parte inteiramente o Regimento das Ordenanças do senhor Rei D. Sebastião*”.<sup>243</sup> É importante destacar que as medidas legislativas de D. Sebastião, conforme José Damião, “constituíram um eixo estruturante da organização militar que marcou todo o Antigo Regime português”.<sup>244</sup>

Essa perspectiva também pode ser observada no que diz respeito ao uso e à posse de armas. Prevvia-se no texto do regimento dos governadores do Estado que em “todas as cidades, vilas e lugares que estiverem fundados nesse Estado que os moradores tenham suas armas e arcabuzes e mosquetes e outras munições e lanças”.<sup>245</sup> Em diversas partes o regimento de 1570 dispõe sobre essa questão; no artigo 29, por exemplo, lê-se “assim mando a todas as pessoas de qualquer qualidade que sejam, que conforme este Regimento são *obrigados a ter*

---

240 “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército e tiver em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares defte Reino, e do de Caftela / D. João V”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. *Biblioteca do Exército de Portugal*. Cota: E015; Coleção: Regulamentos.

241 “Regimento dos oficiais da ordenança” – PT/*Arquivo Histórico Militar* -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

242 COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial*.

243 “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1

244 RODRIGUES, José Damião. “A guerra nos Açores”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. p. 245.

245 “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1.

*armas* e ir com eles em Ordenanças nos tempos neles declarados”. Ressalta-se, ainda, “que obedçam muito inteiramente a seus Capitães”.<sup>246</sup>

Dessa forma, se determinava que todo morador alistado nas ordenanças tivesse armas a suas expensas. Todavia, na prática, esse alinhamento com as prerrogativas do reino na constituição das ordenanças do Pará enfrentou enormes problemas. A posse de armas, por exemplo, foi um dos entraves verificados por Sá e Meneses. O governador explicava ao rei, em 1689, que essa determinação era impossível de ser cumprida, pois as armas eram muito caras e os moradores pobres não podiam adquiri-las. E, mesmo para defesa do Estado, o armamento era limitado, já que consta no documento que o governador solicitava do reino duzentas bocas de fogo para a guarnição das fortalezas.<sup>247</sup>

Mas esse não foi o único problema. No reino, esse sistema abrangia todos os homens entre 18 e 60 anos de idade, excetuando-se eclesiásticos, fidalgos e os que “continuamente tenham cavalos”. Os recrutados eram organizados pelo capitão da companhia da ordenança e instruídos nas armas, sendo nessa direção um mecanismo que buscava estender a obrigação da defesa a todos os súditos.<sup>248</sup>

De acordo com o regimento dos capitães-mores e mais capitães de 1570, as companhias deveriam ser formadas de 250 homens divididos em 10 esquadras de 25 homens. Cada companhia tinha “um capitão, um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão e dez cabos”.<sup>249</sup> O cabo de esquadra tinha sob sua gerência os 25 homens de sua esquadra e era hierarquicamente subordinado ao capitão da companhia. Todavia, essa organização poderia ser alterada de acordo com as especificidades locais. Essas companhias poderiam ser formadas faltando até três esquadras; mais que isso, recomendava-se que os homens fossem distribuídos em companhias já existentes.<sup>250</sup>

Nesse aspecto residia outro entrave para as ordenanças do Pará, observado ainda em meados do século XVII pelo capitão-mor do Pará Sebastião

246 “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Capítulo 29.

247 Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

248 “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Fls. 02 e 03.

249 *Idem*, fl.04.

250 *Idem*, fl.04.

de Lucena Azevedo. O militar descrevia as dificuldades de constituir as ordenanças, pois “os moradores da terra são cento e dez homens de dezesseis até sessenta anos de idade” e trezentos índios domésticos de vinte até sessenta anos de idade. Com esse cômputo de gente, nos termos ideais do regimento, não bastava para formar sequer uma companhia. Se consideramos a faixa etária prevista (18 e 60 anos), menos ainda bastariam os 110 homens mencionados pelo capitão-mor.<sup>251</sup>

Somava-se a isso um quadro defensivo lastimoso. A praça contava somente com dezesseis peças de artilharia, sendo que sete precisavam de reparos. A “fortaleza quase no chão em muitas partes”, “cento e vinte balas miúdas mosquetes e arcabuzes mal aparelhados pela falta de oficiais para fazer seis quintais de balas miúdas”. A carta resume o estado defensivo descrevendo que na capitania havia “sessenta soldados pagos em duas companhias nenhum artilheiro e três com praça de artilheiros sem se saber de artilharia coisa alguma, e não há nesta terra quem os ensine nem quem tenha luz de tal mister”. Informava, finalmente, algumas providências: “tenho convocado aos moradores e índios para tratar de fortificar e reparar está pobre e desmantelada fortaleza”.<sup>252</sup>

Ou seja, formar ordenanças de 250 moradores entre 18 e 60 anos de idade, no Pará, em que havia, conforme Lucena Azevedo, somente 150 homens, contando ainda com os que tinham 16 anos que, pelo regimento de 1570, não seriam alvo do recrutamento, parecia impraticável. Todavia, os desafios eram ainda maiores. Reunir “gente de locais próximos” para os treinamentos regulares, como determinava o regimento, no Estado do Maranhão, era uma tarefa complicada, considerando-se que essa população estava pulverizada por uma região extensa entrecortada de rios, uma geografia completamente distinta da do reino.

Pelo *Regimento dos capitães mores e mais capitão*, determinava-se que “nos lugares em que houver menos de duzentos e cinquenta homens se ajuntará com eles gente das Aldeias [...] para fazerem uma Bandeira de duzentos e cinquenta homens, *com tanto que não estejam em distância de mais de uma légua*”.<sup>253</sup>

251 Carta do capitão mor do Pará Sebastião de Lucena Azevedo para o rei. Belém do Pará 1 de janeiro de 1647. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 1; D.63.

252 *Idem*.

253 “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Capítulo 12.

Essa prerrogativa nas observações de Arthur Sá e Meneses em 1689 era inviável no Pará. Nas suas palavras, os moradores “destas cidades e vilas” “habitam nas suas fazendas” que uma das outras “não é tão pouca a distância que não sejam de quatro ou cinco léguas”. Situação que impedia que o governador os obrigasse nas ordenanças, pois, assim, “não poderão fazer as suas lavouras e padecerão grande detrimento, principalmente no Pará donde a navegação é pelos rios e não tem nenhuma comunicação por terra”.<sup>254</sup>

Nesse caso, a distância geográfica era o grande empecilho. Poucos moradores dispersos por um imenso território de rios e florestas. Associados a isso os prejuízos que o deslocamento dessa gente para exercícios militares causaria nas lavouras. Esse foi o quadro que levou o governador Artur de Sá e Meneses a afirmar, em 1689, que nestas “*partes é quase impossível arrumar as ordenanças em sítios donde se possam achar juntos na ocasião que forem necessário*”.<sup>255</sup> De fato, nesses termos, a constituição de ordenança no Pará era problemática.

Verifica-se, portanto, problemas vinculados ao número de moradores que não bastava para o enquadramento do perfil dos 250 homens necessários para formar uma companhia, conforme previa o regimento. Além das distâncias geográficas que separavam os moradores em vilas e fazendas que, segundo Sá e Meneses, ultrapassavam em muito a légua que ressaltava o regimento para formar uma companhia. Somavam-se a esses aspectos a implicação da ordenança nas lavouras e a pobreza dos moradores que não tinham recursos para possuírem, a suas expensas, as armas de que tratava a disposição legal.

Há nesses termos um desajuste entre a realidade colonial e as disposições presentes no *Regimento dos capitães mores e mais capitães* e no *Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará*. Certamente, foram também esses desafios constatados, ainda no século XVII, que impulsionaram a adequação das Ordenanças do Pará a essas especificidades locais. Em 1690, um ano após as queixas do governador Sá e Meneses, ficou determinado que no Pará, ao se formarem as companhias de Ordenanças, se assinalassem os distritos com a proporção de distâncias. Isso era importante para se verificar se podiam juntar-se em tempo hábil para a disciplina e prontidão em caso de guerra. Conforme

---

254 Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

255 *Idem*.

consta na consulta do Conselho, essa poderia ser uma alternativa para “as dificuldades que entre si tiverem de rios, ou matos para se comunicarem”.<sup>256</sup>

A constituição das Ordenanças no Estado passou a determinar-se pela lógica dos rios. Portanto, embora houvesse uma legislação constituída, esta flexibilizava-se às demandas internas. No entendimento da Coroa, não parecia necessário criar postos de capitão das ordenanças, pois nos “rios cada um deles tem capitão que governa os moradores que o habitam” exceto o Munim (na capitania do Maranhão) pelo fato de ser menos habitado.

Esse recuo ao século XVII foi necessário para averiguarmos que os desafios impostos para a constituição dessa força, ainda nesse momento, subsidiaram uma adequação às especificidades locais que implicará nas ordenanças para a primeira metade do século XVIII. A prerrogativa do rearranjo das ordenanças determinado por distritos e rios se manteve para esse período, e parte-se do pressuposto que esse foi um mecanismo para a disseminação de postos de oficiais e abuso de poder local canalizados nessas companhias em diversas partes da capitania.

A atribuição dos governadores no provimento dos postos de capitão parece ter contribuído para os abusos cometidos pelos capitães. Essa perspectiva é destacada por Rafael Ale Rocha ao verificar que ao prover os postos de oficiais de ordenanças, não raro os governadores do Estado eram acusados de “extrapolam as jurisdições que lhes eram legadas pelas normas régias”. Essa prática ocorria em casos em que os governadores tinham por negado seus provimentos, estes “criavam postos – nomeando seus agraciados”.<sup>257</sup>

No regimento de 1570, a eleição para os postos de capitães das companhias, alferes, sargentos e mais oficiais também se assenta nessa prerrogativa. Ora, esta se fazia em “câmara pelos oficiais dela e pessoas que costumam andar na governança dos tais lugares”. Assim, se destaca que “na eleição dos ditos capitães, especialmente os mores, terão sempre respeito que sejam pessoas

---

256 Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 16 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 283.

257 ROCHA, Rafael Ale. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, instituição e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia*. p.85

principais das terras, e tenham partes e qualidades para os ditos cargos”.<sup>258</sup> Assim também deveria ocorrer no Estado do Maranhão, conforme se determinava no regimento dos governadores em 1655. Todavia, esse regimento não bastava para tornar claro o provimento desses postos.

No Pará, uma carta régia de 1686, como explica Ale Rocha, reiterava as disposições presentes no regimento dos governadores de 1655 no que diz respeito ao alinhamento com o regimento de D. Sebastião e ressaltava a importância da confirmação dos postos por meio de patente militar e delegava aos governadores o papel de “apenas confirmar as eleições”. A eleição, então, deveria ser feita no âmbito da câmara. Todavia, na primeira metade do século XVIII, outras três leis tratariam dessa questão, em 1709, 1739 e 1749.<sup>259</sup>

Pelas determinações de 1709, as câmaras, juntamente com o ouvidor, provedor ou o capitão-mor sugeriam os três nomes para ocupar o posto; ao governador caberia o papel de indicar entre os três o mais apto; e ao rei confirmar a carta patente. Assim, pareciam definir-se os espaços e atribuições das três instâncias de poder. A lei de 1739 diminuiu a ação da câmara no provimento dos postos, pois determinava que somente aos governadores caberia o provimento desses postos. Como explica Ale Rocha, a lei legitimava o que de “costume” era praticado no Estado.<sup>260</sup>

Essa prática em grande parte deve-se ao rearranjo permitido às ordenanças no Pará que tratamos anteriormente. A partir de 1690, a determinação que essas companhias pudessem organizar-se em distritos possibilitou a multiplicidade de postos e o provimento à revelia das disposições legais. A lei de 1739 parece consagrar o que na realidade já ocorria. Todavia, o poder de provimento nas mãos dos governadores causava grande inquietação na câmara, que reivindicava o seu espaço na escolha dos capitães das ordenanças.

Uma provisão régia de 1720 enviada ao governador do Estado revela essa prática, descrita no documento como “coisa estranhável” e “abuso de grande vexação para os povos”.<sup>261</sup> Ocorre que em todos os locais da capitania do

258 “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Fls. 02 e 03.

259 ROCHA, Rafael Ale. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, instituição e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”, p. 93.

260 *Idem.* |

261 Carta do governador João da Maia da Gama para o Rei em resposta a uma provisão régia de 15 de maio de 1720, sobre as disposições legais do Regimento das Ordenanças da capitania do Pará.

Pará, mesmo onde havia um número muito inferior aos 250 homens previstos no regimento para constituição de companhias, eram providos capitães e sargentos-mores.

Na carta consta que Francisco Galvão da Fonseca, provedor da Fazenda da capitania do Pará, havia relatado o descumprimento do regimento que determinava que “nas vilas em que *não houver mais de uma companhia*, e que esta tenha duzentas e cinquenta homens, conforme cap. 12 do mesmo regimento<sup>262</sup>, *não haja capitão mor, nem sargento mor*”. Todavia, verificava-se no Estado que “todas as vilas têm capitães mores, e sargentos mores, sendo muito pequenas”. Esse era o caso, por exemplo, da vila de Vigia que constava haver setenta e cinco homens, e tinha capitão-mor e sargento-mor, e a do Caeté com 30 homens, contava com capitão e sargento-mor.

Consta ainda que o mesmo se praticava na capitania do Maranhão. Esses sujeitos se valiam desses postos das ordenanças para praticar abusos, servindo-se dos “moradores pobres” e “outros excessos praticado por esses capitães”. Vale lembrar que, pelo regimento dos capitães-mores, os moradores integrados eram hierarquicamente subordinados ao capitão da companhia.<sup>263</sup> Ou seja, um preâmbulo legal para a imposição de poder desses sujeitos sobre os demais moradores. O rei recomendava, ainda, na provisão, que esses capitães não usassem “do tratamento continuado de oficiais senão nas mostras e mais funções de seu cargo” e “que os tais postos sejam feitos na forma do regimento, por eleição dos moradores, e não só do provimento dos governadores”.<sup>264</sup>

---

Anexo cópia do capítulo 12 o Regimento das Ordenanças. Belém do Pará 18 de agosto de 1722. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 603.

262 O capítulo 12 do *Regimento* que trata o documento dispõe que: “Cada companhia será de duzentos e cinquenta homens em que haverá esquadras e terá um capitão, e um alferes e um sargento e um meirinho e um escrivão, e dez cabos, e ao capitão da companhia acudirá os dez cabos de esquadras dela cada vez que cumprir ajuntarem-se ou ele mandar e em tudo obedecerá ao seu capitão”. Anexo da Carta do governador João da Maia da Gama para o Rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 603. Ver em: Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Cap. 12.

263 “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Fls. 04.

264 Carta do governador João da Maia da Gama para o Rei em resposta a uma provisão régia de 15 de maio de 1720, sobre as disposições legais do Regimento das Ordenanças da capitania do Pará. Anexo cópia do capítulo 12 o Regimento das Ordenanças. Belém do Pará 18 de agosto de 1722. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 603.

A lei de 1749 espelha bem essa compreensão. Determinava-se que no provimento dos postos havia necessidade de considerar as propostas das câmaras, ao governador caberia a escolha a partir da indicação da câmara e ao rei o papel de confirmar ou não o sujeito pretendido ao cargo. Ale Rocha afirma que essas leis promulgadas por D. João V, em 1709, 1739 e 1749, tinham em comum a “preocupação com a multiplicação de postos” das ordenanças, uma tentativa de ordenar esses provimentos no Estado do Maranhão.<sup>265</sup> Por outro lado, pode-se afirmar, ainda, que foram mecanismos que pretendiam equilibrar os interesses da Coroa com os interesses do poder local nem sempre convergentes.

Por outro lado, o conjunto de leis sobre as ordenanças e os postos de capitães assinala para a importância que essas companhias tinham para os corpos defensivos da Coroa. Convém lembrar que esse sistema defensivo era a base para a constituição de um exército permanente em Portugal e nas conquistas. Os moradores alistados não recebiam soldo, poderiam exercer outros ofícios, mas em caso de perturbação pública deveriam estar prontos para combater. Eram ainda dessas companhias que saíam os soldados das tropas de regulares e auxiliares.<sup>266</sup>

O posto de capitão das ordenanças funcionava como um elo entre o rei e os súditos. Por essa razão, esse lugar era estratégico. A partir desses “principais da terra” se levava a ação do rei aos lugares mais distantes do reino e, portanto, constituíam-se a partir do poder local. Entre as obrigações dos que ocupavam esse posto estava o de levantar e ter de prontidão gente para defesa e guerra. Essa atribuição pressupõe o conhecimento “de quanta gente há no lugar de sua capitania” capazes de pegar em armas, os quais eram alistados nominalmente pelo escrivão da câmara.<sup>267</sup> Essa prerrogativa imbuía-se de um poder de ação desses sujeitos sobre os moradores alistados. Esse aspecto levou a disputas por esses provimentos no Pará, protagonizados pela ação dos governadores e a câmara.

Ao que parece, na capitania do Pará, as ordenanças estiveram muito mais ligadas ao arranjo de interesse vinculados aos poderes locais de uma elite

---

265 ROCHA, Rafael Ale. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, instituição e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”, p. 93.

266 “Regimento dos oficiais da ordenança” – PT/*Arquivo Histórico Militar* -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

267 *Idem*, fl. 03.

envolvida na governança<sup>268</sup> do que propriamente ocupadas com as questões defensivas da capitania.<sup>269</sup> Mas essa é uma questão que não cabe aos limites deste estudo, pois requer outros investimentos de pesquisa. Aqui o interesse é verificar as capacidades das forças legais constituídas para defesa da capitania do Pará na primeira metade do século XVIII. Voltemos a esse objetivo.

Na sistematização de dados presentes em mapas e listas das companhias militares da capitania do Pará e Maranhão, verifica-se que os registros dessas listas de moradores eram pouco regulares. Para o século XVII, não obtivemos dados sistemáticos sobre essas companhias, somente informação sobre 1647, em que consta na capitania do Pará haver 110 pessoas alistadas nas Ordenanças. Para a primeira metade do século XVIII foi possível sistematizar os dados da tabela a seguir:

---

268 Sobre poderes locais, elites ou nobreza da terra ver: KRAUSE, Thiago. “Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org.). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012; GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; CUNHA, Mafalda Soares da. (coord.). *Optima Pars: Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político-Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almediana, 1994.

269 DIAS, Joel Santos. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-UFPA*. Belém, 2008; SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “Gente nobre da governança”: (re) invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695). Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão, 2009.

Tabela 2. Número de gente nas ordenanças na capitania do Pará e capitania do Maranhão (1647-1747)

Ano	Capitania do Pará	Capitania do Maranhão
1647	110	----
1720	570	785
1730	492	----
1736	224	----
1739	158	252
1744	517	905
1746	583	905
1747	594	----

**Fonte:** AHU, Avulsos do Pará: Cx. 1, D. 28; Cx. 1, D.63; Cx. 12, D.1142; Cx. 1, D. 66; Cx. 3, D. 299; Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 12, D. 1141; Cx.17, D. 1632; Cx. 19, D. 1776; Cx.20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D.2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804.

Como se observa nos anos de 1736, 1739, 1744, 1746 e 1747, os registros dessas companhias tornaram-se mais regulares. Na capitania do Pará, somente em 1747 obtém-se o número de 594 pessoas alistadas nas Ordenanças e na capitania do Maranhão o maior cômputo é nos anos 1744 e 1746, nos quais se registram 905 indivíduos nessa companhia. Se considerarmos o que prevê o *Regimento dos capitães mores e mais capitães*, no qual se define que cada companhia de ordenança deveria ser formada por 250 moradores, verifica-se que nesses anos de maior quantitativo, não eram insuficientes para formar 3 companhias no Pará e 4 no Maranhão. É importante destacar que pelo regimento das Ordenanças a listagem era de homens entre 18 e 60 anos de idade. Nesses termos, o oficialato para o Pará seria formado por 2 capitães e 2 sargentos e no Maranhão 4 capitães e 4 sargentos.

Ora, como vimos anteriormente, as queixas atrelavam-se justamente à multiplicação desses postos e à instituição de companhias de ordenanças em lugares das capitanias com um número muito reduzido de moradores. Essa prática ocorria sem atendimento à disposição prevista no regimento, em que se determinava o número de 250 moradores para o provimento desses postos.

De fato, ao que consta, o número do oficialato foi bem superior ao que pelas disposições legais seria necessário à capitania do Pará e à capitania do Maranhão. É o que fica evidente em 1728, ocasião em que Alexandre de Souza Freire passava ao rei a relação do provimento de postos vagos que havia feito para as ordenanças do Estado. Constava na lista para o Maranhão: companhia

de ordenança de São Luís para a qual fora provido para capitão Manoel da Costa Dias e João Pereira ao posto de ajudante. Para São Luís ainda aparecem na lista Antonio Correia e José [?] para capitão e ajudante, respectivamente. Isso sugere a existência de duas companhias em São Luís.<sup>270</sup>

Além de São Luís, consta também ordenança na Vila de Icatu para a qual foram providos Francisco Xavier Pinheiro, para capitão, e Manoel Rodrigues para ajudante. Ordenança de Itapecuru, na qual recebeu o posto de capitão Frederico Nunes de Melo e para ajudante Inácio de Oliveira. Ordenança do rio Mearim para a qual foi provido Baltazar Pereira dos Reis como sargento-mor. Para o Mearim aparecem ainda Manoel Rodrigues da Costa, sargento-mor da ordenança. Na ordenança da vila de Santo Antonio de Alcântara, constava Manoel Barbosa ao posto de capitão e Inácio Pereira de Carvalho como ajudante.<sup>271</sup>

Confrontando essas informações com os dados da tabela, logo verifica-se que havia de fato mais companhias do que bastava aos moradores se houvesse o atendimento legal para formar as companhias de 250 homens. Para o Pará, na lista de Alexandre de Souza Freire, aparece a ordenança da Vigia, para a qual foi provido Manoel Teixeira Coelho ao posto de sargento-mor.<sup>272</sup> Em um mapa de Ordenança do Pará de 1730, verifica-se uma lista de 492 moradores. Ou seja, se esse cômputo fosse organizado em companhias de 250 homens, mal se formariam 2 companhias.<sup>273</sup> Todavia, o documento discrimina esses moradores em 7 companhias, o que significa uma dilatação de postos de oficialato, como se tem mostrado.

Sobre essa questão, há ainda um aspecto a ser mencionado. A listagem de moradores incluía todos os homens capazes de pegar em armas, ou seja, entre 18 e 60 anos. Dessas listas, pelas normas da militarização do reino sairiam os sujeitos para integrar as companhias pagas. Ocorre que, desse universo de moradores, havia aqueles que eram isentos do serviço militar por serem

---

270 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei sobre os provimentos que fez de alguns postos de Ordenanças. Anexo: relação. Belém do Pará, 21 de setembro de 1728. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 11, D. 992.

271 *Idem*.

272 *Idem*.

273 Mapa das Ordenanças que se encontram na praça da capitania do Pará elaborado de acordo com a mostra geral de 20 de setembro de 1730. Anexo: listas. Pará 20 de setembro de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.12, D. 1142.

considerados cidadãos ou privilegiados. Eram considerados cidadãos sujeitos ligados a espaços políticos de atuação de poder local como as câmaras. Além daqueles provenientes de famílias de conquistadores, ou ainda os que recebiam privilégios pelos serviços prestados. Além desses, havia casos completamente distintos, como foi o de Vigia, onde os moradores alegavam ter privilégios<sup>274</sup> e serem isentos do serviço das armas por estarem situados na costa, um lugar estratégico e suscetível à invasão e ameaça estrangeira. Razão pela qual, como alegavam os moradores se fossem recrutados, significaria ir servir em outro local deixando a vila despovoada e propensa a ataques.

De acordo com Fábio Faria Mendes, o Estado português “tece um mosaico de privilégios e isenções em torno do serviço das armas”. Esses sujeitos que se encontravam sob as “redes sociais de proteção” compunham na experiência colonial uma categoria social que se queria distinta a partir da relação que estabeleciam com o rei. Essa construção do privilégio e da nobreza da gente da terra desenhava-se no limite entre os interesses da administração colonial, como a defesa e a manutenção de redes de clientelas e favores também importantes na dinâmica e ação da Coroa nesses espaços. Ao capitão-mor das ordenanças cabia a tarefa de compreender bem esses limites, entre os que eram passivos de descolocarem-se para as tropas e aqueles que possuíam a isenção do serviço.<sup>275</sup>

Por essa razão deveriam ser dispostos em listas separados. Assim se apresentava o Mapa de Ordenança do Pará, em 1730. Discrimina-se os 492 moradores em: lista dos cidadãos da cidade, com o quantitativo de 101 moradores; companhia dos filhos dos cidadãos que somavam 100 homens; companhia dos privilegiados somava-se 64 pessoas; companhia do capitão Xavier de Souza Ataíde com 52 homens alistados; companhia do capitão Manoel Morais Bitencourt com o número de 76 homens; companhia do capitão João Furtado

---

274 Esse privilégio foi mencionado no requerimento de Mariana Tolosa, quando pedia baixa de soldado ao neto Severino. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449. Ver ainda sobre a questão: Carta regia anexo da Carta dos oficiais da câmara de Vigia ao Rei. Belém 9 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D.920; Carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

275 MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar brasileira*, p. 113-114.

de Vasconcelos, com 42 alistados, e a companhia do capitão José Fernandes Araújo, com 57 homens.

Excetuando-se as companhias de cidadãos, filhos de cidadãos e privilegiados,<sup>276</sup> restavam às companhias regulares 227 homens que não contavam com as redes de proteção estabelecidas sobre os demais. Se considerarmos os dados apresentados na Tabela 1 sobre as companhias pagas, verifica-se que, em 1730, essa força compunha-se de 261 soldados. A ordenança e as companhias regulares não estavam muito bem providas de gente. Meu interesse neste estudo é sobre esses sujeitos que estavam diretamente ligados à defesa. Pelas mesmas razões apresentadas sobre os poderes locais no âmbito das câmaras, aqui também não são objeto as companhias de privilegiados e cidadãos, pois trata-se de um vetor distinto de análise. Muito embora, em caso de grande perturbação, como uma invasão estrangeira, todos deveriam tomar armas, até mesmo os privilegiados e cidadãos.

Portanto, as ordenanças no Estado do Maranhão parecem estar muito mais vinculadas ao poder local e interesses pessoais do que necessariamente compõem uma força com treinamentos militares regulares, com listas de moradores capazes de acudir nas guerras e/ou à expansão da fronteira colonial como determinavam os regimentos. O imbróglie em torno da multiplicação de postos de oficiais é evidente nessa perspectiva. Além disso, as listas de moradores disponíveis para a defesa da capitania eram redesenhadas pelos privilégios, o que empurrava a ação do recrutamento compulsório para colonos pobres, degredados, “vadios”, “vagabundos”, “mestiços” e de mobilização indígenas do sertão, como vamos tratar no capítulo 4. Isso ocorre porque o serviço militar era indesejável pelas péssimas condições do serviço, baixos soldos e por ter que ir servir longe do local de origem.<sup>277</sup>

Na primeira metade do século XVIII, as companhias de ordenanças determinavam-se a partir desses limites apresentados. De acordo com Christiane Figueiredo Pagano de Mello, a principal medida da Coroa em alinhar, de fato, essas companhias aos interesses de defesa da colônia foi com a

---

276 Sobre essa questão ver: SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “Gente nobre da governança”: (re) invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695)”. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão, 2009.

277 Sobre essa questão ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. E, ainda: VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial*. Sobre tudo capítulo III.

Carta Régia de 22 de março de 1766, enviada ao Vice-Rei Conde da Cunha e aos Governadores e Capitães-Generais do Brasil. Determinava-se a partir de então o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos” para compor corpos de auxiliares e ordenanças.<sup>278</sup>

Tratava-se de uma política mais abrangente para tornar a população militarizada. O teor dessa legislação foi também verificado em Minas Gerais, como escreve Francis Albert Cotta.<sup>279</sup> E, para as capitanias do Pará e Maranhão, em carta régia de 19 de abril de 1766, passada ao governador do Estado do Grão-Pará Fernando da Costa Ataíde. O texto da lei é o mesmo: o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”.<sup>280</sup> Essa base legal parece indicar, como afirma Pagano de Mello, que a Coroa “necessitava inegavelmente da colaboração, espontânea ou coerciva, dos habitantes da Colônia para a conservação da integridade de seu território colonial”.<sup>281</sup>

No caso do Pará, a julgar pelas experiências da constituição das Ordenanças da primeira metade do século XVIII, e tendo em vista os esforços da Coroa em profissionalizar suas companhias a partir da década de 1760, essa Lei pode ser interpretada como uma tentativa de tornar essa companhia menos política e mais combativa.

### 3. As Companhias Auxiliares

Para fechar esse quadro de forças, é preciso incluir uma reflexão sobre as companhias auxiliares. O fato curioso que após o levantamento de todos os mapas e listas que citamos, em um período de 1624 até 1747, as *Milicias*, ou *Companhias Auxiliares*, não aparecem em nenhum desses documentos.

278 MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. “Forças Militares no Brasil Colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender*: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna, p. 110.

279 COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*, v. 3, n. 6, p. 75, out./nov. 2002.

280 Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.

281 MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. “Forças Militares no Brasil Colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender*: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna, p.110.

Por que isso ocorre? Antes de lançar qualquer resposta possível a essa pergunta, é importante conhecer um pouco mais sobre a constituição dessa força intermediária.

Essa força se constituiu em Portugal em 1641, um ano após a criação das companhias regulares. Trata-se de uma segunda força militar, como próprio nome indica, que funcionaria como auxiliar das tropas regulares; eram de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, constituindo-se em forças deslocáveis que prestavam serviço de apoio às tropas pagas. As milícias estavam, assim como as regulares, organizadas em terços e companhias.

Os corpos de auxiliares eram armados, exercitados e disciplinados. Essa força era composta por homens aptos para o serviço militar, porém a diferença em relação à primeira força é que os soldados não ficavam ligados permanentemente à função militar. A importância dessa força na segunda metade do século XVII, para Portugal, é evidente, basta verificar os diversos regimentos e alvarás que tratam das companhias auxiliares, produzidos nesse contexto, como a *Carta Régia sobre a Criação de soldados auxiliares*,<sup>282</sup> o *Alvará sobre a companhia auxiliar*,<sup>283</sup> o *Alvará dos Privilégios dos Soldados Auxiliares*,<sup>284</sup> o *Regimento para introdução dos soldados auxiliares*<sup>285</sup> e o *Alvará sobre os soldados Auxiliares*.<sup>286</sup>

Com as companhias regulares, as ordenanças e as auxiliares, toda a população do reino ficava militarizada por meio do alcance dessas três forças. Dessa forma, estavam sistematizadas as questões defensivas no reino. Todavia, a experiência nas colônias desenhou um sistema defensivo que, em muitos aspectos, se distancia dessas prerrogativas, como já indicamos anteriormente.

No reino, as companhias auxiliares foram criadas para suprir a falta de gente nas companhias regulares. Não sem razão, havia vários privilégios e estratégias de atrair gente para servir nessas companhias. Portanto, está na matriz de constituição dessa força a insuficiência da tropa paga. Ora, se temos um quadro militar no Estado do Maranhão em que a inexpressividade dos

---

282 “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

283 “Alvará sobre a companhia Auxiliar”, 1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

284 “Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

285 “Regimento para introdução dos soldados auxiliares” – PT-AHM-DV-1-02-1-28

286 “Alvará sobre os Soldados Auxiliares”. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33

soldados pagos pode ser constatada em um longo período de 1624 até 1747, pela lógica de como se constituíram no reino, essas companhias não só deviam constar nos registros como também deveriam ocupar um lugar central nas diligências militares. Mas ao que parece não foi isso que aconteceu. Todavia, se, no Estado do Maranhão, se verifica a ausência das companhias auxiliares, em diversas capitanias do Estado do Brasil elas se tornaram centrais.

Ao analisar o contexto da capitania de Minas Gerais, especificamente a comarca de Serro Frio, entre os 1730-1763, Ana Paula Costa verifica a atuação e utilidade de companhias de tropas de pardos e pretos para atuarem, sobretudo, no ordenamento do território, no que diz respeito “aos excessos e inconveniências causadas por fugas de escravos, roubos, garimpo ilegal”.<sup>287</sup> Todavia, a presença de pretos e pardos ficará mais sistemática a partir da segunda metade do século XVIII.

Francis Albert Cotta, como vimos, explica que, numa carta régia de 22 de março de 1766, se determinava ao governador de Minas que “mandasse alistar todos os moradores sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e que à proporção dos que tiver cada uma das referidas classes, forme terços de auxiliares e ordenanças, assim de cavalaria como de infantaria”.<sup>288</sup> A medida parece ter surtido efeito positivo. Em 1775, no terço de Vila Rica, Cotta registrou 13 companhias de 60 homens pardos e 40 companhias de 60 homens pretos.<sup>289</sup>

Em Pernambuco, as milícias de pardos e pretos foram criadas na ocasião da invasão holandesa no Nordeste açucareiro (1630-1654). Luís Geraldo Silva ressalta que essa experiência inaugura a incorporação de “gente de cor” em tropas na América portuguesa. Em suas pesquisas, lembra o papel de Henrique Dias, preto que tinha o título de mestre de campo desde a década de 1650. Essa função social também será desempenhada por pardos ao longo do século XVIII, cujas informações são registradas partir de 1710. Alguns dados apresentados por Geraldo Silva, a partir de um mapa de 1768, lhe permitem

---

287 COSTA, Ana Paula Pereira. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, maio-ago. 2016.

288 COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*, v. 3, n. 6, p. 75, out./nov. 2002.

289 *Idem*, p. 77.

afirmar que “as tropas formadas por afrodescendentes livres e libertos, designadas como ‘Auxiliares Pardos’ e ‘Auxiliares Pretos’, compreendiam, respectivamente, 6% e 7% de um total que havia se elevado para 25.295 praças”.<sup>290</sup>

Cristiane Figueiredo Pagano de Mello ressalta que no seu governo no Brasil (1769-1779), o Marquês de Lavradio via nas companhias auxiliares o mecanismo mais eficiente de “integrar os povos, quais sejam: negros, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes, compreendidas entre índios, forros, homens brancos livres e pobres, ao corpo político do Estado” a partir de uma percepção de ordem social.<sup>291</sup>

A atuação dessa gente de cor em companhias era de longa data. Em 11 de junho de 1643, em consulta ao Conselho de Guerra, apresentou-se a petição de um “negro que foi sargento-mor dos negros no Brasil que se ofereceu a levantar nesta cidade [Lisboa] os negros forros necessários” para formar companhias para servir no reino. A sua experiência de sargento-mor de um terço de negro no Brasil foi central para a obtenção do parecer favorável. Na justificativa, o Conselho ressaltava que, assim como no Brasil, na Índia “estes negros serão de maior préstimo que nem uma outra gente assim para este exercício como para (quando convenha e se ofereça ocasiões) servirem de soldados com as Armas que usam, que pela maior parte são azagaias, e emboscadas”. Antônio Teles de Meneses, oficial militar, atestava que já havia guerreado ao lado de negros na Índia, e relatava os préstimos para a guerra, e importância para servir no exército”. Portanto, parecia importante que se permitisse “ao requerente que levante e aliste três ou quatro companhias de cento cada uma e seja ele cabo delas”.<sup>292</sup>

Em 1648, na costa da Índia, ao norte de Goa, o forte de Sanges contava com “um capitão português e dez soldados pretos”; já o forte de Nu, uma guarnição composta por “um capitão, quatro soldados portugueses e cinquenta negros de armas”; na Serra de Asserim, constavam cinquenta e cinco soldados

290 SILVA, Luís Geraldo. “Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)”. *Revista Tempo*, v. 23, n. 2, p. 198, maio/ago. 2017.

291 MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. p. 38.

292 “Sobre um negro que foi sargento mor dos negros no Brasil que se oferece a levantar nesta cidade e lugar do reino os negros forros necessários para servir a Vossa Majestade”. Lisboa 11 de junho de 1643. *ANTT*; Consulta do conselho de guerra- Maço 3, D. 65.

portugueses e “alguns negros da terra de espingarda e arco e flecha”. Ao Sul de Goa, também há notícias de nativos: a fortaleza de Cambolim, por exemplo, possuía quatro soldados portugueses, quatro ou cinco “*lascarins*” que “são negros da terra”. Na Ilha e Ceilão, as fortalezas de Tanate, Metará, Sibó, Borea, Guelbalibidia, Mada, Roba, Sear contavam com *lascarins* em suas guarnições.<sup>293</sup>

Assim verifica-se em outras partes do império. Na ilha de Cabo Verde, em 1648, constava a existência de 10 a 12 companhias de “negros e mestiços da terra”. Se consideramos que cada companhia era composta de 250 homens, obtêm-se um número significativo de nativos incorporados à defesa dessa parte da conquista.<sup>294</sup>

Na América, a presença de indígenas em companhias militares lusas foi determinante. Como explica Ronald Raminelli, Portugal e Espanha valeram-se do serviço militar prestado pela gente nativa do Novo Mundo. As alianças estabelecidas com lideranças indígenas, por exemplo, foram centrais para o enfrentamento em ocasiões de guerra e lógica da empresa colonial.<sup>295</sup>

Nas conjunturas críticas de guerra ou ameaça, a integração de negros, indígenas e mestiços nas tropas tornavam-se urgentes. Basta citar dois exemplos, a ameaça francesa na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (1555-1665), com destaque para a participação do chefe indígena Arariboia; e, em Pernambuco (1630-1654), a invasão holandesa integrou potiguares e tupinambás, lembrando por exemplo, a atuação do principal Antônio Felipe Camarão. Essa característica foi uma chave importante para a interpretação da atuação e dos interesses mediados pela resignificação da nobreza e dos privilégios nas áreas coloniais.<sup>296</sup> Um apoio que Maria Regina Celestino de Almeida avalia como motivado por razões diversas movidas pelos interesses das próprias nações indígenas.<sup>297</sup>

Ao Norte, ressalta-se a invasão dos franceses em São Luís, em 1614. A tropa de Jerônimo de Albuquerque contou com o imprescindível apoio

---

293 ANTT, MSSLIV/0030, p. 38-39.

294 ANTT, MSSLIV/0030, p. 38-39.

295 RAMINELLI, Ronald. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. Ver ainda do mesmo autor: *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

296 RAMINELLI, Ronald José. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*.

297 ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2010, p. 46.

indígena para expulsão dos invasores. João Renôr Ferreira de Carvalho contabilizou a mobilização de doze aldeias lideradas por principais, que forneceram um efetivo de 234 guerreiros flecheiros.<sup>298</sup> Todavia, a presença indígena em tropas lusas não se restringe somente aos momentos de grande conturbação, como guerras. Esse apoio pode ser observado em diversas ações e atividades militares e se estende durante toda a primeira metade do século XVIII, como veremos adiante para a capitania do Pará.

Na conquista da América hispânica, também se verifica a participação de “guerreiros indígenas e africanos liderados pelos espanhóis, cujas tropas não eram suficientes para enfrentar os numerosos exércitos mexicas”.<sup>299</sup> Geraldo Silva destaca companhias de naturais na Venezuela; já no vice-reinado do Peru, “existiam 21 companhias de milícias indígenas em meados do século XVIII, os quais totalizavam 900 soldados de infantaria e 41 de cavalaria”.<sup>300</sup>

Essa presença, marcada pelo *ethos* da distinção entre portugueses, negros, mestiços e indígenas, tornou o lugar da tropa um espaço multifacetado e interétnico. Esses sujeitos misturavam-se nas ocasiões de guerra ou outras diligências, para as quais a ciência europeia e mesmo os efetivos lusos não eram suficientes. A distinção social ou a fronteira étnica era constantemente rompida pela própria necessidade de defesa. Agregar nativos, portanto, está na *matriz* da constituição dos exércitos lusos.

E nessa perspectiva integram-se também degredados e ciganos marcados por estigma de inferioridade no reino, que eram prontamente inseridos em companhias militares, como demonstrado pelos estudos de Janaina Amado<sup>301</sup> e Timothy Coates. A constituição coercitiva da colonização tornava soldados e degredados “termos intermutáveis” no período moderno emergente em Portugal.<sup>302</sup>

298 CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVIII*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014, p.59.

299 RAMINELLI, Ronald José. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.136.

300 SILVA, Luís Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 11-144, jul./dez. 2013. p. 20.

301 AMADO, Janaina. “Viajantes involuntário: degredados portugueses para Amazônia colonial”. *História, Ciência, Saúde*, v. 6, p. 813- 832, set. 2000.

302 COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos

Os dois nervos da guerra – “gente e dinheiro”, nas palavras do padre Vieira – foram o limite que implicou na integração de gente diversa nas tropas e na releitura dos postos de comandos, da hierarquia militar nas conquistas. Espaços foram ressignificados pela experiência e prestação de serviços dessa gente nativa, ou daqueles social e moralmente estigmatizados, como os vadios, vagabundos, criminosos/degradados. Categorias que poderiam não se ajustar aos enquadramentos de distinção social do Antigo Regime, mas que agregavam importância reconhecida para o funcionamento defensivo do império.

Nessa altura, parece que já pode-se lançar algumas possibilidades de resposta sobre a ausência das companhias auxiliares nos registros de mapas e listas das companhias militares do Pará na primeira metade do século XVIII. Em primeiro lugar, essa ausência poderia ser explicada pela suficiência da tropa paga, razão pela qual a Coroa dispensaria a existência de uma força auxiliar. Todavia, já ficou evidente que não era esse o caso. As companhias pagas no Estado não conseguiam acudir a todas as atividades militares das capitanias porque eram poucos os soldados, e, em sua maioria, “ignorantes” na arte da guerra.

Por outro lado, a ausência do registro sistematizado das companhias regulares em mapas e listas no Estado do Maranhão e Pará não basta para afirmar que essas companhias não existiam nessas partes da conquista. Em consulta de 1705, o Conselho Ultramarino dava conta ao rei sobre carta de Henrique Lopes da Gama destacando as dificuldades que tivera em formar companhia auxiliar na capitania do Maranhão e Pará, devido haver poucos moradores e estes serem lavradores, sem poder dedicar-se ao serviço militar por conta de suas lavouras.<sup>303</sup>

Mais tarde, documento de 1723 identificado pelo Projeto Resgate como “informações dos serviços prestados por Bernardo de Almeida Moraes na capitania do Terço de Auxiliares de que é mestre-de-campo Cristóvão da Costa Fernandes, no Reino e no Pará”, poderia ser um indício dessa força no Pará. Todavia, o documento está ilegível e não foi possível verificar o teor das

---

Portugueses, 1998, p. 117.

303 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa 13 de outubro de 1705. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 10, D.1081.

informações. No verbete, a palavra “capitania” provavelmente é “companhia”.<sup>304</sup> O fato é que não se obteve mais dados para análise de uma possível companhia auxiliar no Pará.

As informações são muito vagas e fragmentadas. Em 8 de novembro de 1744, uma carta referia-se a um Decreto de 21 de abril de 1739 que buscava regular o número de oficiais de ordenança, mantendo somente de capitão-mor, sargento-mor e capitães “em razão da multiplicidade de postos que há no Brasil, e em todo este dilatado governo”. Consta no documento que a mesma ordem “determina que neste Estado com [portos de mar] se criem terços de auxiliares”. Todavia, descreve-se não haver gente que bastasse para essa providência, razão pela qual não se teria criado esses corpos de defesa.<sup>305</sup>

Se, como vimos, a lista de moradores entre 18 e 60 anos (ordenanças) não bastava para compor as tropas regulares, se poderia afirmar que menos ainda bastava a ordenança para formar corpos auxiliares. Todavia, em 22 de setembro de 1747, Miguel Ângelo Ferreira solicitava confirmação de patente no posto de capitão de uma companhia auxiliar do Pará.<sup>306</sup> Nesse mesmo ano, há um mapa das companhias militares das capitanias do Pará e Maranhão, mas a possível companhia auxiliar não é citada. João Ferreira Ribeiro requereu confirmação de patente para capitão dos Auxiliares do Pará em 21 de maio de 1748<sup>307</sup>. No ano seguinte, em 14 de fevereiro de 1749, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão tratava sobre a nomeação de João Furtado de Vasconcelos ao posto de sargento-mor da companhia dos Auxiliares da cidade de Belém.<sup>308</sup>

Para capitania do Maranhão, as informações também não são precisas e somente aparecem para a segunda metade do século XVIII. Em 1761, Joaquim

---

304 Informações dos serviços prestados por Bernardo de Almeida e Morais na companhia do terço de Auxiliares de que é mestre de campo Cristóvão da Costa Fernandes no reino e no Pará, 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 7, D. 655.

305 Ofício do Coronel de Ordenança do Pará Antônio Ferreira Ribeiro ao Cardeal da Mota, 8 de novembro de 1744. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2543.

306 Requerimento de Miguel Ângelo Ferreira para o rei solicitando carta patente no posto de capitão da companhia de Auxiliares da cidade de Belém do Pará. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 29, D. 2782.

307 Requerimento de João Ferreira Ribeiro ao rei solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão de uma das companhias do Terço de Auxiliares da capitania do Pará. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2854.

308 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, cx31, D.2900.

de Melo e Póvoas propõe João de Matos Amado para o posto de mestre de campo do terço de Auxiliares da capitania.<sup>309</sup> Dois anos mais tarde, em 1763, em parecer do Conselho Ultramarino, se tem conhecimento dos nomes que concorreram ao posto de mestre de campo do terço de auxiliares da capitania do Maranhão: Inácio Henrique, Teodoro Jansen Moser e João de Matos Amado, votado em primeiro lugar por servir por trinta e três anos.<sup>310</sup>

Esses casos são exemplos de que havia talvez companhias Auxiliares no Pará e no Maranhão, na primeira metade do século XVIII. Todavia, essa presença não possui registros sistemáticos em mapas e listas, como consta para as Ordenanças e para a Tropa de regulares, o que dificulta a investigação sobre número e perfil de sujeitos que integravam essas forças. As considerações tecidas sobre as companhias auxiliares até aqui reforçam o argumento de que a inexpressiva existência dessa força, na primeira metade do século XVIII, torna a aliança com os nativos ainda mais necessária.

Ora, as poucas informações sobre os auxiliares no Estado foram verificadas a partir da década de 1740, e ainda assim não foram registradas nos mapas militares das capitanias do Pará e Maranhão. Somente a partir de 1750 é que essas companhias passaram a integrar os registros militares do Estado.

De acordo com Shirley Nogueira, os índios “passaram a incorporar o exército com maior frequência a partir de 1750, principalmente as ordenanças”. Segundo ela, “pardos e pretos libertos seriam recrutados a partir de 1798 também para terceira reserva”, ou seja, na ordenança. Para Nogueira, a presença de pardos e pretos libertos nessa companhia está ligada ao incremento da introdução de escravos negros no Pará, a partir de 1755, o que ensejou que, somente no final do século XVIII, houvesse “libertos em quantidade suficiente para compor companhias”.<sup>311</sup>

---

309 Ofício do governador do Joaquim de Melo Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Maranhão, 11 de outubro de 1761. *AHU*, Avulsos do Maranhão, cx.40, D.3945.

310 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a nomeação de pessoas para o posto de mestre de campo do terço de Auxiliares da capitania do Maranhão. Lisboa, 28 de maio de 1763. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4015.

311 NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Cotidiano das tropas luso-brasileiras na Guiana Francesa”. CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade*. Curitiba: CRV, 2015, p. 117.

De fato, deve-se lembrar as reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal, como por exemplo, o aumento da introdução da mão de obra africana a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Por outro lado, a elevação dos índios à condição de vassalos, a partir da Lei do Diretório dos Índios de 1757, os colocaria em condição para integrarem listas de ordenanças. Vale lembrar que nessa força integravam-se os súditos homens entre 18 e 60 anos de idade.

Somente com a carta régia de 19 de abril de 1766 passada ao governador do Estado do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde, é que se instituiu o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”. Dessa listagem deveriam formar os terços de Auxiliares e Ordenanças das companhias de cavalaria e infantaria para defesa do Estado.<sup>312</sup> A carta régia ordenava, ainda, que se nomeassem oficiais competentes: para disciplinar os terços, como era o caso do sargento-maior, “escolhido entre os oficiais das tropas pagas”, e sargentos-mores também retirados das tropas pagas, postos de alferes e mestres de campo.

Se observarmos com atenção é a mesma carta régia citada por Francis Albert Cotta para a capitania de Minas Gerais, que mencionamos anteriormente; o ano e teor da carta régia são os mesmos. Institui a listagem de toda a gente, sem distinção, para formação de corpos auxiliares e de ordenança. Por essa razão, parece ser uma política mais abrangente. Podemos assim afirmar que, no Pará, o recrutamento de pretos, libertos e mestiços é de 1766, e não de 1798, como afirmou Shirley Nogueira. Mas essa é uma questão que não cabe nos limites deste estudo. Voltemos à questão inicial.

Os terços auxiliares de negros, pardos e libertos para o Estado do Grão-Pará e Maranhão só se efetivam na segunda metade do século XVIII, a partir da carta régia de 1766, que institui a listagem para essa “gente de cor”. Portanto, é tardio se compararmos, por exemplo, aos terços de pardos e pretos de Pernambuco, cuja constituição data do contexto da invasão holandesa (1630-1654). Para a primeira metade do século XVIII, no Pará e Maranhão as companhias auxiliares não eram uma força com gente e nem regularidade efetiva com que a Coroa pudesse contar para atuar junto às companhias pagas em ocasião de guerra e conflito.

312 Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde. *AHU*, *Avulsos do Pará*, Cx. 58, D. 5270.

Ora, então como a Coroa atendeu a todas as demandas de defesa do Estado, com uma tropa regular precária, e sem auxílio de tropas de milícias? O governador Alexandre de Souza Freire aponta indícios para responder a essa pergunta.

Por ocasião da guerra do Rio Negro contra os Manao, em 1728, Souza Freire informava à Coroa a sua preocupação quanto à falta de soldados para combater na guerra e, principalmente, sobre a impossibilidade de enviar 800 índios de guerra, que pedia como socorro João Paes do Amaral, responsável pela tropa de combate aos Manao.<sup>313</sup>

O que chama atenção é que, na tensão da guerra, o governador aciona como socorro duas possibilidades: efetivos de soldados pagos e índios guerreiros. Isso sugere que ele não dispunha de uma força intermediária com que pudesse contar. Ora, se a função da tropa auxiliar é em caso de grande perturbação pública, como guerras, dar auxílio e acudir a tropa regular era a ela que o governador deveria recorrer. Todavia, Alexandre de Souza Freire não cita essa possibilidade e, por outro lado, trata do auxílio de índios guerreiros, conforme o pedido do capitão João Paes do Amaral, que estava na guerra.

Essa especificação está associada também à capacidade indígena. O enfrentamento contra grupos indígenas hostis só era possível com outros indígenas, que conheciam a guerra da floresta. Essa característica, explica, em grande medida, a carta régia de 1712 enviada ao capitão-mor do Ceará, pedindo que enviasse à capitania de São Luís “sem demora, 400 índios de guerra” e “alguns soldados” para combater na ocasião da guerra do Corso.<sup>314</sup>

Portanto, do século XVII até pelo menos 1766, a força auxiliar nas capitânicas do Pará e Maranhão não se configurou de forma regular por três razões principais. Primeiro pela falta de gente: as companhias de Ordenanças de onde deviam sair os sujeitos para compor essas fileiras estavam sempre diminutas. Para engrossar as ordenanças, precisava-se primeiro resolver a questão do povoamento do Estado, como tratamos anteriormente. O segundo motivo

313 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V, em resposta à provisão régia de 13 de outubro de 1727, sobre a falta de soldados para servir na capitania e informando acerca da guerra que se verifica no Rio Negro contra o gentio bárbaro Mayapema. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

314 “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

eram as atividades de cultivo e as distâncias da capitania que dificultavam o agrupamento dos moradores em companhias, que regularmente deveriam reunir-se para treinamentos, ou mesmo atividades de guerra e defesa.

E terceiro, e mais importante, é que no Estado do Maranhão e Pará, a Coroa contava com a presença e participação indígena nas diversas atividades de defesa, portanto, ao que parece, não houve muito interesse em implementar a força auxiliar porque esse papel era desempenhado pelas nações e grupos indígenas que integravam as tropas e diligências militares. Eles são os sujeitos da defesa e os senhores das estratégias de guerra e estavam inseridos nas mais diversas atividades. A integração indígena em tropas portuguesas qualificou as ações militares lusas na região, como veremos no capítulo 5.

## Conclusão

A fragilidade defensiva no império português exigiu flexibilidade na composição humana das companhias militares, característica observada pelos experientes militares Álvaro de Sousa e Fernão Teles, em 1643, ao afirmarem que nesse contexto a guerra se compõe de toda *sorte de gente*.<sup>315</sup> Trata-se da incorporação de nativos nas forças defensivas do reino, sobretudo nas áreas coloniais.

Negros, ciganos, pardos e indígenas fizeram-se presentes nas tropas militares portuguesas. Valer-se dessa gente foi a estratégia para manter forças exíguas de soldados lusos, e ainda estabelecer-se em frentes importantes de defesa do império. A composição étnica tornou a tropa um lugar multifacetado. Um espaço múltiplo também do que se referem como a “qualidade” da gente. Vadios, vagabundos e degredados, estigmatizados pela condição de inferioridade social e moral também foram prontamente utilizados como força defensiva.<sup>316</sup>

O serviço militar foi um mecanismo de ascensão social no mundo colonial. As mercês, os privilégios e postos de comandos eram galgados pela prestação de serviço à Coroa<sup>317</sup>. Essa lógica, prontamente interpretada pela gente

315 ANTT, Conselho De Guerra, Consultas, Maço 3, Caixa 28, D. 119.

316 Sobre essa questão ver: PIERONE, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

317 A esse respeito ver: OLIVAL, Fernanda. *As ordens e Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2011; XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA,

da terra, foi a chave para um complexo e dinâmico movimento de intermediação entre portugueses e índios na capitania do Pará, conjugados por interesses, conflitos e alianças.

Portanto, o regimento de fronteira, e todos os demais que definem as três forças militares de Portugal, não explica a realidade defensiva nas conquistas, e especificamente na capitania do Pará. Esse sistema de recrutamento deveria abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças, excetuando-se os isentos.<sup>318</sup> Não trata dos nativos, não se refere aos índios que estiveram presentes em atividades defensivas nas conquistas.

Todo esse conjunto documental trata de uma estrutura organizacional de defesa que pode ser entendida como uma matriz orientadora da defesa nas colônias. Todavia, não se constitui como modelo transplantado. Antes devemos observar as especificidades e as adequações e mudanças empreendidas pela própria experiência colonial.

Por outro lado, as diversas correspondências entre o Pará e o reino, que insistentemente narram a insuficiência numérica e a qualidade das companhias militares da região, revelam uma estratégia de organização que se explica pela mobilidade e flexibilidade da base defensiva nas áreas coloniais, a incorporação

---

Antonio Manuel. "Representação da Sociedade e do Poder". In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. V. 4. p. 121-156; XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. "As redes clientelares". In: HESPANHA, António Manuel (coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores. V. 4, 1993; FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, Mercê e Poder local: nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". *Almanack brasileiro*, n. 2, p. 21-34, nov. 2005.

318 Eram isentos do recrutamento: caixeiros de lojas, bebidas e tavernas; homens casados; o irmão mais velho de órfãos; o filho único de viúva; o filho único de lavrador; o feitor ou administração de fazenda de mais de seis escravos; tropeiros, boiadeiros, mestres de ofícios, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores e marinheiros; milicianos devidamente alistados; contratadores de renda e seus sócios; aprendizes da empresa Régia; tesoureiros menores da Bula da Cruzada; eclesiásticos, cegos do olho direito, entre outros. MENDES, Fábio Faria. "Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX". In: Castro, Izecksohn, Kraay (org.). *A Nova História Militar brasileira*, p. 122. Sobre isenções e privilégios, ver ainda: POSSAMAI, Paulo Cesar. "O recrutamento militar na América portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)". *Revista de História*, n. 151, p. 151-180, 2004.

de grupos indígenas nas forças de defesa e, ainda, ações conectadas de mobilização de gente de outras partes do império português.

Em outras palavras, os diversos regimentos, alvarás, decretos e as inúmeras correspondências que narram o estado “lastimoso” da defesa do Estado, e ainda os registros das companhias em mapas e listas, colocaram o Estado do Maranhão em uma complexa rede de comunicação gerada pela burocracia militar que integrava diversas partes do império português. É exatamente essa máquina burocrática que possibilitou a percepção do problema de defesa no Pará como algo a ser resolvido também em muitas partes do império português, incluindo também o espaço do sertão.

Por outro lado, a vasta área a ser defendida exigiria forças defensivas muito bem qualificadas e numerosas, com capacidade bélica que pudesse não apenas garantir o território, mas principalmente possibilitar êxito nas campanhas de guerra. Portanto, para compreender melhor essas questões é necessário verificar três dimensões: as forças defensivas de que dispunha a capitania, tanto na perspectiva numérica quanto na qualidade dos praças; os principais problemas e conflitos que ocorreram na primeira metade do século XVIII; e, ainda, as próprias conjunturas do reino no que diz respeito à militarização e defesa, o que fizemos até aqui.

Voltemos à pergunta do padre Vieira que inicia este capítulo “*e, que gente é que temos?*”. Há “toda sorte de gente” como explicaram os militares Álvaro de Sousa e Fernão Teles. Essa gente, de perfil heterogêneo, é gente do reino e das conquistas, é gente voluntária e involuntária, é degredado, cigano, vadio, vagabundo, branco, preto, pardo, cafuzo, mameluco e indígena. E, na capitania do Pará e Maranhão, no contexto que analisamos aqui e por todas as razões apresentadas, são sobretudo indígenas. Antes, porém, é necessário fechar o quadro dos aparatos defensivos do Estado. É importante dedicarmos alguma atenção às fortalezas levantadas na região que também integraram um vetor importante de ocupação e defesa do Estado.



## POVOAR E DEFENDER: AS FORTALEZAS DO GRÃO-PARÁ

“Não há arte, em uma república mais necessária que a fortificação. Que sem ela, não pode príncipe algum segurar seu Estado” (Luiz Serrão Pimentel, Tese 1 da Arquitetura Militar)

No percurso da leitura e sistematização de dados sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará, não passa despercebida, mesmo para aqueles pesquisadores que não se debruçam sobre a questão de defesa, a frequência em que são citadas as fortalezas na documentação. Fortaleza da Barra, Fortaleza dos Tapajós, Fortaleza do Rio Negro, Fortim da Barra das Mercês, Fortaleza do Gurupá, Fortaleza do Itapecuru, Casa Forte do Mearim, Casa Forte do Iguará e Casa Forte do Guamá são alguns exemplos da presença dessas construções na Amazônia colonial.

Fica evidente que essa presença não foi inaudível, embora tenha recebido pouca atenção da historiografia sobre a Amazônia. Em uma pesquisa nos bancos de Teses e Dissertações de programas de Pós-graduação em História na Amazônia (das universidades federais do Maranhão, do Amazonas e do Pará), nenhum trabalho foi produzido sobre esse tema. Sobre a questão, é importante lembrar as contribuições de Arthur Cezar Ferreira Reis, sobretudo na obra *Amazônia e a cobiça internacional* (1960), na qual se verifica as fortificações como elementos que integraram um espaço de disputa entre nações europeias.<sup>319</sup> *A política de Portugal no valle amazônico*, outra obra na qual pode-se verificar a presença das fortificações como decorrência da ocupação do espaço

---

319 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161).

pela Coroa portuguesa.<sup>320</sup> *As fortificações da Amazônia no período colonial*, com transcrição do documento de Pedro de Azevedo Carneiro sobre as fortificações na Amazônia publicado na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (IHGB).<sup>321</sup> Estes são alguns textos que apontam para a importância desses espaços para a política colonial.

Ressalte-se igualmente a contribuição de Arthur Vianna, em *As fortificações na Amazônia I. As fortificações no Pará* (1905), na qual apresenta uma descrição dos espaços fortificados na Amazônia do século XVII como elementos importantes para compreender o processo de colonização dessa parte da conquista.<sup>322</sup> A obra *História da Arte Luso-Brasileira: urbanização e fortificação* (2004), de Pedro Dias, traz uma análise geral das fortificações do Brasil, estabelecendo diálogos entre esses espaços e as mudanças ocorridas na Europa moderna.<sup>323</sup>

Estudos na área da engenharia e arquitetura também têm contribuído para a compreensão da presença das fortalezas nas áreas colônias. É o caso de Aurélio de Lyra Tavares, com a obra *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil* (1965).<sup>324</sup> Também o estudo Beatriz Piccolotto, *Desenho e Designio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*,<sup>325</sup> pesquisa sobre a atuação de engenheiros no Brasil, formação, obra e trânsito de conhecimento no império português. Há ainda trabalhos no campo das Relações Internacionais, como, por exemplo, de Graciete Guerra da Costa, intitulado *Fortes portugueses na Amazônia brasileira* resultado de pesquisa de pós-doutorado.<sup>326</sup> Temos ainda

320 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Valle Amazônico*. 2. ed. Belém: SECULT, 1993.

321 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, n. 344, jul./setembro 1984.

322 VIANNA, Arthur. “As fortificações na Amazônia I- As fortificações no Pará”. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP)*, Tomo IV (1905), pp. 227-302.

323 DIAS, Pedro. *História da Arte Luso-Brasileira: urbanização e fortificação*. São Paulo: Almedina, 2004.

324 TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Editora: Biblioteca do Exército Português, 1965.

325 BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Designio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

326 COSTA, Graciete Guerra da. “Fortes portugueses na Amazônia brasileira”. Tese (pós-doutorado) – Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

contribuições nas áreas da arqueologia e de conservação e restauro, como por exemplo, os estudos de Roseane Norat e Marcondes Costa, *As fortificações da Amazônia: desafios e perspectiva para sua preservação*.<sup>327</sup>

Esse brevíssimo percurso aponta para duas questões centrais. Primeiro, a importância dos estudos das fortificações para diversas áreas do conhecimento, e segundo a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre essa temática na Amazônia colonial. Todavia, cumpre destacar que, de fato, a partir de uma análise mais geral, o interesse pelos estudos das fortalezas é recente. Ressalta-se o profícuo campo de pesquisa, que merece maior atenção da historiografia. Porém, o objetivo aqui é integrar as fortificações como parte de um conjunto de ações de defesa da Coroa portuguesa para a Amazônia.

A constituição de fortalezas em pontos estratégicos da capitania do Grão-Pará ressignificou a apropriação do espaço ocupado, já que esses lugares se tornavam pontos de conexão entre diversos lugares do sertão. Trata-se, portanto, de redefinir o papel das fortalezas nas dinâmicas coloniais. Em primeiro lugar, é importante conhecer que espaços foram constituídos e onde se localizavam, a ciência da construção das fortificações, a guarnição, as atividades e as dinâmicas em que estavam inseridas.

A capitania do Grão-Pará teve intensa presença de europeus a partir, sobretudo, do século XVII. Ingleses, holandeses, espanhóis, franceses e portugueses disputavam o comércio, negociavam com indígenas, estabeleciam-se e fortificavam às margens dos rios. O desenho da ocupação se delineia por essas margens. Todavia, esse espaço era constituído de relações complexas entre nações indígenas que antes da chegada dos europeus conectavam-se pelas alianças ou guerra, trocas ou rotas de canoas.

Portanto, a tessitura de fortificações reflete essas relações. Muitas foram construídas, destruídas e reconstruídas. É difícil precisar quantas fortificações foram levantadas na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII, algumas aparecem em determinado período e, depois, desaparecem da documentação. Todavia, é possível verificar quais mantiveram-se indispensáveis para a defesa da capitania. Nesse capítulo, vamos nos dedicar às fortificações, casas-fortes e presídios que estão inseridos na estratégia defensiva da primeira

---

327 NORAT, Roseane; COSTA, Marcondes. "As fortificações da Amazônia: desafios e perspectiva para sua preservação". In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO ICOMOS BRASIL, 1., Belo Horizonte, 2017. *Anais* [...]. Belo Horizonte: ICOMOS, 2017.

metade do século XVIII. Alguns espaços fortificados construídos ainda no século XVII, e outros levantados nesse contexto. Vejamos o que foi possível sistematizar.

### 1. Casas-Fortes, Fortalezas e Presídios: o problema das terminologias

O primeiro embaraço na tentativa de mapear e nomear as fortalezas na capitania do Grão-Pará é a sua designação. Na documentação três definições aparecem. É possível o nome *fortaleza* definir um espaço, que logo depois é tratado como *presídio* ou *casa-forte*. Por exemplo, em 1737 e 1739, estão descritos na documentação “fortaleza do Paru” e “fortaleza do Rio Negro”. Nos anos seguintes, em 1741 e 1742, a nomenclatura *fortaleza* desaparece e o que se tem nos registros são “casa forte do Paru”, “casa forte do Rio Negro”. Dois anos mais tarde, em 1744, Paru e Rio Negro já são descritos como *fortalezas* novamente. Além dessas designações, aparece também a denominação “forte”: em 1747, descrevia-se “forte do Paru” e “forte do Rio Negro”.<sup>328</sup>

Esse imbróglio nominativo merece atenção. Afinal, o nome indica diferenças do ponto de vista da arquitetura militar? Ou essas definições são indícios do desconhecimento de quem registra, sobre o que define um presídio, uma fortaleza ou uma casa-forte? Como veremos a seguir, os nomes se repetem com designações diversas para o mesmo lugar.

Na definição de Rafael Bluteau, de 1712, *casa-forte* é residência fortificada, referindo-se a “Torres e castelos”.<sup>329</sup> Portanto, o significado remonta aos castelos medievais. A dupla função de residência e de defesa, fosse para proteção pessoal ou familiar, tornou esses espaços lugar de distinção social, símbolo da nobreza e fidalguia.<sup>330</sup> Essas casas fortificadas, em alusão aos castelos na época moderna, perderam espaço devido à invenção da arma de fogo e ao surgimento da artilharia.

328 AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20, D. 1873. Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317. Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804. Avulsos do Maranhão: Cx. 25, D. 2605.

329 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico*. . . . Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1712.

330 CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Casa Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

Esse processo transformou, significativamente, a percepção de defesa na Europa moderna. Os castelos e torres tornaram-se alvos fáceis da artilharia. A renovação seguia, conforme veremos mais adiante, com mudanças estruturais, uma delas era tornar a defesa mais eficaz por meio da mobilidade para a qual os castelos não mais correspondiam. O fato é que o nome casa-forte foi prontamente utilizado na estruturação defensiva nas áreas coloniais. Todavia, com características muito diferentes daquelas que inspirara a definição do padre Rafael Bluteau, em 1712.

Na América portuguesa, essas construções foram previstas no Regimento do governador Tomé de Souza, de 1548, no qual se previa que a todas as pessoas que se dessem “águas e terras de sesmaria, para se fazerem engenhos, os façam no tempo que lhes limitar o capitão”, e nos “assentos das povoações dos ditos engenhos, se façam torres ou casas fortes”. Portanto, a construção poderia ser realizada por colonos no intuito de proteger a propriedade e a produção.<sup>331</sup> É importante notar que a definição presente no referido regimento é a mesma de Rafael Bluteau.

Todavia, na experiência colonial da América portuguesa, a construção das casas-fortes estava longe de agregar os traçados de castelos e torres da Europa. Eram, em geral, construídas de taipa, madeira e pau a pique. Pequenas casas fortificadas com artilharia, estrategicamente pulverizadas pelo extenso território colonial.

Na capitania do Pará, a documentação, entre 1737 e 1741, cita quatro casas-fortes: Pauxis, Paru, Rio Negro e Guamá. Nesse mesmo período, para a capitania do Maranhão três são mais recorrentes: do Itapecuru, do Mearim e do Iguará. Se construídas por donos de engenho ou sesmeiros, é algo que exige maior investigação. Todavia, não nos parece que essas casas-fortes eram constituídas e mantidas por iniciativa somente de particulares. Ao contrário, essas casas eram fortificadas pela Coroa, a qual não apenas tinha conhecimento sobre elas, como em muitos casos desenvolveu projetos mais complexos de construção, como veremos adiante.

---

331 Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, *AHU*, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: [http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento\\_que\\_levou\\_Tome\\_de\\_Souza\\_governador\\_do\\_Brasil.pdf](http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf). Acesso em: 9 set. 2018.

A definição de *fortaleza* de Rafael Bluteau, de 1712, se refere a “castelos ou cidadela mais forte, mais capaz e de mais baluartes, que os originários para segurança das províncias, cidades, portos”. Essa definição traz intrínseca a percepção de defesa. Fortificação define-se como “obra exterior ou interior para defender uma praça e afastar dela o inimigo”.<sup>332</sup>

Essa finalidade é indiscutível. De fato, o propósito da instalação desses espaços é defensivo, é o controle de rotas importantes de comércio e é ainda de estabelecimento e apropriação do espaço. Na Amazônia colonial, as fortificações tiveram um papel central na dinâmica defensiva das capitanias do Pará e Maranhão. Trata-se da perspectiva da logística, do controle das rotas e da dissuasão do inimigo por significar um ponto de presença portuguesa. Muito embora, do ponto de vista do aparelhamento da artilharia e guarnição, muitas fortalezas tivessem poucas capacidades defensivas.

Para a capitania do Pará a fortaleza da Barra de Belém, Forte das Mercês, a fortaleza do Gurupá, Fortaleza dos Tapajós, Fortaleza do Pauxis e a Fortaleza do Rio Negro compuseram a tessitura de um mecanismo defensivo que só é possível compreender a partir da análise do conjunto e do particular. Na mesma direção, para a capitania do Maranhão temos a Fortaleza de São Cosme e Damião, Fortaleza de Itapecuru, Fortaleza da Barra de São Luís e Fortaleza da Ilha São Francisco. São pontos importantes da costura defensiva que em muitos aspectos mostrava-se frágil e insuficiente.

Retomando a questão da nomenclatura, temos ainda a palavra *Presídio*. Conforme definição de 1789, é local onde tem “gente de guarnição de uma praça”; ou ainda “praça de armas presidiadas”. Presidiar, nessa interpretação, é “provê-las de soldados de presídio”.<sup>333</sup> Ao que parece trata-se de um espaço mais flexível no que diz respeito à permanência da estrutura construída, “deixar de presídio tantos homens” quando for necessário.

No Pará, o nome *presidio* aparece para três lugares Salinas, Macapá, Joanes. Sendo este último, tratado como fronteira de Joanes nos registros do ano de 1744 e 1747. Para o Maranhão, essa denominação não aparece nos mapas de

332 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, crítico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico...* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1713, pp. 184-185.

333 *Dicionario da Língua portuguesa composto pelo por Rafael Bluteau reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo II. Lisboa, 1789. p. 239.

defesa da capitania. Por outro lado, já temos dois *baluartes* de São Damião e de São Cosme, o *reduto* de São Francisco, pois assim aparecem descritos na documentação de 1744 e 1746. Em 1747, já se registra *bateria* de São Francisco.

Portanto, conforme se verifica, há várias terminologias para designar esses espaços militarizados. É importante, ainda, mencionar o termo *forte* que também aparece na documentação; assim designava-se, por exemplo, o *forte* das Mercês de Belém do Pará. Na definição do dicionário do século XVIII, “é uma praça cercada de fosso, reparos e baluartes dos quais se pode defender com pouca gente contra a força do inimigo”. Além deste, ainda temos *fortim*, mais incomum na documentação. No Pará, aparece para designar a barra de Belém em alguns registros. Para o Maranhão, não encontramos essa designação entre 1737-1747. Segundo Bluteau, trata-se de “forte pequeno para defesa de um exército, principalmente no cerco, quando os quartéis são unidos por linhas defendidas, por fortins e redutos”.<sup>334</sup>

Adler Homero de Castro afirma que, para os engenheiros militares e as autoridades coloniais, essas terminologias não tinham tanto significado.<sup>335</sup> A julgar pela mudança que temos na documentação, parece, de fato, que essa era uma questão pouco importante. Por outro lado, essas tipologias inconstantes para um mesmo lugar parecem indicar algo além de uma simples grafia desinteressada.

Ora, dessa análise obteve-se, para citar algumas palavras: forte, casa-forte, fortim, fortaleza, baluarte, presídio, reduto e fosso. Se, na experiência colonial, ou mesmo na descrição desses espaços na documentação, a designação tem pouco ou quase nenhum significado, para o conjunto da arte de fortificação da época moderna tem muito a dizer. Parece que esses sujeitos que mapearam e traçaram tipologias para esses espaços estavam muito bem alinhados com as inovações da arquitetura militar desse contexto.

Basta lembrar o tratado *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares* de Luís Serrão Pimentel, publicado em 1680, o primeiro

---

334 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico...* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1713, p. 185.

335 CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortim. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

a sistematizar um método luso de construções de fortificações. Tornou-se uma escola importantíssima de formação de engenheiros no reino e para o ultramar. Aparece como referência para a definição das palavras “fortim”, “forte”, “fortaleza” no dicionário de Rafael Bluteau, já citado aqui.

Na mesma ordem de importância, temos a obra intitulada *O engenheiro português*, publicada em 1728, de Manoel Azevedo Fortes. Constituiu uma proposta de inovação e organização do conhecimento da geometria, matemática e construção, a serviço da defesa na época moderna, momento em que os grandes castelos amuralhados se mostravam pouco eficazes diante das inovações de guerra, principalmente com o surgimento da artilharia.

Pode-se afirmar que, para as últimas décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII, são as principais referências para a formação e conhecimento da engenharia e arquitetura militar do império português. São nessas obras que se define com mais precisão a fortaleza abaluartada, os elementos da construção, como reduto e fosso. Portanto, são indícios de que o Estado do Maranhão e Grão-Pará estava inserido em um contexto de enormes inovações na arte da guerra, e esses espaços fortificados integram esse conjunto maior de transformações.

## **2. Fortificação à moderna: ciência, conhecimento e formação**

As renovações na arte das fortificações parecem como aspecto central para a transição política de Portugal na época da Restauração. Inserem-se no quadro de transformações que implicaram na necessária afirmação geopolítica e militar e ensejaram um reordenamento jurídico e institucional produzido em Portugal a partir de 1640. Isso se verifica pelo volume normativo sobre a defesa e a criação de companhias regulares e auxiliares, que vimos nos primeiros capítulos deste livro. Todavia, a transição também integra um conjunto de mudanças na arquitetura e engenharia militar.

No que diz respeito a esse aspecto, pode-se elencar dois elementos que caracterizam essa transição: *a instrumentalização do conhecimento pela formação de engenheiros* e *a renovação da engenharia e das construções militares a partir do advento da artilharia*. Formar engenheiros capazes de adequar e inovar as construções defensivas para resistir aos canhões tornou-se uma necessidade

premente para a Europa e, em particular, para Portugal, a partir de 1640.<sup>336</sup> É nesse contexto que se insere a construção de fortalezas na Amazônia colonial e, portanto, essa relação não pode ser menosprezada. Aliás, só fazem sentido se observadas a partir desse quadro maior.

Na Europa a construção de fortalezas é conhecida desde o medievo. A percepção da guerra em que se evidencia a defesa e menos o ataque contribui para a existência de castelos amuralhados a pique. Essas fortalezas caracterizavam-se pela verticalidade de suas muralhas. Portanto, mostravam-se bastante eficientes contra as armas de guerra no momento, como as bestas, as catapultas, aríetes e torres de assédio. O surgimento da artilharia e a introdução sistemática da pólvora e do canhão tornaram essas estruturas alvos fáceis e frágeis. Essa constatação foi evidenciada na conquista de Granada (1482-1492) e nas campanhas de Carlos VIII na Itália (1494).<sup>337</sup>

Os arquitetos militares refinaram-se na definição de novas estratégias para fazer uma praça defensável diante da artilharia. Os italianos, notadamente, estiveram na “ponta de lança” dessa reconfiguração. Atribui-se a Francesco Di Giorgio Martini (1438-1501) o início do que viria ser conhecido mais tarde, por tratadistas e arquitetos, como o *traçado italiano*. Martini foi pintor, escultor, arquiteto e engenheiro publicou uma das mais importantes obras no campo da arquitetura militar, o *Trattato de Architettura Civile e Militare* de 1470.<sup>338</sup>

Seus desenhos já apontavam para a reformulação da estratégia defensiva por meio da ressignificação das torres verticais dos castelos medievais. É possível verificar em seu tratado a proposição a “torres angulares e baluartes, juntamente com os formatos poligonais e ângulos agudos das fortificações”.<sup>339</sup> Conforme explica Carlos Plaza Morillo, Di Giorgio Martini mostrava contínuo

---

336 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, 2004.

337 BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). “Introdução”. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.

338 MARTINI, Francesco Di Giorgio. *Trattato Di Architettura Civile e Militares*. 1470. Disponível em: <http://dlib.biblherz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf>

339 MENDES, Pinheiro Lorraine. *A cidade ideal de Francesco Di Giorgio Martini*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2015. p. 55.

interesse pela inovação a partir de uma percepção que agregava observação às características do lugar e às inovações bélicas do contexto.<sup>340</sup>

A revolução militar também provocou um processo de reformulação das construções de fortificação abaluartada, embalada por uma reinterpretação militar e da matemática. “Depois de várias aproximações da teoria de arquitetos como Brunelleschi ou Francesco de Giorgio, foram os irmãos Sagallo os prováveis inventores do traçado angular”, essa invenção se consagrou na virada do século a chamada “traçada italiana”, embora o traçado circular que o antecedeu fosse ainda utilizado.<sup>341</sup>

O primeiro tratado de fortificação foi impresso em 1526, escrito por Albrecht Dürer. Todavia, as obras subsequentes dedicaram-se ao traçado angular. Duas décadas depois surge um impresso dedicando-se ao tema das fortificações, o *Quesiti et inventioni diversi*, de Niccolò Tartaglia. De acordo com Francisco Contente Domingues, os problemas levantados pelas fortificações só iam ser resolvidos com especialistas, e os arquitetos deram a resposta necessária ao processo. A dedicação às atividades construtivas possibilitou também a teorização.<sup>342</sup>

A primeira obra em que arquitetura militar e civil aparece como tema central foi no texto de Pietro Cataneo, *I primi quattro libri di architettura*, impresso em 1554. Em 1546, Tartaglia usava a matemática para a construção de esquadros e para orientar o tiro de artilharia.<sup>343</sup> Na segunda metade do século XVI, a proliferação desse conhecimento trouxe muitos tratados como também autores. O sistema encontrava-se estabelecido, e tratou-se de estudar os pormenores, como por exemplo o ângulo dos baluartes.

A técnica do baluarte, rebaixamento da cortina das muralhas e dos ângulos, foi bem desenvolvido pelos irmãos António e Giuliano Sangallo que concretizaram um sistema homogêneo e complexo de construção de fortificações. As mudanças provocadas a partir do traçado abaluartado delineou o período

---

340 MORILLO, Carlos Plaza. “Arquitectura militar em Italia em el siglo XVI y la aportación española: el caso de Florencia y Siena”. *Actas del Séptimo Congresso Nacional de História de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2011.

341 DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p. 222.

342 *Idem*.

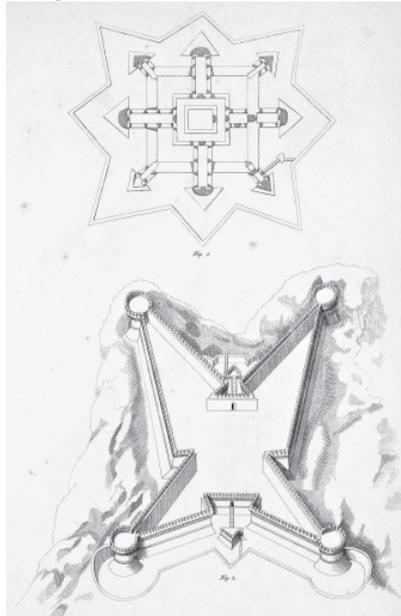
343 *Idem*, p. 223.

chamado de “transição da arquitetura militar”, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XVI.<sup>344</sup>

Essa renovação também é denominada de “traçado italiano”, “fortificação em estrela” ou “fortificação à moderna”, que se tornaria muito conhecido na Europa como o *trace italienne*.<sup>345</sup> Constituiu-se a base das fortificações em toda a Europa. Esse conhecimento agregou um conjunto de inovações que incluía o sistemático processo de aperfeiçoamento da geometria. A arte transitava para uma produção marcada pela lógica, definição exata de ângulos e dos traçados. O estudo da força bélica transitava para um patamar de exigência de profissionais cada vez mais conhecedores da construção e da guerra.

A principal característica dessa inovação é o baluarte. O “traçado italiano” refinou, portanto, o conhecimento sobre a construção de fortificações na Europa. A partir disso, muitas escolas surgiram, como a holandesa, a espanhola e a francesa. Todavia, a estrutura básica do baluarte seria mantida com variações de ângulos conforme se exemplifica.

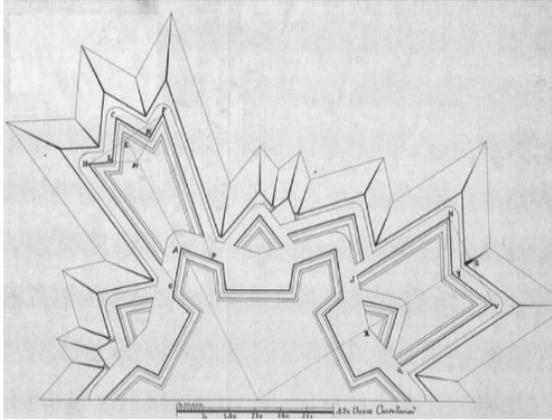
Imagem 1. Traçado de Di Giorgi Martine.<sup>346</sup>



344 Idem, p. 1133.

345 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, 2004.

346 MARTINI, Francesco Di Giorgio. *Trattato Di Architettura Civile e Militares*. 1470.

Imagem 2. Traçado abaluartado.<sup>347</sup>

Conforme se verifica, o desenho de Martini apresentava aspectos que caracterizariam a fortificação à moderna: os ângulos e baluarte se delineiam em sua obra de 1470. De acordo com Plaza Morillo, esse conhecimento manteve-se até meados do século XVI, quando se avançou significativamente com as contribuições, principalmente de Antonio Sangallo com a fortificação abaluartada. Essa técnica foi a base dos tratados e fortificação moderna. A imagem 2 é um desenho do traçado abaluartado dos irmãos Sangallos, usado em aulas de fortificação em Portugal, em 1700.

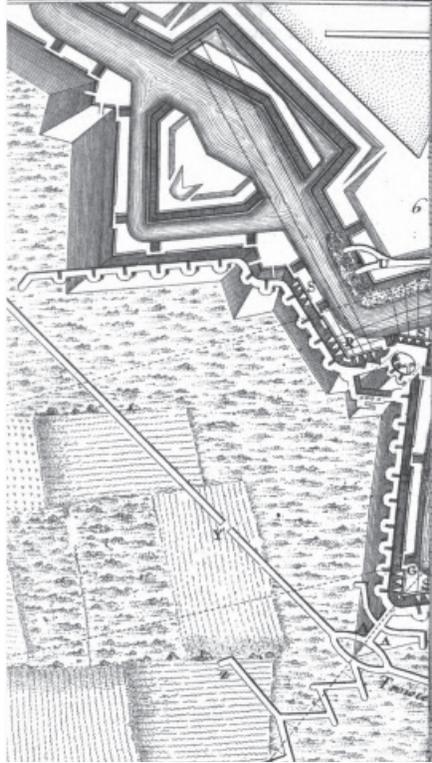
Além do “traçado italiano” outros se consagraram, como, por exemplo, o traçado francês, que se consolidou com Sébastien Leprestre de Vauban no *Traité de L'attaque et de La défense des places*, de 1748. O traçado à Vauban se tornou uma base importante para o aprendizado e a formação de engenheiros em Portugal e na Espanha. Sua atenção, para além da construção em “estrela”, estava relacionada ao ambiente, ao estudo do terreno. Essa compreensão encontraria espaço importante nas conquistas, pois a adequação das construções aos locais instalados era fundamental.

As aulas de fortificação em Portugal, constituídas em 1647, utilizaram-se amplamente do conhecimento italiano e francês. Os métodos de fortificar à

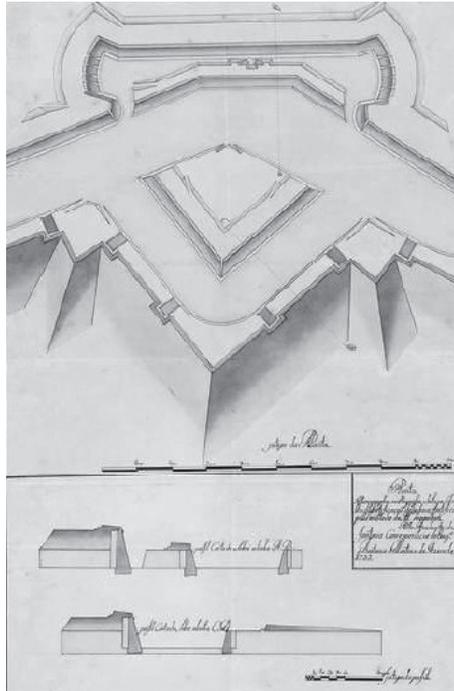
347 “Modelo de instalação de uma obra coroa num traçado abaluartado: para uso dos alunos da Real Academia de Fortificação e Desenho” - 1700- *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército. Cota: 4292/III-3-39-54.

Vauban foi um modelo que influenciou a formação de engenheiros da primeira metade do século XVIII. Nas imagens a seguir temos exemplos desse método.

Imagem 3. Traçado Vauban<sup>348</sup>



348 VAUBAN, Sébastien Leprestre de. “Traite de L’attaque et de La défense des places”, 1748. *Biblioteca Digital do Exército de Portugal*. Coleção: Monografias BIBEX, Cota: 16001.

Imagem 4. Traçado Vauban<sup>349</sup>

A imagem 3 foi retirada do “Tratado de defesa e ataque das praças”, escrito por Vauban em 1748. A imagem 4 é um documento usado nas aulas de engenharia em Portugal sobre o ensino do método de construção à Vauban. Essa influência manteve-se na segunda metade do século XVIII. Em 15 de julho de 1763, a Coroa estabeleceu o *Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia*. Nesse plano, “Monsieur de Vauban” foi citado como a referência e base teórica para o conhecimento de engenharia e fortificação, tornando-se obrigatório o estudo do seu livro intitulado *Ataque e defesa das Praças*.<sup>350</sup>

349 “Planta, ichnographia e orthographia de hua tenalha da fortificação de Lisboa, fortificado pello methodo de M. de vauban / pello Ajudante de Infantaria com exercicio de Eng.ro Theotonio Martins de Azevedo, em 1759”. Deve tratar-se de uma obra de fortificação para o sítio da Palhavã, em Lisboa. *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército; Cota: 2264-2-16-22.

350 “Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia” 15 de julho de 1763. In: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo I, pp. 53-56.

Além da Itália e da França, Holanda e Espanha também desenvolveram tratados de fortificação. Todavia, não caberia aqui a especificação de cada método, nem também o detalhamento do conhecimento específico da arquitetura como o estudo dos ângulos, vértices e geometria. Antes importa saber como as mudanças nas operações militares, sobretudo a complexidade da técnica com a invenção da artilharia, implicaram na modernização das forças (companhias de linha e auxiliares) e das fortificações.

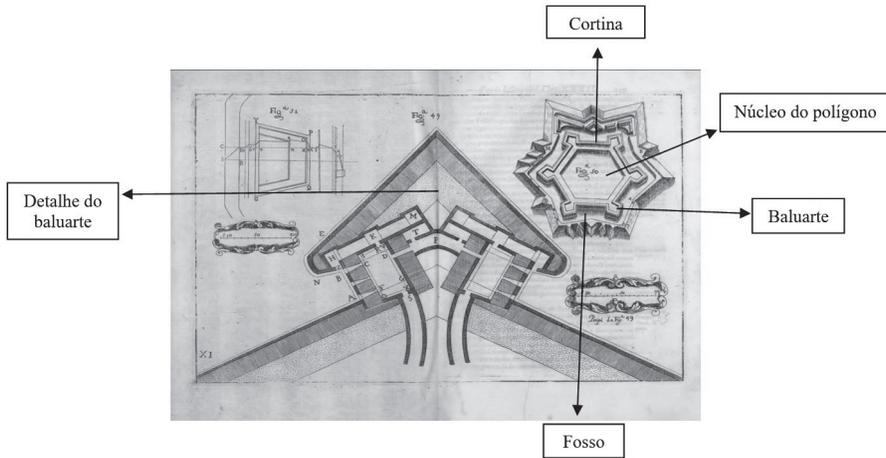
A prática de guerra foi a engrenagem para o aperfeiçoamento do conhecimento das estratégias de defesa. Ora, não sem razão, entre os séculos XV e XVI, França, Holanda, Espanha, Itália e Portugal desenvolveram tratados de fortificação e institucionalizam esse conhecimento. A formação de engenheiros passou a ocupar um espaço central nas políticas dos Estados.

Inicialmente, as mudanças foram realizadas nas antigas fortalezas, com interferência no rebaixamento dos muros e aumento da espessura. Tratava-se de construir “grossos muros, mais baixos e mais fortes”, “bastiões avançados, dando ao conjunto a forma de estrela, para permitir aumentar o ângulo de tiro da artilharia da praça e permitir o fogo de flanco”.<sup>351</sup> As inovações também se experimentaram em construções completamente novas.

Do ponto de vista estrutural, as fortificações modernas desse período compunham-se principalmente pelo miolo ou núcleo, o polígono que se caracterizava por regular ou irregular. Em alguns casos, a depender do terreno, nesses espaços constituíam-se povoações e não só aquartelamentos. Vejamos.

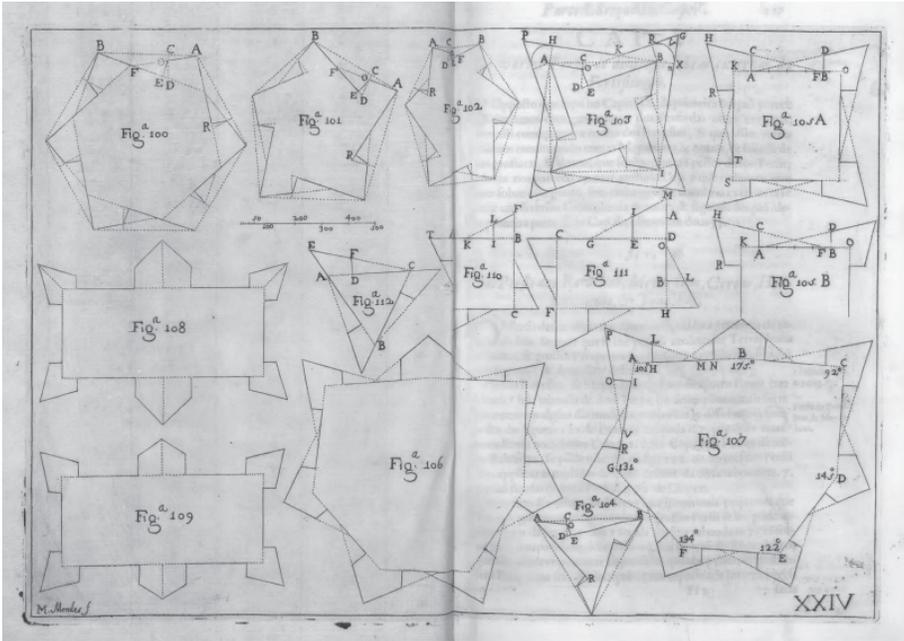
---

351 *Idem*, p. 16.

Imagem 5. Fortificação de Praça Regular.<sup>352</sup>

As praças regulares eram aquelas em que os ângulos do polígono possuíam a mesma medida. As variações dessas medidas foram incontáveis, a depender do método desenvolvido e do terreno no qual a fortificação era construída e do seu tamanho. Todavia, a base do sistema abaluartado pode ser observado em métodos de diferentes escolas e países da Europa. Como o próprio nome indica, a praça irregular era aquela em que as medidas dos ângulos do polígono eram diferentes, conforme o desenho a seguir.

352 PIMENTEL, Luís Serrão. "Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares", 1680. *Biblioteca da Exército de Portugal*, Lisboa- Portugal.

Imagem 6. Fortificação de Praça Irregular.<sup>353</sup>

Nesse conjunto de traçados, é possível identificar os exemplos de fortificação de praça irregular, indicados pelas setas. Os traçados estão associados ao local que será fortificado, já que o terreno interfere na definição do polígono. Os detalhes de uma fortificação à moderna também são bem mais complexos dos que indicados aqui. Todavia, não caberia neste espaço detalhar cada elemento que compõe as fortalezas, mas indicar, de forma geral, as modificações existentes no âmbito da institucionalização do conhecimento da arquitetura militar.

• • •

Portugal não ficaria de fora dessas transformações. Conforme indiquei no início deste capítulo, o processo de afirmação da dinastia de Bragança ao trono português e a guerra da Restauração foram os principais motores para um processo de transição militar, que incluiu também a profissionalização de engenheiros e a sistematização do conhecimento sobre as construções defensivas. Aliás, os dois últimos exemplos de fortificação de praças regulares e irregulares

353 *Idem.*

fazem parte do tratado lusitânico de Luís Serrão Pimentel, sujeito que contribuiu efetivamente para esse processo em Portugal.

Em Portugal essas mudanças se fizeram sentir ainda na primeira metade do século XV. Detalhes como a forma de torrões e baluartes de planos circulares ou curvos, muros inclinados e baluarte de desenho em estrela mostravam sinais evidentes de adequação aos modernos traços da arquitetura. Espaços em que se verifica esses elementos são a Torre Velha, em Porto Brandão; Outão, em Setúbal; São Julião da Barra, em Lisboa; Foz, no Douro. Esse modelo da segunda metade do século XVI será exportado para o ultramar.

Todavia, o aprendizado da ciência da fortificação regular inspirado nas renovações italianas tornava-se iminente. Pedro Dias explica que a presença de estrangeiros nas atividades de construções militares no império português deve-se, sobretudo, à dilatação das áreas a serem defendidas.<sup>354</sup> Afinal, no final do século XVI, segundo Pedro Dias, o Estado português já mantinha o número estimado de 300 fortalezas em pontos estratégicos no reino e em suas conquistas. Essas edificações foram realizadas por homens de notáveis conhecimentos, como Alexandre Italiano, primeiro engenheiro ou militar régio que se tem nomeação, datada de 16 de março de 1588, em Lisboa.<sup>355</sup>

Outros nomes são Francisco de Frias de Mesquita, nomeado engenheiro-mor, em 24 de outubro de 1603, com atuação na Bahia. Assim como João Batista Cairato e Julio Simão, sujeitos de maior destaque no estado da Índia, e ainda Tiburcio Spanochi, nos Açores, e Jerônimo Jorge, na Madeira. São exemplos de um trânsito de conhecimento importante no campo da engenharia e arquitetura militar. Todavia, esses sujeitos não chegaram a produzir um tratado luso sobre as fortificações.<sup>356</sup>

Esse tratado viria a ser realizado no final desse século, precisamente em 1680, por Luís Serrão Pimentel, o autor do primeiro tratado de arquitetura militar português, intitulado *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*.<sup>357</sup> No posto de cosmógrafo-mor e engenheiro-mor do

---

354 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*. São Paulo: Almedina, 2004.

355 *Idem*, pp. 57-58.

356 *Idem*, p. 59.

357 PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa, 1680. *Biblioteca da Exército de Portugal*.

reino, foi responsável pela institucionalização do ensino militar, criando a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, ainda em 1647, com apoio de D. João IV. Esse seria um espaço para a organização do material para a composição do *Methodo Lusitanico* e, principalmente, de formação dos engenheiros que atuariam nas conquistas.<sup>358</sup>

O segundo grande passo de Portugal, em função da profissionalização de engenheiros e arquitetos militares, foi a partir da colaboração de Manoel Azevedo Fortes, tenente-mestre-general, engenheiro-Mor do reino e diretor da Academia militar a partir de 1719. Foi responsável pela segunda obra de maior relevância nesse campo publicada em 1728, *O Engenheiro Português*, em dois tomos. Esses dois momentos de importante institucionalização da formação de engenheiros são fundamentais para a compreensão da constituição das fortalezas nas conquistas e o papel que esses homens desempenharam em diversas partes do império português.

Aqui não é intenção esmiuçar os tratados de fortificação moderna, mas estabelecer conexões entre as construções na Amazônia com o conhecimento produzido na Europa a partir do século XV e XVI. Razão pela qual verifica-se a interpretação do espaço a partir de uma perspectiva inovadora de construção, de guerra e defesa, que encontrará nas áreas coloniais o “laboratório” para as práticas de tantas teorias produzidas em inúmeros tratados.

A flexibilidade e dinâmicas implicaram experiências que provavelmente fugiam aos tratados, todavia, formatavam-se através de um diálogo complexo de interlocução entre um saber científico milimetricamente construído na Europa, as adversidades da geografia dos rios e florestas, mas sobretudo, ainda, da colaboração nativa na definição do lugar e da mão de obra e do estabelecimento na praça. Portanto, nesta altura convém conhecer um pouco mais desses sujeitos e suas obras.

No século XVII, Serrão Pimentel seria o homem responsável pela instrução e organização de tratados sobre fortificação em Portugal. Português nascido em Lisboa, em 4 de fevereiro de 1613. Na sua formação no colégio jesuíta de Santo Antão, destacava-se nas áreas de matemática, e já aos 30 anos acompanhava Antônio de Mariz Carneiro, engenheiro de fortificação. Em 1670,

---

358 FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): cosmógrafo mor e engenheiro mor de Portugal*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2009.

com a morte de Carneiro, recebeu sua nomeação no cargo de cosmógrafo e engenheiro-mor de Portugal.<sup>359</sup>

Serrão Pimentel esmerou-se na tarefa de sistematizar um tratado português de fortificar. Nos quadros mais amplos, Portugal teria sido aquele país que sofrera muito mais influência de uma técnica externa do que propriamente desenvolvido algo inovador no âmbito doméstico. Por outro lado, em muitos aspectos, parece evidente a produção e os avanços lusos nesse aspecto.

Pedro Dias explica que surgiam vários tratados de fortificação os quais teriam influenciado sobremaneira as construções lusas. Convencionou-se chamar de “arquitetura à Vauban”, “à francesa”, “à espanhola”<sup>360</sup>. Mas, de fato, apresentavam poucas alterações, partindo-se sempre do modelo abaluartado da construção. Pimentel quis marcar essa fronteira de um conhecimento produzido internamente. Na apresentação do Tratado, justifica que a escolha do título deve-se ao fato de “várias nações têm vários métodos de fortificar”, e, portanto, “era justo que aparecesse no mundo um método português”.<sup>361</sup>

A fortaleza de Diu, na Índia, e as fortalezas de Mazagão e Ceuta, no norte da África, foram as primeiras construções abaluartadas do império português. Conforme afirma João Barros de Matos, essa expressão defensiva se explica pela necessidade de melhor definir estratégias de defesa em áreas coloniais, a partir de 1540. Essas fortalezas “integram a primeira linha do processo de evolução da arquitetura militar”. São as “primeiras fortificações abaluartadas construídas fora da Europa”, ocupam, portanto, papel central na “difusão do sistema abaluartado a nível mundial”.<sup>362</sup>

Na planta da praça de Mazagão, pode-se verificar o traçado abaluartado, as muralhas com a planta quadrada e fosso.

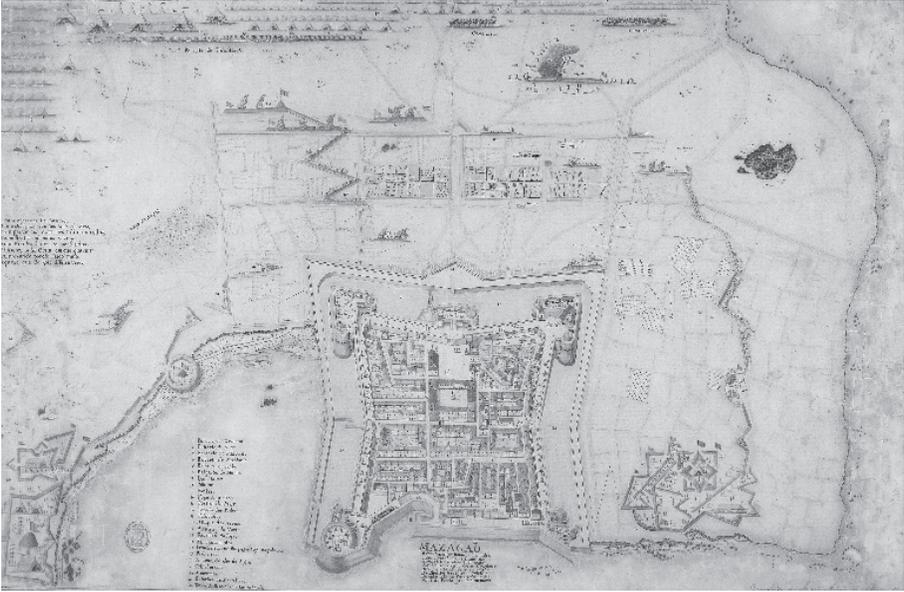
---

359 *Idem*.

360 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*. Edição: Almedina, 2004.

361 PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa, 1680, p.14.

362 MATOS, João de Barros. “As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu. Implantação e relação com o território”. *XXIV Colóquio de História Militar*. Lisboa, 17 a 20 de novembro, 2015.

Imagem 7. Praça Forte de Mazagão (1541-1542).<sup>363</sup>

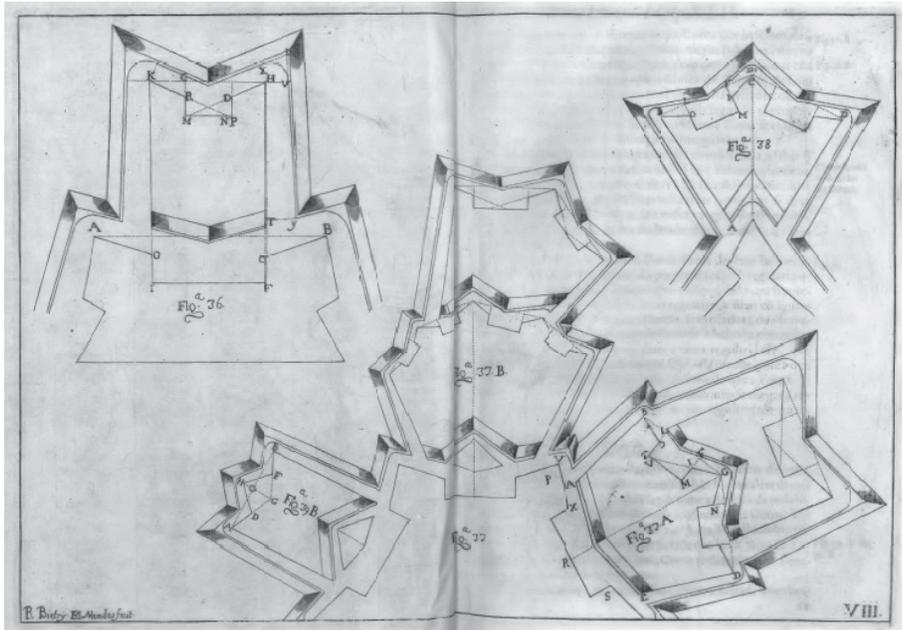
Em Portugal, o *Methodo Lusitanico* de Luís Serrão Pimentel foi um avanço significativo para o conhecimento da engenharia militar lusa. Em suas palavras, estava propondo “em primeiro lugar uma facilíma prática, tal que por ela saberá qualquer soldado facilíma e brevíssimamente desenhar todo o gênero de fortificações, que hoje se pratica”.<sup>364</sup> Além disso, a intenção do autor também era conservar uma obra em Portugal para a formação do que ele chama de “engenheiros naturais”, ou seja, que fossem portugueses para atuar nas mais diversas áreas em Portugal e ultramar.

No *Methodo* proposto por Pimentel, a construção de uma fortaleza deve-se prioritariamente ao conhecimento da matemática, desenho dos ângulos e baluartes de praças regulares e irregulares. É uma parte que ele designa de “qualitativa” em que “se pode ver a combinação deste método com os de outros autores por ser necessário mostrar a melhoria do que ensinamos”.<sup>365</sup>

363 Praça Forte de Mazagão (1541-1542). *Biblioteca Nacional Portuguesa*. <http://purl.pt/22458/1/>

364 PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa, 1680, p.13.

365 *Idem*.

Imagem 8. Baluarte segundo o Tratado *Methodo Lusitanico*.

A figura trata o exemplo do desenho dos ângulos e baluartes de uma fortaleza presente no *Methodo Lusitanico*. Na imagem, pode-se verificar a preocupação geométrica do traçado presente na medida dos ângulos. Conforme explica Serrão Pimentel, uma das principais máximas da construção era que possibilitasse, mesmo na fortificação irregular, a regularidade sempre que possível dos seus ângulos. Condição que segundo ele, teria conseguido no método apresentado “com tanto extremo que, em todas as figuras por mais irregulares que sejam, fortificadas dos lados dos polígonos exteriores para dentro, fica cada um dos lados fortificados regularmente”. Circunstância que em “nenhuma figura irregular fortificada nos livros e métodos dos autores pude descobrir”.<sup>366</sup>

A façanha teórica nem sempre foi possível na prática. Fortificações que “englobavam povoações, cidades e vilas nunca foram perfeitamente regulares de ‘tratado’, adaptando-se às pré-existências e, por isso, não se podendo desenvolver como os engenheiros desejariam”.<sup>367</sup> Pedro Dias explica que se pode verificar a característica regular em pontos estratégicos de grande importância

366 PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*, p. 14.

367 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, p.108.

para o império, como por exemplo, “Goa, Macau, Cochim, Moçambique, Luanda, Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador”.<sup>368</sup> Luís Serrão Pimentel previa núcleos de povoamento dentro das praças. Todavia, em locais onde já se estabelecia uma povoação, a irregularidade da construção era inevitável, conforme veremos adiante.

O conhecimento sobre a arte de fortificar as praças tornou-se em Portugal uma política institucionalizada a partir das aulas de arquitetura e engenharia militar e, principalmente, da formação de engenheiros nacionais. O *Methodo Lusitânico* é uma expressão da tentativa em consolidar e marcar a fronteira desse conhecimento. Trata-se de uma ação que integrava uma série de medidas que, no século XVII, tornaram-se centrais para a restauração do trono português.

Outro grande representante dessa fase de transformações foi Manuel de Azevedo Fortes, professor de matemática na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar em Lisboa, de 1695 até 1701. Em 1702, foi nomeado capitão de infantaria com o posto de engenheiro. No reinado de D. João V, em 1719, foi nomeado engenheiro-mor do reino. Era português nascido em Lisboa, em 1660.

Na obra *Engenheiro Português*, Azevedo Fortes explica que a importância do conhecimento sobre arquitetura e engenharia era central para o Estado português. Chama a atenção para os poucos exemplares do *Methodo Lusitanico*, que compusera Luís Serrão Pimentel, em um momento em que, segundo ele, “lograva grande crédito, e reputação o Methodo de Fortificar as Praças à holandesa de Dogen, Golgdman, Freitag, Marolois, e outros autores de cujos métodos já hoje não se usa nas mais nações da Europa”.<sup>369</sup>

A referência a teóricos da arquitetura e engenharia militar expressa a influência estrangeira em Portugal – das escolas italiana, francesa, holandesa e alemã –, para a construção de um conhecimento de engenheiros nacionais. Felipe Eduardo Moreau explica que a escola italiana com a invenção do sistema abaluartado foi a base para os demais tratadistas. Todavia, holandeses e franceses elaboraram formas mais sofisticadas, que incluíam complexo

---

368 *Idem*, p. 109.

369 FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. Tomo I. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

conhecimento sobre matemática, geometria e trigonometria. A escola holandesa, por exemplo, aprimorou alguns elementos da fortaleza, ampliou o uso do fosso aquático, o sistema de muralhas, baseado em cortinas pequenas e flancos perpendiculares. Observa-se essa perspectiva em tratados de fortificação de Adam Fritrach e Matthias Dogen.<sup>370</sup>

Ainda no prólogo do Tomo I de *O Engenheiro Portuguez* (1728), Azevedo Fortes refere-se ao livro *Fortificação moderna* afirmando que se tratava não de um método, mas de “uma compilação de vários métodos, que podem mais servir para notícia histórica do que para dar abertura de entendimento e facilidade aos principiantes”.<sup>371</sup>

Em sua obra são citados métodos dos que ele chama de célebres autores: Antonio de Ville, o Conde de Pagan e o marechal Vauban. Esses elementos são indícios da circularidade do conhecimento no campo da arquitetura e engenharia militar na Europa moderna. Além disso, indica que Portugal estava inserido nesse processo não como mero receptor de informações, mas também como aquele que interpreta e constitui tratados nacionais.

A influência e conhecimento dos tratados europeus pelos lusos é ainda destacado por Frei Bernardo do Desterro, na análise de censura da obra de Azevedo Fortes. Destaca o religioso que “se verá então praticada uma nova ordem de Arquitetura Militar à portuguesa, além dos que conhecemos até agora à italiana, à francesa e à holandesa”<sup>372</sup> Nas estampas 3 e 7 do tratado *O Engenheiro Portuguez* de Azevedo Fortes é possível observar a influência de Vauban nos traçados.<sup>373</sup>

---

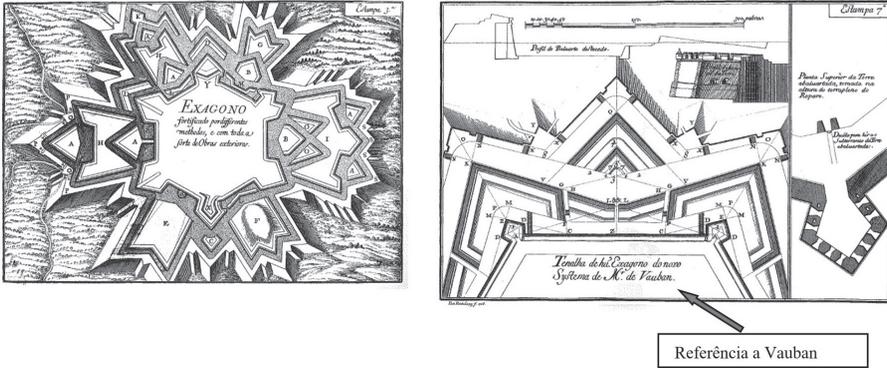
370 MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia, séculos XVI a XVIII*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da FAU-USP, São Paulo, 2011. p. 45.

371 FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*, Tomo I.

372 Idem.

373 FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. Tomo II. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

Imagens 9 e 10. Estampas de Azevedo Fortes presente n'*O Engenheiro Portuguez*



Na primeira imagem, verifica-se um hexágono com a tenalha; na segunda, no detalhe do traçado do baluarte, a referência ao “novo sistema de M. de Vauban”.<sup>374</sup> O refinamento do conhecimento sobre o sistema abaluartado de defesa em Portugal deve-se ao trânsito do conhecimento produzido na Europa, sobretudo Itália e França. Isso está ligado à mobilização dos mestres de fortificação, e mais tarde engenheiros, e ao aprimoramento do conhecimento da matemática e da geometria. Além disso, destacam-se as inovações de guerra, como as armas de fogo e os canhões para os quais os modelos medievais de defesa mostravam-se obsoletos.

Azevedo Fortes sintetiza bem esse momento de transição “nos tempos antigos os arietes, catapultas, balestras, dardos, pedras, lenha e fogo eram as armas com que os expugnados combatiam e se defendiam os sitiados”. Todavia, “neste tempo a lenha das minas se transformou em pólvora, as pedras em granadas, os dardos em espingardas, e mosquetes, as frechas em pilouros, os arietes em canhões, e as balestras em colubrinas que são as armas que hoje uns se expugnam e outros defendem”.<sup>375</sup>

As mudanças nas tecnologias de guerra implicaram na renovação da ciência militar e de defesa. Por outro lado, esses vários tratados eram confrontados com os mais variados espaços nas áreas coloniais. Estabelecer-se em pontos estratégicos na Ásia, África e América implicava a difícil tarefa de fortificar, principalmente pontos de comércio. Essa matriz de conhecimento, que

374 *Idem*, estampa 7.

375 *Idem*, p. 5.

formou engenheiros em Portugal no século XVII e XVIII, expandiu-se para essas áreas, adaptando-se às experiências locais.

### **3. O “laboratório” das práticas: as fortificações e os engenheiros militares na capitania do Pará**

A capitania do Pará estava inserida nessas dinâmicas de inovação de estratégias de defesa. Várias fortalezas foram planejadas e executadas por engenheiros que participaram do processo de colonização e presença lusa na região. Para alcançar esses homens das fortificações, na primeira metade do século XVIII, foi necessário rastrear, nas fontes, seus nomes e relatórios produzidos de vitorias realizadas por eles.

Essa tarefa é bastante complicada, pois não há nenhum fundo documental específico que trate dessa questão de forma sistemática. O que temos são dados pulverizados em uma documentação bastante fragmentária. Todavia, é possível rastrear os dados, pois era atribuição do governador dar notícias ao reino do estado das fortificações e definir novas construções; já os engenheiros eram responsáveis por fazer trabalhos de vitoria e elaborar relatórios. Portanto, governadores e engenheiros tinham a função de manter informada a Coroa das estruturas defensivas, as dificuldades e estado físico desses espaços. São em geral narrativas ricas em detalhes, já que apresentam diversos aspectos das fortalezas e indicam, quando necessário, reformas, e podem, inclusive, indicar a transferência da fortaleza para outro espaço quando parecesse mais estratégico.

Na busca dos documentos produzidos por esses sujeitos, depara-se com um problema de ordem arquivístico. No processo organizativo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), há um fundo *Cartografia e Iconografia* construído por imagens que foram separadas do texto escrito. Isso implica profundamente na pesquisa sobre engenheiros e seus desenhos e plantas. Em muitos casos, encontra-se a carta do engenheiro, mas o desenho não consta em anexo conforme aponta o texto. Portanto, a tarefa de reconectar essas partes é muito complicada porque em geral o desmembramento texto/imagem implica em perda de autoria e ano. Vejamos o que foi possível organizar sobre essa questão a partir dos seguintes aspectos: a lógica de construção; os engenheiros; as técnicas; os desafios de construções na Amazônia e a relação com técnica

de fortificação à moderna; e, finalmente, as relações sociais em torno dessas construções.

### 3.1 Das obras de fortificação: os desafios da construção na Amazônia

As obras de fortificação na Amazônia não eram tarefas para qualquer tratado de engenharia militar e/ou arquitetura resolver. Como vimos, no período compreendido entre 1640 e 1668, Portugal enfrentava os conflitos decorrentes da restauração da monarquia. Os esforços militares mal permitiam acudir as fronteiras domésticas, como destacamos no capítulo 1. No reino, a necessidade de tornar as praças mais defensáveis tornava-se patente. A profissionalização e formação de engenheiros eram também uma condição para a manutenção das fronteiras internas e externas.

Como destacamos atrás, foi somente em 1647 que em Portugal se instituíram as *Aulas de Fortificação e Engenharia Militar*. E somente em 1680 publicava-se o primeiro tratado luso de fortificação, escrito por Luís Serrão Pimentel. Se considerarmos as primeiras fortificações lusas na região do século XVII, verifica-se que a tarefa de desenhar e construir nesse contexto inclui uma ação emergencial e improvisada porque mesmo no reino ainda não havia base de formação sólida para esses profissionais.

Nos anos em que ocorre a expulsão dos franceses do Maranhão (1615), a fundação do forte do Castelo (1616), principiando a cidade de Belém, as conquistas realizadas ao rio Xingu, Cabo do Norte e Gurupá, as fortificações eram levantadas pelos próprios conquistadores. Lyra de Tavares lista Antônio Chichorro, Bento Maciel Parente, Bento Rodrigues de Oliveira e Francisco Caldeira de Castelo Branco no rol de sujeitos que desempenharam papel de engenheiros, levantando fortes no norte da América portuguesa. É o caso, por exemplo, da Fortaleza de Gurupá, constituída em 1623 por Maciel Parente logo após a destituição das construções holandesas na região.<sup>376</sup>

Portanto, nos primeiros anos da conquista, as obras eram construções que estavam muito mais ligadas à manutenção do domínio da Coroa sobre o espaço conquistado, no contexto dos embates com as pretensões de outras nações europeias na região, do que propriamente enquadrado em técnicas de

---

376 TAVARES, Lyra de. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Lisboa: Biblioteca do Exército Português, 1965.

engenharia. A tentativa de alinhamento técnico será um esforço de um grupo de engenheiros que vem para o Estado a partir dos anos finais do século XVII, juntamente com a necessidade de incrementar as construções defensivas precariamente mantidas em locais estratégicos.

Para investigar as obras de engenharia e os desafios da construção de fortificações na capitania do Pará, priorizamos três engenheiros que atuaram dos anos finais do século XVII até 1750. São eles Pedro de Azevedo Carneiro (1687-1693), José Velho de Azevedo (1693-1699) e Carlos Varjão Rolim (1723-1749). José Velho de Azevedo acabou desempenhando a função por muito mais tempo, sendo substituído somente com a chegada do sucessor Varjão Rolim.

A escolha desses sujeitos deve-se a três aspectos: o recorte cobre o período de interesse deste livro; são os que possuem a patente de sargento-mor engenheiro do Estado do Maranhão; e por último por terem atuado em visórias e elaborado relatórios sobre fortificações na região. A partir desses três engenheiros busca-se verificar a circulação de conhecimento sobre engenharia moderna e as obras de defesa do Estado e os problemas decorrentes das fortificações na região.

A construção na Amazônia implicava em enormes desafios para os engenheiros vindos da Europa imbuídos de um conhecimento de construção moderna, sistematizada pela exigência da precisão da medida dos ângulos do baluarte, da muralha e dos fossos de uma praça regular. Características que dificilmente eram possíveis no ambiente de florestas do Estado.

De acordo com Pedro Dias, no Brasil, mesmo as fortalezas de maior imponência, como por exemplo, de Bragança, Príncipe da Beira, São José de Macapá e Santa Cruz de Itamaracá não constituíram “no seu interior mais que aquartelamentos”, em contraposição ao que previam os tratados modernos de Praças regulares com lugar para população civil dentro da praça. Esse fenômeno só foi verificável no reino, como em Almeida e Valença. Para o autor, as demais praças “que englobavam povoações, cidades ou vilas nunca foram perfeitamente regulares ‘de tratado’ adaptando-se às pré-existências e, por isso não se podendo desenvolver como os engenheiros desejariam”.<sup>377</sup>

---

377 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, p.108.

Além da arte de fortificar, os engenheiros deveriam dominar a arte de adaptar as construções aos desafios locais. A partir das informações coletadas dos relatórios produzidos pelos engenheiros na Amazônia, identificaram-se três problemas mais recorrentes: 1. Os aspectos naturais: inverno, chuvas e cheias; 2. Os aspectos geográficos e logísticos: as distâncias, jornadas de vistorias e manutenção das obras; 3. Falta de recursos materiais.

O problema com os aspectos naturais aparece nas primeiras vistorias realizadas pelo engenheiro Pedro de Azevedo, em 1688. Após diligência para averiguar as condições para construção de fortalezas no Cabo do Norte, o parecer técnico do engenheiro definiu dois pontos estratégicos para impedir a “introdução dos estrangeiros por aquele rio”, em Cumaú e Araguari. O esforço para construção da fortaleza de Araguari, que teve duas peças de pequeno calibre tiradas da fortaleza de Gurupá, teve as obras interrompidas, ficando só os alicerces esperando o verão para retomada das obras.<sup>378</sup>

O impedimento da continuação das obras eram as enchentes e as chuvas. O trabalho de abertura dos alicerces foi perdido, como explicou o engenheiro, pois as águas encheram os alicerces que estavam abertos.<sup>379</sup> Nesse caso, foi necessário esperar o verão para que as obras para vigilância e defesa contra os franceses fossem encaminhadas.

Em 1684, Fernando Ramires queixava-se da obra feita pelo governador na fortaleza da Barra de Belém. Segundo ele, eram mal construídas, razão pela qual, “com as primeiras águas vieram ao chão”.<sup>380</sup> Esse mesmo problema foi citado em carta de 1692, quando o capitão-mor Hilário de Sousa de Azevedo afirmava que as estruturas da fortaleza da Barra de Belém “não se mantinham com as águas”.<sup>381</sup> Em 1695, o engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro sugeria uma mudança na construção de um forte no Pará: no lugar de uma praça baixa que ficava arruinada “pelos marés, propõem fazer os terraplenos das cortinas

---

378 Carta do governador Arthur de Sá e Menezes ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

379 Consulta do Conselho ultramarino ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.3, D.272. Lisboa, 2 de junho de 1688.

380 Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 7 de agosto de 1684. *AHU*, Avulsos Pará. Cx.3; D. 229. Ver ainda sobre a questão: *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3 D.248.

381 Carta do capitão mor Hilário de Sousa de Azevedo ao rei. Pará 13 de julho de 1692. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 307.

mais largos de costas para o mar. Sugere ainda maior cuidado com a artilharia “de as reparar das continuas chuvas daquela terra”.<sup>382</sup>

Nesse mesmo relatório sobre a fortaleza da Barra do Pará, a estrutura de ponte, recomendada nas “fortalezas do mar”, aqui não tinha utilidade por causa da pouca resistência à correnteza de rios. O engenheiro recomendava colocar na parte inferior da obra “um grosso varão de ferro, ou uma boa chumbada, para que com mais firmeza assente no solho sobre que está fundada a dita fortaleza, porque este na vazante fica descoberto doze e vinte palmos”, e na “enchente cobrirá mais da metade da escada, e tem o mesmo trabalho de subir e descer que havia de ter a ponte levadiça”. Seriam “supérfluos os gastos que com ela se haviam de fazer continuamente a respeito das correntes do rio”.<sup>383</sup>

Além das chuvas, enchentes e inverno, outro aspecto deveria ser incluído na escolha do local mais apropriado para a obra, a qualidade do terreno. No Cabo do Norte, Pedro Carneiro considerou o Araguari o mais apropriado. O terreno tinha que ter terra firme e ainda ter qualidade da terra para fertilidade dos mantimentos, que fosse capaz “para poder ter povoações de brancos”. Afinal de contas, a fortaleza também tinha que subsidiar a sobrevivência dos militares ali aquartelados. Dessa análise, o engenheiro fazia as plantas para reedificarem ou construírem novas fortalezas no local.<sup>384</sup>

A relação entre a obra de fortificação e o terreno é lembrada por John Keegan. Em suas palavras “há uma simbiose entre a fortaleza e sua circunvizinhança”, já que a fortificação deve “controlar uma área suficientemente produtiva para sustentar uma guarnição em tempos normais” além de “ser grande e segura para abrigar, prover e proteger a guarnição quando submetida a um ataque”.<sup>385</sup> Embora o autor trate especificamente do contexto europeu, é evidente que a concepção de defesa e sobretudo o papel desempenhado pelas fortalezas estão em consonância com a análise do espaço produtivo.

Nelson Figueiredo também explica a relação do espaço das fortalezas amazônicas com o potencial estratégico e as potencialidades dos rios. Em

---

382 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, julho/setembro, 1984.

383 *Idem*, p.222.

384 Consulta do Conselho ultramarino ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.3, D.272. Lisboa, 2 de junho de 1688.

385 KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.189.

outras palavras, o espaço em que se tem fortalezas obedece a duas lógicas: estratégia e potencialidade produtiva.<sup>386</sup> Portanto, mais uma vez verifica-se a relação intrínseca entre povoamento e defesa.

Para a ocupação da Ilha de Joanes, a fertilidade do terreno e a potencialidade dos rios foram elementos centrais. De acordo com o engenheiro, o local era fértil, onde se podiam fazer “famosas e muito grandes povoações, porque tem grandes campinas para gado”.<sup>387</sup> Essa mesma lógica foi usada para justificar a fortaleza dos Tapajós, ocasião em que se destacava ser a obra apropriada por “ter boa povoação e muitos índios de que necessitam os moradores”. A fortaleza de Gurupá também seguiu esse critério: em 1695, Pedro de Azevedo propunha reformas para o local e incremento da povoação, para o que sugeria a ida de soldados casados com a família, como já ocorria, pois tinham “terras para culturas”. Outra estratégia seria pagar salários aos “índios para fazerem roças”.<sup>388</sup>

Além do aspecto produtivo, a fortaleza necessitava de uma vizinhança que a auxiliasse, característica apontada por Pedro de Azevedo na escolha do local da casa forte do Araguari. Segundo ele, o lugar era estratégico, pois por esse rio “desembocam todos os franceses que vêm de Caiena”, o terreno era de boa qualidade e ainda tinha “a conveniência da vizinhança do gentio Maruanus”, necessária “para sustento de quem assistir nela”. Por essa razão, era preciso manter boa relação e comunicação com os índios.<sup>389</sup>

No Gurupá, também a atuação dos padres missionários da província da Piedade é vista como importante para as atividades logísticas da fortaleza. Na Ilha de Joanes, como um todo, recomendava-se manter os padres missionários de Santo Antônio e os descimentos da nação dos Aruã. Estes mantinham comunicação com franceses mediando contratos comerciais com os que vinham de Caiena.<sup>390</sup>

---

386 RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005. v. 64.

387 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, p. 222.

388 *Idem*, p.22.

389 Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

390 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, p. 222.

Em 1712, Frei Manoel de Moura, da província de Nossa Senhora da Piedade, sugeria a mudança da aldeia de Matucu para junto da casa forte de Trombetas, argumentando como justificativa “para que os soldados daquele presídio tivessem pescadores e quem lhes remasse as canoas em que vão buscar farinha e o mais que lhe é necessário”.<sup>391</sup>

Essa lógica explica a relação existente entre os aldeamentos e as fortificações. Os aldeamentos permitiam assistência à fortificação, fornecimento de remeiros, pesqueiros, guias e guerreiros. Essa aproximação estratégica permite uma logística para manutenção da fortificação, e pode ser observada na disposição de fortalezas sempre próximas a aldeamentos religiosos.

A disposição dos aldeamentos, sobretudo a partir da carta régia de 1694, que estabeleceu a divisão da ação das ordens religiosas em distritos pelo rio Amazonas, esteve estreitamente relacionada com as fortificações ao longo desse rio. A vizinhança da fortificação era, em grande parte, constituída pelos aldeamentos. Os indígenas eram responsáveis pela logística, manutenção e até mesmo defesa do espaço. A falta de assistência levou à retirada da casa forte da Ilha de Santa Ana, no Cabo do Norte, para um outro local e ordenava-se também que “as aldeias circunvizinhas daquela casa forte lhe acudissem com índios não só para lhe reforçarem o presídio, mas também para lhe plantarem roças de que se pudesse sustentar aquela guarnição”. Em muitas diligências os militares faltavam por não haver índios que remassem as canoas.

O governador Alexandre de Sousa Freire ressalta que “como em toda as fortalezas e casas fortes de V.M. se acham aldeias da obrigação das mesmas fortalezas ordenei ao mesmo cabo Maciel Parente que com um missionário dos mais vizinhos fizesse toda diligência por fazer um descimento de gente para estabelecer uma nova aldeia naquele presídio”.<sup>392</sup> Portanto, há uma relação ainda pouco explorada entre *fortificação* e *aldeamento*, inclusive legitimada no *Regimento das Missões*, em vigor desde 1686. As aldeias de repartição, por exemplo, conforme o documento, deviam atender às demandas militares e

---

391 Carta do governador para o rei sobre a mudança da aldeia de Matucu para junto a casa forte de Trombetas. Belém do Pará 9 de agosto de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 490.

392 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei sobre a retirada da casa forte da Ilha de Santa Ana no Cabo do Norte. Belém do Pará, 4 de outubro, 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1052.

econômicas do Estado.<sup>393</sup> Questão que está estritamente relacionada à presença indígena nas tropas.

Outra dificuldade apontada pelo engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro eram as enormes distâncias da capitania. Esse fator geográfico exigia investimento de tempo e dinheiro. De acordo com o engenheiro, era impossível assistir a “todas as obras que se pretendem fazer assim pelas grandes e dilatadas distâncias, como pelos muitos gastos que se fazem nessas jornadas”. Se considerarmos que para uma viagem do Maranhão até Itapecuru gastava-se um dia, no percurso de Belém até Salinas oito dias, Belém à Ilha de Joanes um dia, Gurupá até Paru dois dias, conclui-se que as queixas do engenheiro eram coerentes.<sup>394</sup>

Em viagem que fez ao Cabo do Norte, rios Tapajós, Urubu, Madeira e Rio Negro, além das “mais fortalezas que V.M. manda se façam no Maranhão e costa do Ceará e Pará”, afirmava ser impossível “que eu possa assistir a uma sem que faça faltar as mais pelo que deve V.M. mandar engenheiros que me ajudem”. Sugere o filho e sobrinho que vieram com ele e que serviam como soldados a ocuparem o posto de engenheiros porque “tem ensinado a eles a lição”.<sup>395</sup>

O terceiro aspecto observado pelos engenheiros era a incongruência entre a falta de recursos e a necessidade de construção de fortificações. Para construção da casa-forte do Araguari e do Cumau, foi necessária uma quantidade significativa de gente e material. No rol do que era necessário, incluíam-se 100 índios e 2 varas de pano cada mês para cada um. Para sustento desses índios, “o paneiro por mês importa a 2 varas de pano”. Para as ferramentas foram necessários “vinte quintais de ferro para se desfazer em ferramentas”. Além dessas, “2 arrobas de aço a 400 réis para a ferramenta que se houver de fazer do dito ferro que importa em 25\$600”. Havia ainda despesas com “50 paneiros de sal para um ano”. Além de “dois oficiais de pedreiro a 600 réis por dia a cada um que importa no ano 360\$ réis”. Para um “oficial de carpinteiro a 600 réis por

---

393 AREZ, Karl Heinz e SILVA, Diogo Costa. “Levar a Luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”: Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia portuguesa (século XVII). Belém: Açai, 2012.

394 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*.

395 *Idem*.

dia que importa por ano 180\$”. Para “quatro negros carapinas das aldeias a 800 reis cada mês cada um importa o valor de 38\$400”.<sup>396</sup>

Além dessa gente e material que estavam diretamente ligados à construção, havia ainda uma lista significativa de outros objetos como “aguardente para os trabalhadores, por ano 50 canadas que importa em 50\$ réis”. Para os doentes, “açúcar, azeite, vinagre, vinho e carimã”. Para “gastos que se há de fazer com o gentio circunvizinho com o sustento de algum conduto de pano, 20 maços de avelório, 20 dúzias de facas”. Além de “12 arrobas de tabaco; dois ajudantes; duas canoas boas e grandes; 4 canoas pequenas para pescadores e 10 varas de pano cada uma”. A soma apresentada pelo engenheiro importava em 2.389.200. Mais “400 alqueires de sal, 2 milhares de tijolos” que tudo somava 2.519.200.<sup>397</sup>

Portanto, verifica-se um rol significativo de materiais e gente necessários para construção da Casa-Forte. A julgar pela tipologia da engenharia, tratava-se de uma obra de porte menor que uma fortaleza, ou seja, pode-se conjecturar que para obras maiores mais gente e materiais seriam necessários. Por essa razão, a Coroa se utilizou de estratégias de financiamento dessas obras na Amazônia. Ocorria quando um morador ou militar construía fortificações com recursos próprios (empreita). Havia casos em que os recursos eram advindos somente da Fazenda Real e, finalmente, o financiamento misto (recurso da Fazenda real e de empreiteiros), em que Coroa e particulares colaboravam nos gastos com a fortificação da capitania. Essa era uma forma de garantir as obras de fortificação.

No caso da obra financiada por particulares, geralmente militares ou até mesmo moradores, a motivação era o interesse em provimento de postos militares. José da Cunha d’Eça, morador e cidadão da cidade, por exemplo, negociou a construção do Fortim da Barra em troca do provimento ao posto de capitão. O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho solicitava ao rei o pagamento para Cunha d’Eça “dos soldos que costumam levar os tenentes e capitães”.<sup>398</sup>

---

396 Memória do capitão-engenheiro do Estado do Maranhão. 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 656.

397 *Idem*.

398 Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa, 10 de dezembro de 1698. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 349.

Em 1716, José Sanches de Brito construiu um forte “junto a esta cidade defronte das casas que foram de Manoel Guedes Aranha”. Consta no acerto que a conclusão da obra seria em três anos, e em troca Sanches de Brito almejava o posto de tenente-general da artilharia.<sup>399</sup> A obra parece ter se prolongado mais que o previsto, já que em 1720, Sanches de Brito solicitava ao rei nomeação de um ajudante e dois sargentos pagos pela Fazenda Real para assistirem as dependências da obra”.<sup>400</sup> Portanto, o financiamento foi feito em parte com os recursos da Fazenda Real, e em outra por particulares.

O engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro reclamava que as obras feitas pelos empreiteiros eram de péssima qualidade e demoravam bastante para ficarem prontas. Nas suas palavras, essas obras feitas por particulares se “faziam eternas” ou quando chegavam a acabar é “por interesses próprios como a experiência tem mostrado”. Queixava-se que havia mais de um ano havia desenhado a fortaleza do rio Tapajós e que até o momento da carta não havia acabado de abrir nem os alicerces por mais diligências que tinha feito com o superintendente das fortificações ao local. Sugeriu que para fortificar todo este Estado era melhor “fazer obras por sua conta e não pela de empreiteiros”, porque “tais obras sendo feitas por conta de S.M. serão muito mais fortes e feitas com mais brevidade”.<sup>401</sup> A planta da fortaleza não consta em anexo do documento.

O financiamento particular (empreiteiras), usado na construção da Fortaleza dos Tapajós, verifica-se também na Casa Forte do Rio Negro e Casa Forte do Paru. O curioso é que todas essas obras estavam ligadas a Francisco da Motta e seu filho Manuel da Motta de Siqueira. A obra do Tapajós rendeu à família o posto de capitão da fortificação, embora as obras estivessem inacabadas. A Casa-Forte do Rio Negro, de acordo com o engenheiro Pedro de Azevedo, estava mal guarnecida, e sugeriu a construção de mais um forte no Rio Negro, sugerindo que fosse feita por Manoel da Motta no lugar do forte de Acaqui, próximo ao forte Paru, cujo lugar era inapropriado.<sup>402</sup>

---

399 Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 3 de julho de 1716. AHU, Avulsos do Pará, cx. 6; D. 522.

400 Requerimento de José Sanches de Brito para o Rei. 20 de julho de 1720. AHU, avulsos do Pará. Cx. 6; D.563.

401 Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

402 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”, p. 225-226.

Por todas as razões apontadas pelo engenheiro Pedro Azevedo Carneiro, a Amazônia tornava-se um verdadeiro *laboratório das práticas* de engenharia. Os tratados de fortificação que passaram a integrar a formação de engenheiros no reino, sobretudo a partir da obra de Luís Serrão Pimentel e das primeiras aulas de fortificação em 1647, eram confrontados com uma realidade que desafiava os engenheiros sob todos os aspectos. A qualidade dos terrenos, o desafio das enchentes e chuvas, a falta de gente, recurso e material, as dilatadas distâncias tornavam as obras de *fortificações na floresta* algo novo. Sem dúvida, esses elementos compuseram um ambiente de enormes desafios para os homens da engenharia militar nessas partes da conquista.

O fato é que no século XVII essas instalações eram precárias, em sua maioria construídas de madeira e taipa, e contavam com pouca artilharia e gente para defesa. Se se considerar o contexto de construção, as condições mesmo no reino eram bastante complicadas. Os relatos de ruína das fortificações são claros em diversas cartas no século XVII e ao longo da primeira metade do século XVIII. Em 1662, por exemplo, a fortaleza de Belém é descrita em estado de completa ruína. O governador Inácio Coelho da Silva mandou fazer armazém para munição, reparou as muralhas, o corpo da guarda e outras obras úteis enquanto não se podia construir uma nova.<sup>403</sup> Da mesma forma encontrava-se em 1685 a fortaleza do Cabo do Norte, arruinada e caída em muitas partes. Conforme relatava o capitão-mor Marçal Nunes da Costa, a defesa nessas condições era praticamente impossível a considerar-se a falta de pólvora e armamentos.<sup>404</sup>

Em 1688, a costa do Ceará estava sem nenhuma defesa, pois não havia recursos para iniciarem fortalezas na região. Consta que para construção do forte do Piriá e da fortaleza do Icatu foi necessário retirar do pagamento dos soldos dos soldados. Em 1691, dado o inconveniente, o Conselho sugeriu dividir em capitanias e “mandar avisos a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro para que havendo pessoas que os quiserem povoar e fazer as fortificações nas partes das obras e lhe forem repartidas, assim também aos moradores do Maranhão

---

403 Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 7 de agosto de 1684. *AHU*, Avulsos Pará. Cx.3; D. 229. Ver ainda sobre a questão: *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3 D.248.

404 Carta do capitão mor Maçal Nunes da Costa ao Rei. Pará, 10 de janeiro de 1685. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 239.

ou Pará ”.<sup>405</sup> Em 1693, o Conselho dava parecer sobre o requerimento de Manoel Guedes Aranha, em que solicitava que fossem enviados soldados casados do Pará e Maranhão para povoar a fortaleza do Gurupá.<sup>406</sup> Portanto, no século XVII, a tessitura das fortificações lusas na região seguia roteiro vinculado à presença estrangeira e a suas alianças com a população indígena. Essas obras eram mantidas precariamente e os engenheiros buscavam driblar todas as dificuldades enfrentadas para garantir a construção de fortalezas no Estado.

Na primeira metade do século XVIII, esses aspectos ainda se fazem presentes. Todavia, se verificará novas rotas, novos interesses que levaram a novas frentes de conquista, como por exemplo, os rios Negro, Madeira, Tapajós e Tocantins. As fortificações exemplificam novos interesses coloniais de comércio e domínio das rotas de navegação.

O conjunto de fortificações lusas para a primeira metade do século XVIII mantém grande parte das construções levantadas no século XVII. Apesar de todos os desafios vinculados à construção de fortificações na Amazônia, a Coroa portuguesa manteve pontos estratégicos de defesa que foram construídos e reconstruídos pelos engenheiros, ao passo das mudanças econômicas e em decorrência de novos vetores de ocupação. Das informações extraídas em mapas de fortificações do Estado, é possível verificar os seguintes espaços fortificados. Os anos destacados à frente de cada nome correspondem à data dos documentos e à forma como são descritos, seja fortaleza, presídios ou casa-fortes.

Listagem das Fortalezas, Presídios e Casas-Fortes do Pará (1737-1747).<sup>407</sup>

1. Fortaleza das Mercês (1737, 1739, 1741 e 1742)
2. Fortaleza da Barra (1737, 1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
3. Fortaleza de Macapá (1737); Presídio de Macapá (1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)

---

405 Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 18 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 3, D.284.

406 Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa 12 de janeiro de 1693. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 311.

407 Relação construída a partir de: *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873. Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317. Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D.2804. Avulsos do Maranhão: Cx. 25, D. 2605.

4. Fortaleza do Paru (1737, 1739, 1744 e 1747); Casa Forte do Paru (1741 e 1742)
5. Fortaleza do Rio Negro (1737 e 1739); Casa Forte do Rio Negro (1741 e 1742)
6. Fortaleza dos Pauxis (1737 e 1739); Casa Forte do Pauxis (1741 e 1742)
7. Fortaleza de Gurupá (1737, 1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
8. Fortaleza dos Tapajós (1737, 1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
9. Fortim da Barra (1737, 1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
10. Fortim de São Pedro Nolasco (1744 e 1747)
11. Forte de Santo Cristo (1737, 1739, 1744 e 1747)
12. Presídio de Joanes (1739, 1741 e 1742); Vigia de Joanes (1737); Fronteira de Joanes (1744 e 1747)
13. Presídio das Salinas (1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
14. Casa Forte do Guamá (1741-1742)
15. Marinha da Cidade (1737 e 1739); Artilharia da Marinha (1744 e 1747)

Listagem das Fortalezas, Presídios e Casas Fortes do Maranhão (1737-1747).<sup>408</sup>

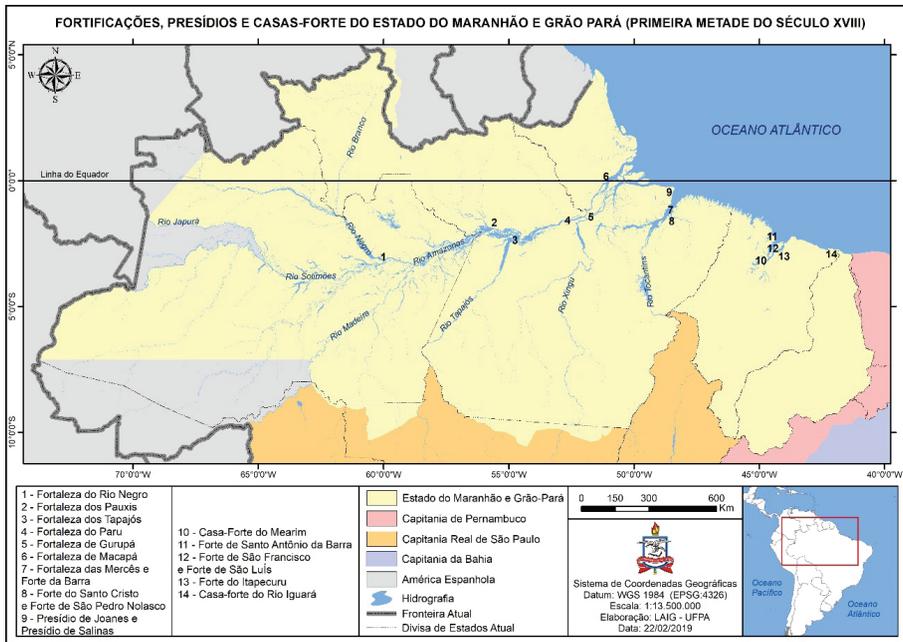
1. Fortaleza de São Damião (1737, 1739, 1741, 1742); Baluarte de São Damião (1744, 1746 e 1747)
2. Fortaleza de São Cosme (1737, 1739, 1741, 1742); Baluarte de São Cosme (1744, 1746 e 1747)
3. Fortaleza da Barra (1737, 1739, 1742, 1744, 1746 e 1747)
4. Fortaleza de Itapecuru (1737, 1739, 1741 e 1742)
5. Casa Forte do Mearim (1737, 1739, 1741, 1742, 1744, 1746 e 1747)
6. Casa Forte do Iguará (1737, 1739, 1741, 1742, 1744, 1746 e 1747)
7. Reduto de São Francisco (1744 e 1746); Bateria de São Francisco (1747); Fortaleza da Ilha de São Francisco (1737, 1739, 1741, 1742)

408 Relação construída a partir de *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25; D. 2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28; D. 2681; Cx. 29, D. 2804. Avulsos do Maranhão: Cx. 25, D. 2605.

8. Vila de Tapuitapera (1739, 1744, 1746 e 1747)
9. Vigia de São Marcos (1746 e 1747)
10. Artilharia da Marinha (1746 e 1747)

Esses espaços de defesa foram estrategicamente dispostos seguindo a lógica dos rios. Representado em mapa alguns pontos fortificados das listas anteriores, verifica-se essa característica. Ou seja, as fortificações no Estado do Maranhão e Pará evidenciam também a leitura que os colonizadores têm do território, e isso está associado à interpretação das rotas e domínio dos principais rios. Vejamos.

Mapa 1. Fortificações e rios



O estabelecimento de fortificações na Amazônia no século XVII e primeira metade do século XVIII está atrelado a três elementos centrais: a conquista e impedimento de investidas de outras nações europeias na região; a ocupação/povoamento; e a importância que o comércio das drogas do sertão adquire ao longo desse processo. Esses aspectos serão tratados a partir da análise das plantas e desenhos de algumas fortificações e os engenheiros.

### 3.2 O engenheiro e o desenho: as fortificações na capitania do Pará

Nas listagens, sistematizam-se os principais pontos de militarização do Estado do Maranhão e Pará na primeira metade do século XVIII. Ao passo em que se definiu esses pontos estratégicos como mecanismos de defesa, houve a necessidade de organizar de forma mais qualificada a disposição desses lugares fortificados. Essa condição tornou a presença de engenheiros na região uma necessidade.

Nos capítulos do seu regimento, como bem lembrava José Velho de Azevedo, os engenheiros eram obrigados a dar conta à Coroa do estado das fortificações, artilharias, armas, munições e infantaria da guarnição.<sup>409</sup> Imbuídos dessa atribuição, esses profissionais oferecem bons indícios sobre a construção desses espaços. Como destacamos, vamos nos guiar a partir do trabalho de engenharia desempenhado pelos engenheiros Pedro de Azevedo Carneiro (1687-1693), José Velho de Azevedo (1693-1699), e Carlos Varjão Rolim (1727-1749).

Pedro de Azevedo Carneiro foi o engenheiro responsável pela averiguação e desenho das fortalezas do Cabo do Norte. A casa-forte do Araguari, a casa-forte do Cumauí e a fortaleza dos Tapajós foram desenhadas por ele e são exemplos da sua atuação na capitania. Azevedo de Carneiro levantou vários problemas para as obras de engenharia no Estado que destacamos anteriormente.

Ele era natural da cidade de Lisboa, filho de Pedro Carneiro. Foi nomeado ao posto de capitão engenheiro do Estado do Maranhão em carta de 15 de março de 1685, após o falecimento de Tomé Pinheiro de Miranda, engenheiro que anteriormente ocupava esse posto no Estado. Entre novembro de 1681 e 1685, frequentou a Aula Real de Arquitetura e Engenharia no reino, aprendendo geometria e fortificação. Consta que nesse tempo foi um aluno aplicado nos estudos “mostrando bom talento e jurisciência não só nas ditas ciências, mas também na arte do manejo e formatura dos esquadrões, e se mostrou muito capaz para tudo de que foi encarregado”. Razões pelas quais foi enviado

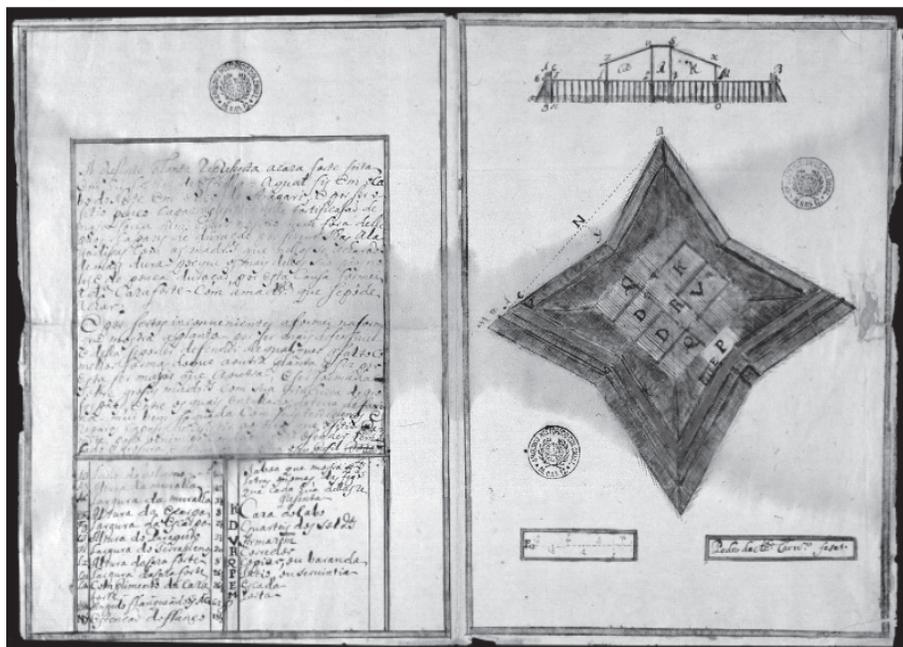
---

409 Carta do capitão mor da capitania do Pará José velho Azevedo ao Rei. Pará 30 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará. *Cx.* 6, D. 523.

como engenheiro ao norte da América portuguesa, na companhia de Gomes Freire de Andrade.<sup>410</sup>

Azevedo Carneiro esteve nesse posto de capitão engenheiro do Maranhão de 1687 até 1693. Dentre várias obras que se tem notícia de sua participação, só encontramos a planta da Casa Forte do Araguari. Foi o primeiro ponto de fortificação lusa constituído na região do Cabo do Norte. Mais tarde, a fortaleza de Macapá agregaria a função de defesa do local. A planta feita em 1688 apresenta aspectos da fortificação à moderna, ao mesmo tempo em que traz os problemas decorrentes das condições locais como natureza e terreno, como pode se ver a seguir.

Imagem 11. Casa Forte do Rio Araguari, 1688<sup>411</sup>



Na anotação ao lado do desenho, lê-se “a presente planta representa a casa forte feita em forma de estrela. A qual fiz em Cabo do Norte em o Rio

410 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 2, fl.135V.

411 “Caza forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari”. *Coleção Cartigráfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0788. <http://bdln.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/241086>.

Araguari”. A fortificação em estrela, como tratamos anteriormente, fazia parte de um conjunto de inovações no campo da engenharia e arquitetura militar. Era também o termo que se dava para o chamado “traçado italiano” ou “fortificação à moderna”, que se tornaria muito conhecido na Europa a partir do século XV.

A casa-forte do Araguari, a partir do engenheiro Pedro Carneiro, é exemplo de que as construções na Amazônia colonial estão em diálogo com o conhecimento produzido em Portugal, do qual o engenheiro estava completamente imbuído. A obra era “modesta e feita com materiais pobres”.<sup>412</sup> De acordo com o engenheiro, o terreno era “pouco capaz de resistir nele fortificação de maior força” por “serem ilhas alagadiças”. Por essa razão construiu a casa-forte “com madeira que se pode achar”. De acordo com a planta, a forma em estrela era mais defensável, pois estava mais protegida. Era formada com trincheira de grossos paus com “seis terraplenos e reparos capazes de resistir aos tiros”. Na planta constava casa do cabo, quartéis dos soldados, armazém, corredor, varanda, pátio ou serventia, escada e porta.<sup>413</sup>

Pedro de Azevedo Carneiro fez observações ainda sobre a impossibilidade de sozinho atender a todas as demandas de construções na extensa área, como vimos. Em decorrência disso, sugeriu, em 1687, a criação de aulas de fortificação no Estado. As aulas deveriam ser ministradas aos soldados, os quais deviam especializar-se nas construções de acordo com técnicas mais avançadas. O objetivo era “oferecer aulas para ensinar a soldados que fossem mais práticos para exercer a função”.<sup>414</sup>

Em 1695, em relatório de Pedro Azevedo, consta que no Pará os artilheiros eram poucos e mal ensinados porque não tinham quem os ensinasse. Era necessário fazer uma “casa de tenência onde esteja o trem de artilharia, e onde se leiam lição ao menos uma ou duas vezes na semana”. E quando se “queira encarregar o sargento-mor engenheiro José Velho me parece capaz de poder

---

412 DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, p. 119.

413 “Caza forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari”. *Coleção Cartigráfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0788. <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/241086>

414 Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

ensinar aos artilheiros, e mais oficiais a lição assim de suas obrigações”.<sup>415</sup> José Velho de Azevedo foi seu sucessor no posto de engenheiro do Estado.

As aulas de fortificação podem ser verificadas em outras capitanias. Em 1696, por exemplo, em Pernambuco, foi criada a “escola de artilharia e arquitetura militar” desenvolvida pelo engenheiro José Paes Esteves. Em 1699, em carta régia se autorizava as aulas de fortificação na Bahia para todos os que tivessem interesse e aptidão para o ofício. Em 1700, Antônio Rodrigues Ribeiro foi nomeado Sargento-Mor Engenheiro da capitania com a prerrogativa de “ensinar os materiais de sua profissão”.<sup>416</sup>

A preocupação de Pedro de Azevedo, portanto, justificava-se pela atuação de engenheiros na formação de aulas em outras partes da conquista. Todavia, sua colaboração não se restringiu a isso; em 1695 elaborou um detalhado relatório sobre o sistema defensivo das capitanias do Pará e Maranhão. Conforme o documento, a defesa de São Luís contava com uma plataforma antiga, que no momento estava fechada, sem utilidade, nem defesa. Na praia descreve dois redutos que para o engenheiro eram importantes para a defesa do desembarque. Mas foram feitos “sem arte”. Sugere que se mande fazer uma praça alta com quatro baluartes, dois para o mar, e dois para a terra “para sujeição dos rebeldes”, “conforme a doutrina da fortificação”.<sup>417</sup>

A fortaleza da Barra, em formato quadrangular, tinha quatro baluartes. Na ocasião, na opinião do engenheiro, precisava de reparos, para o que sugere um fosso artificial, pois o terreno de “areia solta e aos quatro palmos logo se dá água”. A fortaleza, de acordo com o engenheiro, necessitava de 30 peças de artilharia de calibre de 6 até 12; para guarnição eram necessários quarenta soldados e seis artilheiros”.<sup>418</sup>

A capitania do Maranhão contava ainda com a barra de São José, o baluarte de São Marcos para defender os desembarcadouros, servindo de atalaia em que avisa os navios. Há, ainda, a fortaleza de Itapecuru, levantada por um morador a suas custas para frear o “gentio que continuamente tem infestado

---

415 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. p. 220-221.

416 CARDOSO, Maria Luiza. “Aulas públicas militares na América portuguesa antes do período pombalino”. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 4, abril de 2011.

417 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, Rio de Janeiro, n. 344, jul./set. 1984.

418 *Idem*.

aquele rio, e morto, e roubado muitos moradores dele”. Esta fortaleza, na análise de Azevedo Carneiro, não necessitava de mais obra. Todavia, contava com apenas dois soldados, o que precisava de pelo menos 20 soldados entre estes dois artilheiros para regularidade de vigilância. Para sustento, sugere que o rei mande que “seja obrigada ao serviço da dita fortaleza a aldeia situado no mesmo rio”.<sup>419</sup>

O engenheiro ainda ressalta a importância da vila de Tapuitapera que, na sua opinião, necessitava de boa defesa devido ser “de grande proveito à cidade do Maranhão por vir daquela parte maior sustento daquela cidade”. O rio Mearim também deveria ser mais bem fortificado, pois tinha criação de gado e engenho constantemente atacados pelos indígenas. Nesse rio há “duas casas fortes de pau a pique, sem reparos, nenhuma forma, nem guarnição necessária”. Nessa mesma importância era a nova vila de Icatu que tinha levantado Gomes Freire de Andrade.<sup>420</sup>

Se observarmos a Listagem das fortificações do Maranhão, para a primeira metade do século XVIII, já aparecem a fortaleza de Itapecuru, Casa-Forte do Mearim, a vigilância da Vila de Tapuitapera, além da casa-forte do Iguará, um indício de que os planos de Azevedo de Carneiro foram colocados em prática para essas partes. Nesse contexto, a colonização portuguesa avançava a fronteira do sertão.

A ocupação desses espaços, como explicam Rafael Chamboleyron e Vanice Siqueira Melo, foi marcada por “avanços e recuos”. Os índios causavam instabilidades às fazendas e povoamentos pelos frequentes assaltos e ataques a esses espaços. Por essa razão, o avanço da fronteira colonial na região dependia necessariamente de conter essas ações indígenas.<sup>421</sup> Nesse intuito, as guerras foram um mecanismo muito utilizado.<sup>422</sup> As fortificações também significaram estratégias de estabelecimento colonial na região.

No Pará, o sistema de defesa também enfrentava desafios. No conjunto defensivo da cidade de Belém, refere-se a uma fortaleza, que não cita nome,

---

419 *Idem.*

420 *Idem.*

421 CHAMBOULEYRON, Rafael e MELO, Vanice Siqueira. “Índios, engenheiros e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII).” In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; VINHEDO, Marina Machado. Editora Horizonte, 2013.

422 Ver: MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

feita ao modo antigo, sem defesa alguma, mesmo sendo tão necessária por “estar defendendo a melhor parte do desembarcadouro da cidade”. Sugere reformas aproveitando as muralhas para as cortinas, “acrescentando-lhe baluartes assim para o mar como para terra, acrescentando de uma parte e cortando a de outra até ficar quadrangular”. A fortaleza da Barra do Pará, segundo o engenheiro, é “uma das melhores que tem em toda a América por sua capacidade” lugar e defesa. Estava já “acabada, faltando somente as obras interiores, como quartéis, armazéns e corpo da guarda”. A fortaleza possuía boa artilharia, “e uma de bronze, que no estado não há nenhuma peça desse metal”. Todavia, era necessário, na opinião do engenheiro, um cabo, com trinta soldados e dez artilheiros.<sup>423</sup>

Salinas e Ilha de Joanes também foram citadas no relatório do engenheiro. A primeira tratada como lugar estratégico para guiar os navios que vinham pela costa. Contava com uma peça de artilharia e três soldados para vigilância e guarda do sal. A segunda para defesa tinha uma casa-forte, quadrada com quatro paredes e uma peça de artilharia. Tinha um capitão e três soldados de guarnição. Na opinião do engenheiro, necessitava de um forte com seis peças e doze ou dezesseis soldados de guarnição por estar em “lugar fronteiro ao mar, onde com muita facilidade podem vir missões inimigas como já vieram franceses”.<sup>424</sup>

No Cabo do Norte, o local estratégico de presença lusa era o rio Araguari. A casa forte construída por Pedro de Azevedo citada, em suas palavras, “fechava o caminho por onde os franceses costumam entrar para as negociações que fazem no rio Amazonas”. A estrutura frágil da Casa-Forte ruiu em três anos por causa da maré. Recomendava a construção de fortaleza no local, por ser “chave” daquele rio. Outro lugar estratégico era Gurupá que, na ocasião, estava pouco guarnecido, e pela importância deveria ter mais quatro peças de artilharia além das que já tinha. Propõe reformas, incrementando a povoação, para o que sugere a ida de soldados casados com a família, como já ocorria, pois “tem terras para culturas”. Outra estratégia seria pagar salários aos índios para fazerem roças, como vimos.

---

423 REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, p.222.

424 *Idem*, 223.

Nesse enquadramento defensivo, Pedro de Azevedo incluiu o forte do Paru desenhado por ele em formato de estrela quadrangular, guarnecido com um tenente, um sargento, seis soldados e três peças de artilharia. Na compreensão do engenheiro, precisava de mais cinco peças. Era também estratégico para impedir a passagem de franceses por aquele rio, para o que necessitava de uma esquadra de dezoito soldados e dois artilheiros. A Casa-Forte do Paru foi construída às expensas de Francisco da Motta e seu filho Manuel da Motta de Siqueira. Este último também responsável pela fortaleza dos Tapajós de onde era capitão.<sup>425</sup>

Consta que Pedro de Azevedo já havia desenhado a fortaleza, com “cidade regular e quatro baluartes”; como as obras foram no mesmo tempo das fortalezas do Cabo do Norte e da barra de Belém e São Luís ficou impossibilitado de assistir, ficando no descaso do dito Manoel da Motta. A fortificação era muito necessária “por estar na boca do rio dos Tapajós margem das Amazonas, ter boa povoação e muitos índios de que necessitam os moradores”. Da mesma forma a Casa-Forte do Rio Negro estava mal guarnecida por ter, nas palavras do engenheiro, por tenente “um homem inerte”, não possuía peças de artilharia, precisaria de seis peças de artilharia, capitão, dezoito soldados e sargento, e então só tinha seis soldados. Sugere a construção de outro forte na margem oposta à casa-forte. Tratava-se de um local estratégico para impedir a passagens dos holandeses e ingleses que passavam pelas cabeceiras do Rio Negro para fazer comércio com os indígenas.<sup>426</sup>

Para o Rio Madeira, as informações era que se poderia fortificar, pois nessa região ficam “inumeráveis aldeias, e nações de gentios pelos rios Canumá, Acabachis, Garinamá, Maguez, Andiráz, Coriatos, e dos Tapinambaranas”; todos podiam ser fortificados nas suas bocas. Porém, “deles não se pode dominar do Rio Amazonas, por ter uma ilha que lhes atravessa a boca desde a do rio Madeira até a dos Tupinambaranas e “cega a vista do dito Rio”.<sup>427</sup>

A partir do sistema defensivo descrito por Pedro de Azevedo, verifica-se que no final do século XVII as fortificações constituíram-se seguindo as relações de comércio já estabelecidas por ingleses, holandeses e franceses na região. Esse fator e a lógica dos rios e suas rotas definiram os pontos estratégicos de

---

425 *Idem*, p.224.

426 *Idem*, pp.225-226.

427 *Idem*, p. 226.

construção dos espaços fortificados. Além, é claro, de garantir obras de defesa de São Luís e Belém, os dois principais núcleos administrativos nesta parte da conquista.

É importante observar que o relatório de Pedro Azevedo é de 1695. A carta patente de José Velho de Azevedo, seu sucessor, é de 1693, ou seja, dois anos antes. Muitos desafios apontados em 1695 são verificados nas análises de José Velho. Nesse mesmo ano, o novo engenheiro referia-se às visitas que realizara à fortaleza de Cumaú, na qual deixou guarnição de 25 soldados, sete peças de munição, tendo José Ferreira Melo por capitão. Passou, ainda, pela casa forte do Rio Negro, do Paru, Gurupá e fortim de Joanes.<sup>428</sup> O engenheiro destacou a importância da fortaleza de Cumaú para segurar o sertão e impedir as entradas dos franceses para aquela parte, que se encontra melhorando com a “introdução do gado e será adiante mais como sucedeu a do Itapecuru, a do Gurupá e aos moradores do rio Mearim”.<sup>429</sup> Em 1691, a Coroa autorizava a reconstrução da fortaleza de Gurupá e recomendava que os “moradores na dita fortaleza levassem suas mulheres, e darão mais certo e seguro o princípio da povoação”.<sup>430</sup>

Velho de Azevedo era natural da vila de Almeida, na Beira, onde serviu de soldado e ajudante engenheiro das fortificações Trás-os-Montes, realizou vistorias nas fortificações de Bragança e Monte Alegre. Recebeu patente de sargento-mor com ofício de engenheiro do Pará em 1º de junho de 1693.<sup>431</sup> Em 1699, Velho de Azevedo fez petição ao rei afirmando que findado o tempo de 6 anos que ocupou o posto de sargento-mor engenheiro na capitania do Pará, solicitava sua transferência para o Rio de Janeiro. Alegava na ocasião estar “molestado com doença que obriga a mudar da terra”. O engenheiro sugeria ser mais fácil para ele passar pelo Maranhão a Bahia por terra e embarcar para

---

428 Carta do capitão mor do Pará ao rei. Pará 12 de julho de 1695. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 326.

429 *Idem*.

430 “Auctorisa a reconstrução da fortaleza do Gurupá, ampliando sua área conforme o desenho do respectivo engenheiro, e o aumento de sua guarnição”. Lisboa 19 de fevereiro de 1691. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo I (1902), primeira série, pp.101-102.

431 Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637. Em anexo desde documento há os pareceres dos serviços prestados da câmara de Belém, dos governadores Bernardo Pereira de Berredo, Cristóvão da Costa Freire, do Capitão mor do Pará Manoel da Madureira Lobo, e a uma Carta Patente.

a capitania do Rio de Janeiro do que enviar outro sujeito do reino. Para tal serviço poderia receber “o soldo de 266 mil réis por mês como tinha Pedro Correa Rebello em Pernambuco e José Paes Estevão na Bahia”.<sup>432</sup> Fabiano Vilaça afirma que ele recebeu a patente de sargento-mor engenheiro do Rio de Janeiro sendo “incumbido de concluir reparos nas suas fortificações”.<sup>433</sup>

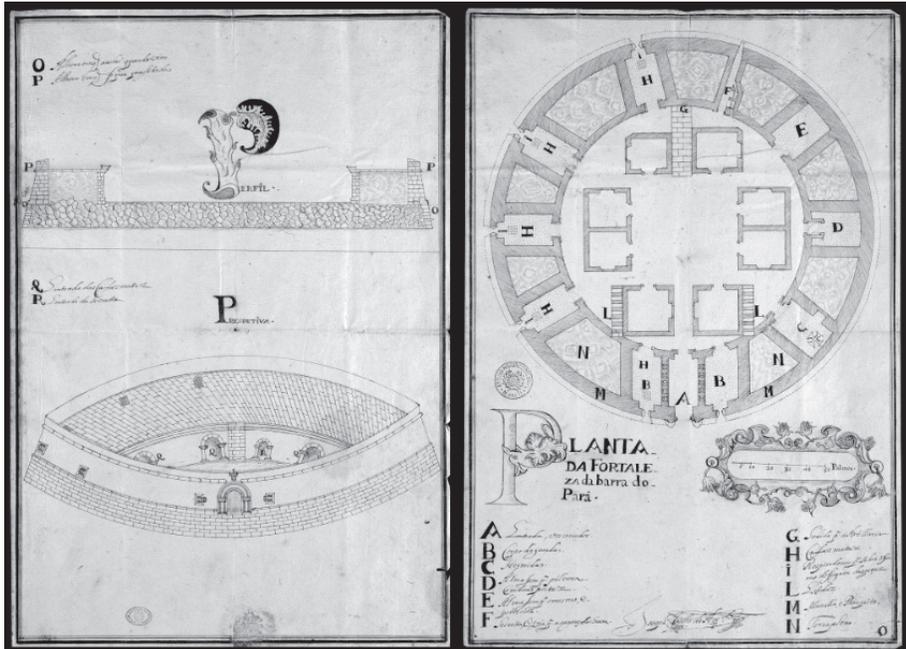
Todavia, seus serviços à Coroa se prolongariam no Estado do Maranhão. Em 12 de agosto de 1702, passou ao posto de tenente-general da artilharia com o exercício de engenheiro até 12 de junho de 1716.<sup>434</sup> Nesse período, trabalhou na região do Gurupá, fez jornadas ao Cabo do Norte, onde foi encarregado de reparar fortificações e treinava seus artilheiros. Para defesa de Belém, Velho de Azevedo foi responsável pela planta da Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém em 1696, cujo desenho reproduzimos a seguir.

---

432 Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 11 de dezembro de 1698. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 350.

433 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, jul./dez. 2015, p. 680.

434 Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637.

Imagem 12. Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém, 1696.<sup>435</sup>

No registro cartográfico do *AHU*, a informação do nome do engenheiro está equivocada, pois aparece José Coelho de Azevedo, mas trata-se seguramente de José Velho de Azevedo. Essa conclusão foi tirada pelo período em que Velho de Azevedo atua como engenheiro no Estado e da assinatura que consta abaixo do desenho.<sup>436</sup>

Na descrição presente na planta, além da assinatura do engenheiro, há informações sobre os espaços da fortaleza, como por exemplo, “entrada ou corredor, corpo da guarda, ermidas, armazém para pólvora com duas portas, e petrechos”. Além de uma “via para as águas da chuva, subida para artilharia, respiradouro para sair o forno do fogo das peças, escada, muralha e parapeito, terraplano”.<sup>437</sup>

435 “Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém”, 1696- Planta de José Velho de Azevedo. *AHU - Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0790/0791

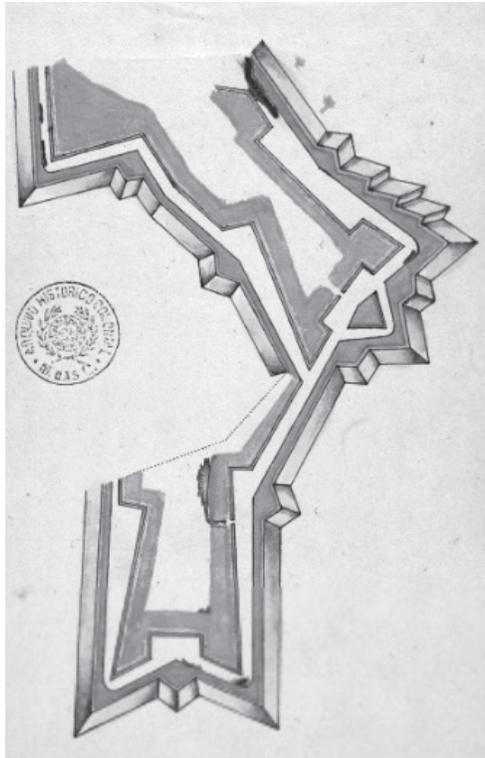
436 Este erro se repete na obra de Pedro Dias. DIAS, Pedro. *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*.

437 *Idem*.

Dessa estrutura ressaltam-se as vias para escoamento das águas das chuvas que como verificamos atrás era um dos problemas para as fortificações da Amazônia. Além disso, há referência a terraplenos, muralhas e parapeitos elementos de fortificação à moderna, embora mantenha a estrutura redonda de construção. Uma composição que integra elementos do conhecimento da engenharia adequado às especificidades locais.

Sobre a fortaleza da Barra há outro desenho datado de 1695. Todavia, não tem assinatura de autoria na planta, o que não nos permite afirmar que se trate de obra de José Velho de Azevedo. Por outro lado, a considerar a data do desenho, trata-se do período em que ele é o engenheiro do Estado, o que pode ser um indício de uma possível autoria.

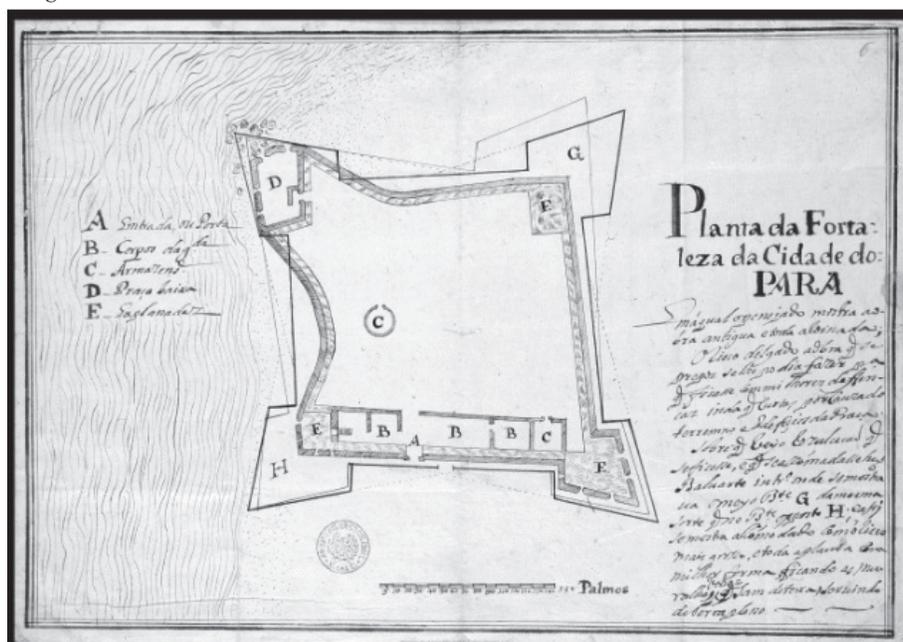
Imagem 13. Planta da fortaleza da barra do Pará.<sup>438</sup>



438 “Planta da fortaleza da barra do Pará”, 1695. *AHU – Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, D.0789.

De qualquer modo, destaca-se o desenho pela sua composição. Verifica-se o baluarte que evidencia o alinhamento com a fortificação à moderna. Note-se a presença do traçado francês, como, por exemplo, a tenalha característica do tratado de Vauban, conforme destacamos anteriormente. As características do sistema de fortificação à moderna aparecem em outras plantas de fortificação no Pará. O baluarte, por exemplo, que foi o principal elemento de mudança do sistema defensivo na Europa, já estava presente na planta antiga da fortaleza de Belém e, em 1696, uma proposta de reforma inclui no projeto a construção de mais dois baluartes. Assim como a planta anterior, não há registro de autoria, o que dificulta afirmar que se tratava de um desenho de José Velho de Azevedo, embora a data da planta coincida com o tempo do engenheiro na capitania. No catálogo das Iconografias do *AHU*, também não há referência sobre o documento escrito, somente a planta, conforme se vê na próxima imagem.

Imagem 14. Planta da Fortaleza da cidade do Pará.<sup>439</sup>



439 “Planta da fortaleza da cidade do Pará: em a qual o penejado mostra a obra antigua e toda aroinada”, ca.1696. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0792.

Trata-se de uma planta justaposta sobre a antiga. As linhas desenhadas sobre o projeto antigo incluem mais dois baluartes, indicados como G e H que, na percepção do engenheiro, tornariam a praça mais defensável. Era uma prática recorrente aprimorar o projeto conforme o conhecimento de defesa constituído a partir das técnicas modernas de construção. Nas informações da planta, lê-se “o risco delgado a obra que se propôs se lhe podia fazer para que ficasse com melhores defensas inda que curtas por causa do terreno e edificios da praça”. A solução apresentada é que se “fizesse e que se acomodasse um Baluarte inteiro onde se mostra Baluarte G da mesma sorte que no Baluarte oposto H quase se mostra acomodado com o risco mais grosso, e toda a planta com melhor forma ficando as muralhas velhas que são de terra servindo de terraplano”.<sup>440</sup>

A dissociação entre os desenhos e o documento escrito dificultam a atribuição de autoria das duas últimas plantas citadas atrás a José Velho de Azevedo. Por outro lado, seu trabalho como engenheiro na capitania do Pará aparece em diversas cartas. Em consulta de 1691, por exemplo, consta que ele foi responsável pela construção de duas casas fortes no rio das Amazonas “Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru e a outra Jesus Maria José do Rio Negro”.<sup>441</sup>

Em 1697, a fortaleza de Paru foi invadida pelos franceses, como se informava numa carta da câmara de Belém. Estes destruíram parte da fortaleza que, por essa razão, estava com “falta de mantimentos, como de defesa, gente, armas e mais petrechos para a guerra”.<sup>442</sup> A falta de gente no Estado e de soldados para guarnecer as fortalezas era um grande problema na percepção de José Velho de Azevedo, que chegou a sugerir a vinda de pessoas de Pernambuco. Em 1695, a fortaleza de Cumau também havia sido reformada por Velho de Azevedo.<sup>443</sup>

É do período em que José Velho de Azevedo ocupava o posto de engenheiro a primeira obra do armazém da pólvora da cidade de Belém. Em carta,

---

440 *Idem*.

441 Consulta do Conselho Ultramarino para o Rei. 7 Lisboa 7 de fevereiro de 1691. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 337.

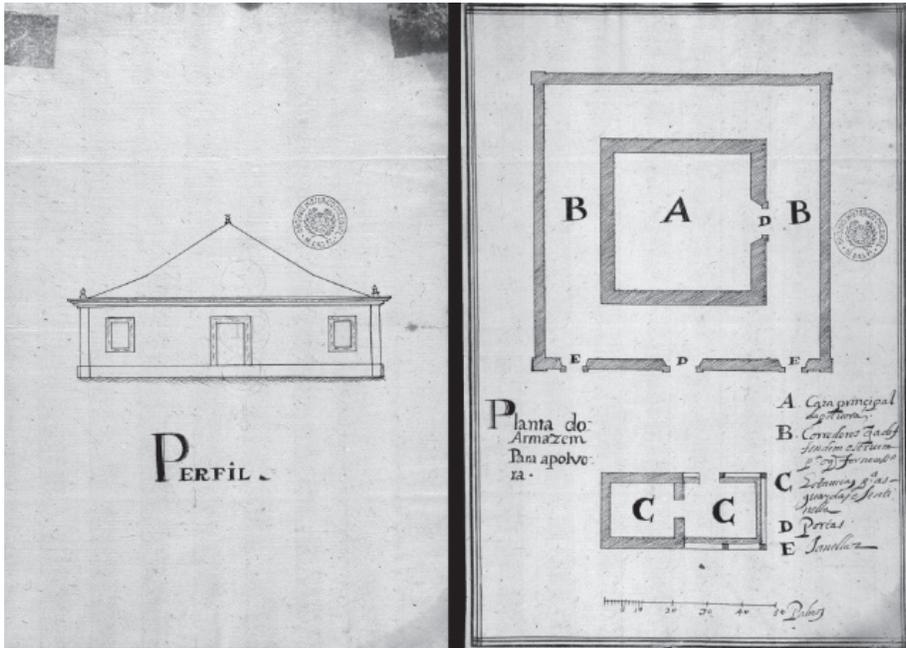
442 Carta dos oficiais da câmara da cidade de Belém do Pará ao rei. Belém do Pará, 24 de julho de 1697. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4; D.338.

443 Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei. 14 de novembro de 1695. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 329.

o governador Manuel Rolim de Moura criticava a cidade por não ter um local adequado para guardar a pólvora, além de umas casas sem nenhuma estrutura e segurança. Reclamava que as munições estragavam pela umidade. Em 1703, mandara construir a obra para o armazenamento do material de guerra. Consta que a construção foi realizada fora da cidade “meio quarto de légua da cidade”, edificando-se “as paredes da casa interior de taipa de pilão e as do exterior metade de pedra e cal para maior segurança”.<sup>444</sup>

Pela descrição e notação do documento foi possível encontrar a planta do armazém que trata o documento, embora como é o caso de muitos desenhos, não há referência de autoria. Todavia, é uma planta do período de atuação de Velho de Azevedo. Dos dados presentes na planta lê-se a seguinte legenda A: casa principal da pólvora; B: corredores que a defendem e servem para o que for necessário; C: estâncias para as guardas e sentinelas; D: portas; e E: janelas, conforme se verifica na planta a seguir.

Imagem 15. Planta do Armazém da Pólvora.<sup>445</sup>



444 Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 8 de julho de 1703. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 391.

445 “Planta do armazém para pólvora”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. (17?). D.0816/0817.

Em 1716, por outra patente, José Velho de Azevedo passou a ocupar o posto de capitão-mor do Pará até 11 de janeiro de 1722.<sup>446</sup> Embora tenha ocupado um novo posto não deixou de atuar em obras de fortificação na capitania, como bem lembra Fabiano Vilaça, já que “acudiu às fortificações do Cabo do Norte, assoladas pelos franceses de Caiena, e as do Gurupá”. Além da sua contribuição à defesa de São Luís.<sup>447</sup> A experiência parece ter mostrado os caminhos de ascensão pela prestação de serviços ao rei. Ainda em 1712, solicitava hábito de Cristo e Tença efetiva de duzentos mil réis, como explica Vilaça “fundamentado em seu rol de serviços”<sup>448</sup>, e recebeu sesmarias.<sup>449</sup>

Ao que parece, essa transição de engenheiro para capitão-mor teve implicações nas obras. Em 1724, em carta, o governador João da Maia da Gama se queixa da falta de um sargento-mor engenheiro no Estado, por ser provido José Velho de Azevedo ao posto de capitão-mor do Pará e ter findado o seu tempo de exercício no posto de engenheiro. Assim, o governador tinha ficado sem ter alguém que fizesse os desenhos, tendo que solicitá-los no reino com o risco de se confundirem as plantas umas com as outras. Foi o que ocorreu com o Coronel engenheiro do reino José da Silva Paes, em que se embaraçou com as distâncias entre a fortaleza do Cabo do Norte e o fortim da Ilha fronteira à Fortaleza da Barra de Belém.<sup>450</sup>

Isso tudo porque, conforme explicava o governador, se lhe “mandou o mapa da costa e Cabo do Norte feito por um piloto ignorante que não o remeti mais do que para demonstração das contas, obras, e rios e sem a descrição por escrito dos rumos”. A fortaleza a que se referia era da Barra de Belém e o fortim fronteiro à cidade, e “não do cabo do Norte que fica distante sessenta ou oitenta léguas com baías e ilhas com várias entradas”. Plantas que, na

---

446 Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637. Em anexo desde documento há os pareceres dos serviços prestados da câmara de Belém, dos governadores Bernardo Pereira de Berredo, Cristóvão da Costa Freire, do Capitão mor do Pará Manoel da Madureira Lobo, e a uma Carta Patente.

447 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”, p. 670.

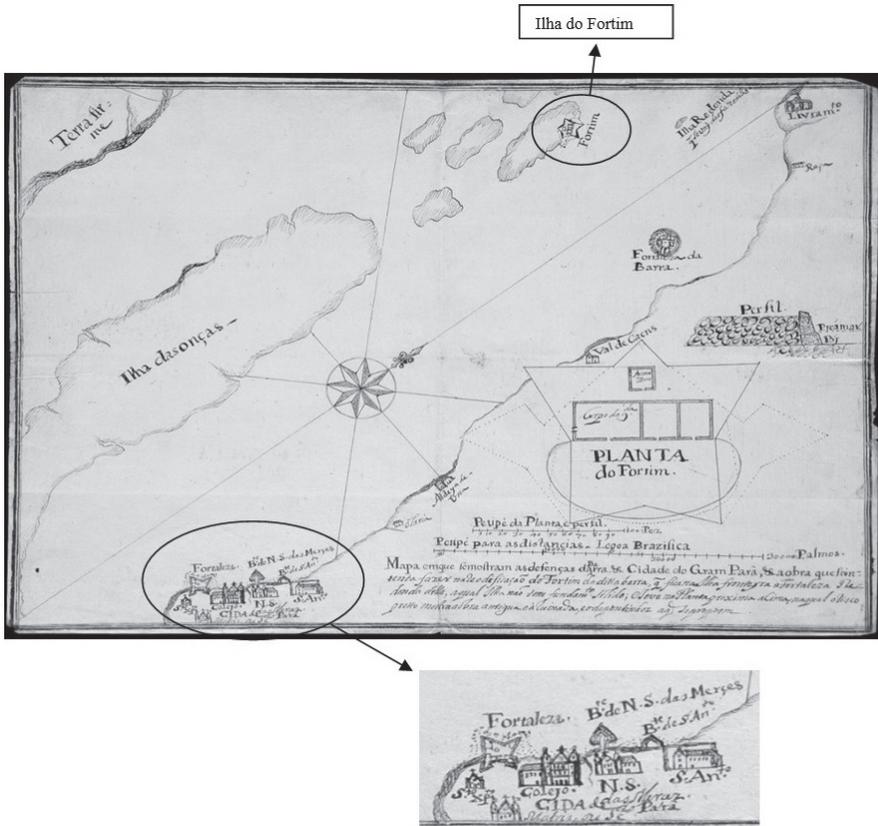
448 *Idem*, p.662. O requerimento de Jose Velho de Azevedo ao Rei solicitando concessão de hábito de Cristo é 18 de agosto 1712, e encontra-se em: *AHU*, Cx. 6; D. 491.

449 *ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, f. 285.

450 Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, cx.8, D. 726. As plantas não estão em anexo do documento escrito. Todavia encontram-se em: *AHU*, CART-013, D.794.

compreensão do governador, somente um cosmógrafo ou engenheiro poderia fazer e corrigir os erros. Na tentativa de resolver o imbróglio, consta nos documentos que João da Maia da Gama pediu ao capitão-mor José Velho de Azevedo que tirasse a planta da barra e cidade do Pará, o que ele fez. Dessa confusão foi produzido um mapa em 1724 em que se demonstram “*as defensas da Barra e Cidade do Grão-Pará*”, conforme se vê na imagem seguinte.

Imagem 16. Mapa de defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará.<sup>451</sup>



451 “Mapa em que se mostram as defensas da Barra e Cidade do Gram Pará, e a obra que se intenta fazer na reedificação do fortim da ditto barra: q. fica na Ilha fronteyra á Fortaleza Redonda della, aqual Ilha não tem fundato sólido; e se vê na planta próxima acima na qual o risco preto mostra a obra antiga e aruinada, e o de pontinhos a que propõem”, 1724. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*.

Nesse mapa de José Velho de Azevedo, de 1724, apresenta-se todo o sistema defensivo da cidade de Belém. Na composição tem-se a Fortaleza de Belém (Forte do Castelo do senhor Santo Cristo do Presépio de Belém), o baluarte Nossa Senhora das Mercês, o baluarte de Santo Antônio, e as Ilhas fortificadas na Baía do Guajará, a fortaleza da Barra (Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém) passando Val de Cães e a Ilha do Fortim assinalado defronte da Barra.

Ressalta-se no documento que o terreno da Fortaleza de Belém “pela parte do mar lhe bate a maré cheia como se vê das plantas do rio, e Barra e pala da terra é alto como se demonstra na planta”. Na carta de João da Maia da Gama, destaca-se como “o mais importante a ponderar é a vizinhança do colégio, uma grande igreja de pedra e cal que fica quase cavaleira ao mesmo forte e a parede da cerca pouco mais de 100 palmos”. Na interpretação do governador, “foi grande erro, e ignorância de quem deixou fundar o colégio e ultimamente fazer a dita igreja”. Consta ainda que da Fortaleza de Belém até o fortim de Santo Antônio a estrutura é de madeira, a maré derruba com facilidade.<sup>452</sup>

Se observamos o detalhe destacado do mapa, verifica-se que o desenho da Fortaleza de Belém está traçado com quatro baluartes, exatamente o formato proposto no desenho em 1696, referido anteriormente. Do mesmo modo, a fortaleza da Barra, no conjunto defensivo, é apresentada em formato arredondado tal como a planta de 1696, de José Velho de Azevedo, também demonstrado anteriormente. Isso significa que, em 1724, o *Mapa de Defesa da Barra e cidade do Grão-Pará* integra composição de reformas realizadas no final do século XVII. Além disso, revela que os engenheiros atuaram na formatação de um traçado defensivo que definiu, em grande parte, o núcleo urbano de Belém.

Por outro lado, essa composição agrega elementos de um saber moderno sobre engenharia e arquitetura militar e um conhecimento igualmente importante adquirido na experiência de construção na Amazônia, por exemplo, o regime das marés, regularidades das chuvas e os caminhos dos rios. A construção do fortim na ilha fronteira à Fortaleza da Barra, representada no mapa, foi feita porque o canal que permitia a entrada dos navios passava muito mais próximo à ilha. Por essa razão, era considerada tão importante para o sistema defensivo do Pará. Em 1724, ocasião em o fortim da ilha se encontrava

---

452 Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, cx.8, D. 726.

arruinado, foram destinadas “três canoas a pedra” para não serem levadas pelo rio, para ficarem ancoradas junto às suas ruínas para melhor guardar a entrada do rio. Esse improvisado era até fazer uma fortificação melhor. O parecer foi dado pelo Coronel engenheiro José da Silva Paes, “dos melhores que há neste reino” que aprovava a obra.<sup>453</sup>

Em mapas posteriores da segunda metade do século XVIII, as ilhas na baía do Guajará seriam ainda mais utilizadas para defesa. Em um mapa de 1793, que retrata o mesmo local do mapa de 1724, aparece mais um ponto fortificado na Ilha de Periquitos próximo à Barra, como se vê a seguir.

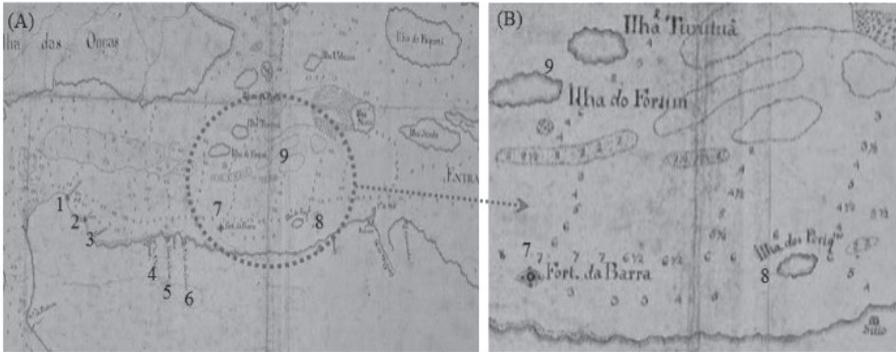
Imagens 17 e 18. Mapa da Barra do Pará, 1793<sup>454</sup> – Identificação dos espaços fortificados<sup>455</sup>



453 Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, cx.8, D. 726. Sobre o Fortim da Ilha se tem notícias também em: Requerimento de Jose Sanches de Brito para o rei. 28 de setembro de 1706. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 5, D. 422; Carta do ex-governador Manuel Rolim de Moura ao rei. Lisboa 14 de dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 439.

454 “Mapa da Barra do Pará” 1793. Catálogo de Documentos Cartográficos de 1782-1944, Arquivo Nacional.

455 Essa identificação foi feita pelo Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada do Museu de Geociência da Universidade Federal do Pará, encontra-se em: COSTA, Marcondes Lima da; SANTOS, Pablo Henrique Costa dos. *Relatório de Atividades do Museu de Geociências*, Universidade Federal do Pará – Instituto de Geociências/Museu de Geociências, 2016.



## LEGENDA

Estruturas fortificadas e ocupações no continente:

- 1 - Castello (Forte do Castelo)
- 2 - Forte (Baluarte N. Sr<sup>a</sup> das Mercês ou Forte de São Pedro Nolasco)
- 3 - Bateria (Bateria de São José e/ou ao Reduto de Santo Antônio)
- 4 - Ponta do Una
- 5 - Pena Cova
- 6 - Bateria de Val de Cans

Concentração das ilhas com  
estruturas fortificadas

- Ilhas com estruturas fortificadas na baía do Guajará
- 7 - Fortaleza da Barra
- 8 - Ilha dos Periquitos
- 9 - Ilha do Fortim

A partir das informações contidas no mapa de 1793 e dos dados identificados pelo Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada do Museu de Geociências da Universidade Federal do Pará, é possível afirmar que a defesa da cidade de Belém inclui uma análise de rios e as ilhas que estrategicamente foram incluídas nesse processo. Portanto, a lógica dos rios definiu a tessitura de fortificações no Grão-Pará. Como bem aponta Maia da Gama, em 1724, as plantas devem vir “com toda demonstração marcando até onde chegam as marés cheias e vazias para conforme isso se acomodar o terreno a obra de que necessitar, e isto deve ser feito por engenheiro e pessoa que entenda”. Razão pela qual afirmava estar o Pará sem engenheiro, assim também no Maranhão, devido ao fato de o tenente Custódio Pereira estar doente, e incapaz “de coisa alguma, nem para ver, nem para assistir, e nem para riscar”.<sup>456</sup>

Portanto, o trabalho de engenharia de José Velho de Azevedo na capitania do Pará não se restringe ao período em que tinha com patente de engenheiro. Seu parecer técnico foi acionado enquanto atuava como capitão-mor do Pará e até pelo menos a vinda de Carlos Varjão Rolim para ocupar o posto de engenheiro na capitania. A longa experiência em serviços prestados foi herdada da

456 *Idem.*

família, assim como o talento para a engenharia. Velho de Azevedo era filho de Jerônimo Velho de Azevedo, que se dedicou à engenharia, foi ajudante das fortificações, capitão de infantaria e sargento-mor, atuou em desenhos das fortificações da Beira e de Trás-os-Montes.<sup>457</sup>

No Maranhão, Velho de Azevedo atuou em diversas frentes de defesa, realizando vistorias, plantas e propondo mudanças para melhor defesa do Estado. Todavia, a partir de 1716, quando recebeu a patente de capitão-mor do Pará, embora continuasse a desenvolver alguns trabalhos de fortificação, a capitania parece ter ficado em desamparo. A vinda de sucessor, com patente de engenheiro, demorou bastante para ser resolvida. Em carta de 13 de setembro de 1726, João da Maia da Gama queixava-se que todos os anos representava e pedia engenheiro, armas, munições e soldados, mas, até aquele momento, nenhuma resolução havia recebido, situação na sua interpretação o “desobrigava das consequências futuras”.<sup>458</sup>

No ano seguinte, em 1727, por carta patente, Carlos Varjão Rolim foi nomeado ao posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro das fortificações do Estado do Maranhão. Varjão Rolim serviu de ajudante de infantaria auxiliar no terço da comarca de Santarém, professor de engenharia e doutrina militar de fortificação. A carreira contava com a aprovação do engenheiro-mor do reino, sobretudo nos conhecimentos matemáticos verificados na Academia militar da corte, exercitado em quase três anos em “tirar plantas e configuração destas cidades para a carta topográfica que delas se mandou fazer”.<sup>459</sup> Seu nome foi consultado para o posto de capitão engenheiro das fortificações da Ilha da Madeira, não chegando exercer por ser destacado para esse ofício para Estado do Maranhão.<sup>460</sup>

Em 1728, já se tem notícia da atuação de Carlos Varjão Rolim, que viera para o Estado com o posto de sargento-mor de infantaria com o exercício de

---

457 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”, p. 670.

458 Carta do governador João da Maia da gama ao rei. Belém do Pará 13 de setembro de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9; D.852.

459 Carta patente do rei D. João V, sobre a concessão de patente à Carlos Varjão Rolim, nomeado para o posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro das fortificações do Maranhão. Lisboa, 26 de abril de 1727. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx.15, D. 1583.

460 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 3 de setembro de 1738. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.21, D. 1976.

engenheiro das fortificações, função vaga por vários anos. Nesse ano, após vitória sobre o estado das fortificações do Estado, o engenheiro as descreve como arruinadas, a partir do que definiu ser necessário delinear desenhos para as que tivesse que fazer de novo, e aquelas que precisassem de reparos. O engenheiro solicitava assistência com as passagens para vitórias alegando que “seu soldo não podia com tanta despesa”. Além disso, pedia que se mandasse aos moradores que todas as vezes que o engenheiro precisasse passar a qualquer uma das capitanias para delinear fortificações ou para outra qualquer obra, dessem “ajuda de custo como também as canoas necessárias para as ditas passagens”.<sup>461</sup>

Em visita ao Cabo do Norte, em 1729, Carlos Varjão Rolim tinha por objetivo escolher um lugar “para nele se fazer um presídio com uma fortaleza para defesa daquela costa e impedir as repetidas entradas dos franceses de Caiena fazem naqueles sertões indo comerciar com os índios”. A rede de comércio no Cabo do Norte parece ter se mantido mesmo após o Tratado de Utrecht, de 1713. Conforme afirmava Rolim, esse comércio era praticado por muitas aldeias naqueles sertões pertencentes aos domínios de Portugal.<sup>462</sup>

O lugar mais conveniente assinalado pelo engenheiro “foi junto a um rio chamado Oriju seis léguas adiante de Macapá e sessenta léguas distante do rio de Vicente Pinzón onde terminam os domínios de V.M. com os da França”. O problema devia-se ao terreno daquela costa ser “alagadiça”, não havendo lugar para fortaleza mais próximo ao presídio de Vicente Pinzón.<sup>463</sup>

Com a constituição de uma fortaleza no local, se evitaria a “despesa que a real fazenda de V.M. faz todos os anos de dois mil cruzados em reparar uma canoa de guarda costa”. Diligência que, para o engenheiro, se podia fazer do mesmo “presídio com os mesmos soldados e índios que nele assistirem sem nenhuma despesa”. Dessa forma, se poderia impedir o contínuo comércio que os franceses tinham com aqueles índios. De acordo com Rolim, “a obra não é de grande custo e será este ainda muito menor se se fizer primeiro um descimento de índios para se aldearem naquelas terras” e, também para “servirem no trabalho da mesma fortaleza, sem que sejam necessários tirá-los das aldeias

461 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 16 de setembro de 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D.978.

462 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. São Luís do Maranhão, 21 de junho de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, cx.12, D.1121.

463 Carta do sargento-mor engenheiro das fortificações Carlos Varjão Rolim para o Rei. Belém do Pará, 29 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1034.

que estão destinados para as canoas do sertão e serviço de moradores desta cidade”.<sup>464</sup>

Além das observações no Cabo do Norte, Varjão Rolim descreveu as péssimas condições da fortaleza da Barra, do Gurupá, do Tapajós, dos Pauxis e do Rio Negro. Dentre os problemas, estavam a ausência de “quartéis ou casas em que se recolham o cabo e soldados que ali assistem de guarnição” e problemas com as chuvas frequentes que demoliam com facilidade o reboco das suas muralhas e as estruturas defensivas. Além disso, a significativa falta de soldados “para o serviço ordinário de escoltas, e outras operações precisas”, sobretudo para diligências nas fronteiras e de guerra.<sup>465</sup>

A precariedade da infraestrutura de defesa descrita pelo engenheiro foi o motivo para que, em 1731, passasse ao Pará onde mais se necessitava de sua assistência.<sup>466</sup> Nesse exercício, atuou no Cabo do Norte, no presídio de Santa Ana em Macapá, onde passou um mês. No mesmo ano, visitou as fortificações do rio Amazonas, Rio Negro, para examinar as que precisavam de conserto. Foi em uma tropa de guerra a mando do governador José da Serra para “desinfestar os mares da Costa do Norte”, fazendo frente a um navio holandês que estava no rio Amazonas, entre Araguari e Macapá. Estes foram os serviços citados em documento de 1738, em que requeria provimento no posto de tenente-general da artilharia com exercício de engenheiro das fortificações da capitania do Pará.<sup>467</sup> Ao que parece, o engenheiro permaneceu com a patente antiga, pois em carta de 1747 o governador refere-se a ele como sargento-mor engenheiro.

As obras dos engenheiros poderiam ser bem mais complexas. Carlos Varjão Rolim foi autor de um projeto ambicioso que previa a abertura de um canal no Maranhão para facilitar entrada em São Luís das canoas que vinham do rio Mearim, Iguará e Itapecuru. A logística das rotas de comércio seria facilitada com a abertura, pois livraria o trajeto pelo Boqueirão local, que de acordo com os relatos causava muitos naufrágios.

---

464 *Idem*. Sobre essa questão ver ainda: Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém do Pará, 5 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1057.

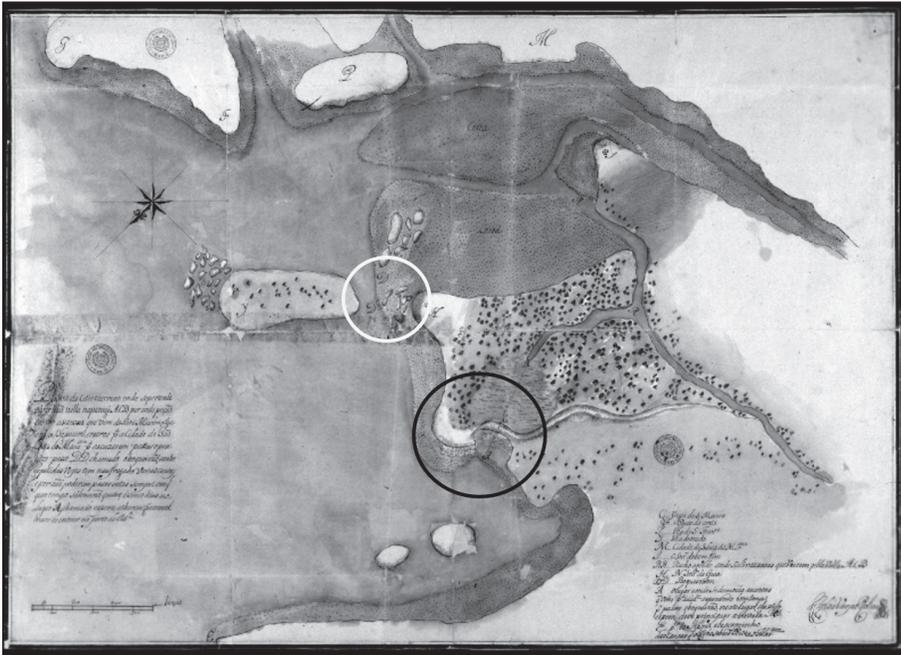
465 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

466 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 11 de agosto de 1731. *AHU*, Cx.13, D. 1185.

467 *Idem*.

Em carta de 20 de setembro de 1747, o governador ordenava a ida de Varjão Rolim ao Maranhão para “pessoalmente examinar o terreno da vala que se pretende abrir naquela ilha, para se evitar a perigosa passagem do Boqueirão”. Nessa ocasião, também teve a incumbência de fazer as plantas necessárias para referida obra, e ainda “mandando abrir alguns passos em toda a distância da vala pretendida para que depois senão achasse algum rochedo impraticável”.<sup>468</sup> A seguir, a planta desenhada pelo engenheiro.

Imagem 19. Planta do local onde se deve abrir uma vala para passagem das canoas.<sup>469</sup>



Nas anotações na planta se lê: “planta do sítio e terreno onde se pretende abrir uma vala na paragem ACB [assinalado no mapa com o círculo preto] por onde possam entrar as canoas que vêm do rio Mearim, Iguará e Itapecuru e outros para a cidade de São Luís do Maranhão”. A abertura do canal seria um caminho alternativo para evitar passar o perigoso do chamado boqueirão (DD,

468 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao rei. Pará, 20 de setembro de 1747. Cx. 29, D. 2779.

469 “Planta do sitio e terreno onde se pretende abrir huma valla na parage ACB por onde poção entrar as canoas que vem dos Rios Mearim, Iguará, Itapecurú, e outros pa. a Cidade de São Luis do Maranhão”. AHU, CARTm-009, D.0835.

indicado no mapa como o círculo branco), “aonde repetidas vezes têm naufragado várias canoas e por não poderem passar estas sempre em qualquer tempo se demoram quatro e cinco dias em um local à espera de terem favorável maré de entrar no porto da cidade”.<sup>470</sup>

Em carta de 17 de fevereiro de 1749, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão escrevia sobre os bons resultados obtidos na abertura da vala indicada no mapa. A obra poderia ser concluída em dois anos, desde que se destinasse 100 índios para as obras, observando as precauções sobre o terreno, as marés, profundidade e largura.<sup>471</sup>

Não se tem notícia se houve a conclusão do canal e desvio do caminho das canoas. Todavia, destacou-se essa obra para indicar o alcance do trabalho dos engenheiros que buscavam solucionar problemas práticos do cotidiano dos moradores das capitâneas. A atuação desses profissionais integrava os interesses metropolitanos de defesa, proteção das rotas dos rios, mas, também, ao que parece atendia aos interesses daqueles que percorriam as canoas pelos rios com mercadorias provenientes do sertão.

• • •

Havia ainda um outro elemento que estava diretamente ligado à eficiência defensiva das fortificações: o número de soldados destacados para guarnecer esses espaços. Esse é um aspecto que em nada tem a ver com o trabalho dos engenheiros, mas poderia significar a ruína da obra em caso de investida de conquista de outras nações. Um problema que está estritamente relacionado aos aspectos tratados no segundo capítulo deste trabalho. A falta de soldados nas companhias pagas, verificada na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, comprometia a guarnição das fortificações e, em decorrência disso, sua capacidade defensiva.

Portanto, não bastava o talento dos engenheiros para construção de fortificações alinhadas a uma perspectiva de construção à moderna. Igualmente, não era suficiente a capacidade de adaptação das construções às especificidades locais. Uma praça defensável depende, em grande parte, também, da gente disponível para sua guarnição. E essa era uma questão complicada para os quadros defensivos da capitania do Pará. Todavia, importa saber quanto de gente estava

---

470 *Idem*.

471 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2901.

destacada para esses espaços construídos pelos engenheiros. Das informações coletadas em Mapas e Listas, foram obtidos os seguintes dados.

Quadro 9. Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Pará (1730-1742).<sup>472</sup>

<b>Espaços Militarizados</b>	<b>1730</b>	<b>1737</b>	<b>1749</b>	<b>1741</b>	<b>1742</b>
Fortaleza da Barra	5	9	7	5	5
Fortaleza de Macapá	12	1	10	5	5
Fortaleza do Paru	6	6	7	4	8
Fortaleza do Rio Negro	5	6	8	8	11
Fortaleza dos Pauxis	6	7	17	11	8
Fortaleza de Gurupá	16	18	19	17	18
Fortaleza dos Tapajós	9	11	8	6	8
Fortaleza das Mercês	3	1	5	3	3
Casa Forte do Guamá	–	–	–	4	5
Presídio de Joanes	5	3	3	4	3
Presídio das Salinas	3	4	–	4	4

Quadro 10. Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Maranhão (1737-1742).<sup>473</sup>

<b>Espaços Militarizados</b>	<b>1737</b>	<b>1749</b>	<b>1741</b>	<b>1742</b>
Fortaleza de São Damião	–	–	–	–
Fortaleza de São Cosme	–	–	–	–
Fortaleza da Barra	5	–	–	1
Fortaleza da Ilha de São Francisco	–	–	–	–
Fortaleza de Itapecuru	6	Ilegível	5	4
Casa Forte do Mearim	8	9	5	5
Casa Forte do Iguará	4	7	1	5

A partir dos dados sistematizados, observa-se que, no Pará, entre as fortalezas, Gurupá teve um destacamento de soldados superior às demais, seguido da Fortaleza dos Tapajós, presídio de Macapá e casa forte do Rio Negro. São quatro pontos estratégicos do vetor de ocupação e defesa da capitania do Pará. Além desses, temos também a Casa Forte de Pauxis com relativo número de soldados.

Alguns vetores-chaves de ocupação permanecem dos primeiros anos de conquista lusa na região, no século XVII, como por exemplo, a região do Cabo

472 Tabela construída a partir de: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 12, D. 1141; Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262. Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

473 Tabela construída a partir de: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

do Norte e Gurupá. Outros são exemplos da expansão, como Tapajós, Pauxis e Rio Negro. Os rios foram os caminhos em que se estabeleceram as obras de fortificação relacionadas ao lugar político e estratégico que ocupam na defesa e povoamento da conquista.

Esses espaços eram precariamente mantidos de gente, como se vê nos quadros anteriores. Para a capitania do Maranhão, a situação ainda é pior. Nos registros somente as Casas Fortes de Mearim e Iguará têm número relativo de soldados. As fortalezas de São Damião e São Cosme, entre 1737 e 1742, estavam completamente desassistidas. Do ponto de vista defensivo, as fortalezas parecem inoperantes. Ora, há locais em que não há sequer um soldado de guarnição. Por que manter um ponto de defesa nessas condições? Outro aspecto são as ações de guerra. Em que momento os canhões das fortalezas decidiram o sucesso em campanha de guerra?

Não há notícias que assegurem essa efetiva participação das fortificações em momentos de guerra, já que grande parte dos conflitos ocorreu nas brenhas dos sertões e/ou nos cursos dos rios, espaços em que as flechas tinham muito mais efetividade que os canhões. Portanto, as fortificações na região agregavam um sentido para além da guerra. Integram as dinâmicas que definiam a presença lusa em espaços estratégicos, que serviam para logística das tropas e aquartelamento de vigilância de rotas de comércio.

As dificuldades em costurar as fronteiras com parques efetivos regulares de soldados, questão destacada no capítulo anterior, recolocaram o papel das fortificações lusas na região. Uma lógica que inclui não somente defesa, mas, também, povoamento e controle da entrada dos principais rios. Uma interpretação unilateral que atribui às fortificações somente a sua capacidade de defesa pode incorrer no erro de enquadrá-las como insuficientes ou até mesmo simplesmente simbólicas.

As pesquisas têm apontado que as fortalezas, para além do aspecto militar, são também espaços de povoamento, mobilidade de canoas, de conexões entre fronteiras, de sinalização de presença de gente, de comércio, de contrabando, e de relações sociais interétnicas. Portanto, as fortalezas militares na primeira metade do século XVIII na Amazônia eram espaços de dinâmicas múltiplas.

Essa lógica permite perceber que a constituição de fortalezas militares em pontos estratégicos da capitania ressignificou a apropriação do espaço

ocupado. Uma nova dinâmica que implica diretamente nas relações sociais, e nos contatos entre militares e grupos indígenas. Esses espaços tornavam-se pontos de conexão entre diversos lugares do sertão. Em muitos casos, cumpre o papel de fortificação dissuasória, isto é, está lá com sua estrutura, grandiosa ou não, para desestimular a ação ofensiva do inimigo e reafirmar a presença lusa em pontos-chave da colonização.

## **Conclusão**

Nesta altura já é possível afirmar que as fortificações na capitania do Pará inserem-se em um amplo contexto de disputas pelo domínio do território. Por outro lado, a presença de engenheiros formados em uma concepção moderna de defesa coloca a capitania em um circuito de conhecimento sobre arquitetura e engenharia que está em diversas partes do império português.

Os tratados de fortificação, a formação e a vinda desses engenheiros para o ultramar não engessaram as práticas, antes adaptaram-se aos desafios locais, de ordem geográfica, natural ou política. Um exemplo de que as fortificações na Amazônia seguiram uma lógica que obedeceu aos traços antes definidos pelas relações sociais estabelecidas entre indígenas, colonos, colonizadores. Ora, as plantas foram desenvolvidas, no continente, ou em ilhas, nas enseadas e embocaduras de rios. Um exemplo claro de que essas construções eram erguidas a partir dessas relações sociais.

Os vetores de ocupação que desenharam os espaços fortificados foram, no século XVII, os próprios negócios mantidos pelos ingleses, franceses, holandeses na região. Na primeira metade do século XVIII, a expansão do domínio luso na região também definiu os fortes do interior, os fortes do sertão. No processo de ocupação da Amazônia, as fortalezas militares configuravam-se como espaços da ação colonizadora, símbolo da presença e empreendimento colonial. Inserem-se em uma nova concepção de defesa na região.

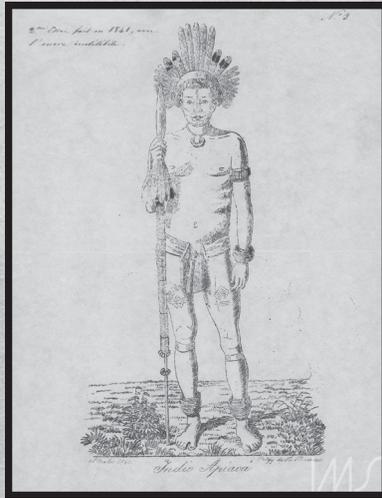
Neste trabalho, as fortalezas e casas-fortes são espaços cuja finalidade não está atrelada somente à defesa. Pela própria presença, em muitos casos, de famílias indígenas e da agricultura, o critério de defesa não dá conta de explicar o significado e a dinâmica desses espaços. De fato, políticas de militarização e ocupação na experiência colonial estavam estreitamente relacionadas.

De qualquer modo, no decorrer da pesquisa, verificam-se os esforços em manter o controle de pontos estratégicos para o domínio luso na região. A falta de gente, a vasta região, as especificidades das florestas implicaram enormes desafios para colonização. Nesses quadros se incluem estratégias de mobilização de gente de diversas partes do império que integravam as tropas e as atividades militares na capitania do Pará. Uma solução pensada em muitas partes da conquista. Mas não apenas isso. Insere a mobilização de indígenas provenientes do espaço do sertão.

Esses sujeitos militares e índios integravam a defesa do estado do Maranhão através de caminhos e lógicas distintas, motivados por diferentes interesses. Essas relações desenharam uma dinâmica complexa, para as quais o limite do conceito de recrutamento e da constituição das companhias militares enquadradas nos regimentos reais e de defesa fechada nestes elementos tornam-se insuficientes.

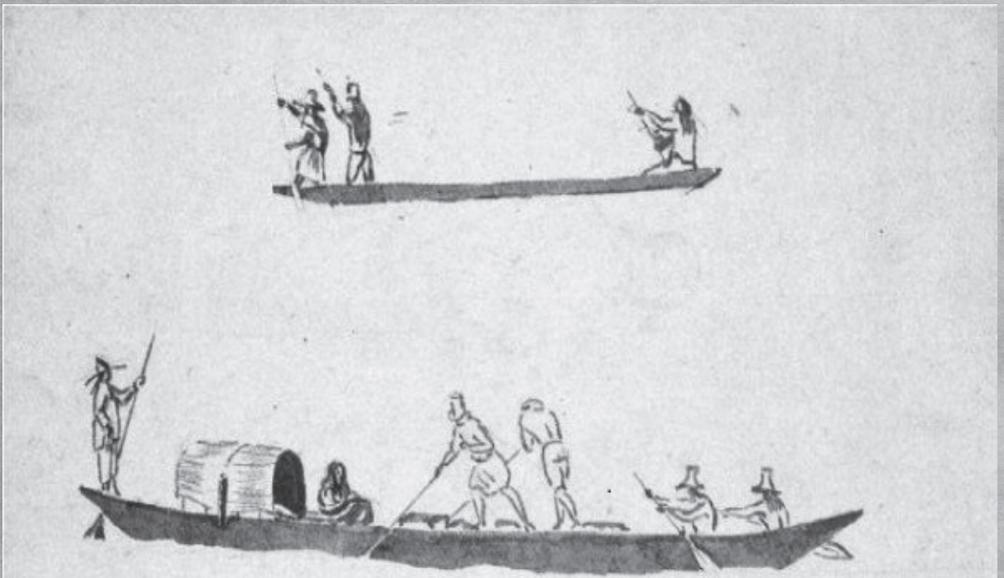
Compreender como a Coroa portuguesa manteve o domínio da região, verificados por exemplo, com Tratado de Madri de 1750 requer antes de tudo o alargamento dos aspectos que integravam a defesa do espaço. Para tanto, nos parece importante verificar juntamente ao papel dos militares e companhias legais, mas, sobretudo, também a presença e atuação indígena nesse processo. A segunda parte deste livro (4 e 5 capítulos) dedica-se a essas questões.





## Parte II

**“Porque sem eles se não há de se defender”:  
mobilização de gente, guerras e a presença indígena no  
funcionamento defensivo da capitania do Pará**





---

## REDES DE MOBILIZAÇÃO MILITAR NA CAPITANIA DO PARÁ

[...] em Lisboa não está o provimento e prevenção, que todos julgam conveniente a precisa defesa, [...] se não podemos assistir a Alentejo, senão podemos assistir a Lisboa, corte de V.M., com o que é necessário, como há de haver, quem imagine, que podemos assistir e defender tantas conquistas, que a mais vizinha está distante mil léguas, e a mais perto trezentas (VIEIRA, 1648).

A primeira metade do século XVIII foi um período marcado por um processo de adequação da organização militar na capitania do Pará. A Coroa portuguesa articulava as possibilidades de defesa na capitania e contava com um aparato que apresentava bastantes dificuldades, seja pela precariedade das instalações permanentes (fortalezas, casas fortes, fortins), seja pela inoperância e insuficiência das tropas oficiais, como vimos na Parte I deste livro. As dificuldades apontadas pelos governadores e militares na configuração de forças defensivas no Estado foram um dos principais problemas da administração nesta parte da conquista. Por essa razão, temos um longo processo em que se verificam ajustes no que diz respeito à configuração de modelos mais apropriados de defesa.

Talvez isso explique a queixa frequente da falta de gente para defesa nos diversos documentos que os governadores passaram à Coroa durante toda primeira metade do século XVIII.<sup>474</sup> Todavia, o caráter difuso dos pontos de pre-

---

474 Dados presentes em diversos documentos apontam para insuficiência de soldados pagos durante toda primeira metade do século XVIII. Essa insuficiência está atrelada a diversas atividades para que eram destacados, mas sobretudo devido à vasta região a ser defendida. Além disso, a falta de

sença lusa que caracterizam a primeira metade desse século deve ser entendido enquanto elementos que se articulam e se conectam. As fortalezas, os fortins, as aldeias e as tropas estão em contato contínuo por meio dos mecanismos administrativos ou dos próprios agentes sociais que movimentavam as redes de mobilização de forças militares no Grão-Pará. Portanto, embora a estrutura defensiva fosse descontínua, localizada em pontos estratégicos, esses espaços eram costurados pelas rotas comerciais, tropas e agentes coloniais.

Neste capítulo, elegemos o *recrutamento* como elemento para verificar as redes de mobilização militar. Existem duas razões principais para essa escolha. A primeira refere-se à mudança de condição social que o recrutamento impõe ao indivíduo recrutado. A segunda é que, a partir das trilhas deixadas pelos recrutadores, podemos estabelecer as conexões entre os espaços e os indivíduos envolvidos, sejam estes agentes da Coroa, aliados indígenas ou soldados.

O recrutamento, portanto, permite perceber as redes de mobilidade, pois é o mecanismo pelo qual o indivíduo ingressa – na maioria dos casos de forma compulsória – nas forças de defesa que a Coroa dispunha na capitania. Por outro lado, apenas este aspecto do recrutamento não é suficiente para explicar a mobilidade de sujeitos envolvidos nas redes de recrutadores. É necessário ir além do que o conceito sugere.

Fernando Dores Costa refere-se ao *recrutamento* como uma “mudança forçada da condição de vida dos indivíduos e, também de destruição das unidades econômicas, retirando-lhes os herdeiros e a mão de obra jovem”.<sup>475</sup> Essa definição do recrutamento apontada por Costa no contexto da Guerra da Restauração (1641-1668), em Portugal, pode ser observada também como uma característica no recrutamento desencadeado nas conquistas. Grande parte dos soldados que compunha as tropas era formada por jovens que tinham que

---

conhecimento militar, pela forma compulsória e indiscriminada em que se efetivava o recrutamento, tornava ainda mais complicada a situação defensiva da capitania do Grão-Pará. Podemos verificar isso em: AHU, Avulsos Pará: Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 1043; Cx. 12, D. 114; Cx. 19, D. 1776; Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804.

475 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.29.

abandonar suas famílias e atividades para se dedicar à vida militar, em muitos casos, longe do seu local de origem.<sup>476</sup>

O enfoque apontado por Fernando Dores Costa é importante para pensar a transformação social do indivíduo recrutado, porém, não explica as implicações da mobilidade e como isso se configura em uma rede sistemática muito mais complexa. Cristiane Figueiredo Pagano de Mello sintetizou os critérios utilizados pela Coroa para o engajamento de homens nas três forças militares no século XVIII, destacando a articulação existente entre as listas de ordenança, as tropas de linha ou regulares e as auxiliares.<sup>477</sup>

Nessa lógica de recrutamento sugerida por Pagano de Mello, verifica-se a relação intrínseca entre as listas de ordenança e as tropas pagas. Nessa perspectiva, as companhias de ordenanças funcionavam como a base defensiva da Coroa. Em outras palavras, configurava-se em um espaço no qual se retirava os soldados que atuavam nas tropas permanentes ou regulares.

Esse sistema buscava agregar toda população masculina em idade militar e estava normatizado por regimentos que regulavam e orientavam as ações dos recrutadores no reino e nas conquistas. São exemplos, nesse sentido, o Regimento das Ordenanças e a provisão de 1574, o “Regimento dos capitães-mores, & mais capitães”, de dezembro de 1570, e o Regimento de Fronteiras, de 1645. As prerrogativas dessa legislação estavam presentes nos regimentos que acompanhavam os governadores-gerais, como verificou-se no capítulo 2.

Portanto, a ação de recrutar deveria estar, pelo menos na teoria, alinhada às disposições reguladoras das questões militares vindas do Reino. O fato é que, por um lado, a imprescindível necessidade em manter os territórios conquistados e, por outro, a impossibilidade da Coroa em suprir com soldados do reino todas as companhias militares transformaram o recrutamento em um elemento principal de mobilização interna e externa à conquista. Uma ação que, em grande medida, foi efetivada de forma violenta e compulsória.

---

476 Alguns levantamentos realizados para a capitania do Grão-Pará 51% dos casos de pedidos de isenção militar entre 1713 e 1748, alegavam motivos familiares. Esses dados deixam evidente que o recrutamento para os soldados pagos implica diretamente na configuração familiar. Sobre isso ver: VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora CRV, 2016, pp. 59-90.

477 MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Forças militares no Brasil colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, p. 106.

Kalina Silva sugere uma terceira perspectiva. Suas análises destacam o caráter arbitrário do ato de recrutar. Considerando que nas colônias o recrutamento estava sob as diligências do governador, este acabava por decidir a ação e o recrutado. Dessa forma “cada recrutamento é, assim, diferente em si, pois em cada caso específico o governador determina a forma que deve ser feito, onde, quando, sobre quem”.<sup>478</sup> Esse poder de decisão nas mãos dos governadores amplia significativamente as ocasiões de recrutamento, dificultando, dessa forma, a definição de qualquer padrão de recrutado.

Essas três abordagens do recrutamento estão relacionadas, pois tratam do evento de constituição de forças de defesa vinculadas ao seu caráter ocidental, urdidas pelos Estados modernos. Especificamente, quando se constituem as primeiras iniciativas de formação de força militar permanente na Europa, diante da necessidade de romper com a estrutura mercenária que implicava em pouco compromisso ou fidelidade ao rei, conforme vimos no primeiro capítulo.

O recrutamento, portanto, é uma ação que se explica pela organização das ordenanças, companhias pagas e regulares. Partindo dessa perspectiva, o recrutamento é a ação de incorporação de homens em companhias militares, ou seja, está regulado pelos regimentos que orientam todo esse sistema defensivo. Todavia, esse conceito engessado nas estruturas militares europeias não explica a experiência colonial, embora se configure dentro dessas prerrogativas.

As conquistas ultramarinas reconfiguraram as ações de recrutamento em muitos aspectos. O alargamento do território a ser conquistado e defendido amplia significativamente os alvos do recrutamento como também o lugar onde se efetiva. Em seu exercício administrativo, os governadores agregavam à função administrativa a função defensiva nas colônias. Nos regimentos passados a eles constava, entre suas prerrogativas, a obrigação de dar conta da situação militar bem como do recrutamento dos homens necessários para compor

---

478 SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico, EDUFJF, v. 8, n.1. p. 86, 2002. Nesse trabalho a autora esclarece que a Coroa tentou algumas regras para evitar as confusões do recrutamento, como por exemplo, o Alvará de 24 de fevereiro de 1724, que determina que o recrutamento deve ser feito a partir da tiragem de sorte, isentando-se algumas categorias profissionais que vão desde médicos e cirurgiões até padeiros e moleiros. Ou seja, profissionais liberais e pobres produtivos à sociedade, aqueles que não se enquadram na categoria de vadio.

as companhias e as guarnições de fortalezas e tropas que se destacavam aos sertões e fronteiras.

Por essa razão, o recrutamento, além de implicar na mudança de condição do indivíduo, conforme destacou Dores Costa, era também um mecanismo arbitrário e indiscriminado nas mãos dos governadores, conforme escreveu Kalina Silva. Nas conquistas, portanto, as forças militares e, sobretudo, o recrutamento, estão relacionados, assim como no reino à defesa e à militarização. Todavia, apresentam especificidades imprimidas pela própria experiência colonial.

A primeira delas refere-se ao próprio conceito. *Recrutamento* é uma palavra específica do campo militar no sentido ocidental do termo, o que traz uma limitação intrínseca, pois não explica, por exemplo, a incorporação indígena em tropas lusas. A razão é que a forma de integração de forças indígenas não obedece às mesmas lógicas de incorporação de soldados pagos. Ou seja, os regimentos que regulam o provimento de tropas militares não se referem aos índios, embora, como é evidente nos documentos, a força e conhecimento indígena sejam imprescindíveis para a defesa nas áreas coloniais.

Tal foi o caso na conquista de Pernambuco, na qual até certo momento os portugueses contaram com o apoio dos Tabajaras. Ou no auxílio dos Potiguaras na conquista do Ceará, Serra da Ibiapaba e Maranhão. Assim como contou-se com o auxílio indígena para conquista de Ilhéus, Bahia e Espírito Santo, como destaca Maria Regina Celestino de Almeida.<sup>479</sup>

No estado do Maranhão, Arno Wehling e Maria José Wehling nos lembram da importância da aliança entre Portugueses e grupos indígenas para o estabelecimento e o avanço do território.<sup>480</sup> Evaldo Cabral de Mello evidencia também que a dominação holandesa no nordeste brasileiro foi um período de intensas guerras, nas quais a colaboração indígena foi fundamental. O sistema de defesa de Matias de Albuquerque, por exemplo, contava com tropas irregulares de índios, negros e soldados da terra.<sup>481</sup>

---

479 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2010.

480 WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

481 MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo. Editora: 34, 2007.

Pedro Puntoni, por sua vez, enfatiza que na ocasião da restauração de Pernambuco (1645-1654) foi necessária uma forma adaptada de fazer a guerra, para a qual a assimilação de técnicas locais foi decisiva, como o conhecimento de guerra indígena.<sup>482</sup> Portanto, diversos acordos e alianças entre portugueses e grupos indígenas foram indispensáveis em diversos momentos da conquista.

Todavia, a História Militar tem deixado de lado a força indígena do universo defensivo. Isso se explica por três razões. A primeira está relacionada à compreensão que coloca colonizadores e índios em enfrentamentos constantes, desconsiderando as alianças e a incorporação indígena em tropas lusas. A segunda é a que coloca os estudos militares em esfera analítica desconectada do universo indígena. Talvez, porque, nas conquistas, o conceito de recrutamento deva ser urgentemente ampliado.

Ora, a ação de recrutar está estreitamente relacionada à incorporação de novos agentes em tropas oficiais do Estado. É, portanto, um conceito limitado à esfera do militarismo europeu. Está ancorado no sistema de formação de tropas e soldados pagos, conforme vimos atrás, e, por essa razão, não dá conta da experiência defensiva em áreas coloniais. A terceira e última razão corresponde à perspectiva da guerra. É necessário, portanto, que os estudos sobre defesa estejam atentos à guerra que se faz na floresta e que incorporem o conhecimento indígena e suas técnicas defensivas como elemento importante para a compreensão do contato com os colonizadores.

Além desses elementos mais conceituais e de enfoque, a recorrência de trabalhos no campo da História Militar em negligenciar os índios deve-se também ao caráter das fontes. Nos mapas e listas militares, nas ações de recrutamento, nos editais para provimento de postos militares, nos pedidos de baixa que avolumam os acervos coloniais, os índios não aparecem como força militar. Por uma razão simples, estes não são considerados soldados pelos regimentos, mesmo suas mobilizações para operações militares não são tratadas como recrutamento.

Nessa perspectiva, a força indígena não aparece em fontes de caráter essencialmente militar. Ou seja, naquelas que estão atreladas e são produzidas pela burocracia militar no processo de militarização das áreas coloniais.

---

482 PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paul: Fapesp, 2002.

Entendemos *militarização* como o processo em que se definem medidas de defesa para um determinado espaço: desde a ação do recrutamento, organização e distribuição de recrutados em companhias militares até a construção de pontos militarmente fortificados em locais estratégicos, a introdução de inovações técnicas de guerra, os aparatos legais, que normatizam e regulam as questões militares. Mas não se trata apenas disso. A militarização também se refere às relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos que compunham uma tropa, as alianças e os conflitos engendrados a partir do recrutamento e da convivência nas diligências militares, ou seja, a implicação desses elementos militares na vida dos moradores da capitania.

O fato é que a incorporação indígena em tropas pagas não está prevista nos regimentos que organizam e regularizam os recrutamentos na conquista, por isso não protagonizam grande parte da historiografia que trata da militarização do período colonial.

Essa relação fica evidente em alguns trabalhos como, por exemplo, o de Cristiane Figueiredo Pagano de Mello sobre os corpos de auxiliares e ordenanças nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.<sup>483</sup> Na mesma direção, o livro de Kalina Paiva da Silva, intitulado *O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*, que analisa a situação dos soldados na colônia, mal pagos e ainda responsáveis pela manutenção da ordem, e aborda situações do cotidiano e a resistência desses sujeitos ao recrutamento militar.<sup>484</sup> Paulo Possamai, com pesquisas voltadas para a Colônia do Sacramento, ressaltou as dificuldades do recrutamento e o

---

483 MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002. Ver ainda: MELLO, Christiane Figueiredo. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, nº 1, 2006.

484 SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda, SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico, EDUFJF, v. 8, n. 1, p. 86, 2002.

cotidiano de soldados sujeitos ativos, que buscavam por baixas, desertavam e até se amotinavam.<sup>485</sup>

Para o Grão-Pará, podemos citar o trabalho de Shirley Nogueira sobre o recrutamento militar, no qual explica as razões das deserções dos soldados das companhias regulares como resistência desses sujeitos ao ônus militar.<sup>486</sup> Nesse grupo insiro também o livro que escrevi, intitulado *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*, trabalho resultado das pesquisas do Mestrado em que procurei compreender a tropa paga e as implicações de sua composição e mobilização na capitania do Grão-Pará.<sup>487</sup>

Esses trabalhos, que se utilizam das mais diversas fontes produzidas pela burocracia militar, não apresentam a participação indígena. Ocorre que nesse tipo de documento os índios não aparecem pelo fato de eles não serem considerados soldados pelas legislações que normatizam as questões militares na colônia (regimento de fronteiras de 1645, Alvará de 1764 e o regimento dos governadores-gerais). Portanto, pesquisas no campo da História Militar que priorizam esse tipo documental não têm como perceber os índios como sujeitos ativos no processo de defesa. É necessário, portanto, incorporar novas fontes que possam verificar o cotidiano da defesa, as jornadas na floresta, as guerras, as tropas em diligências, pois nesses eventos a presença indígena aparece de forma bastante significativa.

Outro aspecto refere-se à perspectiva do *espaço*. Ao discutir a questão de defesa e, principalmente, o recrutamento nas conquistas, a historiografia privilegiou notadamente o recrutamento interno vinculado a momentos de grande tensão externa como definidores de mobilização de homens que se destacavam

---

485 POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 2, agosto de 2010. Ver ainda do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

486 NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Ver ainda: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 283-297. GOMES, Flavio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, p. 196-224.

487 VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial*.

as fronteiras. É exemplo dessa perspectiva a obra de Enrique Peregalli, intitulada *Recrutamento militar no Brasil colonial*, na qual se refere à formação de tropas em São Paulo por meio de um recrutamento compulsório e violento para serem enviadas para Tibaji, Iguatemi (Paraná) e Rio Grande, que formavam a fronteira sul com as colônias da Espanha. O motivo das disputas entre as coroas ibéricas era o domínio da região do Prata e de Potosi.<sup>488</sup>

Não há dúvida que as disputas territoriais e, sobretudo, as ameaças estrangeiras às possessões portuguesas implicaram no acirramento do recrutamento na colônia e na vida dos soldados, como podemos observar das reflexões de Paulo Possamai sobre o envio de tropas para a defesa da colônia do Sacramento pela ocasião do cerco dos espanhóis em 1735.<sup>489</sup>

Essa questão pode ser observada também em documentos produzidos pelos governadores no Grão-Pará na primeira metade do século XVIII. A indefinição de fronteiras no Cabo do Norte mobilizou tropas de guarda-costas para vigiar os limites entre as possessões de Portugal e França.<sup>490</sup> É evidente, portanto, que a questão de fronteira foi um elemento fundamental para a estruturação de tropas militares na colônia. Todavia, queremos chamar atenção para o fato de que a tropa paga não se compõe apenas de soldados feitos internamente. Ora, se a própria configuração do corpo de defesa profissional da Coroa é diversa e não se compõe apenas de homens recrutados internamente, não podemos compreendê-la em todas as suas implicações sem uma ampliação do conceito de recrutamento e dos espaços em que se realiza.

O recrutamento não é uma ação apenas local. As enormes dificuldades de prover as tropas, e, sobretudo, a instabilidade de guerras frequentes no sertão tornavam essa ação necessária e urgente. A solução para essa equação foi um empreendimento verificável em várias partes da conquista e não apenas no espaço da capitania. Como veremos adiante, soldados vinham da Ilha da Madeira, de Pernambuco, do Reino, do Maranhão, do sertão e de outras partes

---

488 PEREGALI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

489 POSSAMAI, Paulo. "A Mazagão do Rio da Prata: colônia do Sacramento, 1735-1737" In: Possamai (org.). *Conquistar e defender*. Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. p. 359-379.

490 Ver, por exemplo: *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11.

do império. Por essa razão, as abordagens devem também ampliar o espaço de análise, incluindo também o espaço do sertão. Dessa forma, consideramos aqui o recrutamento como uma ação sistematizada que conecta pessoas e espaços geográficos. Portanto, o recrutamento é um elemento central de mobilização no que diz respeito à constituição de tropas militares no Grão-Pará.

Essa perspectiva global só foi possível com a emergência ainda no século XVII de uma rede de comunicação que conectava o reino e outras partes da conquista. Ora, a transição militar de Portugal, verificável em uma extensa lista de regimentos, alvarás e decretos que buscavam regular as questões militares, permitiu a constituição de uma base de registro e trocas de informações que colocaram a capitania do Pará em um circuito complexo de experiências do império. Essas informações canalizadas nas instituições e conselhos permitiram uma percepção holística dos problemas locais e, sobretudo, a busca de soluções em muitas partes desse dilatado espaço do império.

Considerando as ponderações até aqui tecidas, optei pelo conceito de *mobilização militar*, pois contempla os dois eventos que, embora distintos, fazem parte de um mesmo processo, qual seja o funcionamento defensivo do Grão-Pará. Ora, o sujeito recrutado é mobilizado a compor as tropas, da mesma forma como os índios guerreiros também o são em ocasiões de conflitos e guerras. Portanto, recrutar é acima de tudo mobilizar, seja de forma permanente ou por tempo determinado, seja de forma espontânea ou compulsória, sejam índios, sejam brancos livres, mestiços, mulatos ou condenados a degredo. Nesses termos, é uma ação que compõe o universo da militarização.

As fontes apontam cinco formas de *mobilização militar*: interna, entre capitanias, entre colônias englobando outras partes do império, como as Ilhas Atlânticas, no Reino e no sertão. Temos, portanto, três espaços: o sertão, o território colonial (espaços de gerência reinol) e o espaço atlântico.<sup>491</sup> A necessidade de defesa das conquistas faz das *tropas* um elemento que conecta esses espaços. Por esse motivo, destacamos o argumento de que o recrutamento seja na forma que se apresenta não é uma ação isolada, como tem tratado a historiografia militar. Mas, trata-se, sobretudo, de uma ação sistemática que insere

---

491 Considero esses espaços, atlântico, sertão e colonial, em conexão. O atlântico conecta diferentes espaços, por meio do trânsito de pessoas e produtos. Assim, também o sertão espaço de circulação e contato social está próximo e articulado como núcleos de gerência e administração colonial. É possível perceber essas articulações por meio de diversos aspectos. Neste trabalho, porém, verificaremos por meio da defesa, militarização e mobilização de tropas e sujeitos.

nas redes de mobilização em um espaço ainda pouco explorado, que é o mundo indígena.

Entendemos que a incorporação e atuação indígena em eventos militares e o recrutamento de homens brancos para as tropas não podem ser tratados de forma isolada, pois compõem o mesmo quadro de mobilização, cuja finalidade é a defesa do território colonial. Nessa perspectiva, estamos alinhados à percepção da história que busca entender as conexões não apenas do viés europeu da sua expansão e dominação, mas, sobretudo, devem-se compreender as experiências históricas por meio da interação, incorporação de espaços e temporalidades que se reelaboram.<sup>492</sup>

Compreender os resultados dessas questões ajuda a explicar experiências como a composição de tropas na capitania do Grão-Pará. O que, a meu ver, só pode ser interpretado a partir das suas conexões globais. Esse aspecto impõe aos pesquisadores de história pensar o local, neste caso a Amazônia, dentro de uma perspectiva global. Todavia, a incursão nessa nova possibilidade de análise e construção histórica requer, sobretudo, uma reorientação metodológica que possibilite o desprendimento das amarras das balizas cronológicas e espaciais.

Pelas próprias imposições práticas da pesquisa, é importante refletir sobre a Amazônia em conexão com outras espacialidades e temporalidades, ou seja, como parte de uma história internacional. O recrutamento como um dos lados do prisma de defesa é um caminho possível para entender essas conexões. Todavia, é extremamente difícil deslocar o eixo da análise para a perspectiva indígena quando se trata de defesa e militarização.

Ora, o principal desafio é dar sentido a informações fragmentadas recolhidas em fontes dispersas e desconexas. Angustiante também é verificar inúmeras fontes sistematizadas e até nominais de soldados pagos que compunham o quadro defensivo no Pará, em detrimento de nenhum corpo documental sistemático que dê conta da participação indígena nesse aspecto. Além disso, considere-se que o corpo documental que enche páginas e mais páginas

---

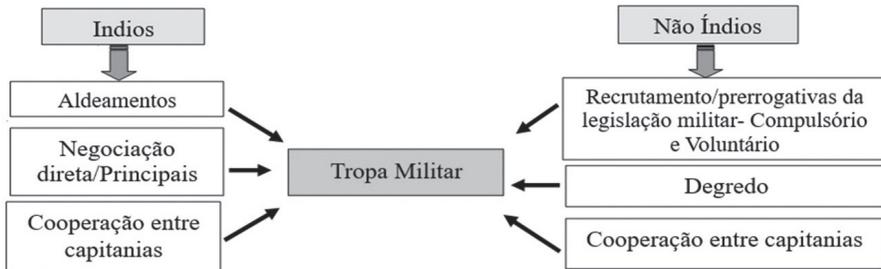
492 A esse respeito ver: GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: UFMG, 2015; do mesmo autor. *Amazônia e as Origens da globalização (séc. XVI-XVIII)*: da História local à História Global. Belém: Estudos Amazônicos, 2014; RUSSELL-WOOD, Anthony John. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998; Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

de transcrição é de caráter oficial. Isso significa um desafio em dobro para qualquer pesquisador que se proponha matizar questões e/ou compreender a participação de sujeitos, que por muito tempo não compunham a centralidade de análise sobre o aspecto da militarização.

Por essa razão o que apresentaremos aqui é o resultado de um esforço diante de enormes desafios. Trata-se de compreender como se efetivava a incorporação indígena nas tropas de guerra, ou qualquer outra que ia ao sertão. Trilhar as redes de recrutamento no sertão, verificar suas conexões com outras formas de organização de militar como a formação de tropas regulares. A partir disso, vamos delinear as principais redes de mobilização para a defesa na capitania do Grão-Pará, no sertão, no reino, em outras partes da conquista e em outras capitanias do Estado do Brasil.

Estamos, portanto, tratando, nesse caso, de duas redes de mobilização: a que integra colonos nas tropas pagas e a segunda que se refere à mobilização indígena no sertão que também são integradas às tropas lusas. Na pesquisa foram identificados seis canais através dos quais sujeitos chegavam à tropa.

Quadro 11. Canais de mobilização de gente para tropas militares no Pará (primeira metade do século XVIII)



Conforme se verifica, a presença indígena nas tropas ocorre através de circuito que engloba os aldeamentos, a negociação direta com as lideranças e a cooperação entre capitanias. Os não índios integravam as tropas por meio dos caminhos oficiais através do recrutamento regulado pelos regimentos militares (Alvará de 1764, Regimento de Fronteira 1645), compulsório ou não, degredo e cooperação entre capitanias. Esses caminhos distintos que mobilizam gente para as tropas militares compõem o sistema defensivo no Pará. Portanto, a

defesa só pode ser entendida se considerarmos esses circuitos de mobilização e atuação desses diferentes sujeitos nas diligências militares na capitania.

### **1. As redes de mobilização militar no sertão**

Em 22 de dezembro de 1709, uma carta do governador Cristóvão da Costa Freire relatava as contendas existentes entre o padre Francisco Pedro do Redondo com o Alferes tenente da casa-forte do Rio Negro, Baltasar Alvares Pestana. Na carta, constava que “castelhanos de Quito tinham chegado ao Sertão dos Solimões”, com intenção de invadir a casa-forte. O tenente pediu socorro de munição, soldados e índios ao cabo da fortaleza dos Tapajós. Solicitou ao padre Francisco Pedro Redondo, religioso da província da Piedade, que lhe enviasse índios, “os quais não só não lhe quis dar”, como também se compôs com o militar com “palavras injuriosas”. Ficando assim o tenente impossibilitado de enviar o socorro por “não haver índios que remassem a canoa podendo seguir desta falta em um grande dano, se os Castelhanos viessem à dita Casa Forte”.<sup>493</sup>

É importante notar que, diante da ameaça, o tenente Baltasar Alvares Pestana articula uma estratégia de defesa que incluía soldados e índios. A prática defensiva verificada nas diligências e expedições de tropas depende da presença indígena, como bem ressaltou o militar, já que sem eles teria ficado “impossibilitado” de enviar socorro ao Rio Negro. Todavia, esses indígenas não integram as tropas através das determinações vinculadas a regimentos e alvarás que definem o recrutamento para não índios. Essa é a razão pela qual uma análise estritamente em soldados, oficiais e burocracia militar não percebe os indígenas. Mas, afinal, quais são esses caminhos para os índios?

A carta de Cristóvão da Costa Freire apresenta alguns indícios importantes. O primeiro são os sujeitos envolvidos, observa-se o governador, os militares, os religiosos e os índios enredados por um problema de defesa que exigia comunicação que nem sempre confluía para o mesmo interesse. O fato de o religioso da província da Piedade ter negado o pedido do militar é sintomático. Por outro lado, é evidente que se trata de índios aldeados.

---

493 Carta do Governador Cristóvão da Costa Freire, para o rei. Pará 22 de Dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 440.

Essa rede, portanto, conecta 1) a casa-forte do Rio Negro, na figura do militar Baltasar Pestana, que está na frente de linha de defesa com iminência de ataque inimigo; 2) o governador que nas suas atribuições deve resolver e dar conta ao rei dos problemas de defesa; e 3) os aldeamentos, na pessoa do padre Francisco Redondo como intermediário nesse processo. Ou seja, acudir a defesa da capitania está atrelado à presença desses índios aliados à tropa lusa.

De acordo com os seus regimentos, os governadores eram responsáveis por coordenar, além da função administrativa, aquelas relativas à defesa. Nesse sentido, desde 1548, o regimento passado a Tomé de Sousa dispunha diretrizes voltadas para essa função. Devia, “no exercício de suas atribuições, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento da nova terra, para o que contava com gente, artilharia, armas, munições e tudo mais que fosse necessário”.<sup>494</sup> Essa responsabilidade também aparece no regimento dos governadores do Pará, de 1655.<sup>495</sup>

O papel dos governadores nesse sentido estava relacionado ao provimento e recrutamento de gente para a tropa paga. Essa atribuição estendia-se também à mobilização indígena para a tropa, já que a autorização para os religiosos cederem aos índios devia ser dada pelo governador. É ele que administra e gere as demandas de defesa, apresentadas pelos militares, e articula as possibilidades de resolver internamente ou a partir da comunicação com a Coroa.

Na carta, Cristóvão da Costa Freire dá conta de conflitos havidos entre militares e religiosos quanto ao provimento de índios nas tropas. Fica claro que a organização de índios para as tropas se faz por outra lógica de mobilização, diferente daquela que integra colonos livres nas tropas pagas. Todavia, nas duas redes de mobilização, os governadores têm um papel fundamental, embora no caso de índios aldeados a ordem do governador precisasse da intermediação e ação dos missionários.

Os religiosos deviam ceder e organizar todos os índios capazes para as diligências coloniais, isso nem sempre foi uma regra. Daí a razão dos conflitos entre o padre Francisco Pedro do Redondo e o Alferes tenente da casa-forte

---

494 PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 181. Essas atribuições podem ser verificadas também no “Regimento dado a André Vital de Negreiros, Governador Geral do estado do Maranhão e Pará, em cinquenta e oito artigos: 14 de abril de 1655”. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, tomo I (1902), primeira série, pp. 25-46.

495 “Regimento dos Senhores Generais do Pará” de 14 de abril de 1655. *APEP*, Códice 1; D.1.

do Rio Negro, Baltasar Alvares Pestana, relatados pelo governador. Portanto, no que diz respeito à mobilização indígena para compor tropas militares, *os religiosos têm interferência no processo*, o que não ocorre no caso de incorporação de não índios.

Karl Arenz e Diogo Costa explicam que os aldeamentos no Estado do Maranhão e Grão-Pará ajudaram a consolidar a nova colônia. A presença e atuação dos religiosos estavam presentes na Lei de 9 de abril de 1655, pela qual estes detinham a administração temporal e espiritual sobre os índios aldeados. Dentre suas determinações estava previsto que cabia aos religiosos autorizar as entradas aos sertões e regulava o acesso dos colonos à mão de obra indígena.

O *Regimento das Missões*, posto em vigor em 1686 e a decorrente divisão geográfica do espaço de atuação das ordens religiosas em 1693<sup>496</sup> definiram o papel dos religiosos nos aspectos de defesa, e ainda os vetores de expansão lusa e as redes de conexão entre esses pontos de presença portuguesa na região. Estava previsto nesse regimento, por exemplo, que as aldeias de repartição atenderiam às demandas militares e econômicas do Estado. É por essa razão que, quando se trata de índios para tropas, os militares recorrem aos religiosos.

Todavia, a confluência desses três interesses sobre a mão de obra indígena nem sempre foi possível. Colonos, religiosos e Coroa divergiam a esse respeito. As oscilações das leis indigenistas podem exemplificar essas tensões. Por outro lado, como ressalta Beatriz Perrone, essas oscilações devem ser entendidas para além dessas divergências de interesse, pois estão associadas à percepção sobre as “categorias” de índios.<sup>497</sup> Condição que Décio Guzmán explica pela “situação política de contato”, ou seja, a legislação aplicava princípios distintos de acordo com a relação de contato com os grupos indígenas, “‘benevolência’ para os índios ‘mansos’ aliados; *guerra* para ‘bárbaros’ e ‘selvagens’”.<sup>498</sup> Embora essa condição seja fluída, considerando que uma mesma etnia podia ser representada como “aliada” e em outro momento como “inimiga” da colonização.

---

496 AREZ, Karl Heinz; SILVA, Diogo Costa. *Levar a Lus de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade*: Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia portuguesa (século XVII). Belém: Açaí, 2012.

497 PERRONE-MOÍSES, Beatriz. “Índios livre e índios escravos: o princípio da legislação indigenista do período colonial (século XVII a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*.

498 GUZMÁN, Décio. “A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de Estudos Amazônicos*, PPHIST. Belém: Açaí, 2008. p.117.

Além disso, é importante destacar a própria experiência colonial, ou seja, o caráter de adaptação da política indigenista às circunstâncias concretas da colonização. Esse aspecto, conforme nos lembram Rafael Chambouleyron, Vanice Siqueira Melo e Fernanda Bombardi, tornam essas duas categorias, aliados e inimigos, não tão claras na experiência colonial do Estado do Maranhão.<sup>499</sup>

Fernando Torres-Londoño refere-se às missões como espaços de conflitos e negociações. Destaca em seu texto os conflitos verificados “na prática violenta dos envolvidos, tais como ataques, rebeliões, guerras e ‘pacificações’”. E as negociações “que se traduzem em concessões e acordos pontuais e estratégicos realizados entre índios e conquistadores”.<sup>500</sup>

A própria capacidade das populações indígenas em estabelecer alianças tenciona a relação dual entre “índios inimigos” e “índios aliados”, como os princípios gerais da legislação indigenista, conforme o argumento de Perrone-Moisés. Ora, as múltiplas relações cotidianamente vivenciadas, constituem lógicas distintas, que em grande medida, alteram a própria conformação legal.<sup>501</sup> Conforme destacou José Alves de Souza Junior, a legislação que pautava a política indigenista oscilava entre os interesses de colonos e dos missionários.<sup>502</sup>

Segundo ainda Souza Junior, esse caráter “constitui-se no Grão-Pará e Maranhão, em uma estratégia de ação, que objetivava garantir a consolidação da dominação portuguesa na área, sob constante ameaça estrangeira”. Além disso, as dificuldades em mobilizar colonos para Amazônia “tornava imperiosa

---

499 CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de; BOMBARDI, Fernanda Aires. “O ‘estrondo das armas’: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”. *Projeto História*, São Paulo, n. 39, p. 115-137, jul/dez. 2009.

500 TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Contatos e missões dos jesuítas com os Jeberos e Cocamas no século XVII, através das formas missionárias” *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010. p. 66.

501 CHAMBOULEYRON, Rafael e BOMBARDI, Fernanda Aires. “Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)”. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 601-623, jul/dez 2011. Sobre descimentos ver ainda: BOMBARDI, Fernanda Aires. “Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)”. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

502 SOUZA JÚNIOR, José Alves de. “Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena”. *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010. p. 58.

a necessidade de transformar os índios em colonos, levando-os a assumir a defesa do território”.<sup>503</sup>

Os aldeamentos, por essa compreensão, não são espaços isolados, mas eram parte do processo defensivo colonial, e por essa razão faziam parte das intrincadas relações de poder e domínio na capitania. O que conferia a esses sujeitos um papel muito importante de mobilização no sertão. No caso de necessidade de índios aldeados para defesa, eram os missionários que organizavam os mais capazes para a diligência militar. Ou seja, faziam parte de uma conexão que passava pelo militar que informava ao governador da necessidade de índios para defesa e este, por meio de uma portaria enviada pelo capitão de tropa, ordenava aos missionários que organizassem os indígenas que seguiriam na empreitada.

Uma burocracia em que é possível perceber uma relação, ainda pouco estudada, entre *militarização* e *aldeamento*. Conforme nos lembra Celestino de Almeida, a política de aldeamentos foi importantíssima para o projeto de colonização, pois os índios aliados integravam as tropas militares e ainda faziam parte de outras atividades coloniais.<sup>504</sup>

Essa relação é evidente, por exemplo, na seguinte situação: as aldeias dos padres da Companhia de Jesus, dos padres da Piedade e dos padres da Conceição foram citadas em um único documento, em que o secretário do Estado, Marcos Costa, expõe as articulações e desafios enfrentados pelo sargento Belquior Mendes de Moraes, em 1733, em uma diligência militar para a qual necessitava de índios para compor sua tropa.<sup>505</sup>

Na carta consta que o sargento Belquior Mendes de Moraes saiu em expedição para averiguar as fronteiras entre Portugal e Espanha. Em posse de uma portaria passada pelo governador, foi até as aldeias “dos Boccas, Guaricuru e Arucara” das missões dos padres da Companhia de Jesus para pedir alguns índios. Saindo de lá com vinte quatro índios, em determinada

---

503 *Idem*, p. 58.

504 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p. 71.

505 Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

altura da viagem “doze índios dos quais lhe foram dados lhe fugiram logo”. Ficando “tão somente uns índios que se lhe emprestou o capitão-mor da vila de Cametá”.<sup>506</sup>

Diante dessa situação, o sargento pediu auxílio das “aldeias Arapijô, Cavianã, Maturu Missões dos Reverendos Padres da Piedade e Pirabiry e Itacuraca dos Reverendos Padres da Companhia, mandado-os procurar na forma do seu regimento e mais ordens estes lhe não mandaram nem um só”. Desta feita, ficando “impossibilitado de prosseguir a dita viagem”.<sup>507</sup>

Voltou a Belém, onde o governador lhe passou nova portaria para que os tirasse “de onde quer que os achasse ao que dando princípio logo fora a aldeia do Cayae Mangabeiras dos reverendos Padres da Conceição de onde trouxeram dezessete índios e chegando com eles a esta cidade logo no mesmo dia lhe fugiram nove”. Completando o número “de trinta e tantos índios, estes nesta lhe fugiram todos ficando em um extremo desamparo que nunca experimentou o suplicante” em mais de vinte anos que “tem de curso por estes sertões no serviço de S.M.”.<sup>508</sup>

O militar sintetizava o fracasso de sua empreitada, destacando a “fugida dos índios, e principalmente a omissão dos Reverendos padres Missionários”.<sup>509</sup> Do mesmo modo, o cabo Amaro Pinto Vieira enfrentava dificuldades em 1729 ao pedir auxílio de sessenta índios das aldeias dos padres da Companhia de Jesus para o acompanharem à conquista do Xingu.<sup>510</sup> Parece que o papel desempenhado por esses religiosos no sertão era uma das possíveis conexões entre diversos sujeitos que se mobilizam nesse espaço.

A composição de tropas, portanto, é um elemento fundamental para compreender o complexo dessas relações. Ora, no documento, o governador tem a responsabilidade de organizar as tropas para diligência da Coroa e, para tanto, fornece ao capitão de tropa um regimento e portaria. O documento era entregue ao capitão responsável por comandar a tropa. Na aldeia, esse documento era apresentado aos missionários, que deviam dispor os índios para

---

506 *Idem.*

507 *Idem.*

508 *Idem.*

509 *Idem.*

510 Carta do governador ao rei sobre o descobrimento do Xingu. Belém do Pará, 27 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.11, D. 1033.

compor as tropas. Formava-se, portanto, uma rede que passava por diversos espaços e sujeitos.

Espaços demarcados pela carta régia de 1693 que dividiu o território de atuação entre as ordens religiosas ao determinar que “a margem direita do Amazonas fosse jurisdição Jesuíta”. Para “os capuchos dava-se a margem esquerda, indo do Marajó até o rio Urubu”. Os “frades de Santo Antonio ficavam com o atual Amapá e as terras entre os rios Jari e Puru”. No ano seguinte, “as missões do rio Negro foram atribuídas aos mercedários e carmelitas e, em 1698, estes últimos receberam também as missões da região dos Solimões”.<sup>511</sup>

Ao reconstruir-se a rede de mobilização de índios que integrava as tropas militares, verifica-se que a gerência missionária sobre os aldeamentos e os índios tem muito a dizer. A distribuição do território de atuação, portanto, definiu os caminhos de mobilização militar. Os aldeamentos e as fortificações desenharam os caminhos das tropas no sertão que, por um lado, costumavam a rede de mobilização de índios para diligências de defesa, e, por outro, construía um circuito de informações trocadas entre governadores, militares, índios e religiosos sobre a situação da colonização.

Aliás, para a construção de fortificações, como se verificou no capítulo 3, uma das condições citadas pelos engenheiros era a existência de aldeamento próximo. Pois dependia dessa “vizinhança” o suporte logístico para a expedição de canoas, provimento de alimentos e povoamento. Em razão disso, as fortificações eram responsáveis pela proteção dos aldeamentos. Uma relação de proteção e subsistência que conectava esses dois espaços de expansão lusa na região. A disposição espacial era estrategicamente pensada também em função dessa necessidade.

Além disso, as informações chegavam através desses caminhos nos sertões. Não por acaso, uma das atribuições do capitão de tropa que sai pelo sertão é dar conta da situação dos locais mais distantes da Colônia para o governador. Era uma ocasião em que o governador aproveitava para se informar do que ocorria nos locais mais afastados de sua administração. Em 1723, por exemplo, João da Maia da Gama informava em carta ao rei sobre as notícias da relação dos indígenas da região do Cabo do Norte com os franceses, cuja averiguação

---

511 WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 139.

fez por meio do interrogatório com os padres que tinham missão nessa região, além dos cabos de tropas que seguiam todos os anos a essa fronteira.<sup>512</sup>

Ao que parece, há uma intensa conexão entre esses espaços. Diversos documentos sugerem essa relação entre as aldeias, fortalezas e tropas militares. Fica evidente em 1733, por exemplo, quando o secretário-geral pedia ao governador que mostrasse o regimento no qual os religiosos eram obrigados a enviar índios para compor as tropas. No documento, solicitava às missões de Santo Antonio que conduzissem “a esta cidade os quarenta Índios Cavaleiros que lhe pedir para a Tropa de Guerra, que vai aos Tocantins”, conforme previsto em regimento.<sup>513</sup>

Como lembra Celestino de Almeida, “táticas de guerra europeias foram também amplamente apropriadas por esses índios que aprenderam a manejar armas e fazer uso do cavalo, prática que notabilizou os guaicurus como exímios cavaleiros”.<sup>514</sup> Nesse caso, a experiência colonial significou também novas distinções sociais entre os grupos indígenas, a exemplo também para Amazônia dos práticos Jacumaúbas, que dominavam as táticas da navegação e feitura de canoas.<sup>515</sup>

Índios cavaleiros parecem mesmo ter ocupado lugar destacado na sociedade colonial. Em 1737, em ordem passada a Veyga Tenório, sargento-mor de Cameté, o governador solicitava que logo que recebesse sua ordem mandasse “juntar todos os índios dessa aldeia, entre eles escolherá V.Mc. 30, em que hão de entrar todos os cavaleiros, e mais dispostos os quais V.M. entregará ao portador desta que é o ajudante [...] João Ferreira de Carvalho”. A ordem que levava o ajudante da tropa deveria ser entregue também ao “reverendo padre

---

512 Carta do governador ao rei sobre embarcações francesas no Cabo do Norte. Belém do Pará, 15 de agosto de 1723. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 650.

513 Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Pará, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

514 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p. 65.

515 Sobre o protagonismo dos índios remeiros na Amazônia ver: GUZMÁN, Décio de Alencar e FERREIRA, Elias Abner. “Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar”: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do Padre João Daniel (1741-1776). In: CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl H. (org.). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. Belém: Açaí, 2015. v. 1. p. 100-113.

missionário e me remeterá uma cópia com o nome dos índios que vêm, e dos mais que ficam na aldeia”.<sup>516</sup>

A lista nominal de controle dos índios que iam e que ficavam na aldeia podia ser importante para compreender melhor essas mobilizações. Todavia, não se encontrou nenhuma lista desse tipo, embora fique evidente a importância dos índios aldeados para atividade defensiva do Estado, a julgar pelas diversas denominações das funções ocupadas pelos índios, como guias, pesqueiros, remeiros, intérpretes. Em caso de guerra aparecem flecheiros, cavaleiros e guerreiros. Os índios constituíam a força indispensável e fundamental para uma expedição militar. Nesse processo, as aldeias articulavam e integravam redes de mobilização para defesa na capitania.

Outros casos podem ser elencados, como a portaria passada pelo governador João de Abreu de Castelo Branco, de 1737, em que se ordena aos padres missionários das aldeias do rio das Amazonas e do rio Negro para darem índios ao capitão e cabo da tropa de resgate, Lourenço Belfort, “para remarem as canoas ou para qualquer outro intento conducente para utilidade da tropa de Resgate e, além disto, espero lhe deem todo o auxílio e favor de que necessitar, porque assim importa ao serviço de S.M.”.<sup>517</sup>

Os missionários, inclusive, participavam, em alguns casos, das tropas, como o caso do frei Bernardino, da “província de Santo Antônio”, que acompanhou em 1728 a tropa de guarda costa por “ser missionário que está nomeado para ir nessa tropa”, “recolher os índios das suas missões que fugiram pelo contágio das bexigas”. Nessa mesma tropa, ia também o principal dos Maraunos de Murtigura a “praticar seus parentes para virem para a mesma aldeia”.<sup>518</sup>

A relação entre os aldeamentos e as atividades militares era, portanto, bem mais complexa. Envolvia, também, todo o provimento do aparato material e logístico que tornava possível a operacionalização da tropa. No regimento do sargento-mor Francisco de Mello Palheta, capitão da tropa de guarda costa

---

516 “Ordem a João da Veyga Tenorio sarg.<sup>to</sup> mor de Camutá”. 30 de novembro 1737. *APEP*, códice 25, doc. 18.

517 “Portaria passada pelo governador João de Abreu de Castelo Branco para os padres missionários das aldeias do rio das Amazonas e do rio Negro para darem índios ao capitão e cabo da tropa de resgate Lourenço Belfort, necessários a equipação das canoas na expedição de resgate”. 4 de dezembro de 1737. *APEP*, códice 25, doc. 19.

518 “Regimento de guarda costa passada ao cabo da tropa de guerra, quanto foi vigiar as fronteiras entre Portugal e França”. 12 de fevereiro de 1728. *APEP*, códice 7, doc. 25.

em 1728, novamente “as aldeias que ficam Bocas, Aricuru e Arucara” foram citadas, agora como espaços de provimento para tropa. Nelas, o capitão devia “se prover de algumas farinhas e criações para doentes e do mais que lhe for necessário”.<sup>519</sup>

Outro exemplo é o regimento que levou o capitão-mor Francisco de Almeida em que constava ordem para se prover de farinha nas fazendas, além de cavalos. Ressaltava-se que “quando suceda ser preciso ficarem algumas farinhas, as deixará entregues a Teodósio da Silva, com recomendação de que este as façam transportar de fazenda em fazenda seguimento da tropa, até as porem na casa de João Fernandes Lima com as cautelas necessárias, para evitar quaisquer descaminhos”.<sup>520</sup> Conforme pode-se verificar, o provimento material podia também significar outras redes acionadas pelas atividades de defesa.

Conforme se verifica, diversos agentes se movimentavam e articulavam as relações no sertão, tornando esse um espaço dinâmico de contato intenso com outros espaços coloniais. Todavia, essas redes de mobilização eram frequentemente rompidas pelos interesses indígenas. Estes se valeram dessas redes de mobilização para empreender fugas, alimentar conflitos e construir alianças.

Voltando ao caso do tenente Belquior Mendes de Moraes, citado anteriormente, o fracasso de sua empreitada ao sertão esteve relacionado às constantes fugas dos índios que lhe eram enviados das aldeias. Ora, o sargento relata que por três vezes ficou desamparado pelas frequentes fugas durante a viagem. Essa é uma evidência de que esses índios se valeram dessas ocasiões para retomar a vida no sertão. Portanto, ingressar em uma tropa poderia significar uma possibilidade para abandonar a vida nos aldeamentos, mas essa é uma questão que vamos tratar no próximo capítulo.

Os aldeamentos, entretanto, são apenas um canal pelo qual os índios chegam à tropa militar. Em alguns casos, a presença indígena em atividades de defesa ocorria pela *negociação direta* com as lideranças. Trata-se da aliança com nações amigas que não estavam necessariamente aldeadas. Perrone-Moisés explica que em geral esses guerreiros amigos eram acionados em caso de guerras, que exigiam um contingente muito grande de índios que nem sempre

519 Regimento que há de guardar o sargento-mor Fr<sup>co</sup> de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, códice 7, doc. 5.

520 “Registo do regimento que levou o Capitam mor Francisco de Almeйда 1º cabo da tropa guerra que foi contra o gentio do corso”. Sem data, documento incompleto. *APEP*, códice 25, doc. 283.

podiam acudir com os aldeados. Essas alianças estavam previstas desde o Regimento de Tomé de Sousa, de 1548, no qual recomendava-se a manutenção dessas alianças.<sup>521</sup>

Nesse caso, há uma rede de mobilização indígena para defesa que se compõe de governadores, principais e militares. Não há aqui necessariamente a gerência dos religiosos. Essas relações são estabelecidas por meio da oferta de vantagens, títulos, mercês e recompensas às lideranças indígenas. É importante destacar que esses índios movimentavam-se e definiam o apoio vinculado a seus interesses e motivações próprias. Essa questão torna fluída a categorização de inimigos e aliados. Todavia, na experiência colonial, alguns grupos foram identificados como aliados, o que permite compreender políticas e tratamentos distintos para determinadas nações.

Essa é uma questão que será verificada em particular no capítulo 5. Aqui, cumpre indicar momentos em que nações amigas e lideranças negociaram apoio aos portugueses no processo de expansão da fronteira colonial. Para o Estado do Brasil, Maria Regina Celestino de Almeida ressalta o apoio “inestimável” da nação Tabajara no enfrentamento dos potiguaras e caetés. Relações fortalecidas por meio de laços matrimoniais entre a filha do chefe indígena Cabo Verde e Jerônimo de Albuquerque foram um elemento central para o domínio português em Pernambuco. Assim, também os Potiguaras que negociaram apoio aos lusos na conquista Ceará e Maranhão. Foram também os guerreiros potiguaras que, liderados pelo Principal Zorobabé, atuaram de forma decisiva na Bahia contra os Aimorés entre 1602 e 1604.<sup>522</sup>

Alírio Cardoso explica que a guerra hispano-holandesa na Amazônia seiscentista contou com o auxílio de nações indígenas e tornou-se oportunidade de ascensão para alguns indivíduos, como o Principal Antonio da Costa Marapirão, da nação Tabajara, pelo apoio militar negociado encontrou grandes favores.<sup>523</sup> Na interpretação de Almir Diniz de Carvalho Junior, “os líderes

---

521 PERRONE-MOÍSES, Beatriz. “Índios livre e índios escravos: o princípio da legislação indigenista do período colonial (século XVII a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*.

522 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*.

523 CARDOSO, Alírio. “Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644)”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. Curitiba: CRV, 2015.

indígenas aliados dos portugueses foram líderes militares” e dependia desses aliados a própria colonização.<sup>524</sup>

A percepção dos indígenas sobre a sua inegável importância para as tropas foi o que levou no sertão do Maranhão os Aranhí a negociarem o seu apoio ao capitão Alves de Carvalho na realização de entrada nos sertões. Consta no documento que o capitão já havia realizado entrada no sertão com a autorização do governador. Porém, não havia prestado conta à Fazenda real da diligência, razão pela qual ficou sem autorização para realizar novas idas ao sertão. Não conformado, emprestou o municionamento “pelo interesse oculto [que tinha] na dita entrada” e negociou com os Aranhí o apoio. Estes acertaram que receberiam panos em troca do apoio. Todavia, o capitão “fez pensando a venderem-se nesta cidade enganando o gentio” fazendo-os escravos obrigados a “trabalhar em sítios que descobriam”. Esse fato foi o suficiente para aliança ser quebrada. O povo Aranhí “descobrimo o engano se levantou, dizem que matando alguma gente”.<sup>525</sup>

Nesse caso, as alianças e as negociações foram empreendidas entre os militares e os grupos indígenas. Conforme podemos verificar, não passava pela gerência de religiosos e nem do governador, como os casos analisados anteriormente. Isso sugere que as relações que se constituíram no sertão não obedeciam a uma lógica única, mas elas se elaboravam a partir dos interesses envolvidos entre os sujeitos que andavam pelos sertões. Outro elemento importante dessa aliança é que os Aranhí conheciam as formas de negociação e pagamento do trabalho indígena na sociedade colonial.

De acordo com a Provisão de 1656, o pagamento pelo serviço dos índios seria efetivado parte em pano e outra em ferramentas. Essa provisão alterava o capítulo 48 do regimento passado André Vidal de Negreiro, no qual constava que se devia pagar antecipado duas varas de pano pelo trabalho mensal dos índios. Todavia, em razão da “impossibilidade por falta de panos, sobretudo

---

524 CARVALHO JUNIOR, Amir Diniz. “Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*, p. 57.

525 “Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V, sobre os conflitos com os índios timbiras e aranhís e o procedimento do provedor da Fazenda Real do Maranhão, João Ferreira Diniz de Vasconcelos, na questão das munições; referências à suspensão do procurador da Fazenda Real, André Pereira Corsino, do cargo que ocupava”. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

no Pará, se entende ser melhor pagar em parte em ferramenta em parte em pano”.<sup>526</sup> Ao que parece os Aranhí negociaram o produto mais valioso naquele momento.

Devemos destacar também a importância da aliança com os principais para o processo de pacificação e mediação de conflitos com grupos indígenas hostis à colonização. Rafael Chambouleyron explica o papel desempenhado pelo principal Araió João Mogu de Deus, que chegou a receber sesmaria, além de patente de mestre de campo da aldeia dos Araió, em 1728, em razão dos serviços prestados à Coroa. Em 1737, por ordem do rei, atuaria de forma decisiva na pacificação dos Aranhí.<sup>527</sup>

No Pará, em diversos momentos da expansão lusa na região, a presença indígena foi negociada com nações amigas. Na guerra contra os Aruã do Marajó, que atuavam em comércio com os franceses de Caiena, os índios da aldeia de Maracanã e as nações Aroaquizes e Tupinambá foram o auxílio imprescindível ao avanço da tropa lusa entre os anos de 1720-1722. De acordo com Rafael Ale Rocha, a nação Sacaca também atuou ao lado dos portugueses contra os Aruã, motivados por rivalidades construídas anteriormente.<sup>528</sup>

Em 1727, o militar Francisco de [Potflis] explicava que para o descobrimento das minas de ouro do Tocantins era necessário o apoio de 100 índios. Para o que apontava a nação Tupinambá e os índios da aldeia de Maracanã como importantes para a empreitada. Além dessas nações, a empreitada contou com o apoio do principal José Aranha da nação Aroaquini Nhungatê da aldeia dos Tocantins. Recomendava ainda que o principal deveria ir “com algum título ou posto de governador de sua gente, pois assim se animará de melhor vontade praticar e fazer pazes com os gentios”. Sem esse auxílio, resumia o militar “senão poderá conseguir como a experiência tem mostrado”.<sup>529</sup>

---

526 Provisão passada ao governador Andre Vidal de Negreiros. Lisboa 12 de julho de 1656. Códice 1275- Cartas regias para Pará e Maranhão, fls. 9 e 10.

527 CHAMBOULEYRON, Rafael. “Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)”. *Revista Ultramares*, n. 5, v. 1, p. 137-148, jan.-jul./2014.

528 ROCHA, Rafael Ale. “Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial”. *História: Debates e Tendências* – v. 8, n. 2, p. 378-387, jul./dez. 2008, publ. no 2o sem. 2009.

529 Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

Em 1728, Alexandre de Souza Freire, por exemplo, relatava ao rei sobre as forças disponíveis na capitania do Pará para a tropa de guerra do Rio Negro. De acordo com o governador, a ofensiva contra os índios Mayapena e Manao contava com 60 soldados pagos e 600 índios de guerra. Ou seja, a defesa e o avanço da fronteira colonial dependiam da mobilização de soldados e índios. É importante lembrar também que os índios da aldeia de Maracanã que atuaram na tropa de guerra do Tocantins em 1730.

Identificaram-se ainda indígenas de outras capitanias que atuaram em demandas de defesa no Estado do Maranhão. Trata-se de uma rede vinculada à cooperação entre capitanias. Nesse caso, os agentes são a Coroa, os governadores, capitães e índios. Para combater na guerra contra os índios do Corso, na capitania do Piauí, Antônio da Cunha Souto Maior pedia ao rei em 1712 que ordenasse ao capitão-mor do Ceará que mandasse com “maior brevidade possível a nação dos Ariricos como também da Serra da Ibiapaba a dos Anacês por serem uns e outros de grande préstimo para aquela conquista”. O militar alegava que com esse socorro poderia fazer frente a dita guerra.<sup>530</sup>

Somente em 1716 se tem notícia pela carta do governador em que relata a vinda de nações indígenas do Ceará, Bahia e Serra de Ibiapaba em auxílio às tropas militares portuguesas em conflitos com o “gentio do corso”.<sup>531</sup> Em 1727, novamente há referência de auxílio militar agora vindo de Pernambuco.<sup>532</sup>

A participação dos grupos indígenas nas tropas militares da Amazônia conformou uma militarização distinta da que ocorreu no Brasil. Ora, como vimos, aqui não houve de forma efetiva corpos de auxiliares, como existiam em Pernambuco e São Paulo, por exemplo. Essa configuração de tropa só se estabelece a partir de 1760, quando se organiza de forma mais sistemática essa companhia na capitania. Os corpos de auxiliares funcionam como o próprio nome indica em auxílio à tropa de linha. Em caso de grande perturbação pública, como guerras, esses sujeitos que não recebiam soldo, mas tinham treinamento militar, eram acionados para acudir à tropa regular (paga) que tinha a

---

530 Carta do governador Cristóvão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.

531 Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

532 Carta do governador ao rei. Belém do Pará. 27 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D. 936.

vida militar por excelência e recebiam soldo. Ao que parece, na Amazônia, esse papel era desempenhado por grupos indígenas.

Assim, na ocasião da guerra do rio Negro, o governador Alexandre de Souza Freire aciona como socorro duas possibilidades: efetivos de soldados pagos e índios guerreiros. Isso sugere que ele não dispunha de uma força intermediária com que pudesse contar, o que explica sua preocupação com a defesa da capitania naquele momento.

Essa especificação está associada também à capacidade indígena. O enfrentamento contra grupos indígenas hostis só era possível com outros indígenas, que conheciam a guerra da floresta. Essa característica, explica em grande medida, a carta régia de 1712 enviada ao capitão-mor do Ceará, pedindo que enviasse à capitania de São Luís “sem demora, 400 índios de guerra” e “alguns soldados” para combater na ocasião da guerra do Corso.<sup>533</sup>

Outro exemplo da necessidade do conhecimento de guerra indígena pode ser observado na ocasião dos conflitos decorrentes da guerra ao “gentio do Barbado”. Em carta de 1716, o sargento-mor da tropa João Nogueira de Souza explicava ao governador algumas medidas que teve que tomar na ocasião da guerra. Consta no documento que João Nogueira havia antecipado o ataque aos Barbados devido ao inverno já estar se aproximando, e ele ter sido alertado pelos aliados indígenas que essas condições dificultariam a guerra. Além disso, constava também que o sargento-mor consultava aos seus aliados sobre as possibilidades ou não de vencer a batalha, visto os “inimigos” serem muito numerosos.<sup>534</sup>

Isso sugere que o desconhecimento dos oficiais das tropas portuguesas sobre as potencialidades guerreiras das nações indígenas requeria auxílio do conhecimento dos nativos seus aliados. Ora, eles conheciam esses espaços, dominavam os caminhos e as possibilidades de navegação. Por essa razão a participação indígena nas tropas militares era imprescindível, mas mais que isso, qualificava a atuação e as operações de guerra ou fronteira.

Esses casos evidenciam que os grupos indígenas, embora inseridos em uma lógica de mobilização para defesa, também imprimiram suas

---

533 “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

534 *AHU*, Avulsos do Pará. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. Cx. 6, D. 519.

interpretações dessa mobilidade. Seja pela fuga, conflitos, ataques ou alianças desenharam suas próprias redes de mobilidade, que conformaram, em grande medida, as relações no sertão. Por outro lado, essas não foram apenas as únicas vias pelas quais a Coroa portuguesa operacionalizou suas tropas militares. O que verificamos até aqui foi a relação com o sertão, o que representa apenas um aspecto da sistemática mobilização de gente para integrar a defesa da capitania. Conforme destacamos no início deste capítulo, o problema defensivo foi articulado pela Coroa como uma “solução” em muitas partes da conquista. Por essa razão, devemos compreender também a presença de outras redes que confluem para a composição de tropas na Amazônia colonial.<sup>535</sup>

## 2. Redes de mobilização de soldados para defesa do Pará

Para os não índios, a ação do recrutamento estava pautada nas prerrogativas dos regimentos militares. Para a primeira metade do século XVIII, os principais documentos que norteiam a ação são os regimentos dos governadores, o regimento de fronteiras de 1645. Para a segunda metade desse século, está norteado pelas disposições presentes no Alvará de 1764. Todavia, as exíguas tropas militares com que contavam os governadores na conquista tornaram o recrutamento uma ação indiscriminada, em muitos casos determinada mais pelas necessidades locais de defesa do que pela adequação a normativas legais.

Um dos primeiros canais de entrada de militares nas conquistas constituía-se das levas de soldados que do reino eram destacados a acompanhar os governadores. Eram, em geral, números muito reduzidos e insignificantes se comparados aos desafios exigidos pela colonização. Em 1729, Alexandre de Sousa Freire reclamava que dos 200 soldados que havia mais de onze anos o rei concedia para servir no Estado do Maranhão, só haviam vindo 60 que ele trouxera em sua companhia. Dos quais já havia “fugido a maior parte”.<sup>536</sup>

Durante toda primeira metade do século XVIII, nunca foi destacado para o Estado uma companhia regular completa que, pelo regimento, constituía-se

---

535 A coleta de fonte tem apontado para uma possível diferença entre espaços do sertão do Pará e Maranhão vinculados à gerência missionária. Talvez em espaço onde a interferência missionária é menor, a negociação direta com os grupos indígenas seja mais significativa. Todavia, ainda é cedo para conformar essas diferenças. Para compreender melhor essas questões, é necessário novo investimento de pesquisa.

536 Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém, 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 1043.

de 250 soldados. Não foi por falta de pedidos, pois muitos governadores solicitaram envio de reforços militares do reino, como vimos no capítulo 2, mas as respostas sempre esbarraram na impossibilidade da Coroa de atender aos pedidos. Alexandre de Souza Freire, por exemplo, na ocasião da Guerra do Rio Negro contra os Manaó, solicitava o envio de mil soldados para serem distribuídos igualmente entre as capitanias do Pará e Maranhão. A resposta ao seu pedido foi passada em carta de 31 de maio de 1729. Além de declarar a impossibilidade de atender ao pedido, sugeria-se a intensificação do recrutamento interno e compulsório.<sup>537</sup>

Tem-se notícia, em 1734, através de uma carta do governador José da Serra à Coroa, a chegada à capitania do Pará de um destacamento de 30 soldados que pertenciam “aos regimentos de Portugal”.<sup>538</sup> Um número muito inferior ao desejado pelos governadores. É importante lembrar, como já mencionamos, que José da Serra propunha uma reformulação das companhias militares do Pará através do envio de companhias completas, desde oficiais a soldados, que, segundo ele, seria o princípio de reforma direcionada à profissionalização das forças na capitania, o que nunca ocorreu durante toda primeira metade do século XVIII.

Dos soldados que de fato vieram, se tem notícia de Sebastião Gaspar. Em 1748, pedia dispensa do serviço militar para retornar ao reino onde tinha mulher e filhos. “Morador da corte”, veio ao Pará 12 anos antes. Nesse tempo, foi “soldado na fortaleza do Gurupá”, passando depois para a do Pauxis, “servindo em uma e em outra há onze anos sem ser possível alcançar liberdade para ir tratar sua casa e família”.<sup>539</sup> Para postos do oficialato, verificava-se preferência por reinóis, como veremos adiante.

Diante da impossibilidade de envio de efetivos do reino, o mecanismo foi a utilização do recrutamento interno e compulsório sobre os moradores. Essa ação, entretanto, era atribuição dos governadores prevista em regimento. Para o Estado do Maranhão e Pará, o *Regimento dos Senhores Generais do Pará*, de 14

---

537 “Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitanias doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitanias do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43.

538 Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533

539 Requerimento de Sebastião Gaspar para o rei. 1748, *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2886.

de abril de 1655, determinava que estes deveriam se informar “do estado em que estão todas as coisas da guerra”, desde a quantidade de gente integradas nas tropas até sobre “armas, artilharia, pólvora, e munições há em toda a conquista”. Indicava também que o recrutamento deveria ser feito em “em todas as cidades, vilas e Lugares que estiverem fundados nesse estado”. Essa incorporação previa o armamento da população; nesse sentido, o governador deveria fazer com que “os moradores tenham suas armas, arcabuzes, e mosquetes, e outras munições e lanças”.<sup>540</sup>

Por essa razão, uma das primeiras atribuições dos governadores era dar conta à Coroa da situação militar das capitanias que, não raro, era relatada por meio de um discurso que ressaltava as péssimas condições defensivas dessas partes. Essas atribuições colocavam nas mãos dos governadores um mecanismo muito importante de mobilização, coerção e controle social – o *recrutamento*. Conforme destacou Kalina Silva, foi exatamente essa “frouxidão” no que diz respeito à forma de recrutar que conferiu a essa ação um caráter arbitrário. O alargamento da possibilidade de recrutar dificulta dessa forma a construção de qualquer padrão de recrutado. Além disso, é o governador que decide quando, como e sobre quem devia ser efetivado.

Foi através da obrigação compulsória e violenta que integraram as companhias pagas do Pará, por exemplo, os moradores de Vigia, Manoel de Noronha, filho único de Teodósio Noronha, o qual, em 1713, se declarava “ser muito velho pobre e falto de servos” e requeria baixa de soldado do filho para lhe servir de amparo na velhice.<sup>541</sup> Foi também o caso de Estácio Rodrigues, filho de Tomé Rodrigues, lavradores que possuíam roças de farinhas, algodões e legumes. A colheita, conforme consta no requerimento, estava comprometida, pois Estácio era filho único e a falta de assistência deste prejudicava a produção familiar.<sup>542</sup> Mariana Tolosa de Faria também teve as lavouras prejudicadas com o recrutamento do neto Severino Tolosa Raposo. Aos 80 anos, a moradora de

---

540 “Regimento dos Senhores Gerais do Pará” de 14 de abril de 1655. *APEP*, Códice 1; D.1.

541 Requerimento de Teodósio de Noronha, para o rei. Pará 31 de julho de 1713. Anexo: auto. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 496.

542 Requerimento de Tomé Rodrigues, para o rei. 9 de julho de 1724. Anexo: requerimento, auto e certidão. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 701.

Vigia alegava desamparo, por não ter ninguém para cuidar da lavoura desde o recrutamento do neto.<sup>543</sup>

No caso de Vigia, há algo em particular que merece ser mencionado. Em 9 de setembro de 1727, os oficiais da câmara manifestaram insatisfação dos moradores às frequentes ações de recrutamento dos governadores sobre seus filhos. Requeriam que fossem resguardados os “privilégios” que alegavam ter recebido do rei D. João V, que isentava seus filhos do serviço militar.<sup>544</sup> Essa foi a justificativa indignada de Mariana Tolosa, que denunciava a irregularidade no recrutamento do neto Severino, valendo-se desse argumento. As razões foram explicadas no requerimento da moradora, que afirmava que o privilégio decorria da localização da vila que, por se situar na barra da costa, era de interesse da defesa “não a despovoar de habitantes”.<sup>545</sup>

Sobre a mesma questão, em carta de 1743, o governador João de Abreu de Castelo Branco declarava infundada a alegação dos moradores de Vigia, e, portanto, não concordava com os argumentos da viúva Mariana Tolosa. Segundo ele, “se a razão de estarem estes moradores situados na costa do mar for o bastante para os eximir de serem soldados”, neste caso “nenhum morador que há desde a capitania do Pará até a ilha do Maranhão, deixará de ter a mesma razão para gozar deste privilégio”, visto que “todos estão igualmente situados na costa do mar”.<sup>546</sup>

Fica claro então que a questão de se encontrar homens para defesa deveria ser equacionada por meio de diferentes vetores de atuação. O recrutamento interno sobre não índios também se intensificou para atender às demandas defensivas da capitania. Podemos observar várias ordens para obrigar o ingresso no serviço das armas. Em 1739, o capitão da Fortaleza do Rio Negro, João Pereira de Araújo recebeu uma ordem do governador da capitania para fazer recrutas e mandar prender todos os que estivessem sem licença do governo na

543 Requerimento de Mariana Tolosa está em anexo da carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

544 Carta regia anexo da Carta dos oficiais da câmara de Vigia ao Rei. Belém 9 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D.920.

545 Requerimento de Mariana Tolosa está em anexo da carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

546 Carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

região da fortaleza do Gurupá, os quais “distribuirá [pelas] [fortalezas] aonde achar serem precisos”.<sup>547</sup>

Um caso exemplar desse tipo de mobilização foi de Manoel Arnault, natural do Maranhão, que vivia na “companhia de suas irmãs órfãs de pai” e por causa “de sua muita pobreza” resolveu, com licença do governador Cristóvão da Costa Freire, ir à capitania do Pará conseguir “algum remédio com que pode se manter e sustentar as ditas suas irmãs”. Ao estar “nesta diligência lhe mandaram sentar praça de soldado o governador Bernardo Pereira de Berredo” e por conta disso “ficaram as ditas suas irmãs em um desamparo” esperando pelo suplicante “por não terem outro irmão que lhes assista a respeito de terem outros dois irmãos com praça de soldados”.<sup>548</sup>

Houve sem dúvida uma mobilização também interna que inclusive tem implicação direta na configuração familiar.<sup>549</sup> Por outro lado, existem outras conexões que devem ser destacadas. Pernambuco, por exemplo, aparece como uma capitania da qual foram destacados diversos soldados para o Pará, sobretudo no governo de Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1669-1703). Essa relação aparece em diversos documentos em que soldados vindos dessa capitania pediam suas baixas de militar para poder voltar ao convívio da família durante a primeira metade do século XVIII.

Da leva de soldados recrutados em Pernambuco, se tem notícias de Manoel Rodrigues Pires e Domingos Correia, ambos servindo como soldados na guarnição do Pará. O primeiro servia havia mais de onze anos, quando pediu baixa para poder retornar para casa.<sup>550</sup> O segundo com um tempo de serviço de mais de treze anos pediu dispensa militar para poder exercer a

---

547 “Ordem passada ao capitão da Fortaleza do Rio Negro João Pereira de Araújo, para que se faça recrutar de soldados”. 29 de novembro de 1739. *APEP*, códice 25, doc. 250.

548 “Requerimento de Manoel Arnaut ao Rei. 6 de agosto de 1720. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 12, doc. 1274.

549 Pesquisas sobre os pedidos de baixa apresentados por soldados e familiares na capitania do Pará na entre 1713 e 1748 foram sistematizados 63 casos dos quais a maioria alegava motivos familiares para sair do serviço militar. Doenças, desamparo da família, implicação nas lavouras, incapacidade por estar aleijado, sustento de irmãs órfãs, sustento de mães e pais idosos. Ver: VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial*. Sobretudo capítulo III.

550 Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 29 de novembro de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 509.

função de serralheiro.<sup>551</sup> Foi possível identificar que eles pertenciam à mesma leva de recrutados por mencionarem, em seus pedidos de baixa, o recrutamento violento e compulsório realizado na época que governava a capitania de Pernambuco Fernando Mascarenhas, da qual foram enviados para servir na capitania do Pará. Há notícia em uma consulta de 1714, onde consta que de Pernambuco muitas “pessoas que foram obrigadas e presas para ir servir” no Maranhão.<sup>552</sup>

O caráter coercitivo do recrutamento de gente para as tropas é evidente. As tropas do Pará também eram o destino de condenados. Trata-se de uma rede vinculada à estratégia de transformação do degredo em sistema de preenchimento de soldados nas tropas coloniais. Aqui não é intenção discutir o degredo e sua utilização enquanto mecanismo de povoamento e defesa nas conquistas. Esse aspecto já foi trabalhado pela historiografia.

Identificar o degredo como vetor de mobilização e integração de sujeitos nas tropas já foi sinalizado, por exemplo, pelos estudos de Timothy Coates ao relacionar o degredo à constituição coercitiva da colonização, destacando que “soldados e degredados, cadeia e serviço militar, podiam ser – e eram-no frequentemente – termos intermutáveis no período moderno emergente em Portugal”.<sup>553</sup> Ou no trabalho de Geraldo Pierone ao encontrar nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas esse tipo de punição, destacando os primeiros degredos destinados ao Brasil e São Tomé no reinado do Rei Dom João III.<sup>554</sup>

Elisa Maria Lopes da Costa também ressalta que além de ser um mecanismo para aumentar as fileiras militares, o degredo regulava o comportamento dos sujeitos arrolados nesse processo.<sup>555</sup> Aqueles que Janaina Amado chamaria

---

551 Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 11 de maio de 1715. Anexo: bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 511.

552 Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 29 de novembro de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 509.

553 COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 117.

554 PIERONE, Geraldo. “No purgatório mas o olhar para o Paraíso: o degredo inquisitorial para o Brasil-colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, v. 6, n. 1 e 2, 1998. p. 117.

555 COSTA, Elisa Maria Lopes da. “O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, v. 6, n. 1 e 2, p. 38 e 43,

de “viajantes involuntários”, ressaltando que a Amazônia foi o destino de significativo número de degredados, até pelo menos 1822. Amado verifica que a incorporação em tropas militares foi o principal destino de jovens banidos do seu local de origem.

Nessa mesma direção apontam as contribuições de Emanuel Araújo sinalizando para a presença significativa de degredados na população da capitania de Salvador. Elemento que, para ele, inclusive, contribuiu no século XVI para associação da “imagem da colônia brasileira a lugar de degredados”.<sup>556</sup> E também os estudos de Emília Viotti da Costa ao analisar os crimes punidos com o degredo em Portugal da época moderna, relacionando a ressignificação dessa punição ao interesse da efetivação do projeto colonial.<sup>557</sup> Como bem destacou Paulo Possamai, o degredo era também “uma forma de garantir o incremento da população branca nas colônias, ao mesmo tempo em que tentava libertar-se de elementos indesejáveis da metrópole, que por sua vez poderiam ser úteis na defesa dos domínios ultramarinos”.<sup>558</sup>

Portanto, o degredo na época moderna constitui um vetor importante de mobilização a serviço da colonização. Uma prática de banimento que já fazia parte da história de Portugal, mas que se ressignificou com as conquistas, funcionando como mecanismo de povoamento e composição de tropas. Na colônia, esses sujeitos podiam desempenhar atividades para o que recebiam pagamentos. Todavia, “teoricamente todos, ou quase todos degredados mandados para uma das colônias, iam para o ultramar para servirem na qualidade de soldados”.<sup>559</sup>

Podemos citar alguns casos presentes na documentação que mencionam a presença de degredados no Pará. Em carta de 20 de junho de 1749, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão denunciava ao rei que haviam embarcado na galera Nossa Senhora da Guia Santo Antonio e Almas,

---

1998.

556 ARAÚJO, Emanuel. “Vida nova à força: degredado em Salvador no século XVI”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, v. 6, n. 1 e 2, p. 60, 1998.

557 COSTA, Emília Viotti. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*, v. 6, n. 1 e 2, p. 85, 1998.

558 POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, n. 2, p. s/n, ago. 2010.

559 COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. p. 68, 75 e 150.

que partira do Pará levando gêneros para o reino, três Castelhanos e “dois degredados dos que vieram ano passado, e se lhe havia assentado praça nesta guarnição”.<sup>560</sup>

Vinculado ao degredo, o mecanismo de comutação, ou seja, a mudança no destino do cumprimento da pena do condenado também foi bastante utilizada. O destino do condenado podia ser alterado obedecendo às necessidades da colonização, geralmente a pedido do governador das capitanias, conforme destacou Janaina Amado.<sup>561</sup> Maranhão e Pará se inserem numa política muito maior e sistematizada de mobilização de pessoas.

O recrutamento também assumiu nas conquistas o caráter de controle de “desocupados” e indisciplinados. No Pará, um bando de 3 de dezembro de 1748 esclarece algumas atribuições do capitão-mor, dentre elas, mandar “assentar praça de soldados a quaisquer vadios, ou vagabundos, que perturbarem esta cidade ou suas vizinhanças”.<sup>562</sup>

Política também assumida no Estado do Brasil, conforme observou Paulo Possamai, para o sul do Brasil, sobre as ordens dos governadores em alistar os vadios nas tropas.<sup>563</sup> Kalina Silva escreve que a integração de vadios, mendigos e criminosos nas tropas era fundamental para a Coroa, na medida que, assim, se resolviam duas questões, uma “social e uma administrativa: o excesso de vagabundos nas vilas e a falta de soldados nas tropas”.<sup>564</sup> Situação confirmada por Laura de Mello e Souza ao tratar sobre a “absorção de mendigos e vagabundos da metrópole, muitas vezes recrutados à força para fazerem serviço militar nas possessões do além-mar”.<sup>565</sup>

Nas tropas do Pará, também havia gente proveniente da Ilha da Madeira e Açores. Um número considerável de soldados vindos da Ilha da Madeira, desde

---

560 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, para o rei. Pará 20 de junho de 1749. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2920.

561 CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. p. 46.

562 [Bando passado ao Capitão mor da capitania de São Luís em 23 de dezembro de 1748, para que o mesmo faça recrutamento de quaisquer vadios ou vagabundos que perturbam a cidade e as vizinhanças]. *APEP*, código: 25. doc. s/n.

563 POSSAMAI, Paulo Cesar. “O recrutamento militar na América portuguesa: O esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)”, p. 155.

564 SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos”, p. 80.

565 SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 57.

finais do século XVII, foram contabilizados por Rafael Chambouleyron.<sup>566</sup> Essa parece ter sido uma política que permaneceu para a primeira metade do século XVIII. Em 1712, o governador pedia do reino 400 soldados “infalivelmente”.<sup>567</sup> O parecer dos conselheiros ao rei indicava, após verificar os meios para acudir o Pará, que os quatrocentos soldados que pedia o governador poderiam sair dos casais da Ilha do Pico, nos Açores.<sup>568</sup>

De fato, se tem notícias de gente desses espaços servindo no Pará. No ano de 1726, por exemplo, há informação de Manoel Tomaz e Antônio de Andrade, ambos soldados na capitania do Pará e naturais da Ilha da Madeira. O primeiro já servia havia “18 anos, três meses e 28 dias” e “a respeito da dita ocupação não pode valer a duas irmãs órfãs que tem na dita Ilha da Madeira, as quais estão vivendo na companhia de sua mãe, todas muito pobres”.<sup>569</sup>

O segundo por sua vez, já servia havia mais de 17 anos era casado e muito pobre “com muitos filhos e três filhas” “sem ter outra coisa para os sustentar”.<sup>570</sup> É também o caso de Agostinho da Silva, natural da ilha da Madeira. Servia como soldado havia 25 anos na capitania do Pará. Na ocasião da mostra de infantaria em 1728, fazia parte da relação dos soldados da companhia paga do Capitão Manuel Morais de Bitencourt.<sup>571</sup>

É importante ressaltar que para os problemas internos de defesa da capitania do Pará, foi pensada uma solução que existia em muitas outras partes do império. Portanto, não é possível tratar de defesa sem compreender as múltiplas redes que mobilizavam gente para as tropas. Isso é possível através de uma comunicação produzida por uma burocracia que canalizava nos conselhos e

566 CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Açai/Programa de Pós-graduação em História Social (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 56 e 57.

567 Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

568 “S.<sup>e</sup> o q. escreve o gov.<sup>or</sup> e capp.<sup>m</sup> gn.<sup>l</sup> do Estado do Maranhão aserca dos poucos soldados q. tem a cid.<sup>e</sup> de Sam Luis do Maranhão e cidade do Grão Pará para guarnecerem as fortalezas e prezidios dellas”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *AHU*, Consultas do Maranhão e Pará, códice 209 (1722-1758) ff. 5v-6v.

569 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 821.

570 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 877.

571 Requerimento cabo de esquadra Agostinho da Silva. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 730; Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei. Belém, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

instituições as questões de defesa. Todavia, a informação não se fazia só escrita, mas também por via da comunicação oral entre sujeitos que transitavam nesses espaços. No sertão, por exemplo, índios, militares e religiosos eram os que informavam sobre o estado das fortificações, missões, conflitos, comércios e caminhos.

As tropas no Pará se constituíam de “toda a sorte de gente” para usar a expressão de dois militares do século XVII. Eram agricultores, lavradores, casados, filhos únicos, oficiais mecânicos, vadios, vagabundos, degredados e índios de diversas etnias. Gente proveniente do Pará, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Rio Grande, Lisboa, Angola, Ilha da Madeira, Açores e diversos espaços do sertão.

O perfil dos não índios recrutados como soldados fez entrar nas tropas pagas gente sem nenhum conhecimento militar. Eram colonos agricultores desejosos de voltar para casa, insatisfeitos com os baixos e insuficientes soldos. Uma soldadesca doente devido às péssimas condições do serviço militar. Era a situação do soldado Miguel Rodrigues Caiena, morador de Belém, em 1715, com 50 anos de idade, casado com filhos e muito doente.<sup>572</sup> Luís Miranda de Figueiredo, soldado havia mais de 9 anos, alegava dores em uma das pernas.<sup>573</sup> Francisco dos Santos Pestana, que, em 1727, com mais de 30 anos de serviço, encontrava-se também muito doente.<sup>574</sup>

Em 1726, tem-se notícia de João Alves que, além de estar doente, faltava “um dedo na mão esquerda, de que procede fazer pouca firmeza na arma”.<sup>575</sup> Domingos Furtado de Mendonça, em 1724, com mais de 20 anos de serviço, encontrava-se “velho e incapacitado”.<sup>576</sup> Em 1743, o soldado Martinho Gomes dos Santos declarava estar cego do olho direito, e, portanto, incapaz para o serviço.<sup>577</sup>

Em 30 de setembro de 1727, o provedor da capitania observava que na infantaria havia “muitos soldados incapazes, que pouco ou nenhum serviço

572 Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 2 de Março de 1715. Anexo: carta, requerimento e bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 510.

573 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 671. Ver ainda: Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 510.

574 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 894.

575 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 820.

576 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 662.

577 Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 26, D. 2416.

fazem a V.M. servirem há trinta, quarenta, cinquenta e mais anos, e que eles eram uns homens pobres”.<sup>578</sup> Verificando a mostra de gente de guerra desse ano encontra-se o número de 13 soldados doentes e 8 incapazes.<sup>579</sup> O que, de fato, condiz com a situação observada pelo provedor e dos relatos dos soldados.

No livro *A “gente de guerra” na Amazonia colonial*, fica evidente que dada a abrangência do recrutamento, os soldados pagos no Grão-Pará na primeira metade do século eram: renegados do reino (degradados), homens solteiros ou casados, filhos únicos de viúvas, arrimos de família e irmãos órfãos, filhos de lavradores mesmo sendo a única força que dispunha para cuidar das roças, ou ainda todos os homens de uma mesma família, homens vindos de outras capitânicas como, por exemplo, das capitânicas do Brasil, ou das ilhas, notadamente da Madeira. Podiam ainda ser oficiais mecânicos, jovens ou idosos, doentes, aleijados ou incapacitados, vadios e vagabundos.<sup>580</sup>

Esses perfis resultantes de um recrutamento compulsório e indiscriminado contribuíram para a má qualidade das tropas regulares e reafirmaram a necessidade dos aliados indígenas nas diligências militares. Todavia, é importante destacar que estamos tratando de soldados. Aos oficiais, a Coroa guardava a escolha mais cuidadosa para ocupar postos de comando. Não sem razão, como se verifica nos documentos, buscava-se compor o oficialato de gente de “qualidade e ciência militar”. Inclusive, podemos defender o argumento que o papel da tropa militar lusa, diante dos desafios da defesa da capitania, devia-se fundamentalmente ao auxílio indígena e à atuação do experiente oficialato.

Portanto, a defesa na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII não se constituiu apenas de companhias oficiais, nem somente de recrutamento interno. Mas sim da composição de redes de ação sistemática e complexa, que, definitivamente, não se limitam apenas aos moradores da capitania do Grão-Pará; ao contrário, constituem um elemento fundamental de mobilização de pessoas no conjunto do império português e do sertão.

---

578 Carta do provedor da fazenda real do Pará ao rei. Belém do Pará 30 de setembro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 944.

579 Esses dados podem ser verificados em: Carta do governador ao rei. Belém do Pará 2 de outubro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 946.

580 VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*.

### 3. Conexões e experiências de militares e índios

A ação de mobilização de forças de defesa na capitania do Grão-Pará funcionou como mecanismo que articulou diferentes espaços geográficos em diferentes partes da conquista portuguesa. Isso só foi possível graças à dimensão global que a Coroa possuía de seus espaços coloniais. Podemos verificar na própria conformação das tropas formadas por sujeitos oriundos de diferentes partes do império. Além disso, é possível perceber também nas trajetórias e mobilização desses sujeitos que transitavam nos espaços do império português pelo serviço militar.

As conexões são evidentes e aparecem para os não índios em dois tipos documentais: *a relação dos serviços prestados* e nos *editais para provimento de postos*. Em ambos há uma narrativa de toda a experiência militar do indivíduo, os locais por onde serviu, o tempo de serviço, as atuações mais significativas e as qualidades acerca da ciência militar. Dessa documentação foram sistematizados alguns dados no quadro a seguir.

Quadro 12. Mobilidade de Militares no Serviço Militar (1709-1750)

Ano	Nome	Tempo/ serviço	Ascensão de postos	Locais do serviço	Posto que pretende
1709	João Barros de Guerra	----	Soldado-Alferes ajudante-Capitão de Infantaria-	Angola; Paço; Valença; Trás-os-Montes; Badajoz; Alcântara; Pernambuco; Pará	Capitão da capitania do Pará.
1709	Pedro da Costa Rayol	29 anos	Soldado-engenheiro	Trás-os-Montes; Pará; Sertão (guerra aos índios Burajara e Amanajas; guerra do Corso no Itapecuru)	Capitão da capitania do Pará.
1709	Miguel Dourado Azevedo	Mais de 30 anos	Soldado-Alferes	Pernambuco; Ceará; Sertão (guerra do Corso em Jogoaribe e Assu)	Capitão da Fortaleza de Gurupá
1709	Tomás Lobo de Souza	19 anos	Soldado-Alferes-Sargento	Angola; Bahia; Sergipe e Pará	Capitão da Fortaleza de Gurupá
1714	Francisco Cândido de Sousa Carvalho	6 anos e 9 meses	Soldado-Alferes	Sertão (guerra na fronteira com a Espanha)	Capitão da Fortaleza da Barra do Pará
1714	Fernão Lobo de Souza	----	Capitão	Sergipe Del Rei; Reino de Angola; Pará	Capitão-mor da praça do Gurupá.
1714	Manoel Domingos Cavaco	9 anos e 8 meses	Soldado-Sargento-Alferes-Tenente de infantaria	Algarves, Alentejo e Beira	Capitão da Fortaleza de Gurupá
1723	Manoel Coelho de Barros	8 anos e 4 meses	Soldado-Cabo-Alferes-Capitão	Pernambuco-Maranhão-Gurupá	Capitão do Fortim da Barra
1724	Sebastião Rodrigues de Oliveira	----	Soldado-capitão de infantaria-capitão da fortaleza da Barra.	Ilha da Madeira; Pernambuco; Palmares; Rio Grande; Maranhão; Pará; Angola (degredado).	Capitão da fortaleza da Barra do Pará.
1727	Antônio Marreiros	40 anos e 9 meses	Soldado-Cabo de esquadransargento-Alferes-Tenente e sargento-mor da praça do Pará	Província de Alentejo; Beira, Maranhão e Pará	Capitão mor da capitania do Pará

1727	Maximiliano da Costa de Oliveira	20 anos e 4 meses	Soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes e tenente	Portugal	Capitão mor da capitania do Pará
1730	João Pereira da Silva	Mais de 13 anos	Soldado-Sargento-Alferes	Estado da Índia (atuou na defesa de Damão, Goa e Chaul)	Capitão Mor da capitania do Pará
1730	Francisco da Costa	Mais de 28 anos	Soldado-Cabo-Sargento-Alferes	Corte; Província da Alentejo; Minho e Castela.	Capitão Mor da capitania do Pará
1730	Diogo Rodrigues Pereira	Mais de 28 anos	Soldado-Cabo-Sargento-Capitão	Pernambuco; Maranhão; Pará (Gurupá e Rio Negro)	Capitão Mor da Capitania do Pará
1732	Miguel de Melo	Mais de 18 anos	----	Província de Alentejo; Praça de Elvas	Capitão-Mor de Gurupá
1732	Manoel da Vitória	Mais de 14 anos	----	Praça de Mazagão, e em duas armadas na Praça de Gibraltar	Capitão-Mor de Gurupá
1732	Manoel Rodrigues Tavares	Mais de 6 anos	----	Praça Paraíba do Norte	Capitão-Mor de Gurupá
1732	Bernardo de Almeida Moraes	22 anos	Alferes-Capitão	Pará (Tapajós, Gurupá e Fortim da Barra)	Capitão-Mor de Gurupá
1734	Damião de Bastos	23 anos e 10 meses	Capitão	Portugal (província de Alentejo); Maranhão; integrou exército contra Castela	Capitão-mor do Gurupá
1734	João de Almeida da Mata	30 anos e 4 meses	Soldado-cabo-sargento-capitão	Maranhão; Pará; Embarcou em 12 armadas ao Brasil; atuou em campanhas na província da Beira, Castela, Gibraltar e Alentejo; Tropa de guerra do Rio Negro	Capitão-mor do Gurupá
1734	Francisco de Melo Palheta	22 anos e 4 meses	Soldado-Cabo-Sargento-Alferes-Tenente	Pará (Guarda Costa; Rio Madeira; Guerra contra os Maraguas)	Capitão-mor do Gurupá

1734	Gaspar Ferreira Lima	25 anos e 4 meses	Soldado-Alferes- Cabo	Província da Beira e Alentejo	Capitão-mor do Gurupá
1734	Inácio da Costa Barbuda	15 anos e 5 meses	Sargento-Capitão	Pará (sargento das entradas do rio Tocantins) Capitão na vila de Caeté	Capitão-mor do Gurupá
1734	Antônio Real Augusto	23 anos e 2 meses	Soldado-Cabo-Sargento-Alferes	Corte; Província de Alentejo; Praça de Gibraltar; Badajoz.	Capitão-mor do Gurupá
1745	André Miguel Aires	4 anos e 1 mês	Soldado-Cabo-Capitão	Maranhão; Pará (Fortaleza de Gurupá; Fortaleza do Tapajós e tropa de resga do Rio Negro)	Capitão da Fortaleza do Tapajós
1748	Pedro Alvares Borges	20 anos e 3 meses	Soldado-Capitão-Tenente	Portugal-Estado da Índia-Pará	Capitão da Fortaleza de Pauxis
1748	Cipriano de Matos Monteiro	----	Capitão	Rio de Janeiro; navegou para o Reino de Angola;	Capitão da Fortaleza de Pauxis
1750	Loureço Arraes de Mendonça	15 anos e 9 meses	Soldado-Cabo-Sargento-Tenente	Praça de Mazagão	Capitão-mor do Pará
1750	Baltazar Luís Carneiro	10 anos e 7 meses	Soldado-Capitão	Pará (Pauxis); Ilha da Madeira; Maranhão	Capitão-mor do Pará

Fonte: *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 5, D. 436; Cx. 8, D. 672; Cx. 9, D. 811; Cx. 5, D. 429; Cx. 5, D. 438; Cx. 6, D. 501; Cx. 6, D. 508; , Cx. 6, D. 501; Cx. 6, D. 499; Cx.6, D.501; Cx. 7, D. 639; Cx. 10; D. 906; Cx. 12; D1132; Cx. 13; D. 1250; Cx.16; D. 1482; Cx. 28, D. 2623; Cx. 30, D. 2880; Cx. 31, D. 2968.

O quadro comprova que a capitania do Pará se conectava com o império português. Portanto, a interpretação historiográfica de que o recrutamento militar, nas conquistas, recaiu principalmente sobre a gente da própria colônia deve ser ponderada. É evidente que o recrutamento compulsório ocorreu internamente. Esse vetor existe. Todavia, a defesa não se faz somente com a gente da colônia. Mas sim de gente de diversas partes do império português.

Ora, como se verifica, há militares atuando no Pará provenientes dos mais diversos lugares, com experiência no Estado da Índia (Chaul, Damão, Goa), em Angola, na Ilha da Madeira, nos Açores, em Mazagão, em Gibraltar, e nas diversas províncias do reino, de capitâncias do Estado do Brasil, incluindo também capitania do Maranhão. Para os indígenas, eram provenientes de várias partes do sertão do Pará e de Pernambuco, Ceará e Serra da Ibiapaba. Esses dados atestam que os problemas locais de defesa foram administrados pela Coroa em uma perspectiva de império.

A movimentação de sujeitos nesses espaços implica na necessidade de repensar a relação do Pará com capitâncias do Brasil e outras partes do império português. Temos insistido em colocar a Amazônia, ou melhor, o Estado do Maranhão e Pará em lugar distinto ou separado do Estado do Brasil. Essa distinção é importante e extremamente necessária para pensarmos as especificidades de cada conquista. E, sobretudo, as políticas de colonização, exploração que possuem lógicas distintas, que se justifica inclusive pela divisão administrativa em Estados. Porém, é importante não engessar a relação entre esses dois espaços. Diversos sujeitos transitavam entre os dois Estados. Não podemos perder de vista que se trata de dois espaços sob a gerência da mesma Coroa, o que permite inúmeras conexões e contatos. Isso vale também para outros espaços da conquista.

A mobilização de sujeitos para a defesa na capitania do Grão-Pará esteve estreitamente relacionada à experiência e à prestação de serviço. Em grande medida, a trajetória militar definia novos espaços de atuação desses indivíduos. João Barros de Guerra, por exemplo, serviu, entre 1691 e 1695, como soldado em Angola na companhia do governador Gonçalo Costa e Meneses. No fim desse período, foi a Pernambuco acompanhar presos. Em 1703, consta ter ido para Portugal onde permaneceu até 14 de julho de 1709, ocupando-se “nos

postos de alferes ajudante supra e do número e capitão de infantaria do Paço do mestre de campo o conde São Vicente”.<sup>581</sup>

Participou, de acordo com o documento, “na restauração da Praça de Monsanto”, em 1704. Estando também nesse período em “Praça de Valença e a província de Trás-os-Montes” e, dali, foi para Badajoz e, em 1706, foi assistir à guarnição na Praça de Alcântara. Essas são apenas algumas das experiências que acompanham seus papéis de prestação de serviço à Coroa. Condição suficiente para concorrer ao posto de capitão-mor do Pará. Em 1709, sua vasta experiência chamava a atenção do Conselho, que se mostrava unânime na votação de João de Barros para ocupar o posto de capitão na capitania do Pará.<sup>582</sup>

Na sua justificativa, o Conselho apresentava o fato de João de Barros ter estado em diversas ocasiões de guerra e ter servido em diversas partes do império. Ressaltando também que “na presente conjuntura é muito conveniente que nas praças das conquistas se achem providos os postos em *peessoas e todo o valor* e com *toda a luz da disciplina e regra militar*”. Os conselheiros concluíam que “temendo-se justamente que possam ser invadidas pelos inimigos desta Coroa o que senão pode encontrar nos que estão servindo nelas por não haverem tido a experiência dos perigos dos que viram a guerra das nações da Europa”, considerando que “por falta deste conhecimento não poderão usar tão facilmente dos meios proporcionados pela sua defesa e se reconhece”.<sup>583</sup>

Pedro da Costa Rayol também concorria ao posto de capitão-mor do Pará e, assim como seu concorrente João de Barros, apresentava uma larga experiência militar. Constava já haver servido mais de 29 anos, ocupando vários postos militares. Entre várias diligências no sertão destacou-se na guerra aos índios das nações Burajara, Amanajás. Com “quinze soldados brancos e cento e cinquenta índios para rebater o encontro ao gentio da nação Gajós nossos inimigos”, gentio do Corso no Rio Itapecuru. Havia servido na província de Trás-os-Montes e, na capitania do Pará, servia desde 1683. Além dessa larga experiência militar, Pedro da Costa ainda era engenheiro, cuja função já havia

---

581 CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

582 *Idem*.

583 *Idem*.

desempenhado na província Trás-os-Montes e na capitania do Pará de 1683 a 1708.<sup>584</sup>

Foram justamente os serviços prestados como engenheiro que implicaram na decisão do Conselho sobre a sua não nomeação ao posto de capitão-mor do Pará. De acordo com a justificativa apresentada pelo conselho, Pedro da Costa serviria muito mais à Coroa se permanecesse apenas como engenheiro, já que assumindo o posto de capitão não apenas comprometeria sua disponibilidade como engenheiro, como também implicaria para a Coroa um problema, pois teria que nomear outro, que talvez não tivesse “a ciência e experiência que ele tem do Estado do Maranhão”.<sup>585</sup>

Conforme podemos verificar, os ajustes das forças e das competências faziam parte da administração colonial. Parece que a experiência tem um lugar muito importante na constituição das melhores adequações do projeto colonial. Como verificamos, nos dois casos a experiência foi destacada. No primeiro, por haver participado de eventos militares importantes em diversas partes do império. No caso do segundo, sua experiência como engenheiro e o conhecimento sobre o Maranhão impediram que tomasse o posto de capitão, embora também tivesse uma experiência militar significativa. Era mais interessante para a Coroa, nesse caso, equilibrar as competências com as urgências e necessidades coloniais.

A estratégia em manter Pedro da Costa na condição de engenheiro foi muito bem articulada, considerando os problemas que poderia ocasionar caso ele estivesse no posto de capitão, sobretudo pelos desafios em encontrar um substituto já com bastante experiência naquela atividade. Podemos verificar outros exemplos nesse sentido.

Sebastião Rodrigues de Oliveira era natural da ilha da Madeira, de onde fora recrutado como soldado para as capitanias do Brasil, servindo desde 1686 em Pernambuco, Palmares e Rio Grande. Veio para o Maranhão, em “cuja viagem naufragou, e perdeu toda a sua fazenda, e papéis de serviço e de importância”. No Pará, ocupou o “posto de alferes, capitão da infantaria paga e capitão da fortaleza da Barra”.<sup>586</sup>

---

584 *Idem.*

585 *Idem.*

586 Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e treslado. *AHU, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672.*

No ano de 1711, foi considerado culpado pela morte de sua mulher D. Maria de [Briços?], preso por ordem do governador Cristóvão da Costa Freire e condenado em “cinco anos de degredo para Angola”. Todavia, consta nos papéis que insatisfeito com a pena, o militar apelou ao Conselho de Guerra. No dia 10 de janeiro de 1714, o Conselho decidiu pela revogação da “sentença no perdimento dos bens” e pela comutação do degredo de Angola para o “Estado do Maranhão”, não podendo ir ao “Pará durante o tempo total do degredo”. Mesmo com essa condenação de degredo, após cinco anos, conseguiu restituir o seu posto de capitão da Fortaleza da Barra no Pará.<sup>587</sup>

Em 1722, em extenso requerimento, Sebastião Rodrigues de Oliveira pedia ao rei a sua restituição no posto de capitão, já que segundo ele não sabia com que pretexto o governador, estando no Pará, declarara seu posto como vago, sendo ocupado, em 1718, por Manoel Lourenço Pereira. Sebastião Rodrigues de Oliveira recorreu ao governador Bernardo Pereira de Berredo com o intuito de “embargar a posse do dito Manoel Lourenço”, mas de nada adiantou; sendo destituído do posto de capitão, voltou a assentar praça de soldado. No requerimento em que expusera toda a situação ao rei, explicava que por várias vezes tinha “mandado requerer a V.M., pelo Conselho Ultramarino e não tem tido resolução e nem reposta”, e se achava nessa ocasião “pobre e desvalido”, solicitando a restituição do posto de capitão, ressaltando se encontrar “com o degredo acabado na forma da sentença”.<sup>588</sup>

Em 16 de agosto de 1725, o governador João da Maia da Gama entendendo que, de fato, Sebastião Rodrigues de Oliveira não podia ser destituído de seu posto, sugeria ao rei uma possível solução para o caso, que seria passar Manoel Lourenço a “capitão da fortaleza de Itapecuru” e restituir o posto que ocupara a Sebastião Rodrigues de Oliveira, já que havia “findado o seu degredo em 21 de maio de 1721”.<sup>589</sup> Ao que parece, o militar conseguiu o que pretendia,

---

587 Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e treslado. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672.

588 Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e treslado. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672.

589 Carta do governador João da Maia da Gama, para o rei. Pará 16 de agosto de 1725. Anexo: certidões, carta, requerimento e despacho. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 748.

pois no ano seguinte pedia ao rei os documentos sobre sua nomeação a capitão da fortaleza da Barra do Pará.<sup>590</sup>

Por outro lado, o caso de Sebastião Rodrigues é um exemplo claro da mobilização de pessoas pelo serviço das armas; ele era natural da Ilha da Madeira e em 35 anos de serviço já havia passado por Pernambuco, Palmares, Rio Grande, Maranhão, Pará, por último enviado ao Reino e depois retornado para o Maranhão. Essa mobilidade só é possível pela percepção de um espaço muito mais global. São, portanto, as experiências militares acumuladas por Sebastião Rodrigues em diferentes partes da conquista que permitem não apenas o conhecimento do aparelho burocrático ao qual recorreu várias vezes para restituir seu posto de capitão de fortaleza no norte da colônia, mas, também, a valorização de seu conhecimento militar para a conquista. Era mais interessante, nesse caso, mantê-lo como militar experiente que simplesmente na condição de degredado.

Poderíamos elencar muitos outros exemplos. Como Francisco Dias que, em 24 anos de serviço, possuía enorme experiência no sertão. Entre muitas diligências, participou, em 1687, na guerra aos índios no Araguari. Em 1688, estava em tropas que circulavam nas fronteiras contra a presença de holandeses e de franceses. Sua experiência no sertão e sua trajetória militar lhe fez passar de soldado a sargento.<sup>591</sup>

Já Miguel Dourado Azevedo estava servindo no Pará, em mais de 30 anos de serviço, já havia passado pela capitania de Pernambuco, de onde era natural, onde atuou na fortaleza de Brum, tinha participado da guerra do Corso em Jaguaribe e Assu, capitania do Ceará e pretendia, em 1709, o posto de capitão da fortaleza de Gurupá.<sup>592</sup> Finalmente, Tomás Lobo de Souza, que constava ter servido em Angola, Bahia, Sergipe e Pará. Essa experiência o fez passar de soldado ao posto de capitão da fortaleza do Gurupá, depois de 19 anos de serviço.<sup>593</sup>

---

590 Requerimento do capitão Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 26 de março de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 811.

591 Relação dos serviços prestados por João Francisco Dias. 3 de janeiro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 429.

592 Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5 D. 438.

593 Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 501.

Em 1730, concorriam ao posto de capitão-mor da capitania do Pará, João da Silva Pereira, Francisco da Costa e Diogo Rodrigues Pereira. Todos com larga experiência no serviço militar. O primeiro havia servido no Estado da Índia, atuou na defesa das cidades de Damão, Goa e Chaul. O segundo apresentava experiência de atuação no reino, havia atuado na província de Alentejo, Minho e Corte. Por último, Diogo Rodrigues Pereira, com experiência do serviço na América portuguesa, já havia atuado em Pernambuco, Maranhão e Pará, neste último sendo sargento ajudante na fortaleza de Gurupá e capitão da casa forte do Rio Negro. Todavia, o Conselho sugeriu a nomeação de João da Silva Pereira pela experiência que acumulava na Índia.<sup>594</sup>

Esses casos evidenciam o que havíamos sinalizado no início deste capítulo, de que não é possível compreender a mobilização desses sujeitos sem ampliar o espaço de análise. Fica evidente que a Coroa portuguesa não agia localmente; ao contrário, tinha a percepção de um império que se conectava. Se observarmos o mapa construído a partir dos espaços citados nos papéis que relatam as experiências dos militares que serviam no Pará, fica evidente que a capitania se conectava a partir da militarização ao restante do império.

Os próprios sujeitos que transitavam entre esses espaços também possuíam essa consciência. Ora, quando possuíam interesse em conquistar postos mais elevados na hierarquia militar, acionavam todas as experiências, vivenciadas em diversas partes das conquistas. Por outro lado, verifica-se que na nomeação de gente para os postos não bastava a intenção e experiência acumulada pelo militar, a Coroa adequava, equilibrava as competências desses indivíduos conforme as urgências e necessidades coloniais. Assim, se explicam os rearranjos de defesa que só foi possível graças à burocracia militar que fortaleceu através de instituições como o Conselho de Guerra, um circuito de informações, que possibilitava pensar estratégias conectadas em diversas espacialidades do império.

Esse quadro, entretanto, não está completo. A defesa da capitania do Pará integrou outros espaços. Ora, a mobilização pela prestação de serviço de militares colocou o Pará em redes dos espaços oceânicos conectando-se a tantas partes da conquista; já os indígenas que integraram atividades de defesa da capitania estreitaram as conexões do espaço de gerência reinol (Belém e São

---

594 Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei sobre nomeação de pessoas ao posto de capitão mor do Pará. Lisboa 11 de setembro de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 12; D1132.

Luís, principalmente) com diversas partes do sertão amazônico colonial. Esses dois eventos fazem parte de um mesmo processo, qual seja, a defesa e manutenção do domínio português na região.

Nessa altura, convém a seguinte indagação: seria possível construir um quadro sobre a mobilização indígena do sertão para defesa da capitania, tal como se fez para os militares? Essa é uma tarefa das mais difíceis. Primeiro que para esse grupo não contamos com a burocracia militar. Por exemplo, quando um indivíduo é recrutado como soldado ele passa a integrar um fluxo de registros que se compõe de listas e mapas em que é possível verificar em que companhia serve e para onde foi destacado.

Na ascensão a postos mais elevados, deve submeter-se a uma análise de serviços prestados. Para ocupar postos é necessário concorrer a editais, que trazem narrativas detalhadas sobre a vida militar desses indivíduos. Para solicitar baixa do serviço, é necessário alegar as razões, a partir das quais é possível verificar as implicações na vida pessoal e familiar do recrutado. Todos esses canais são normatizados por extensas e sobrepostas normativas presentes em alvarás, regimentos e decretos. Essa burocracia que envolve o serviço militar deixou documentos sistemáticos sobre os indivíduos integrados na defesa.

Para os indígenas não há nenhum conjunto documental sistemático sobre sua atuação militar. Exceto para registros de patentes. Porém são tão pobres de informações, que não se pode traçar nem as razões da honraria, como veremos no capítulo 5. Os índios não são considerados soldados, portanto, não seguem o fluxo de registro dos soldados e oficiais. Todavia, foram parte do sistema defensivo da capitania. Ora, atuaram nas guerras, na vigilância de fronteiras, nas expedições nos sertões, eram os guias, os remeiros e os guerreiros juntamente com militares das tropas oficiais. Por essa razão, não podem ser negligenciados.

As informações sobre a presença indígena nas diligências militares do Estado estão pulverizadas em diversos tipos documentais, que não seguem nenhuma regra de registro. E foram muitos os interlocutores desse processo, como por exemplo, militares, governadores e religiosos. Em registros mais generosos, vez ou outra é possível ter o nome da nação que atuou em alguma diligência militar. Outras vezes são tratados apenas como “índios”, a velha categoria homogeneizante que inviabiliza uma análise de proveniência geográfica ou étnica, costumes e cultura. Em outros momentos, são nomeados pela aldeia

que residem e não pela nação. Outros desafios podem ser elencados, como o filtro da oficialidade nas informações.

Portanto, ao considerar-se esses obstáculos de fontes e de metodologia parece impossível verificar as conexões construídas a partir da presença indígena nas tropas lusas e/ou a atuação em atividades militares da capitania. Todavia, a partir de indícios dessa documentação pulverizada pode-se examinar algumas possibilidades. A fim de estabelecer um universo específico de análise, foram determinados alguns eventos-chaves da expansão colonial na primeira metade do século XVIII. Trata-se da expansão para o Cabo do Norte, a exemplo das expedições de guarda costas; o avanço para o Rio Negro, a considerar-se a guerra contra os Manao e Mayapena; tropas de descobrimento das minas de ouro do Tocantins; ameaça estrangeira na fronteira e fortificações; guerra contra os Aruã do Marajó e Amanaju do Cabo do Norte.

A guerra contra os Amanaju, embora se trate de um evento ocorrido no final do século XVII, traz importantes informações sobre a guerra indígena e explica alianças estabelecidas posteriormente, na primeira metade do século XVIII, que serão analisadas no próximo capítulo. Por essa razão, esse conflito entra no quadro. Para a capitania do Pará, esses são alguns acontecimentos centrais da defesa e estabelecimento da presença lusa na região. A partir desses vetores, é possível chegar aos indígenas que estiveram ao lado dos portugueses nessas empreitadas.

É importante lembrar que nessa altura interessa-nos compreender as conexões que se estabelecem no sertão a partir dessa mobilização, assim como traçamos para os militares. Outra questão é que se trata da mobilização de índios para eventos de caráter militar, vinculados à defesa da capitania. Portanto, a presença indígena em tropas de descimentos, resgates e coleta de drogas não constitui objeto deste estudo. Desta feita, a partir do estabelecido foi possível sistematizar as seguintes informações.

Quadro 13. Mobilidade de Índios para atividades militares no Pará

Evento Militar	Espaços	Solicitante	Nações Mobilizadas	Proveniência	Número de índios
Guerra contra os Amanaju (1689)	Cabo do Norte	Governador Sá e Meneses	Aroaquizes	Piauí [?]	----
			Tupinambá	----	
			----	Aldeia de Maracanã	
Defesa da Casa Forte do Rio Negro (1709)	Rio Negro	Tenente Baltazar Pestana	----	Província da Piedade	----
Guerra contra os Aruã do Marajó (1721-1722)	Ilha do Marajó-Cabo do Norte	Governador João da Maia da Gama	Tupinambá	----	----
			Sacaca	----	
				Aldeia do Arapijó	
Guerra contra os Manao (1723-1728)	Rio Negro	João Pais do Amaral	----	----	600
Guerra contra os Mayapena (1729-1730)	Rio Negro	Alexandre de Souza Freire	“Potentado Cabacabary”	----	Solicitava mais 800
Tropa de Guarda Costa	Fronteira entre Portugal e França- Cabo do Norte	Governadores	Tupinambá	----	----
			----	Aldeia do Arapijó	
Tropa de descobrimento de minas de ouro do Tocantins (1727)	Rio Tocantins	Francisco de Potflis	Tupinambá	Aldeia de Maracanã	100
			Aroaguini Nhengatê-Principal José Aranha		
Tropa de Guerra do Tocantins (1730)	Tocantins	Governador	----	Aldeia de Maracanã	40
Tropa de vigilância de fronteira (1733)	Fronteira Portugal e Espanha	Belquior Mendes de Morais	----	Aldeias “dos Boccas Guaricuru e Arucara” dos Padres da companhia de Jesus; Aldeias Arapijó, Cavianã, Maturu dos Padres da Piedade; Aldeia do Cayae Mangabeiras dos Padres da Conceição	41
Tropa de diligência militar no sertão (1736)	----	Governador	----	“Reverendo padre missionário” de Cameté.	----

**Fonte:** AHU, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 278; Cx. 5, D. 440; Cx. 11, D. 974; Cx. 10; D. 886; Cx. 17, D. 1563; Cx. 15, D. 1413. APEP, códice 25, doc. 18. *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11

A partir desse quadro já é possível verificar as redes de conexão a partir da presença indígena nos eventos militares. Ora, os índios aliados atuaram ao lado das tropas portuguesas no Cabo Norte, Rio Negro, Ilha do Marajó e Tocantins. Provenientes do Piauí, Cametá, de aldeias dos padres da Companhia de Jesus, dos padres da Piedade e dos padres da Conceição.

Chama atenção a presença, por exemplo, dos índios da aldeia Maracanã e Tupinambá, que aparecem na atuação da guerra contra os Amanaju do Cabo do Norte e Aruã do Marajó. A aldeia Maracanã é também auxílio na tropa de guerra do Tocantins. Ao que parece, estabeleceram alianças mais estáveis com os portugueses. Todavia, é importante lembrar que alianças eram bastante fluidas entre colonizadores e grupos indígenas. Maria Regina Celestino de Almeida explica termos como “falsos” e “traidores” que aparecem nas fontes refletem as alianças desfeitas pelos índios, que faziam e desfaziam de acordo com os seus próprios interesses.<sup>595</sup>

Vanice Siqueira Melo também destaca essa fluidez ao analisar as relações complexas entre os índios e os colonizadores, na experiência colonial do sertão do Maranhão e Piauí. Explica que as alianças com os colonizadores não significavam o rompimento com as alianças com grupos indígenas considerados inimigos da colonização. Refere-se, por exemplo, ao caso dos índios Tremembé, que mantinham posição que transitava entre essas categorias (aliados e inimigos). Desta feita, trata-se de uma sociedade na qual “as alianças dos índios com os portugueses não somente eram instáveis, como não eram excludentes, pois os índios aliados poderiam auxiliar os brancos e colaborar com os índios inimigos”.<sup>596</sup>

Em 1738, por exemplo, Feliciano Ribeiro se referia aos índios como “malévolos e falsos” por causa das “mortes, que têm feito, e os danos, que têm causado a crueldade com que tantos anos se tem por lá, destruindo vidas, e fazendas, causando notável estrago aos povos”. Razão pela qual justificava a necessidade de fazer guerra aos índios.<sup>597</sup> Talvez essa fluidez das alianças tenha

---

595 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*.

596 MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 103.

597 “Carta de fr. Feliciano Ribeiro ao rei D. João V, sobre as guerras que se tem feito aos índios”. 14 de julho de 1738. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 24. doc. 2476.

contribuído para a necessidade de os portugueses manterem laços mais estáveis com grupos indígenas.

Para o Maranhão, por exemplo, índios vindos do Ceará e Serra da Ibiapaba parecem ter sido importantes. Em 1712, solicitava-se para a tropa de Antônio da Cunha Souto Maior 400 índios das nações Araricos e Anaces para combaterem na guerra contra os índios do Corso. Para esse caso, quais as razões para o governador solicitar 400 índios do Ceará?

As razões não são claras. Todavia, é necessário considerar alguns elementos importantes da própria relação entre os colonizadores portugueses e a capitania em questão. Maria Regina Celestino de Almeida escreve que alianças com grupos Tupi foram muito importantes para as conquistas de Pernambuco, Ceará, Serra da Ibiapaba e Maranhão. Relações construídas desde o início da conquista.

Celestino de Almeida ressalta o auxílio dos potiguaras, sobretudo nas conquistas do Ceará e Serra da Ibiapaba, formando alianças mais estáveis com os portugueses. Destaca, por exemplo, a atuação dos guerreiros potiguaras comandados pelo Principal Zorobabé, que, no século XVII, foram mobilizados para enfrentar os aimorés sublevados na Bahia. Além de sua atuação na ocasião da invasão holandesa, em que “dividiram seu apoio entre os portugueses e os holandeses”.<sup>598</sup>

E, por ocasião da guerra contra Holanda, de acordo com Celestino de Almeida, muitos índios iriam se refugiar na Serra da Ibiapaba,<sup>599</sup> onde mais tarde seria “estabelecida uma grande aldeia jesuítica”. Esses índios “iriam se tornar baluarte de defesa da região, e seus líderes iriam, até bem avançado do século XVIII, usufruir de considerável poder de barganha devido a essa condição”.<sup>600</sup>

Isso pode sinalizar que algumas alianças já estabelecidas na experiência da conquista definem as relações e as mobilizações de certos grupos indígenas. Esse pode ser um indício para a resposta da pergunta anterior. Talvez o

---

598 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p. 52-53.

599 Sobre a presença indígena na conformação da Serra de Ibiapaba ver: MAIA, Lúcio José de Oliveira. “Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII”. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

600 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. p. 52-53.

governador quando solicitava índios guerreiros do Ceará estivesse utilizando o critério da experiência e das alianças já previamente construídas. Ao que parece, os militares e os governadores e a própria Coroa já possuíam na primeira metade do século XVIII um mapa possível de grupos e alianças indígenas construídos ao longo da experiência colonial. Embora, claro, deva-se considerar a fluidez e a dinâmica dessas relações.

Pode ter sido essa a razão da presença dos índios da aldeia de Maracanã por mais de uma vez como aliados dos portugueses em diligências de guerra. Em 1734, o governador José da Serra se referia aos Maracanã como os mais “mais fiéis ao serviço de V.M.”. Destacava a necessidade de efetuar os pagamentos pelo auxílio dados por esses índios que foram destacados na tropa de guerra. O governador explicitava sua preocupação, expondo que se retirasse da Fazenda real a “importância destes panos, o que faço por me parecer injusto, que os únicos índios fiéis que V.M. tem, venham de uma Tropa de Guerra doentes e se mandem para a sua terra doentes sem se lhe pagar quatro varas de pano que somente ganharam”.<sup>601</sup>

Parece evidente que o governador pretendia manter as alianças com índios da aldeia de Maracanã. Assim como os identificava como os mais fiéis à Coroa. Isso sugere que assim como os militares formaram trajetórias no decorrer da experiência colonial, os grupos indígenas também formalizaram esse tipo de percepção no decorrer da experiência colonial. Assim como houve um processo de detração de certos grupos indígenas, que os perpetuou como inimigos da colonização (caso dos Mura do rio Madeira, por exemplo), houve também um processo inverso por meio do qual se forjou um discurso em favor dos grupos aliados.

Por outro lado, a experiência e a convivência com diversos grupos fizeram e refizeram alianças, o que as torna um terreno bastante escorregadio de análise. Apesar da instabilidade dessas alianças, elas foram imprescindíveis. Temos notícias de mobilização de grupos indígenas que compuseram a tropa durante todo processo colonial. Isso fica evidente em carta de 1709, em que a Coroa recomenda que na impossibilidade de enviar efetivos militares do reino se fizesse a defesa com os “naturais” que “fazem muita diferença em seus procedimentos”.<sup>602</sup> Ao que parece, a Coroa reconhecia a importância da

601 CARTA do governador José da Serra ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563.

602 CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*,

presença indígena, nas tropas militares. Portanto, os grupos indígenas fizeram parte desse universo defensivo, construindo suas próprias dinâmicas, seja pela aliança, pelas guerras ou pelos conflitos, o que fazia com que estes sujeitos estivessem estreitamente relacionados ao processo de colonização e defesa da capitania do Grão-Pará.

## Conclusão

A capitania do Pará estava inserida em uma política de recrutamento e defesa cuja perspectiva espacial é o império. Aqui percebemos a circulação de sujeitos proporcionada pelo serviço militar que integrava diversas partes do império e o espaço do sertão. Por esse motivo, encontramos tropas formadas por sujeitos que vêm de Pernambuco, Ceará, Rio Grande, Ilha da Madeira, Angola, reino e do imenso sertão, espaços que se conectavam numa percepção global das partes do império pela coroa Portuguesa.

Verifica-se a presença de redes muito complexas de mobilização de militares e índios para a defesa. Elementos que aproximam cada vez mais o sertão dos centros de gerência reinol nas capitanias e, sobretudo, aproximam aspectos que têm sido percebidos de forma desconectada, como a atuação indígena na conformação da defesa desses territórios, e a relação entre aldeias missionárias, das fortificações e ações militares, e que parecem constituir novas dinâmicas de contato.

Isso decorre do esforço da Coroa portuguesa em operacionalizar a defesa da capitania e resolver os problemas internos, articulando redes de mobilização sistemática de homens. Esses sujeitos inseridos numa perspectiva global do império transitavam, construíram experiências e trajetórias a partir do serviço militar. De fato, para usar a expressão de padre Antônio Vieira que introduz este capítulo, *o provimento e prevenção conveniente a precisa defesa do império, não está em Lisboa*. Como vimos até aqui, estava em várias partes desse vasto império e se compunha de diversas gentes. A defesa da capitania do Pará e a qualificação da tropa militar encontravam-se, sobretudo, na participação dos aliados indígenas e de um grupo de militares que integravam um experiente oficialato. Mas essa é uma questão para o próximo capítulo.



## DEFESA LUSO-INDÍGENA: MILITARES, INDÍGENAS E ALIANÇAS NA CAPITANIA DO PARÁ

É tão certo este conhecimento dos Tupinambás que sem um deles adiante não caminham os portugueses para a guerra, eles descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas, definem o lugar donde devem pernoitar, o que tudo determinam, confiando em sua capacidade a marcha militar (“Notícias da América Portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico”, Manuscritos da Livraria – PT/TT/MSLIV, n. 1065).

O sistema defensivo da capitania do Pará, como vimos na Parte I deste livro, apresentava bastante dificuldades. As forças legais dispunham de pouca gente, em sua maioria desqualificada na arte militar. A solução foi a constituição de uma complexa rede de mobilização de gente para as tropas que integravam espaços e gente de diversas partes do império português. Na ausência de tropa auxiliar, esse sistema incluía e afirmava a necessária e importante aliança como os indígenas. Esses foram o socorro necessário à efetiva defesa da capitania. Portanto, nessa altura, para completar o quadro analítico deste estudo, resta ainda um último ponto, *a atuação indígena* nas diligências militares.

Essa questão poderia ser verificada a partir de diversos aspectos, tais como a vigilância, o cotidiano das fortalezas, a logística e o caminho das tropas. Todavia, optou-se pelas *ações de guerra* por entender-se que o conflito deflagrado é o ponto mais crítico da ação de defesa, ocasião privilegiada em que se

pode verificar com mais clareza a atuação de militares e indígenas e, sobretudo, as estratégias defensivas pensadas por autoridades coloniais.

Aqui não é intenção caracterizar ou mapear todas as guerras ocorridas no Estado do Maranhão e Pará na primeira metade do século XVIII, mas perceber a presença e atuação indígena em ocasiões específicas de expansão colonial. Trata-se, portanto, de compreender melhor o “*grandiosíssimo socorro*”, no sistema defensivo da capitania. Este capítulo sustenta o argumento de que as atividades de defesa, sobretudo guerras contra índios hostis e a expansão da fronteira colonial só foram possíveis graças à participação de índios aliados. Em muitos casos, alianças consolidadas desde os primeiros anos de conquista ou mesmo fortalecidas pelas relações construídas no Estado do Brasil.

Ora, como tem se mostrado ao longo de estudo, não há efetivos regulares capazes de fazer frente a todas as demandas de defesa da região, basta lembrar que entre 1623 e 1747, as cinco companhias pagas da capitania do Pará e Maranhão não atingiram o número de 340 soldados pagos. Se considerarmos todas as atividades para as quais eram destacados e a vasta extensão territorial com dilatadas fronteiras, logo se constata sua insuficiência.

Por outro lado, é importante destacar que para o Estado do Brasil há, desde o século XVII, a constituição de companhias auxiliares de pardos e pretos; para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, essa configuração só se verifica a partir de 1766, como vimos no capítulo 2. Portanto, a defesa nessas partes valeu-se da aliança com os indígenas. Nesses termos, não há como tratar de defesa sem destacar as alianças porque foram os índios aliados que possibilitaram às tropas portuguesas a vigilância das fronteiras, a guarnição das fortalezas e, sobretudo, a logística militar e os enfrentamentos em ocasiões de guerra.

É fundamental destacar que os *aliados* constituem um grupo heterogêneo formado por aqueles que provêm de diversas nações indígenas, dos aldeamentos, da intermediação dos principais e, inclusive, de outras capitanias. Esses foram importantes para a efetivação das atividades militares na capitania do Pará, mas, não somente; destaca-se também um grupo de militares descritos como “grandes esquadranistas reais”, “experientes na guerra dos sertões”, que ocuparam os postos do oficialato nas tropas regulares.

A capacidade de defesa não estava, portanto, nos soldados pagos, em sua maioria desqualificados. Mas sim na atuação combinada das práticas de guerra

européia, verificável na atuação de oficiais de experiência, e do conhecimento das diversas nações indígenas sobre a arte de guerra nativa. Foi esse mecanismo integrado e compósito que garantiu à tropa lusa força para fazer frente à resistência dos índios hostis e à manutenção do território. Trata-se, portanto, de uma defesa *luso-indígena*.

Por *defesa luso-indígena* designo a combinação de ações que na prática defensiva na capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII, qualificou a *tropa paga*. Essas ações se manifestam em diversos fatores. 1) nos instrumentos de guerra: arma de fogo e o arco e flecha; 2) na estratégia do assalto eminentemente indígena com a obstrução estratégica dos caminhos a partir das fortalezas portuguesas ao longo dos rios; 3) da sagacidade do guerreiro indígena com a expertise do oficial luso. Esses fatores compõem um conjunto complexo de defesa, que não se explica somente do ponto de vista das companhias regulares. A introdução da arma de fogo, o domínio pelos nativos dessa tecnologia de guerra moderna e a compreensão da guerra indígena pelos oficiais, combinados nas atividades militares resignificaram a defesa. Uma prática que não pode ser mais européia, e, também, já não é mais nativa. É algo novo, uma *defesa luso-indígena* constituída no ajuste de interesses dos diversos sujeitos envolvidos.

A envergadura da tropa lusa está, portanto, nos indígenas que colaboraram e em sujeitos do oficialato de larga experiência de guerra do sertão. Para o universo militar, a arte de guerra nativa se mostrou indispensável aos portugueses. Mas afinal, do que se trata a *arte de guerra*?

## 1. A arte da guerra: algumas reflexões

Compreende-se por *arte da guerra* o conjunto de práticas que inclui o domínio da técnica e da tecnologia de combate; mas também da inteligência que abrange a estratégia, o conhecimento do terreno, das limitações e capacidades de si e do inimigo. Das razões do combate e dos significados das motivações e fins da guerra. Além da disciplina ligada ao sujeito enquanto construção do militar e/ou guerreiro.<sup>603</sup>

---

603 Conceito elaborado a partir das leituras de: TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006; MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006; MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010; CORRÊA, Carlos Alberto. *Princípios de Guerra*. Lisboa:

A partir dessa conceituação torna-se evidente que a *arte da guerra* é uma manifestação social, e que, portanto, é diversa. Agrega elementos de motivações e interpretações que se manifestam distintamente a depender da sociedade, das relações que se estabelecem entre si e com o outro e da percepção de mundo de cada grupo social. A teorização desse conjunto de práticas de combate foi formulada em tratados e/ou práticas, nos quais é possível verificar essas questões; no caso dos nativos, sua arte de guerra foi descrita a partir de narrativas europeias.

*Arte da guerra* foi uma expressão empregada no século IV a.C., na obra que é considerada o tratado de guerra mais antigo do mundo, intitulada *A arte da guerra*, de Sun Tzu. Para o general chinês, a *guerra* é definida como o “reino da vida e da morte, da qual depende a conservação ou a ruína do império”. Para o que exige um estado de espírito que integra qualidades internas e habilidades, mas, sobretudo, o conhecimento da geografia e dos homens em combate e dos adversários.<sup>604</sup> Um conhecimento complexo que para o general chinês parte antes de um conhecimento de si mesmo e da disciplina. Para a cultura oriental, a guerra compõe o universo que integra o espírito do guerreiro, uma relação indissociável entre o preparo físico e a mente.

Para o ocidente, nas obras *Arte da guerra* e *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), verifica-se a elaboração de um pensamento que compõe uma percepção moderna sobre a guerra, o militar e o Estado. A *virtù* relaciona-se à honra e à disciplina militar como um estágio de inspiração e aprimoramento dos antepassados da antiguidade clássica, especificamente os romanos, pela estratégia, expansão e dominação através do espírito do guerreiro e da guerra.<sup>605</sup>

Nessa percepção, o *príncipe* deve imbuir-se de conhecimento e de todos os meios necessários para manutenção do poder.<sup>606</sup> Em outras palavras, trata-se da inserção da guerra nas práticas de governança. Nesse sentido a compreensão da “virtude” do príncipe ideal integra “a guerra como vetor essencial de sua atitude pública”. Isso explica, conforme Rui Bebian, “o conjunto de documentos

---

Imprensa Libanio da Silva, 1910; FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

604 TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006. p. 12.

605 MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

606 MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

escritos que testemunharam a necessidade de legitimar, de enquadrar, de preparar e de incorporar nas iniciativas do governo a atividade militar”.<sup>607</sup> Essa percepção é evidente nos inúmeros regulamentos sobre a militarização publicados no século XVII em Portugal.

Na obra *Princípios de guerra*, Carlos Alberto Corrêa definiu guerra como a “última solução das dificuldades políticas que surgem entre os diversos estados”, cujo objetivo é “submeter o inimigo” pela força. Nas abordagens preliminares da obra, explicita-se que as necessidades da guerra “provêm de que a força prevalece ao direito”, sendo “necessária ao desenvolvimento do comércio dos povos”. O fim da guerra tem significado político e militar. Para Corrêa (tenente de cavalaria), a destruição “deve ser a ideia dominante de todas as ações de guerra”.<sup>608</sup>

Uma interpretação que encontra bases na teorização do papel do Estado e da guerra, caráter “inequivocamente violento do poder político, destinado acima de tudo a *defender e adquirir* coisa que apenas poderá ser obtida com recurso à força armada”; é uma concepção que está presente, por exemplo, na interpretação de Pedro Barbosa Homem, em seu texto *Discursos de la iuridica y verdadera razon de Estado* de 1616. Na análise de Bebiano, para este teórico, “a arte militar, é, pois, o centro, o nervo, da arte política”<sup>609</sup>

Nessa perspectiva, guerra, militarização e atuação de gente dedicada à defesa estreita-se com a política de Estados. Mais que isso, torna-se a condição de sua própria existência. Assim, as guerras como parte da ação da governança definem e/ou definiram o poder político. O conflito, nessa compreensão, inclui além do território conquistado, poder, subjugação e expansão. A guerra reorganiza, desestrutura, integra e desintegra sociedades.

Na Europa, o surgimento da arma de fogo e da artilharia, no século XV, provocou mudanças profundas na *arte da guerra*, um processo que se estenderia até o século XVIII, conhecido como *revolução militar*, dadas a intensidade e a proporção das mudanças provocadas nesse aspecto. Como destacou-se

---

607 BEBIANO, Rui. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”. In: BARATA, Manuel Themudo; TELXEIRA, Nuno Severiano (Direção); HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. v. 2. p. 41 e 43.

608 CORRÊA, Carlos Alberto. *Princípios de Guerra*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1910. p. 11.

609 BEBIANO, Rui. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”. p. 43.

no capítulo 1, uma das principais características desse período foi o papel do Estado, que buscou centralizar as ações de defesa de suas fronteiras e interesses fora da Europa.

Essa percepção que associa guerra e destruição atribui a força das capacidades bélicas e o pensamento estratégico como principais elementos para atuação e poder de um Estado. A defesa no Ocidente esteve descentralizada no medievo, vinculada à ação dos senhores feudais e das cidades amuralhadas. A partir do século XV, essa estrutura tornou-se insatisfatória diante das tecnologias de guerras verificadas, sobretudo pela introdução da arma fogo e da artilharia, conforme destacou-se. Essa configuração exigiu um novo combate, os *mercenários* que integraram a política defensiva no ocidente até essa altura mostravam-se inadequados, pois pareciam pouco confiáveis. Em Portugal, a constituição de exércitos nacionais (1640) formados por súditos decorre desse processo.

A *arte de guerra* da Europa moderna, portanto, incluía a tecnologia dos canhões de bronze, das armas portáteis, das fortalezas abaluartadas projetadas por meio de um conhecimento da geometria e da matemática refinadas aos interesses de tornar mais qualificado o ataque. Nesse processo, insere-se uma nova composição das forças militares, compostas por exércitos nacionais distribuídos em infantaria, cavalaria e artilharia. Esta última como uma novidade que mudou a proposição da guerra, tornando-a mais ofensiva, em relação à defensiva, verificada pelos grandes muros dos castelos medievais. Isso além de um conjunto de medidas que visavam à profissionalização do militar.

No contexto de expansão, os desafios avolumaram-se, dada principalmente a extensão do território a ser defendido, a logística para manter as forças e os poucos recursos financeiros e humanos para a empresa. Além disso, ocupar, defender e se estabelecer implicava enfrentar os grupos indígenas hostis e a sua *arte de guerra* com significados bem diferentes da europeia. A percepção da guerra e do guerreiro, portanto, é tão diversa quanto a quantidade de grupos que habitavam os territórios da América portuguesa.

Na “lógica guerreira” dos nativos, cada grupo “percebia todas as outras como potenciais agressoras”, o que justificava “ataques preventivos”, mantendo

uma “reciprocidade belicosa”.<sup>610</sup> José Sávio Leopoldi aponta que sobre as razões das guerras não há consenso, incluídas desde interpretações vinculadas a questões ecológicas, adaptação ao meio, cultura, controle demográfico e mesmo disputa por territórios mais férteis. Todavia, para o caso dos índios do Brasil, o autor ressalta que com férteis e vastos territórios poderiam as nações “conviver pacificamente com vizinhos distantes”. Todavia, motivados por razões concretas ou simbólicas, o guerreiro mantinha-se preparado para a cumprir as demandas de guerra do grupo, a exemplo dos Tupinambá.<sup>611</sup>

Sobre esse grupo o volume de informações sobre o comportamento guerreiro é sobremaneira maior que dos demais que habitavam os territórios da América portuguesa. Sua prática de guerra chegou até nós por meio dos relatos de cronistas, religiosos e militares. O caráter belicoso desses índios, por exemplo, está presente nas narrativas dos franceses André Thevet e de Jean Léry<sup>612</sup>, Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux.<sup>613</sup> Além das crônicas dos portugueses de Fernão Cardim, Pedro de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, como lembra Carlos Fausto.<sup>614</sup> E, ainda, nas observações do artilheiro alemão Hans Staden.<sup>615</sup>

De acordo com Fausto, todas essas crônicas são unânimes em apontar a importância da guerra para a organização social desse grupo. Os Tupinambá ocupavam a costa do Brasil e, por essa razão, devido ao maior contato com os colonizadores, registraram-se maiores informações sobre sua cultura. A cerimônia coletiva, o significado antropofágico e a morte do prisioneiro estão

---

610 LEOPOLDI, José Sávio. “A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos”. *avá* Nº 11 / Diciembre 2007, p. 171.

611 *Idem*, p. 172.

612 RAMINELLI, Ronaldo José. “Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet à França Antártica”. *História*, São Paulo, v. 27, n. 1, 2008.

613 DAHER, Andrea. “A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos dos franceses dos séculos XVI e XVII”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, jul./dez. 2004, p. 67-92.

614 FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 381-396.

615 STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1930.

relacionados à guerra e à vingança.<sup>616</sup> Mas, aqui, interessa-nos os elementos que compõem a sua arte de guerrear.

Sobre essa questão, para os Tupinambá, temos o trabalho de Florestan Fernandes *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. Ao considerar-se a conceituação sobre a arte de guerra, verifica-se na obra elementos de tática de guerra, armas, conhecimento do terreno e qualidade do guerreiro. A partir disso, é possível afirmar que os Tupinambá se utilizavam de um conhecimento refinado sobre a guerra. Armas diversas: lanças e arpões; armas projéteis como arcos e sarabatanas; armas de tiro, a exemplo do arco e a flecha. Essa última aperfeiçoada pela adesão de material pontiagudo como ossos de peixes, dentes de animais, rabo de arraia. Arco e flecha incendiária ou envenenada. Além das paliçadas, descritas como “fortificação gentílica”. A tática da emboscada e do assalto.<sup>617</sup> No Pará, conforme informações do padre João Daniel, os Tupinambá formaram missões constituídas por diferentes nações, como por exemplo, os Caeté, Maracanã, Mortigura e outros. Atuaram de forma decisiva ao lado dos portugueses na expansão da fronteira colonial, conforme veremos adiante.

Muitas dessas características são observadas pelo Padre João Daniel ao descrever a guerra dos índios do rio Amazonas. Semelhanças que se vinculam, sobretudo, à dimensão da natureza na definição da arte de guerra nativa. O uso das taquaras (arco e flecha grandes de 7 a 8 palmos), por exemplo, era muito utilizada por diversas nações e assim como flechas menores. Outros grupos sequer usam o arco e flecha, mas sim balestas (sarabatanas), é o caso da nação Purus; além de facas de pau ou osso de animal.<sup>618</sup>

De acordo com padre João Daniel, poucas nações do rio Amazonas enfrentavam-se de “peito descoberto avançando umas às outras”.<sup>619</sup> Esse comportamento no conflito é bem evidenciado por Florestan Fernandes para os Tupinambá, a luta corpo a corpo. Por outro lado, o religioso descreve, para nações mais belicosas, o uso de fortificações nas povoações, uma espécie de cerca de pau a pique. Essa estratégia de proteção também é descrita para os

616 FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”, p. 390.

617 FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

618 DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 1, 1876, p. 234.

619 *Idem*.

Tupinambá. Além da tática do assalto, roubo das canoas e um funcional sistema de espionagem que de cima das árvores ágeis índios espiões conseguiam ver e avisar com antecipação o ataque inimigo.<sup>620</sup>

Portanto, a *arte de guerra* nativa se compõe de um conjunto diverso de técnicas e tecnologias de defesa e ataque, como por exemplo, as armas. Uma refinada inteligência estratégica para surpreender o inimigo, como nos assaltos. Mas, sobretudo, ressalta-se o conhecimento do terreno, do lugar onde a guerra acontece (teatro da guerra), e das limitações e capacidades de si e da força do inimigo.

Retomando o que abrange a *arte de guerra*, pode-se atestar a especialidade do conhecimento bélico dos nativos que se manifesta, sobretudo, pela capacidade de decodificar a natureza para fins do combate. É, sem dúvida, esse aspecto que imprime semelhanças na tática, nas armas utilizadas, e comportamento guerreiro no conflito.

Todavia, a guerra como destacou-se é um evento social, e como tal apresenta singularidades para cada grupo em específico. Por essa razão, embora com semelhanças, não se pode incorrer no risco de tomar, por exemplo, a forma de organização social dos Tupinambá e a sua prática de guerra para explicar comportamentos bélicos de outras nações que ocupavam o território da América portuguesa.

Para a capitania do Pará, poderíamos citar por exemplo diversas nações, como os Mapuas, Periquaras, Ariquiras, Jacoanis, Managages, Nheengaíbas, e o grupo dos *Aruã*, que habitavam a Ilha Grande de Joanes, atual Ilha do Marajó, para os quais a organização social parece ser bastante distinta. De acordo com Denise Schaan, para o período pré-contato, embora haja algumas semelhanças, há diversas “evidências que separam a sociedade Marajoara dos grupos Tupinambá do Maranhão e leste do Brasil ou daqueles Tupiguaranis estudados pela arqueologia”. Dentre os aspectos de distinção, ressalta a construção e disposição das moradias, enquanto a sociedade Marajoara organizava-se em aterros, os Tupinambás em aldeias formadas “por 4 a 8 malocas distribuídas em tono de praça central” característica ausente no Marajó.<sup>621</sup>

---

620 *Idem*, p. 235.

621 SCHAAN, Denise Pahl. “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições”. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.

Além disso, estes últimos eram socialmente estratificados, chefias passadas hereditariamente. Os Tupinambás não possuíam estratificação e a liderança era dada por merecimento. Outro aspecto é o território. A sociedade marajoara restringia-se àquele território, os Tupis-Guaranis ao contrário “expandiram-se por vasto território”.<sup>622</sup>

A arte de guerra dos *Nheengaibas* despersuadia o inimigo através da estratégia da destreza de defesa e esconderijo. Esses índios “zombavam das tropas, escondendo-se por um labirinto de ilhas, e de quando em quando dando furiosas investidas, já em ligeiras canoinhas, que com a mesma ligeireza com que de repente a cometiam, com a mesma se retiravam”. E entre “as ilhas se escondiam as balas, e já de terra encobertos com as árvores donde despendiam chuviros de flechas, e taquaras sobre os passageiros e navegantes”.<sup>623</sup> Pelo domínio da natureza e destreza de guerra, impedia a passagem pelos rios da região.

Os *Mura* do Rio Madeira, nação “bárbara e belicosa”, possuía uma tática de guerrear pautada na distensão do inimigo, através da mobilidade. Como escreve Pe. João Daniel, essa nação “zombava” dos brancos e tropas de soldados que eram enviadas para combatê-los, pois estes “não possuíam domicílio certo, ou povoações fixas”. A habilidade de utilização do arco e flecha com disparo com os pés teria garantido o enfrentamento da nação *Mura* às tropas portuguesas.<sup>624</sup>

Outros exemplos poderiam ser citados, como o da nação *Amanaju*, que habitava a região do Cabo do Norte, atual estado do Amapá. Como relatou o governador Artur Sá e Meneses, esses índios enfrentaram as tropas portuguesas com impressionante técnica de guerra, na qual estavam homens e mulheres.<sup>625</sup> Ao que parece, para esse grupo, a guerra também era uma atividade para mulheres, distintamente dos Tupinambá, para os quais a atividade da guerra era uma tarefa eminentemente masculina.

Além desses, podemos ainda destacar os índios do rio Tocantins denominados pelos colonizadores de *nação dos canoeiros* cuja *arte de guerra* se desenvolveu pela habilidade e desenvoltura na água. A “grande destreza em nadar, mergulhar, e andar por debaixo da água como se fossem peixes”. Utilizam

622 *Idem*.

623 DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”, p. 270.

624 *Idem*, p. 265.

625 *AHU*, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

“pequenas canoas” em que andam rio abaixo, rio acima e quando os acometem os brancos estes “metem as canoas a pique”, com muita velocidade, ou mesmo as alagam “metem no fundo com incrível destreza; e eles com a mesma facilidade, também mergulham, e nadando por baixo da água vão surgir a distância, onde seguros se riem e zombam dos brancos”. Eram eles que impediam a “navegação e comércio do Rio Tocantins”.<sup>626</sup>

Para o enfrentamento desses diversos grupos, o conhecimento de guerra do ocidente e o soldado europeu não bastava, nem em número e nem em conhecimento. As alianças e a integração de nativos nas tropas tornaram-se a única forma possível de combate. Conforme se destaca do texto das *Notícias da América portuguesa*, que inicia este capítulo, sem esse auxílio “não caminham os portugueses para a guerra, eles descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas, definem o lugar donde devem pernoitar, o que tudo determinam, confiando em sua capacidade a marcha militar”.<sup>627</sup> O desafio, nesse sentido, é verificar a atuação dos grupos que participaram de eventos militares na capitania do Pará ao lado dos portugueses e colaboraram para a conquista desses espaços para Portugal.

Além disso, se os estrangeiros logo perceberam a importância desses grupos para a guerra colonial, os indígenas também sabiam de sua centralidade nesse processo, razão pela qual valeram-se dessa posição para impor seus interesses, sobretudo os *Principais*, ao angariar prestígio e posição social como intermediários entre colonizadores e outros índios nas atividades de defesa.

De tal modo que a atividade militar colonial não poderia se fazer sem a combinação desses conhecimentos. Portanto, no ultramar, verifica-se uma guerra *luso-indígena*. Ou seja, há coexistência de elementos de arte de guerra europeia e indígena. Não se pode negar o impacto da introdução da arma de fogo, da presença da fortaleza nos principais rios, da composição e regulação de companhias militares e seus regulamentos, e do conhecimento militar do oficialato experiente na guerra ultramarina. Mas, também, é evidente a presença do conhecimento indígena sobre a floresta, a eficiência das armas, sobretudo arco e flecha, da tática do assalto, da emboscada, das rotas dos rios e, principalmente, o conhecimento da guerra nativa.

626 DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”, p. 275.

627 “Notícias da América Portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico”. Manuscritos da Livraria- *PT/TT/MSLIV*, n. 1065.

Na experiência colonial, conforme explica Pedro Puntoni, uma especificidade da guerra foi a chamada “guerra do mato”, verificada, sobretudo, no início do século XVIII, empreendida contra os indígenas levantados ou os negros aquilombados. Isto significou a configuração de um novo tipo de ação militar: as expedições realizadas expressamente para um evento no sertão. Na realidade analisada por Puntoni, essas jornadas, também chamadas de “entradas” ou “bandeiras”, exigiram a assimilação de técnicas de guerra dos nativos, como o assalto – surpreender o inimigo despreparado para revidar o ataque –, além da acomodação de táticas às condições naturais da região.

Essa capacidade de *assimilação* e *acomodação* de técnicas e estratégias nativas, adaptadas aos contextos ecológicos e sociais, segundo Puntoni, foi, em larga medida, responsável pela superioridade obtida pelas forças europeias na colônia, ou seja, a guerra na colônia não era só o resultado da arte militar europeia. Compartilha-se da perspectiva da *acomodação* e *adaptação* apresentada por Puntoni. Todavia, não podemos desconsiderar a superioridade nativa sobre o conhecimento das táticas de guerra na floresta. O que só é possível compreender considerando a tradição da guerra para os grupos indígenas. É, sem dúvida, esse conhecimento indígena que os torna a principal e mais eficaz força bélica diante dos índios hostis. Uma análise somente a partir dos conceitos de adaptação e acomodação por parte das tropas lusas das táticas de guerra nativa reduz a análise da guerra à percepção do colonizador, e torna pouco visível o lugar da guerra para os índios.

Nesse aspecto, a meu ver, reside um problema da explicação de Puntoni. Ao elaborar um modelo explicativo sobre a superioridade das tropas lusas, ele torna secundária a participação indígena nos eventos bélicos, ou ao menos subsidiária da ação do colonizador, haja vista que conforme a sua compreensão, a superioridade militar europeia está vinculada ao fato de os europeus saberem incorporar e adaptar suas técnicas de guerra às dos nativos. Ora, a militarização da região não ocorreu de forma unilateral: se os lusos absorveram dos índios sua arte de guerrear, esses últimos também o fizeram, utilizando as armas de fogo ou se valendo de negociações a seu favor.

Aliás, se na Europa a pólvora e a arma de fogo provocaram intensas e profundas mudanças na *arte de guerrear* do ocidente, essas inovações tecnológicas trazidas pelos conquistadores mudaram definitivamente o conflito da Amazônia. A introdução da arma de fogo nas guerras nativas reorientou a

capacidade de combate e as relações estabelecidas entre o grupo, como veremos mais adiante o caso dos Aruã.

Portanto, compreender o significado da guerra para os grupos indígenas e suas mudanças, após o contato, requer um esforço no sentido de entender os indígenas nos eventos de guerra, na organização das tropas, e do próprio posicionamento destes enquanto sujeitos ativos nesse processo. Por outro lado, devemos estar atentos à nova organização da força bélica indígena, da sua utilização, da incorporação de novos elementos de guerra.

A coexistência no conflito do arco e flecha e da arma de fogo, por exemplo, é importante indicativo de que a guerra que se faz na primeira metade do século XVIII adquire configurações completamente diferenciadas das que se faziam antes do contato, ou das que se faziam na Europa do período. Trata-se de uma nova forma de guerrear. Trata-se de uma guerra *luso-indígena*. É intenção nessa altura compreender o significado da incorporação e participação indígena em tropas lusas na Amazônia. E, para isso, o desafio é, sobretudo, mapear aqueles índios que lutavam ao lado dos portugueses e o significados destes e de sua *arte de guerra* para a defesa e expansão da fronteira colonial.

## **2. Índios aliados nas tropas portuguesas e o avanço da fronteira da colonização**

Durante as últimas décadas do século XVII e toda a primeira metade do século XVIII, conforme vimos atrás, os militares e governadores queixavam-se sobre a qualidade dos soldados pagos. Em 1683, foram descritos por Sá e Meneses como “criminosos” que viviam fugidos pelos matos.<sup>628</sup> Em 1710, “estropiados” e “doentes” foram os adjetivos usados por Cristóvão da Costa Freire ao se referir à tropa paga.<sup>629</sup> Para José da Serra, em 1733, eram gente “ignorante”.<sup>630</sup> João de Abreu do Castelo Branco, em 1741, reclamava por ser a tropa formada de “cafuzos, mulatos e mamelucos”.<sup>631</sup> Em 1755, concluía

628 “Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania que servirem se lhe terá respeito”. 9 de janeiro de 1683. *AHU*, Códice 268, fl.34v.

629 Carta do governador ao rei. Belém, 7 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 481.

630 Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

631 Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262.

Mendonça Furtado dizendo ser gente “sem disciplina” e “ignorantes”.<sup>632</sup> Nas correspondências avolumam-se descrições como as destacadas aqui.

A má qualidade dos soldados das tropas pagas deve-se, como vimos no capítulo anterior, à forma indiscriminada e compulsória que assumiu o recrutamento na colônia. De fato, o perfil não correspondia ao militar que esperavam contar os oficiais e os governadores. As forças eram compostas em sua maioria de lavradores, degredados, “vadios”, “vagabundos”, para os quais a militarização foi uma imposição e não uma aptidão, e disso decorria também o alto índice de deserção.

A insuficiência e a má qualidade das tropas oficiais, por outro lado, confirmavam a importância dos indígenas aliados para a efetivação das operações militares. Foi a força desses aliados que possibilitou a defesa da capitania e a envergadura da tropa lusa em momentos importantes da expansão da fronteira colonial. Na documentação, os índios são retratados como “valorosos”, “bons caçadores”, “famosos flecheiros”, “grandes pescadores”, como “grandes conhecedores dos astros”, “naturalmente belicosos” e “insignes navegadores”. Essas qualidades, observadas por governadores, religiosos e militares sobre alguns grupos indígenas, parecem ir na contramão de como descreveram os soldados pagos.

Verifica-se, portanto, relatos que desqualificam os soldados e qualificam os nativos. Essa positivação de alguns grupos indígenas apresenta duas questões importantes: em primeiro lugar, o evidente reconhecimento das habilidades indígenas sobre a natureza e as práticas que interessavam à logística colonial. Em segundo lugar, a compreensão do colonizador da importância desse conhecimento para a própria sobrevivência e manutenção das atividades coloniais.

Nota-se que as características destacadas se referem à habilidade para a guerra, ao conhecimento da natureza e às técnicas de subsistência (caça, pesca e cultivo), questões primordiais para a “boa administração” do governo colonial

---

632 NOGUEIRA, Shirley. *Razões para desertar*: Institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII. Dissertação (Mestrado) – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000. p. 51.

e para a colonização para usar uma expressão do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão em uma carta de 1747.<sup>633</sup>

A importância desses grupos foi bem afirmada em carta de 1709, na qual a Coroa recomendava que, na impossibilidade de enviar efetivos militares do reino, se fizesse a defesa com os “naturais” que “fazem muita diferença em seus procedimentos”.<sup>634</sup> A diferença destacada pela Coroa é exatamente o conhecimento nativo da natureza, dos caminhos dos rios, e, sobretudo, da arte de guerra. Assim, parecia não ser possível a empresa colonial sem a participação dos grupos indígenas. Esses fizeram parte desse universo defensivo, construindo suas próprias dinâmicas, seja pela aliança, pelas guerras ou pelos conflitos, estando estreitamente relacionados ao processo de colonização e defesa da capitania do Pará.

A percepção dos grupos indígenas que colaboravam pode também ser observada no trato distinto dado pela legislação indigenista a esse grupo. Beatriz Perrone-Moisés ressalta que “aos índios aldeados e aliados, é garantida a liberdade ao longo de toda a colonização”, condição que incluía a garantia de “suas terras nas aldeias” e trabalho mediante pagamento de salário e ainda bom tratamento. O itinerário para tornarem-se “vassallos úteis” inclui a saída do sertão através do descimento para povoações portuguesas, espaço no qual eram “catequizados e civilizados”. Desses grupos aldeados, dependiam as atividades coloniais, incluindo “o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra inimigos tanto indígenas, quanto europeus”.<sup>635</sup>

Perrone-Moisés explica que “uma das principais funções atribuída aos índios aldeados, é a de lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra os índios hostis e estrangeiros”.<sup>636</sup> A legislação representava a própria oscilação da Coroa, “ao tentar conciliar projetos incompatíveis embora, igualmente importantes para os seus interesses”. Ora, a conversão dos gentios “justificava a

---

633 Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 29, D. 2804.

634 CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

635 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. p. 117-118.

636 *Idem*, p.121.

própria presença europeia na América eram a mão-de-obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defendê-la dos ataques inimigos tanto europeus quanto indígenas, enfim, sem o qual o projeto colonial era inviável”.<sup>637</sup>

Conforme escreve Almir Diniz de Carvalho Junior, dependiam da atuação dos indígenas aliados a expulsão de estrangeiros e a consolidação do domínio português na região. Sem os “guerreiros índios, que suplantavam em número e em conhecimento da região aos militares portugueses, não somente teriam perdido o controle da terra”, mas, também, “não poderiam dominar efetivamente a quantidade inumerável de homens que se localizavam ao longo das dezenas de rios nos sertões amazônicos”. Esses aliados teriam proveniência de antigas alianças, sobretudo dos Tupinambá do Estado do Brasil, mas também estabelecidos da “criação de lideranças” educados no interior das aldeias missionárias.<sup>638</sup>

De fato, na cooptação e conquista de aliados indígenas, os aldeamentos têm papel central. Maria Regina Celestino de Almeida afirma que a política de aldeamentos “foi essencial para o projeto de colonização”. Desses espaços saíam os índios para “compor as tropas militares”, “ocupar os espaços conquistados” e “para construção das sociedades coloniais”.<sup>639</sup> Há, portanto, como já sinalizamos, uma relação entre *defesa* e *missão*, verificável na logística e subsistência que conecta os aldeamentos às fortificações e/ou as tropas.

A percepção de aliados parece atrelar-se a sua indispensável colaboração, dentre outras atividades, para defesa do território. Todavia, as pesquisas têm apontado para outros canais de aliança que não necessariamente passam pelo itinerário dos *aldeamentos*. Trata-se de “nações aliadas”, que não estão no espaço do aldeamento, mas mantêm relacionamento de amizade com os portugueses e nas ocasiões de guerra são convocadas a participar.<sup>640</sup> Sobre estas quase não se tem informações. Além disso, há ainda os que são mobilizados pela cooperação entre capitanias, através do auxílio entre governadores.

---

637 *Idem*, p.116

638 CARVALHO JÚNIOR, Almir. *Índios Cristãos: Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017. p. 52-53.

639 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. p. 71.

640 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. p. 121.

Outra questão que deve ser ponderada é a associação automática entre *índios aldeados/índios aliados*. Entre essas duas categorias não há nexos inerentes. Ou seja, o aldeamento e a conversão à fé cristã não significavam, por parte do índio, alinhamento com o projeto colonial português. Os casos de fuga e conflitos por parte dos aldeados que acompanhavam as tropas são sintomáticos nesse sentido. Basta lembrar o caso ocorrido em 1712 dos índios que acompanhavam a tropa do cabo Manoel do Vale, que se valeram da ocasião para matar o cabo e os seus soldados. Do conflito escaparam apenas um soldado “ferido que se recolhera a casa forte do Iguará”, de onde pedia “socorro de gente, e munições”.<sup>641</sup>

Não se pode negar o impacto missionário sobre as populações indígenas aldeadas e a implicação na constituição de aliados. Como explica Almir Diniz, as lideranças eram construídas em muitos casos resultantes da catequese de crianças, que cristianizadas mais tarde seriam intermediários no convencimento de outras nações indígenas ao descimento.<sup>642</sup> Por outro lado, é importante considerar a linha tênue que existe entre as categorias “aliados” e “inimigos”: a depender dos interesses indígenas, estas poderiam ser consolidadas ou rompidas facilmente, conforme veremos adiante.

As guerras também são um vetor analítico no qual se pode verificar essa percepção e tratamento distintos aos grupos considerados “aliados”. O entendimento sobre quais grupos se deve declarar guerra passa pelo mapeamento daquelas nações hostis, descritos como “empecilhos” para o projeto colonial. Se por um lado “a liberdade é sempre garantida aos aliados, a escravidão é, por outro lado, o destino dos índios inimigos”.<sup>643</sup> A escravidão legal provém da declaração de guerra justa.<sup>644</sup>

641 “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

642 CARVALHO JÚNIOR, Almir. *Índios Cristãos. Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017. p. 52-53.

643 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. p. 123.

644 “As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente ligado à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados”. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. p. 123.

Na prática os motivos para se declarar guerra justa tornaram-se tão dilatados que quase tudo era passivo de fazer guerra aos índios. O caráter adaptável da legislação seguiu aos interesses da expansão colonial, como escreveu Ângela Domingues. Em certa altura, “a escravidão passou a fundamentar-se na diferença entre indivíduos mansos e civilizáveis e indivíduos bravos e aguerridos”. Nesses termos “era precisamente no rompimento desta situação de amizade e paz que residia a necessidade prática e a justificativa moral para a escravidão”.<sup>645</sup>

A declaração da guerra justa estava atrelada também à compreensão dos grupos considerados obstáculos ao avanço colonial. Essa percepção era construída, em muitos casos, a partir da relação com indígenas que colaboravam tornando-se, como tratou Nádia Farage, verdadeiras “muralhas dos sertões”.<sup>646</sup> Das informações dos estudos de Perrone-Moisés aos grupos descritos como “inimigos”, recomendava-se a “extinção total” por guerra “rigorosa”, “total”, “veemente” “cruamente”, “fazendo ao inimigo todo dano possível”. Aqueles considerados aliados, entretanto, um tratamento “bondoso e pacífico”.<sup>647</sup>

Quando trata da análise de aliados, a historiografia tem restringido a perspectiva ao âmbito dos aldeamentos. Todavia, esses índios que estão aldeados, embora sejam potenciais aliados, configuram também, em muitos casos, aqueles que não se ajustam aos interesses coloniais. Além disso, ao tratar dos índios aldeados, têm-se centrado os estudos na catequese, trabalho e cotidiano, pouca ou quase nenhuma atenção tem se dedicado ao estudo desses indígenas em operações militares. Embora essa prerrogativa esteja presente, por exemplo, no *Regimento das Missões*, de 1686.

Além disso, nos conflitos e embates entre portugueses e índios, a rede burocrática em torno da guerra justa, do cativo e liberdade dos índios produziu um volume importante de registros sobre os índios hostis.<sup>648</sup> E, por essa

645 DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 27

646 FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Anpocs, 1991.

647 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. p. 122 e 126.

648 Sobre liberdade, cativo dos índios e Junta das Missões no Estado do Maranhão ver: MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EdUA/FAPEAM, 2009.

razão, estes tornaram-se mais evidentes no conjunto documental, em detrimento da presença dos aliados, fossem estes provenientes de aldeamentos, nações aliadas ou de outras capitanias.

Há, portanto, especial atenção aos grupos de índios que ocuparam boas páginas de relatos por serem considerados inimigos. São exemplares, para o estado do Brasil, os Caetés, os Potiguaras, os Goitacazes e os Aimorés. Esses grupos, conforme Celestino de Almeida, tornaram-se bastante conhecidos “pelas descrições extremamente negativas e estereotipadas”, e pelas relações “fluídas e instáveis” que estabeleciam entre si e com os estrangeiros.<sup>649</sup>

Assim também os foram descritos os índios Caicai, Guarati e Guanaz como “causadores de destruição” aos moradores dos rios Mearim, Munim e Itapecuru na capitania do Maranhão.<sup>650</sup> Além dos índios Manao do Rio Negro<sup>651</sup> e os Mura do Rio Madeira<sup>652</sup>, considerados bárbaros e ferozes. Os índios Nhengaíbas, as nações Mapuas, Periquaras, Ariquiras, Jacoanis, Managages; e ainda os Aruã que ocupavam a região do Marajó eram considerados amigos dos holandeses e inimigos dos portugueses.<sup>653</sup>

A perspectiva analítica que coloca os índios em posição de constante enfrentamento com os portugueses pouco contribuiu para compreender os que lutavam ao lado dos colonizadores. Isso fica evidente inclusive nas pesquisas que, a partir disso, dedicaram-se, por um lado, a compreender esses grupos hostis que se apresentavam em constantes embates com os portugueses;<sup>654</sup> e, em decorrência disso, verificam-se estudos voltados às guerras.<sup>655</sup>

---

649 *Idem*, p. 47.

650 MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras*, p. 130.

651 GUZMÁN, Décio Marco Antonio de Alencar. “*História de Brancos*”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

652 ARAÚJO, Alik Nascimento de. *De bárbaros a vassalos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste Amazônico (1714-1786)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

653 *AHU*, Avulsos do Pará, Belém, 28 de junho de 1647. Cx. 1; D. 69.

654 São exemplares para a Amazônia colonial os estudos de: GUZMÁN, Décio Marco Antonio de Alencar. “*História de Brancos*”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997; ARAÚJO, Alik Nascimento de. *De bárbaros a vassalos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste Amazônico (1714-1786)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

655 Exemplar são as pesquisas de: MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras*. Para o nordeste do Brasil, não podemos deixar de mencionar o importante trabalho de Pedro Puntoni, intitulado:

É evidente que, no processo de colonização da América portuguesa, as guerras entre colonizadores e indígenas foram constantes. Para o Estado do Maranhão da primeira metade do XVIII, elas fizeram parte do cotidiano. As consequências desse ambiente de guerra podem inclusive ser verificados no extermínio das populações indígenas da região. Nesse período, a guerra parece que estava por toda parte, estendendo-se ao Rio Negro contra os Manao e os Maypena<sup>656</sup>; ao Rio Madeira contra os índios Mura; ao Cabo do Norte e Marajó contra os Aruã; nos sertões do Maranhão, a guerra contra os Guanarés<sup>657</sup> e a guerra contra os índios Aranís, Suassuí, Anapurú e Arai<sup>658</sup>; guerra às nações Cavisenas e Periana<sup>659</sup>, que viviam junto ao rio Amazonas<sup>660</sup>; guerra contra o gentio Acoroá-açu, no sul do Piauí.<sup>661</sup>

Essa breve relação já aponta para um ambiente de conflito, cujas dinâmicas são complexas do ponto de vista da gente e interesses envolvidos. Portanto, as guerras integram um vetor analítico importante para a compreensão das dinâmicas sociais, da colonização. Todavia, é importante também nesses quadros investigar sobre os grupos indígenas que se aliavam e, sobre esse aspecto, me parece que ainda há um caminho historiográfico a percorrer.

Há ainda um último elemento que embaraça essa percepção dos aliados, é o que podemos chamar de *construção do conquistador europeu*. Ao longo da colonização, consagraram-se alguns homens europeus como grandes conquistadores. Nas diligências militares de expansão colonial, nomes como Francisco Caldeira de Castelo Branco, Pedro Teixeira, Jácome Noronha, Bento Maciel Parente e João Pais do Amaral ganharam destaque como grandes conquistadores. Os índios que estiveram ao lado desses militares são aglutinados pelo termo homogeneizante “índio”, com raras informações sobre a nação, os costumes e as atuações nas guerras.

---

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Papesp, 2002. Para as Minas Gerais temos os trabalhos de RESENDE, Maria Leônia Chaves de; Langfur, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos Índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 5-22, 2007.

656 AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 1046; Cx. 13, D. 1174.

657 AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 997.

658 AHU, Avulsos do Pará, Cx. 14, D. 1284.

659 AHU, Avulsos do Pará, Cx. 14, D. 1329.

660 AHU, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1430.

661 AHU, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2112.

Isso ocorre por uma questão política. O conhecimento indígena sobre a natureza e a arte de guerra nativa não foi posto em evidência na escrita da história, uma estratégia que coloca os europeus em condição de superioridade em uma relação assimétrica, em que a narrativa dos feitos priorizou a figura do branco. A necessidade da conquista e das alianças deixaram rastros em que é possível, não com a facilidade com que se faz para os não índios, verificar suas atuações e presença nas tropas e diligências de guerra.

A partir do quadro de mobilização indígena para atividades militares do capítulo anterior, essa presença será verificada em alguns momentos importantes da expansão colonial: 1) *a fronteira do Amapá* através da análise da Guerra contra os Amanaju (1689); 2) Guerra contra os Aruã do Marajó (1721-1722) que explica, em grande parte, as disputas pelo Cabo do Norte; e 3) as tropas de guarda costas enviadas à região e à *fronteira do Rio Negro*, utilizando o evento da Guerra contra os Manao e Mayapena (1723-1730).

Para todos esses vetores de alargamento da fronteira colonial, atrelam-se conflitos de guerra com grupos indígenas hostis, para os quais os indígenas aliados atuaram na logística, rede de informação e conflitos.

### **3. Os indígenas e a expansão das fronteiras coloniais.**

#### **3.1 A Guerra do Cabo do Norte**

Antônio, índio da aldeia dos Tocantins, estava na tropa de guarda costa capitaneada por João Pais do Amaral que, em 12 de dezembro de 1721, saiu de Belém até o Cabo do Norte.<sup>662</sup> O objetivo era “prender os índios que haviam sido denunciados como salteadores do litoral do Pará”. Além disso, deveriam observar os marcos dos domínios entre França e Portugal.<sup>663</sup>

As expedições de guarda costa eram organizadas, excepcionalmente, para verificar e guardar as fronteiras entre o reino de Portugal e o reino da França. Todos os anos, canoas armadas em guerra, juntamente com soldados e índios, eram destacadas ao local. Essa prática evidencia um território de fronteira com

---

662 *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11, p. 126.

663 Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 10, p. 37, jan./jun. 1987.

definições políticas poucas claras. O tratado de Utrecht, assinado em 1713, que buscava definir os domínios disputados pelas duas Coroas, não resolveu os problemas decorrentes de um complexo comércio estabelecido entre as populações indígenas e os estrangeiros na região.

Os índios descritos no regimento como “salteadores do litoral do Pará” eram os Aruã. Uma nação indígena que habitava o território da Ilha do Marajó e atuava como peça-chave em um comércio dinâmico que conectava essa região ao extremo norte da capitania. Uma rede que incluía, além dos Aruã, os franceses de Caiena, holandeses e os indígenas do Cabo do Norte, como a nação Amanaju. Esses sujeitos mantinham complexas relações entre si. A razão para as guerras contra os Amanaju (1689) e os Aruã (1721-1722) era, sobretudo, romper essas redes comércio estabelecidas. Portanto, como citado anteriormente, são partes de um mesmo processo.

Afirmar a presença lusa no Cabo do Norte dependia, em grande parte, do dismantelamento dessas redes de contato e da influência desses grupos indígenas na região. Para essa tarefa, os índios aliados dos portugueses foram centrais, seja pela atuação nas guerras ou pelas informações privilegiadas que passavam aos colonizadores sobre as práticas e dinâmicas dos sertões. É sobre esse aspecto que se chama atenção.

Antônio índio era aliado dos portugueses, participava da atividade militar de vigilância de fronteiras e ao que parece entendia bem as dinâmicas construídas no Cabo do Norte. Ele foi um dos informantes sobre o comércio estabelecido pelos Aruã na região. Antônio explicava com riqueza de detalhes: liderados por Guaymar, os Aruã “andavam ao negócio de resgate de índios” nos domínios portugueses, passavam até Caiena e comercializavam essa gente por “pólvora, balas e armas”. E, não apenas isso, o aliado indígena acrescentava que os Aruã eram também os guias dos franceses, pois os acompanhavam do lado de cá da fronteira para “fazer resgates, e assaltos”.<sup>664</sup>

Outro aliado, José, “índio da terra ladino na língua geral”, que estava na mesma tropa de guarda costa de João Pais do Amaral e do índio Antonio, confirmou as informações e acrescentou que o tal “rebelde Guyamar” agia no

---

664 *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11, p. 126.

Araguari aprisionando índios que iam aquele rio para colheita de cacau.<sup>665</sup> Esses índios que compunham as tropas de guerra e guarda-costas parecem ter sido excelentes informantes das práticas dos sertões. Sobretudo em um território como o Cabo do Norte de fronteira aberta, para o qual a estratégia defensiva dependia de informações e vigilância.

Um espaço emblemático para o qual a Coroa portuguesa despendeu enormes esforços para assegurar seu domínio, desde o século XVII. Basta lembrar que a região foi doada como capitania privada a Bento Maciel Parente, em 1637. Além das ações para manutenção do seu controle e vigilância, como por exemplo, a constituição da casa forte do Araguari, em 1688, cujo objetivo era frear a entrada de estrangeiros na região. Mais tarde, a guarnição do presídio de Macapá que se atrelava também a esse objetivo e, na segunda metade do século XVIII, a fortaleza de São José de Macapá. Além da atuação de missionários jesuítas na região, que foi um importante vetor de ocupação.

Todavia, embora com todas essas medidas e com um tratado diplomático entre Portugal e França, até o avançar do século XIX, a região continuou a ocupar um lugar com dificuldades próprias para defesa. Um espaço privilegiado, como explica Fernanda Aires Bombardi pelo “estabelecimento de intensas relações de guerras, comércio e onde se confrontam diferentes experiências sociais e estratégias de colonização”.<sup>666</sup> Na análise de Rafael Ale Rocha, os limites do Cabo do Norte, nas décadas de 1720 e 1730, inseriam-se em complexas dinâmicas que integram “um contexto macro e extra-amazônico e, por outro, as políticas transfronteiriças desses diversos agentes em escala local ou, mesmo, global (índios, negros, mestiços, autoridades, colonos portugueses e franceses e impérios)”.<sup>667</sup>

Antônio, índio proveniente da aldeia dos Tocantins, e José, “índios da terra”, estavam inseridos nessas complexas redes de relações construídas nesse espaço. Ocupavam um papel central, como aliados dos portugueses, sobretudo como intermediários que decodificavam aos lusos grande parte do emaranhado de relações que resultava desse contato entre diferentes sujeitos sociais.

---

665 *Idem*, p. 127.

666 BOMBARDI, Fernanda Aires. p. 62.

667 ALE ROCHA, Rafael. “‘Domínio’ e ‘Posse’: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo do Norte (primeira metade do século XVIII)”. *Revista Tempo*, v. 23, n. 3, p. 533, set./dez. 2017.

É desse canal estabelecido entre portugueses e indígenas aliados nos sertões que se definem as ações de guerra mais adequadas aos interesses coloniais portugueses. Assim, desse circuito de informação, também se mapeiam as nações indígenas que são ao longo desse processo consideradas inimigas ou obstáculos ao avanço da fronteira colonial.

As informações descritas pelos índios Antônio e José foram tomadas em interrogatório mandado fazer pelo governador João da Maia da Gama para que ele pudesse tomar conhecimento do que eles testemunharam na expedição de Guarda Costa de 1721. Além deles, depuseram o capitão João Pais do Amaral, dois sargentos, Antônio Freire e Ignácio, cinco soldados, Pascoal de Freitas, Antônio Coelho da Silva, Pedro de Sousa Passos, Antônio Monteiro e Antônio Batista dos Santos, que também estavam na tropa.<sup>668</sup>

A diferença das informações dadas pelos índios e militares diz muito a respeito do papel que desempenham nesse processo. Os militares foram interrogados sobre um possível marco fronteiriço entre Portugal e França. Os índios que serviram de guias e intérpretes na diligência não foram consultados a respeito, mas sobre dinâmicas internas, alianças e negócios mantidos pelos índios com os franceses, o comércio e resgates de índios nas possessões portuguesas, a colheita do cacau, a questão dos índios rebeldes e os assaltos que ocorriam na região.

Ouvir os índios aliados era importante para a administração da defesa colonial. Se para o governador não era significativo perguntar aos índios sobre demarcações de fronteiras e os acordos políticos, eles eram as testemunhas requisitadas para informar sobre a entrada de franceses, a colheita de produtos do sertão, a navegabilidade dos rios, dentre outros aspectos. Ou seja, o que interessava dos índios para os portugueses era o conhecimento de um espaço indígena que os colonizadores desconheciam.

Outra questão que chama atenção são detalhes das informações passadas pelos aliados indígenas, como por exemplo, os nomes do chefe dos Aruã, o Guaymar e dos franceses que mantinham comércio com ele, o que não se verifica da parte dos militares. Além da clareza que os índios aliados têm do espaço, apontando os nomes dos rios e indicando as rotas. Portanto, os relatos

---

668 *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11.

dos índios Antônio e José são de sujeitos que transitavam entre o espaço colonial e o espaço indígena do sertão. Nessa condição, eram importantes nas atividades militares da tropa de guarda costa, também para a defesa do Estado.

Os índios Antônio e José não estavam sozinhos, havia também os índios Vicente, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique, Felipe e muitos outros da Aldeia dos Arapijô e Tupinambá. Além dos índios da aldeia de Maracanã e da nação Aroaquizes, que são os que aparecem como aliados dos portugueses nas guerras contra os Amanaju e os Aruã. Esses aliados, nas ações militares, foram centrais para o avanço do domínio luso na região e o rompimento da fronteira indígena que bloqueava essa expansão.<sup>669</sup>

Para o combate dos Amanaju em 1689, estavam mobilizados os índios Tupinambá, os Aroaquizes e os da aldeia de Maracanã. Foram esses aliados que possibilitaram o enfrentamento aos índios do Cabo do Norte. Por essa atuação e arte de guerra foram descritos pelo governador Sá e Meneses como “valerosos índios”.<sup>670</sup>

Os índios da aldeia de Maracanã, estabelecidos na costa atlântica, foram centrais nas atividades de defesa, José da Serra se referia a eles como os “mais fiéis ao serviço de V.M.”.<sup>671</sup> Padre João Daniel também oferece indícios sobre esse grupo, os relaciona com os Tupinambá, que no Pará estiveram reduzidos juntamente aos Caité, Cabu, Mortigura e muitas outras. Como escreve o religioso, eram “belicosos”, “bons trabalhadores” e nas guerras “têm ajudado muito os portugueses”.<sup>672</sup> É significativo que três nações tenham participado como aliadas dos portugueses para um único evento de guerra.

A tropa, portanto, é um complexo dinâmico e multifacetado de práticas provenientes de diferentes grupos indígenas e militares. Consta que estes aliados entraram “nos sertões dos inimigos” Amanaju. Estes últimos aguardavam a investida da tropa lusa e seus aliados prevenidos. Atacaram e se “defenderam tão valorosamente que se admiraram os soldados mais antigos nas *guerras*

---

669 Chama-se de fronteira indígena grupos que se colocavam como obstáculos aos avanços da fronteira colonial na Amazônia. O rompimento desse bloqueio só foi possível com uma força especializada na guerra da floresta, ou seja, outros grupos indígenas aliados dos portugueses.

670 AHU, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

671 CARTA do governador José da Serra ao rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563.

672 DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. p. 269.

*destes sertões* dizendo que não tinham ainda em nenhum tempo índios com tão conhecido valor”, o que igualmente se achava “em um e outro sexo”.<sup>673</sup>

O enfrentamento preparado pelos Amanaju do Cabo do Norte à tropa de guerra indica questões que devem ser consideradas. Primeiro, há referência de homens e mulheres na guerra, uma prática distinta dos Tupinambá para os quais este evento atrela-se ao universo masculino, como já mencionamos. Outra questão deve-se à organização desses grupos para a guerra. Não há preparo sem que haja conhecimento da iminência do conflito ou da marcha dos inimigos, o que sugere que estes índios do Cabo do Norte já tinham conhecimento da chegada da tropa lusa para combatê-los.

Ou seja, há indícios de uma rede de comunicação e colaboração indígena que permitiu o preparo dos Amanaju para guerra. Esse fato parece corresponder com a prática nativa de espionagem descrita pelo padre João Daniel. Índios espíões que “escondidos no sombrio das árvores, a que sobem, descortinam, e vigiam os rios, e dão aviso do que vem ao longe, e dada a parte na povoação de que vem o inimigo, tocam a rebate, e avisam-se umas nações às outras suas aliadas”.<sup>674</sup>

É importante destacar que as tropas lusas desenhavam um caminho previsível. A necessidade de juntar os índios remeiros, guias e guerreiros à diligência fez com que as canoas passassem necessariamente pelas aldeias e fortificações. Assim recomendava o governador, em 1728, à tropa de guarda costa, para que seguisse viagem até as aldeias dos “padres Santo Antônio e Conceição” para “tomar guias e valer-se de alguns índios que preciso lhes forem”. Além disso, deveria a tropa averiguar e “visitar as fortalezas do Paru, Pauxi e Tapajós”.<sup>675</sup>

Esse trajeto foi prontamente interpretado pelos nativos. Na capitania do Maranhão, por exemplo, a nação Cohy e suas aliadas por duas vezes surpreenderam por assalto a tropa do tenente João Nogueira de Souza, que seguia para combatê-los. Talvez por essa razão por duas vezes tenham conseguido

673 AHU, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

674 DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 235, 1876.

675 Regimento que há de guardar o sargento-mor Fr<sup>co</sup> de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, códice 7, doc. 05, capítulo 6 do regimento.

surpreender por assalto as investidas das tropas portuguesas.<sup>676</sup> O ataque antecipado da nação Cohy à tropa lusa sugere não só que eles tinham conhecimento da investida militar como também dos caminhos por onde essa tropa passaria.

Essa parece ter sido a estratégia que possibilitou aos Amanaju do Cabo do Norte o preparo para a guerra. Todavia, conforme a narrativa de Sá e Meneses, estes foram combatidos pelos “aguerridos aliados muitos destes desprezando as próprias armas expondo os corpos as dos inimigos. Intrepidamente “trepando pelos jiraus (fortificação gentílica) nestas partes”.<sup>677</sup>

A tática de guerra empregada para combater os Amanaju é nativa. Há elementos que compõem o conjunto de *arte de guerra* Tupinambá. O combate corpo a corpo foi descrito por Florestan Fernandes, assim como a paliçada associada em seu estudo como fortificação nativa, tal como descreveu Artur Sá e Meneses sobre as táticas de guerra usadas no Cabo do Norte.

A utilização dos jiraus, ou fortificação gentílica, torna evidente que a determinação da tática foi definida, nesse caso, pelos nativos e não pelas técnicas de guerra europeias a exemplo das fortificações à moderna, tratadas no capítulo 3. A arte de guerra dos índios aliados colaborou para a bem-sucedida empreitada colonial, na avaliação de Artur Sá e Meneses.

O combate dos Amanaju, entretanto, não interrompeu o comércio indígena no Cabo do Norte que se estendeu a primeira metade do século XVIII. Para frear essa relação de comércio existente entre Gurupá e Cabo do Norte dependia ainda do enfrentamento da nação Aruã que, como vimos atrás, conectava esses espaços por meio de um dinâmico comércio.<sup>678</sup> Combater a influência dos Aruã na região parecia inadiável aos interesses lusos. A rota estabelecida pelos indígenas era uma rede fortemente estabelecida que fez do Cabo do Norte uma região fronteira peculiar, cujo domínio não se resolveu com tratados diplomáticos de tradição ocidental, ou mesmo pelas estratégias de controle portugueses. Por que isso ocorre?

---

676 “Certidão do tenente da casa forte do Iguará, João Nogueira de Sousa, para o soldado Manuel Freire de Andrade, sobre o procedimento deste último numa situação de conflito com índios no ano de 1709”. 10 de junho de 1710. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 11, doc. 1114.

677 *AHU*, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

678 Carta do governador Francisco de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará 22 de janeiro de 1685. Cx. 3; D.245.

Denise Schaan explica que estudos arqueológicos encontraram semelhanças entre a fabricação de cerâmicas do Gurupá com Amapá e Guianas. Eram provavelmente produzidas por grupos Arawak<sup>679</sup>, povo que deu origem aos Aruã, Aroanis ou Aroaris, assim denominados pelos portugueses. Dados recentemente divulgados pelo projeto “Origens, Cultura e Ambiente” (OCA), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), desenvolvido no município de Gurupá apontaram para novos contatos estabelecidos no período pré-conquista.<sup>680</sup>

As cerâmicas encontradas em Gurupá, de acordo com Helena Lima, coordenadora do Projeto, revelam que o Marajó integrava rotas de “circulação de informações no sentido norte-sul, passando pelas Guianas e Amapá e indo até o rio Xingu, atingindo regiões como Volta Grande”. Trata-se de novas rotas de comunicação, diferente das que até então a arqueologia destacava, “o sentido leste-oeste, ao longo do Rio Amazonas”.<sup>681</sup>

Nesses termos é possível afirmar que essas relações se construíram no período pré-conquista. O estabelecimento do comércio na região, cujo protagonismo é frequentemente atribuído à presença de feitorias francesas, holandesas e inglesas, deve ser ponderado. Ao que parece, os estrangeiros só integraram antigas rotas de contato construídas pelos indígenas no período anterior à colonização, e não o contrário.

Todavia, é evidente que as possibilidades que o comércio com franceses, ingleses e holandeses apresentavam tornaram-se atrativas a esses grupos indígenas. Ora, os estrangeiros atribuíam novos significados aos produtos coletados da natureza e ao comércio de cativos. Ao passo que as ferramentas, as armas de fogo e os utensílios europeus despontavam como novidades, as quais os indígenas da região estavam muito interessados em adquirir. O contato significou, a partir dessa perspectiva, um incremento ao circuito de contato e trocas de produtos já estabelecido.

---

679 SCHAAN, Denise Pahl. “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições”. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.

680 SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (org.). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: GKNORONHA, 2010. Ver ainda informações publicadas na página do Museu Goeldi: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/sitio-arqueologico-em-gurupa-revela-novidades-sobre-ocupacao-milenar>.

681 *Idem*.

Trata-se, portanto, de uma rota indígena. Essa percepção é fundamental para compreender a permanência do trânsito de gente e mercadoria entre o Marajó e o Cabo do Norte na primeira metade do século XVIII. Para impedir a ação indígena era necessário garantir também o domínio da Ilha do Marajó, especificamente o controle do estratégico território do Gurupá, região conhecida como a “boca dos sertões”.

Gurupá era uma região estratégica, conectada ao Marajó. É importante lembrar que, em 1623, a tropa de Luís Aranha e Bento Maciel Parente já havia entrado em conflito com ingleses e holandeses atacando suas povoações na região do Gurupá e Tucujus no Amazonas. Arthur Cezar Ferreira Reis explica que essa ação contava com mil índios flecheiros, mobilizados do Pará, Maranhão e capitanias do Brasil, notadamente Pernambuco e Rio Grande do Norte.<sup>682</sup> Um número muito expressivo de aliados indígenas, se considerarmos por exemplo que nesse ano no Pará todo o efetivo de soldados pagos somava 150 homens (ver tabela 1, capítulo 2). Dados que reafirmam que o sistema defensivo e a expansão da fronteira colonial dependiam principalmente do auxílio indígena, desde o início da conquista. Dessa empreitada militar resultou a fundação da fortaleza de Gurupá em (1623), que se manteria durante o século XVIII como importante controle de rotas de canoas que vinham do sertão.

Os aliados Tupinambá estiveram envolvidos ao lado dos portugueses na guerra contra os índios Amanaju do Cabo do Norte e foram os principais delatores das práticas dos Aruã, o que contribuiu para legitimar a guerra contra esse grupo, ocorrida entre 1721-1722. Portanto, os índios aliados dos portugueses não eram só importantes como força de guerra contra os grupos hostis. Revelavam-se também informantes indispensáveis para o conhecimento dessas práticas dos sertões.

Vicente, principal da aldeia do Arapijó, por exemplo, denunciou um ataque sofrido pela sua aldeia por parte dos Aruã. Estava ele com sua mulher e mais alguns índios em um igarapé e chegaram em canoas os Aruã que tentaram levá-los como prisioneiros, “como de ordinário fazem por serem sempre

---

682 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161), p. 31.

seus inimigos”; acabaram levando oito índios da aldeia do Arapijó, entre eles sua mulher.<sup>683</sup>

Mais detalhes foram incluídos por Sebastião, índio forro da mesma aldeia e meirinho. Conforme informava, flechas e armas foram usadas pelo Aruã, que mataram quatro ou cinco índios e os demais levaram prisioneiros, escapando somente o Principal Vicente “por cair no mar, que fugindo nadando escapou levando ainda três flechadas”.<sup>684</sup>

Além deles, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique e Felipe índios forros da mesma aldeia atestaram essas informações. Cipriano relatava serem os Aruã “seus inimigos capitais”, condição também afirmada por Nazário. Felipe ofereceu mais detalhes da relação com a nação Aruã, pois de acordo com o que relatava havia três anos (1720) estava ele e mais um rapaz de sua aldeia pescando em uma canoinha quando foram surpreendidos pelos Aruã, que os “cativaram e levaram a suas terras”. De lá o levaram, mais um rapaz e uma índia da nação Mexiana “a vender em Caiena de França que logo trouxeram o precedido deles, que eram três armas de fogo”.<sup>685</sup>

A partir dessas informações, cada índio cativo equivalia a uma arma de fogo. A introdução de armas, por meio desse comércio, tornou a relação entre os Aruã e outras nações mais violenta, a exemplo da Aldeia Arapijó e Tupinambá. Foi o que relatou Felipe, índio da nação Arapijó ao destacar que os Aruã mantinham “nas suas terras índios escravos de diversas nações, e que estes são os que comumente remam, e que o estilo observado entre a maior parte destes mesmos Aruã”. Além disso, esses índios prisioneiros serviam como escravos “os rapazes e raparigas são os que fazem transporte e comércio com os ditos franceses de Caiena”.<sup>686</sup>

O domínio de um comércio de cativos era mantido pela força coercitiva representada pelas armas de fogo. Esse impacto reconfigurou a relação de poder, que estava agora ligada também a seu domínio e acesso. Foi o que mostrou o relato de Alberto, índio da aldeia Arapijó, ao destacar que pelo comércio

---

683 Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 10, p. 60, jan./jun. 1987.

684 *Idem*.

685 *Idem*, p. 69.

686 *Idem*, p. 69.

mantido pelos Aruã estes “*se fazem temidos por contratarem e receberem armas de fogo*”.<sup>687</sup>

Aqui destaca-se o reconhecimento do índio Alberto sobre o significado da arma de fogo. Uma leitura que associa o “*fazem-se temidos*” pelo porte das armas europeias. A partir da perspectiva indígena a militarização implica no domínio das rotas dos rios e na influência de um grupo sobre o outro. Ora, foi o acesso e domínio de armas e pólvoras através de Caiena que potencializaram o domínio dos Aruã na região. Pedro, índio da aldeia dos Tupinambá, relatava que num ataque que sofreu a sua aldeia, os Aruã levaram quinze índios amarrados e os outros fugiram “*obrigados todos do terror das armas*”.<sup>688</sup>

Como explicou Vicente, índio principal da aldeia de Arapijó, os Aruã nas suas ações sempre “*se achavam com flechas e armas de fogo*”.<sup>689</sup> Na interpretação de Sebastião, índio da mesma aldeia, essa é a razão pela qual se fazem “*poderosos*”.<sup>690</sup> “*Flechas, terçados (fações) e armas de fogo*” foi a síntese de Brás Estácio, índio forro da aldeia dos Tupinambá, sobre as armas usada pelos Aruã naqueles sertões para “*assaltar as aldeias*”. Assim, também afirmava Paulo, índio forro da mesma aldeia.<sup>691</sup>

Verifica-se, também, a configuração de um conflito novo, dada a inserção de armas europeias no universo indígena. A arma de fogo estava sendo prontamente usada pelos indígenas, mesmo em conflitos entre nativos, sem a tropa lusa. Assim ocorreu no conflito entre os Aruã e os índios da aldeia Toaré, estes últimos na posse de armas de fogo revidaram o ataque do que resultou na morte de “*um Aruã com um tiro*”, e, “*retirando-se encontraram umas quinze canoinhas com gente nas quais fizeram apreensão*”. Os índios Toaré, sabendo disso, consta que se armaram e foram por terra esperar os Aruã.<sup>692</sup>

Todas essas informações sobre as práticas e ações dos Aruã no Cabo do Norte e Marajó foram passadas em auto de devassa. Os índios da nação Arapijó e Tupinambá afirmam estar em muitas ocasiões nas tropas de guarda costas. Esses índios aliados nas guerras, eram também informantes. Ao que

---

687 *Idem*, p. 64.

688 *Idem*, p. 65.

689 *Idem*, p. 59.

690 *Idem*, p. 60.

691 *Idem*, p. 65-66.

692 *Idem*, p.60.

parece, se, por um lado, a Coroa dispunha de uma burocracia que conectava diversas partes do império português, por meio de um fluxo contínuo de correspondências escritas, por outro, nos sertões, havia uma rede de informações indígenas pautada nos relatos orais que funcionava trazendo notícias das práticas dos índios dos sertões. Esses canais informativos funcionaram muito bem contra os índios Aruã do Marajó que, pelas informações, lhes foi declarada guerra justa.

Os depoimentos dos índios, na verdade, podem ter influenciado a própria ação dos portugueses. Assim, os índios inimigos dos Aruã usaram a “máquina” de guerra dos portugueses (da qual eles próprios participavam) para resolver suas próprias contendas e diferenças. Uma percepção que só possível pela inversão da perspectiva.

Na guerra realizada entre 1721-1723 contra os Aruã, a tropa comanda por João Pais do Amaral, conforme relato do soldado Antonio Freire de Mendonça, fez arraial na Ilha do Cururu, de onde expediu escolta para a Ilha de Mapuá, onde havia notícia de estarem os índios “inimigos” e junto ao igarapé encontraram com a canoa dos Aruã, “que se avistaram e se puseram em armas pelejando largo tempo com os nossos, durante o conflito quase seis horas matando dois índios nossos e ferindo outros”.<sup>693</sup>

Francisco Dias Lisboa, soldado que estava na tropa de combate contra os Aruã, explica detalhes do confronto. Consta que, ao se depararem com a tropa de João Pais do Amaral, os índios “se levantaram tirando armas de fogo”, o que também responderam “pelejando com armas de fogo, como com flechas” ficando eles vitoriosos. Na canoa dos Aruã, estavam três índias domésticas da aldeia do Tupinambá que haviam sido raptadas para serem comercializadas em Caiena com os franceses.<sup>694</sup>

Voltaram ao arraial de onde se mandou escolta a Ilha de Caviana, onde mais uma vez pelejaram, e, invadindo a casa dos Aruã, encontraram “cinco índias e um negro todos domésticos que tinham furtado da aldeia de Arapijó missão dos Padres da Piedade, que foram restituídos aos padres”.<sup>695</sup>

693 Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 10, p. 48-49, jan./jun. 1987.

694 Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 10, p. 44-45, jan./jun. 1987.

695 *Idem*, p. 49.

O teatro da guerra, portanto, apresenta elementos de guerra europeia, como a arma de fogo e o estabelecimento do arraial, como os de guerra nativa, a presença do arco e flecha e da emboscada. A canoa de João Pais do Amaral surpreendeu a canoa dos Aruã em um determinado igarapé. São circunstâncias que implicam em um formato novo de guerra, que é “a guerra do mato” caracterizada por Pedro Puntoni, ou “guerra do sertão”, como chamou Francisco de Sá e Meneses, em 1689.

Pelas informações da *devassa*, os índios que integraram a tropa de combate aos Aruã eram provenientes das aldeias do Arapijó, Tupinambá, Tocantins. Ou seja, pelo menos três aldeias auxiliaram na empreitada militar. Uma aliança que não se restringe à logística da tropa, como a necessidade de guias e remeiros. Mas também pela potencialidade da arte de guerra, pelo número e qualidade dos guerreiros, e, sobretudo, pelas informações que esses têm dos “inimigos”. Trata-se de um elemento importante da *arte de guerra*: conhecer as práticas de combate do adversário, e sobre essa questão parece que os índios aliados dos portugueses conheciam bem a respeito dos Aruã. Tornaram-se centrais para a desarticulação do comércio mantido entre Macapá e Gurupá no Marajó.

A interpretação de Pedro Puntoni, que explica a superioridade da tropa lusa pela sua capacidade de *assimilação* e *adaptação* da técnica de guerra nativa, deve ser ponderada. Ora, o que ocorre é a aliança com os guerreiros indígenas. É a atuação indígena nas diligências militares que qualifica as ações de defesa da tropa.

Nessa perspectiva, a *adaptação* ou *assimilação* decorre dessa presença indígena. Ou seja, deve-se a um aprendizado de ambos por meio da experiência de guerra e convivência nas tropas militares. Considerar que foram os portugueses que souberam assimilar a *arte de guerra* indígena é, na minha compreensão, diminuir a importância desses grupos que atuaram decisivamente nos eventos militares.

### 3.2 A Guerra do Rio Negro

Além do avanço para fronteira Norte, é possível verificar a presença indígena imbricada em outros momentos de expansão do domínio luso na região na primeira metade do século XVIII. Tomemos, por exemplo, a expansão da fronteira Noroeste, especificamente no Rio Negro com a guerra contra os

Manao, entre 1723 e 1724. O comércio de armas e escravos indígenas estabelecido entre os holandeses das Guianas e indígenas no rio Branco, afluente do rio Negro, foi a justificativa para declaração de guerra justa contra os Manao.<sup>696</sup> Nesse caso, novamente os indígenas aliados têm um papel importante. Inclusive, a morte do “Principal Carunamã” descrito como “fiel vassalo de V.M. e amigo dos portugueses” foi o estopim para guerra.

Carunamã integrava a tropa de resgate que saiu com destino ao Rio Negro por ordem do governador João da Maia da Gama, em 1723. Descrito como “amigo dos portugueses”, tinha por tarefa guiar o capitão Manuel de Braga que comandava a expedição de resgates. Na diligência, a tropa foi atacada pelos Principais Jarau, Beijari e Jariapu pela instrução de Ajuricaba, chefe da nação Manao. O confronto resultou na morte “aleivosamente” do índio Carunamã, aliado dos portugueses, o que motivaria a declaração de “guerra justa” aos índios hostis.<sup>697</sup>

Robin Wright explica que as “sociedades indígenas do Noroeste são interligadas por uma rede de vínculos sociais, comerciais, políticos e religiosos”. Essas sociedades no período pré-contato “estavam ligadas a uma rede de interdependência muito mais ampla estendendo-se desde o Orinoco até o baixo Rio Negro”. Do que decorriam interações vinculadas à troca de “artefatos de natureza cerimonial”, “intercâmbio de conhecimento”, “migrações”, “guerras e formação de alianças”.<sup>698</sup>

Os Manao atuavam na “condição de mercadores”, em suas palavras como “peças-chaves” que conectavam “chefias sub-andinas (Tunebo, Chibcha) aos povos do Amazonas e do Solimões (Yurimagua, Aisuari)”. Entre as trocas estavam “brincos de ouro, ralos de mandioca e tintas vegetais”. A mudança

696 Sobre a expansão da fronteira ver: FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991. Da mesma autora: “De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII”. *Anuário Antropológico*, v. 9, n.1, 1985; FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. “Estado de sítio: Territórios e identidade no vale do Rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos índios no Brasil*. 1992, p. 267-278; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e XVIII. *Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil Coletânea de Estudos*, Boa Vista-RR: Edufr, 2008.

697 “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro-1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 5, n. 9 (jul./dez. 1986). p. 3-29.

698 WRIGHT, Robin M. “História indígena do Noroeste da Amazônia. Hipóteses, questões e perspectivas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro de. *História dos Índios no Brasil*. p. 263.

desse vértice de comércio ocorreu a partir do século XVII, quando as atenções se voltaram para o comércio de escravos com os holandeses no Norte.

Assim como para a fronteira Norte, no Noroeste amazônico as relações pré-conquista parecem ter construído conexões entre rios e nações indígenas que continuaram a orientar as redes comerciais a partir do contato com os europeus. Os Manao do Rio Negro, assim como os Aruã do Marajó, constituíam sociedades-elo que se mobilizavam a partir do incremento das possibilidades de comércio vislumbrado por eles no contato com holandeses, ingleses e franceses. A opção pela interação com esses estrangeiros sinalizava para os portugueses uma ameaça cuja interrupção pela guerra parecia urgente.

Conforme destacou Márcio Meira, os Manao exerciam o papel de “sociedade tampão”, que “fechava o acesso aos portugueses para o médio e alto curso desse rio”. Faziam parte de uma “rede de comércio interétnica que chegava até os holandeses”.<sup>699</sup> De acordo com Décio Guzmán, o Rio Negro era a passagem “de todos os indígenas vindos de Quito e das Guianas”, grupos distintos que estabeleciam “relações comerciais e escravizando-se mutuamente através das guerras”. Os Manao eram “guerreiros e sobreviviam de guerra”.<sup>700</sup>

A “desobstrução dos rios” às tropas lusas foi o motivo indicado no 4º capítulo do regimento de João Pais do Amaral para a guerra. Essa situação significava para Portugal a rendição ou extermínio das nações indígenas lá estabelecidas. Para o enfrentamento desses grupos, a força militar das tropas lusas era insuficiente, a considerar que a partir da introdução de armas pelos holandeses aliados a um conhecimento guerreiro nativo o potencial de guerra desses grupos parecia bem superior ao das tropas lusas portuguesas.

De fato, várias investidas militares foram necessárias para combater os Manao. O primeiro conflito com a tropa de resgate do capitão Manuel de Braga, em 1723, que resultou na morte do aliado Carunamã, seria apenas o início de várias empreitadas. Em 6 de novembro do mesmo ano, a tropa comandada pelo capitão Belquior Mendes seguia ao Rio Negro com reforço. Dois anos mais tarde, em 14 de março de 1725, estava a caminho a tropa do capitão

---

699 MEIRA, Márcio. “Introdução”. In: MEIRA, Márcio (introdução e organização). *Livro das Canoas: documento para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FADESP, 1994.

700 GUZMÁN, Décio Marco Antonio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”. p. 27.

João Pais do Amaral “para fazer os resgates de S.M. e fazer a guerra” contra os índios inimigos. No dia 23 de outubro do mesmo ano, um reforço foi enviado ao capitão pelo ajudante Anacleto de Lalor, que seguia com uma canoa, soldados, índios e munições.<sup>701</sup>

Todavia, as tropas de guerras dos portugueses eram combatidas com “ímpeto” devido à “grande articulação e estratégia que Ajuricaba e outros chefes, seus aliados, praticaram”.<sup>702</sup> Consta que os Manao se mobilizaram estabelecendo alianças com a nação Mayapena contra as tropas lusas.<sup>703</sup>

Esse episódio foi relatado ao governador, que entendeu ser necessário dar aos Manao e seus aliados “o castigo merecido com dura guerra”. As providências foram tomadas em seguida e o governador mandou “aparelhar duas canoas grandes de S.M. com todo o necessário para guerra”. O capitão Leandro Gemaque, responsável por conduzir os reforços militares até o capitão João Pais do Amaral, levava “armas, munições, resgates, medicinas e mantimentos com soldado”.<sup>704</sup>

O governador instruiu o capitão Pais do Amaral para que “com toda brevidade” pudesse punir a nação Mayapena, “matando no furor da guerra todo que resistir, e cativando todo que se render”. Determinava ainda que se “execute o castigo em todos os ditos principais e seus vassalos, para que de uma vez fique desimpedida a entrada do rio e passagem das cachoeiras”.<sup>705</sup>

Os portugueses tinham grande interesse em repelir a frente de resistência Manao e seus aliados, porque “possibilitava a abertura de um caminho para o Rio Solimões, Branco e Orinoco”. Nesses espaços, como afirma Décio Guzmán, realizava-se “desde 1690, aproximadamente, ou até muito antes, um grande comércio de ouro, armas e escravos entre holandeses e os índios Manao”

---

701 “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro-1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 5, n. 9, p. 3-29, jul./dez. 1986.

702 GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”. p. 30.

703 “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 5, n. 9 (jul./dez. 1986), p. 3-29.

704 *Idem*.

705 *Idem*.

e outras nações. Caminhos que os “portugueses tinham especial interesse em tomar posse”.<sup>706</sup>

A “conquista do Rio Negro”, como escreveu o governador Alexandre de Souza Freire em 1728, tornou-se urgente após a uma queda abrupta da mão de obra indígena na capitania do Pará associada à morte pela epidemia de bexigas nos anos 1724-1725.<sup>707</sup> Era imperativo o avanço ao Rio Negro e o rompimento da influência dos Manao-Mayapena no vale desse estratégico rio. Mas de que forças militares dispunha o Pará para tal campanha de guerra?

Se considerarmos os anos da guerra, que corresponde o período entre 1720 e 1730, verifica-se que a tropa paga no Pará dispunha dos seguintes quantitativos para os anos que se obtêm dados: em 1720, há o número 322 soldados; em 1724, esse número se reduz para 287; em 1726, o número de gente nas tropas pagas permanece em decréscimo, já que se computa 262; o quadro se mantém em 1727, quando se registra 254; 1728 o mapa traz o número de 259; no ano seguinte, em 1729, há nas tropas 256 soldados; finalmente, em 1730, um quantitativo de 261 militares distribuídos nas cinco companhias pagas da capitania (Tabela 1, Capítulo 2). Ora, mesmo que todas as cinco companhias fossem enviadas ao conflito, o que seguramente não foi o caso, haveria uma força com poucas capacidades de fazer ofensiva de combate ao chefe Ajuricaba e seus aliados.

Indo mais ao particular, seguindo a discriminação das atividades desses sujeitos, feita pelo governador Alexandre de Sousa Freire, em carta de 1728, a situação parece ainda mais crítica. Na correspondência, explicava a D. João V a fragilidade de defesa da capitania do Pará, se não bastasse a guerra de “conquista do Rio Negro”, precisava de soldados para “expedição das tropas de guerra de resgates”, de “descobrimientos por sítios inundados de bárbaros”. E, ainda, para “guarnições de fortalezas, como são as que pertencem a esta cidade do Pará, da Barra, a do Fortim que está defronte à das Mercês, a da cidade”, a

706 GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”, p. 29.

707 Sobre epidemias na Amazônia colonial ver: SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”. Universidade Federal do Pará. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- PPHIST*, Belém, 2017. E, ainda, CHAMBOULEYRON, Rafael; BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha. “Formidável contágio’: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-1004, out./dez. 2011.

do “Gurupá, a do Paru, a dos Tapajós, a dos Pauxis e a do Rio Negro”. Além da “tropa de Guarda Costa”, “assistência dos missionários nas Aldeias” e guarnição da cidade, para as quais “muito escassamente poderão bastar os quinhentos soldados” que pedia na ocasião.<sup>708</sup>

Nessa mesma carta, cinco anos após a morte do guia aliado dos portugueses Carunamã, o governador informava ao rei sobre a situação da guerra contra os “bárbaros Mayapena”. Conforme consta da missiva, na ocasião, os Manao já se encontravam “conquistados”, mantendo-se resistente ainda a nação Mayapena, que tinha “o seu reino nos limites em que acaba a dos Manao”. Faziam frente os índios “armados todos com espingardas que lhe introduzem os holandeses, e entrincheirados”.<sup>709</sup>

Alexandre de Sousa Freire apresenta alguns dados. Para essa guerra de conquista do Rio Negro, foram destacados 60 soldados que acompanharam a tropa de João Pais do Amaral, o que não bastava. Por essa razão, reforços foram enviados, como destacamos. Se verificarmos os dados presentes no mapa e lista da gente de guerra que está em anexo da carta do governador, observa-se que a tropa de guerra do Rio Negro organizou-se em função do conflito. Ou seja, a guerra define também uma dinâmica que inclui a escolha do capitão, oficiais e soldados que podem sair de diferentes companhias.

A tropa de guerra do Rio Negro se constituiu de militares provenientes de quatro companhias. Da companhia de infantaria de Diogo Pinto da Gaia saíram nove, dentre estes o cabo de esquadra Luís Coelho; dois desertaram, Luís da Fonseca e Faustino de Barros. Consta que este último fugiu da tropa e estava em Cametá, do outro não havia notícias. Da companhia do capitão José Rodrigues da Fonseca, dez militares foram para a guerra contra os Manao. Da companhia de artilharia do alferes regente Inácio de Carias, onze soldados no mapa aparecem destacados a tropa de guerra. E, por último, da companhia de infantaria de João Pais do Amaral, que teve maior número de gente destacada, total de vinte incluindo Amaral, que foi como capitão da tropa de guerra, o

---

708 Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

709 *Idem*.

Sargento Freire de Mendonça, os cabos de esquadra Teonardo [Leonardo] Gonçalves e Tomé de Brito.<sup>710</sup>

Da discriminação nominal dos soldados, e considerando somente aqueles para os quais havia informação clara de que estavam na tropa de guerra, o que se obtém é o total de 50 militares (entre oficiais e soldados) saídos dessas companhias. Um número ainda menor do que o informado pelo governador. A estratégia foi formar uma tropa com os melhores militares de cada companhia, comandada por um capitão de “valor e experiência”. Todavia, essa não parece ter sido a principal força. Como consta na carta de Alexandre de Sousa Freire, o tenente Belquior Mendes estava no conflito com um socorro de 600 índios de guerra.<sup>711</sup> Um número espantosamente maior que o de soldados pagos, e muito superior ao quantitativo somado pelas cinco companhias regulares de que dispunha a capitania do Pará nesse ano, que somava 259. Também um número jamais alcançado para as forças oficiais durante toda primeira metade do século XVIII, que não atingiu mais do que 322 militares.

É importante ressaltar que se trata de apenas um evento de guerra para o qual integra-se um número significativo de nativos. Considera-se que o governador se refere a um reforço, o que significa que já havia outros que integravam

---

710 No Mapa de Gente de Guerra da capitania do Pará em 1728, os militares que aparecem destacados a tropa de guerra do Rio Negro saíram de quatro companhias vejamos: **Da companhia de infantaria de Diogo Pinto da Gaia** estavam na tropa de guerra do Rio Negro: o Cabo de Esquadra Luís Coelho; os soldados: Manoel Marques, Baltazar Soares, João Pimenta, Ângelo de Souza, Manoel Rodrigues dos Santos, Diogo Coelho, José Rabelo da Silva, Faustino de Barros, Luís da Fonseca. Esses dois últimos, consta terem desertado da tropa. **Da companhia do capitão de infantaria de José Rodrigues da Fonseca** foram destacados: Alferes José Antunes Fidalgo; Sargento João da Silva Bairros. Soldados: Gregório Serrão de Melo, Anacleto de Oliveira, Lourenço de Sousa, Joseph Elias da Silva, Rodrigo de Melo, Lucas dos Santos, Antônio Vieira Jardim, Timóteo Ferreira. **Da companhia de artilharia do alferes regente Inácio de Carias** foram os soldados: Júlio de Seixas, José e Seixas, Tarciso de Souza, Xavier Pereira, João Correia Marinho, Pascoal Gonçalves, Simão Pacheco, Geruázio da Mata, Francisco Portilho, Custódio Evangelho Pahin, Antônio Henriques Campelo. **Da companhia de infantaria de João Pais do Amaral** estavam destacados: Sargento Freire de Mendonça, o cabo de esquadra Teonardo [Leonardo] Gonçalves, o cabo de esquadra Tomé de Brito. Soldados: Pedro Ferreira Pinheiro, Manoel de Avelar, Diogo Fernandes, João Alves, José Fernandes, Basílio Arnao, Francisco Gomes, Francisco G. e Souza Maciel, Amaro Gonçalves, Bernardino Xavier Pereira, Agostinho Ferreira, Pedro de Souza Passos, Antônio Fernandes Brasão, José Moreira, Tome Pais de Amaral, José Pereira. Mapa está em anexo da Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

711 Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

a primeira campanha. Mesmo com o dado de 600 índios de guerra integrados a uma tropa lusa com 50 ou 60 militares, não bastava. A guerra contra os Mayapena bem equipados com uma força indígena que dispunha de armas nativas e armas europeias exigia bem mais esforços. Em 1728, há ainda referência ao pedido que fez o capitão João Pais do Amaral, em que solicitava com urgência 800 índios de guerra.<sup>712</sup>

Reduzidos apenas a um número, o governador não apresenta mais informações sobre esses aliados. Todavia, explicava ao rei que os 800 índios, não sabia como os alcançar, alegando que contra ele “se amotinam os missionários, praticando-lhe e dizendo-lhes que fujam, e desobedeçam” a suas ordens.<sup>713</sup> Ou seja, há indícios que esses índios saíam dos aldeamentos por meio da relação que destacamos no capítulo anterior.

O fato é que em 1728, as notícias de Alexandre de Sousa Freire já indicavam a “pacificação Manao”. Isso ocorreu com uma estratégia que tinha por objetivo prender o Principal Ajuricaba. Para isso, foi necessário dividir o “poder e as canoas” que compunham a investida lusa. Na boca do rio onde se localiza a aldeia do Principal se deixou a força menor. A força maior “se mandará entrar pelo rio Ajurim” de modo que a força maior ataque por trás a aldeia. Assim, se enganará a força Manao, que dispenderá toda a força para combater os que estiverem na “boca do rio”, e assim possa invadir facilmente com a maior força por trás. O desfecho foi a morte do Principal Ajuricaba, que se jogou da canoa que o levava preso a Belém.<sup>714</sup> Conforme se verifica, a estratégia do assalto, que é uma técnica nativa que visa surpreender o inimigo, foi a empregada contra os Manao.

Todavia, ainda resistiam seus aliados Mayapena. O reforço de 800 índios de guerra que pedia João Pais do Amaral, que se destacou atrás, era para combater esse grupo.<sup>715</sup> Em carta de 3 de outubro de 1729, o governador informava ao rei sobre a situação da guerra contra os Mayapena e sobre a nomeação de

---

712 *Idem.*

713 *Idem.*

714 “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*, Universidade do Amazonas, Manaus, v. 5, n. 9, p. 3-29, jul./dez. 1986. Essa estratégia também é analisada em: GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”. p. 35.

715 Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

Belquior Mendes de Moraes como cabo para guerra. A justificativa da escolha do militar por cabo da guerra foi o seu bom relacionamento “com todos os gentios vassallos de V.M., especialmente com o potentado Cabacabary, que auxilia as tropas portuguesas nos sertões dos seus distritos”.<sup>716</sup>

Conforme se verifica, a relação com os aliados indígenas também define o oficialato destinado para a guerra. Aqui temos indícios nominais de uns dos aliados indígenas, mas a documentação não apresenta mais nenhuma informação sobre esse grupo cujo chefe era o denominado “potentado Cabacabary”. Esses são mencionados novamente na estratégia de guerra construída para combater os Mayapena. No acervo iconográfico do *Arquivo Histórico Ultramarino*, encontra-se o mapa dessa estratégia. Todavia, não está a descrição ou explicação dos elementos que o compõem.

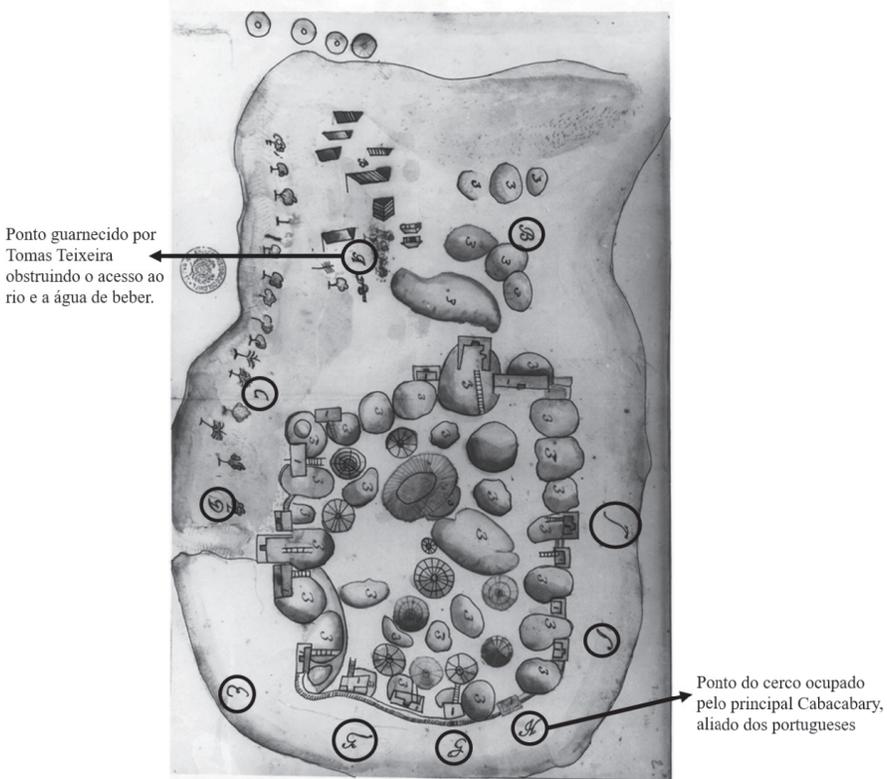
A parte escrita que completa o mapa se encontrava em outro acervo. Trata-se do mesmo problema, que destaquei no capítulo 3 ao analisar as fortificações. No processo de organização arquivista os documentos escritos foram desconectados de mapas e iconografias. Esses últimos desmembrados compõem um acervo específico. Cabe ao pesquisador resolver o quebra-cabeça, o que se exige maior investimento de pesquisa para encontrar as partes e reconectá-las. Foi este o caso.

Vejamos o Mapa da estratégia de guerra montada contra os Mayapena.

---

716 Carta do governador ao rei sobre a guerra Mayapena e a nomeação de Belquior Mendes de Moraes a cabo. Belém 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 11; D. 1056.

Imagem 20. Mapa da Aldeia Majuri, 1728



Fonte: “Mapa da aldeia do Principal Majuri”. *AHU*, CARTm- 20, D. 0773.

De acordo com o documento explicativo do mapa, a aldeia dos Mayapena constituía-se de um grande povoamento formado por várias aldeias vizinhas, grande parte aliadas do Principal Majuri. Um forte sistema defensivo de “dobrada fortificação”, formado por pedras, indicado na imagem pelo numeral 3 (três), conectadas por guaritas indicadas pelo numeral 1 (um), e resistentes cercas de madeiras “tão fortes que combatidos com balas de artilharia não pode abrir brecha”.<sup>717</sup>

A estratégia diferente da usada para combater os Manao que foram tomados por assalto (tática nativa de guerra), no caso da aldeia dos Mayapena, a estratégia foi o sítio ou cerco. Trata-se de uma tática de guerra usada na

717 “Escrito da explicação do mapa da tomada da aldeia do Principal Majuri”. 6 de julho de 1728. *AHU*, Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 1.

Europa, conhecida desde antiguidade, sobretudo na época medieval. Os castelos amuralhados eram mantidos em sítio até se exaurir os recursos de água e alimentos, ocasião propícia ao ataque do oponente.

Essa parece ter sido a estratégia contra os Mayapena. Consta que a tropa de João Pais do Amaral chegou à aldeia desses índios e logo os colocou em estado de sítio que durou doze dias, sendo obrigado “os defensores a sair dela por lhe faltar água, lá dentro na Aldeia”. Essa foi a ocasião do ataque que com “armas de fogo e zagaias” se matou um grande número de gentio desertando a maior parte”, principalmente pela atuação na guerra do Principal Cabacabary.<sup>718</sup>

O documento apresenta mais detalhes da estratégia do cerco. As letras que aparecem no mapa, indicadas pelos círculos, correspondem à seguinte descrição:

- na letra A, “ocupava o ajudante Tomas Teixeira “com alguma infantaria guarnecendo a cortina que ficava no caminho que desce ao rio da água de beber”;
- a letra B “mostra a parte do Rio Negro”;
- na letra C, “guarnecia o soldado Narciso de Souza e seus companheiros”;
- na letra D, guarnecia o alferes Manoel da Cunha o “caminho do porto”;
- na letra E, guarnecia o soldado Baltasar Soares com seus companheiros;
- na letra F, estava o alferes Angélico Ribeiro com sua campanha;
- na letra G, se pôs o soldado Júlio de Seixas e alguns soldados;
- e na letra H, estava o Principal Cabacabary.

O desenho dessa estratégia reafirma o argumento que tenho levantado ao longo desta obra, os indígenas aliados participaram ativamente das atividades militares. Aparecem como parte integrante desse processo. A ausência da tropa auxiliar tornava essa presença imprescindível. Ora, basta verificar que para essa guerra a força disponível foi a tropa regular e a força indígena, não havendo em nenhuma correspondência trocada entre militares, governadores e Coroa qualquer referência a uma força intermediária (companhia auxiliar).

---

718 *Idem.*

Isso é evidente nos dois reforços solicitados pelo capitão João Pais do Amaral, em que ele pede índios guerreiros.

Aqui, na estratégia do cerco, o principal Cabacabary é posto ao lado dos militares, ocupando inclusive um papel fundamental na definição do conflito. Consta na descrição da tática de guerra que este pelejou “abrindo brecha na trincheira” do sistema defensivo dos Mayapena, o que possibilitou a entrada dos militares lusos, agindo “com o valor conhecido, causando inveja aos valerosos soldados”.<sup>719</sup>

Portanto, o avanço da fronteira colonial para Noroeste, a partir da conquista do Rio Negro, com uma força formada por 50 ou 60 militares pagos, 600 índios de guerra, com pedido de auxílio de mais 800, caracteriza uma guerra luso-índigena. Essa composição se justifica em grande parte pela força adversária. Uma força como a constituída pela frente Manao-Mayapena não seria possível vencer sem o auxílio da gente nativa porque era destes a *arte militar* capaz, combinada com a experiência do oficialato experimentado, e o recurso a diversas armas como armas de fogo, arco e flecha, azagaias, além de táticas indígenas e europeias, que bem representam essa heterogeneidade de se fazer a guerra.

• • •

A presença indígena nas atividades militares, na primeira metade do século XVIII, pode ainda ser observada em outros momentos, como por exemplo, na expansão da fronteira do Rio Tocantins a partir de *Tropa de descobrimento de minas de ouro do Tocantins* (1727) e da *Tropa de Guerra do Tocantins* (1730). Pelos limites deste estudo, não será possível analisar mais essa frente de expansão.

Todavia, é importante destacar a atuação dos Tupinambá, Maracanã e da nação Aroaguini Nhengatê liderados pelo principal José Aranha, para o qual recomendava-se “ir com algum título ou posto de governador de sua gente, pois assim se animará de melhor vontade praticar e fazer pazes com os gentios”. Conforme explicava o militar, esse auxílio indígena era necessário “para a boa direção do descobrimento de ouro dos Tocantins, o que de outra sorte

---

719 *Idem.*

senão poderá conseguir como a experiência tem mostrado”, razão pela qual pedia 100 índios para a empreitada.<sup>720</sup>

O impacto da presença militarizada de europeus no vale Amazônico e a conseqüente introdução da arma de fogo implicaram na ressignificação da guerra no período colonial, provocou migrações internas e extermínio de populações indígenas. O estado de alianças e enfrentamentos que caracterizaram o contato com o sistema colonial desenhou um ambiente de guerra significativo pelo volume de conflitos verificados entre os primeiros anos de presença portuguesa na região até 1750, para os quais as alianças com os nativos tornaram-se imprescindíveis para a defesa da capitania. Mas afinal, por que os indígenas se aliavam aos portugueses?

#### **4. As razões para as alianças: algumas reflexões**

Uma das indagações desta pesquisa foi refletir porque alguns grupos indígenas resolveram aliar-se aos portugueses e colaborar com o sistema defensivo com auxílio de gente, arte de guerra, logística, guias, remeiros e informações.

Para essa pergunta não há uma única resposta. E, ainda, não há resposta simples. A natureza dos documentos, pautada pelos registros oficiais, não deixou nenhum escrito das mãos dos próprios índios que explicasse as razões para essas alianças. Por outro lado, esse foco documental nos conquistadores portugueses na expansão das fronteiras coloniais atribui pouca ou nenhuma visibilidade a esses sujeitos. Além disso, essas alianças são resolvidas por um conjunto de relações estabelecidas entre grupos indígenas e com os estrangeiros que parece um emaranhado ainda pouco claro.

Talvez o que se apresente seja resultado de um esforço analítico de indícios que podem apontar reflexões, mas não conclusões. Trata-se de inferências para possíveis respostas por meio da análise da relação de interesse que os índios aliados têm com a guerra, contra outros grupos envolvidos no conflito, ou ainda pelo que resulta da guerra para o grupo que colabora. Isso, é óbvio, não está posto. Primeiro porque as motivações são diversas e segundo porque as fontes não fazem referência sobre as razões das alianças. Todavia,

---

720 Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

pelas informações disponíveis, é possível lançar mão de algumas possibilidades. Vejamos.

Nas informações presentes nos autos de devassa da guerra contra os Aruã da Ilha de Joanes (Marajó), Francisco Dias Lisboa, soldado da companhia de João Almeida da Mata, que estava na guerra, relatou que, na peleja contra os Aruã, resgataram três índias que estes haviam roubado das aldeias dos Tupinambá.<sup>721</sup> A frequência com que foram relatados fatos similares chamou a atenção. Poderia tratar-se de uma rede de tráfico de mulheres indígenas para Caiena mantida pelos Aruã?

Na mesma direção do soldado Francisco Dias, seguem as informações de Estácio Marques, este soldado da companhia do capitão Francisco Rodrigues da Silva, que afirmou que estas índias roubadas dos Tupinambá eram “domésticas” e acrescentou que havia outras mais, que, conforme relataram, “tinham sido vendidas em Caiena aos franceses”. O militar informa ainda a existência de outras cinco índias que haviam sido raptadas “da aldeia do Arapijó da missão dos padres da Piedade”.<sup>722</sup>

Esses relatos também foram verificados entre os índios. Hilário, índio forro, capitão da aldeia dos Tupinambás, disse que, em 1721, os Aruã haviam “levado furtada por vezes algumas índias das quais segundo sua lembrança foram quinze, e destas conduziram nas suas canoas para seus distritos e domicílios, passando-as por contrato a Caiena da França”; no ano de 1723, encontraram mais três índias, e sabia por informação do índio Alberto da aldeia dos Maruanus que o mesmo gentio Aruã lhe dissera “intentava ir brevemente à aldeia dos Tupinambá a dar-lhe outro assalto”.<sup>723</sup>

Vicente índio, Principal da aldeia de Arapijó, em 1723, relatou o ataque que sofreu pelos Aruã quando estava com sua mulher e mais alguns índios a colher andiroba para fazer azeite, do que resultou o rapto de sua mulher e mais índios. Explicou ainda “que era certo serem estes mesmos inimigos comuns da sua aldeia”. Pedro, índio forro da aldeia dos Tupinambá, também relatou que os Aruã chegaram ao porto de sua aldeia e na sua ausência levaram sua irmã

---

721 Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – CEDEAM. Universidade do Amazonas, Manaus, v. 6, n. 10, p. 44-45, jan./jun. 1987.

722 *Idem*, p. 47.

723 *Idem*, p. 58.

Alay e uma sobrinha juntamente com outros quinze que foram amarrados e levados nas canoas.<sup>724</sup>

Nádia Farage destaca esse comércio de mulheres praticado entre os grupos indígenas que habitavam as Guianas, denominados na época colonial de Caribe. Ao tratar do “fato” guerreiro desses índios, Farage ressalta que ao contrário dos Tupi, que “buscavam os inimigos homens como botim de guerra, os Caribe teriam por móvel a captura de mulheres”.<sup>725</sup> Os inimigos, portanto, não eram o objetivo das guerras e sim suas mulheres. Se nas relações pré-conquista, para esse grupo, as guerras eram motivadas pela captura de mulheres, esse comércio já estabelecido alargou significativamente o seu alcance após o contato.

Os estudos de Farage trazem informações sobre espanhóis estabelecidos no Orinoco, que faziam “expedições aos rios Barima e Essequibo para comprar mulheres e crianças dos Caribe”. Um comércio mantido pela introdução de terçados, facas e armas, conforme depoimento de um “viajante pela Guiana holandesa a informação de que os prisioneiros homens eram mortos, e as mulheres e crianças eram preservados para troca por quinquilharia manufaturadas”.<sup>726</sup>

Ao que parece esse pode ter sido o destino das mulheres raptadas das aldeias dos Arapijó e Tubinambá. A movimentação dos Aruã conectava uma extensa região, como aparecem nos registros agiam no Cabo do Norte, Caiena, Gurupá e Xingu. Muito parecido com o que destacou Farage para os Manao do Rio Negro, acusados de manter comércio com os holandeses, “por anos engajados no tráfico de escravos em troca de manufaturados”. Para a autora, eles “não representavam senão um elo na imensa rede comercial que envolvia grupos indígenas do Essequibo ao Negro, através da rota do rio Branco”.<sup>727</sup>

Para o caso da guerra contra os Aruã (1721-1723), o apoio dos Tupinambá parece ter sido motivado pelo tráfico de mulheres e demais índios de suas aldeias, conforme aparece nos relatos. Os Aruã eram identificados como inimigos, o sentido da vingança motivava a guerra na cultura Tupinambá. Dado

---

724 *Idem*, p. 59 e 64.

725 FARAGE, Nádia. “De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII”. p. 177.

726 *Idem*, p. 178.

727 *Idem*, p. 175.

aos raptos das mulheres, essa pode ter sido a motivações das alianças como os portugueses no combate a esse grupo.

As alianças também poderiam ser motivadas por antigas rivalidades. Em vários relatos, os índios da nação Tupinambá citam os Aruã como seus inimigos. O comércio de mulheres para Caiena pode ter sido mais um incremento a essas intrigas. Rafael Ale Rocha observa que “alguns grupos (ou lideranças) indígenas buscavam inserir os portugueses nas guerras que travavam contra índios inimigos”. Ale Rocha destaca o caso, por exemplo, dos índios da nação Sacaca que habitavam o Marajó e eram inimigos dos Aruã e aliados dos Karipunas. Conforme dados de sua pesquisa, essa nação teria ido até Belém buscar “auxílio militar contra os Aruã”.<sup>728</sup>

Por outro lado, o auxílio indígena poderia ser motivado pelo pagamento do serviço prestado. É o caso dos índios da aldeia de Maracanã. Em 1734, como vimos, o governador José da Serra se referia esses índios como “os mais os mais fiéis a V.M.”. Destacava a necessidade de efetuar os pagamentos pelo auxílio por terem sido destacados na tropa de guerra. O governador explicitava sua preocupação, expondo que se retirasse da Fazenda real a “importância destes panos, o que faço por me parecer injusto, que os únicos índios fiéis que V.M. tem, venham de uma Tropa de Guerra doentes e se mandem para a sua terra doentes sem se lhe pagar quatro varas de pano que somente ganharam”.<sup>729</sup>

Nesse caso, o interesse na aliança é o retorno em varas de panos. Esse também foi o acordo feito pelos Aranhi, como o capitão cabo Manoel da Silva Pereira relatado em 1736, que acertaram que receberiam panos em troca do apoio para a realização de entradas ao sertão, como referido no capítulo anterior.<sup>730</sup>

A incorporação em tropas lusas poderia significar também excelente ocasião para fugas. Essa parece ter sido a motivação dos índios que auxiliavam a tropa de Belquior Mendes em 1733. Todos fugiram tão logo a incorporação à tropa. Pelos menos por três ocasiões os índios que se arregimentava das aldeias fugiram. Dos 24 índios destacados das aldeias dos padres jesuítas, fugiram

728 ROCHA, Rafael Ale. “Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial”. *História: Debates e Tendências*, v. 8, n. 2, p. 378-387, jul./dez. 2008, publ. no 2o sem. 2009, p.380.

729 CARTA do governador José da Serra ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563.

730 “Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

12. Dos 17 índios que saíram das missões dos padres da Conceição chegando a Belém, consta terem fugido 9. Conseguira ainda 30 e tantos, e em seguida “fugiram todos”. O militar relatava que em tantos anos de sertão nunca havia presenciado tal desamparo.<sup>731</sup>

Para esses índios, o auxílio nas tropas significou possibilidades de fuga dos aldeamentos. Tal como aconteceu um caso no Maranhão, em que os índios se aproveitaram da ocasião de saída da tropa para atacar e matar o cabo Manuel do Vale e seus soldados.<sup>732</sup> Nesse último caso, a incorporação à tropa significou uma boa ocasião para atacar os portugueses.

Aqui é evidente a insatisfação. Por essa razão destaquei atrás que estar aldeado não significa alinhamento com o projeto colonial luso. A incorporação compulsória de índios nas tropas, devido à prerrogativa dos aldeamentos darem auxílio às empreitadas militares, colocou nas tropas insatisfação e resistência de muitos índios que estavam nas tropas com os militares.

Para o caso do Maranhão e Piauí, analisado por Vanice Siqueira Melo, “as guerras entre índios e portugueses, podem ser compreendidas como resultado dos diversos sentidos que estes grupos davam ao espaço”. Ou seja, “as guerras são conflitos de territorialidades, uma vez que os grupos indígenas e os portugueses possuíam lógicas diferentes de apropriação do espaço”. As alianças, nesse caso, podem estar associadas ao alargamento da ação e poder de alguns grupos sobre os espaços conquistados.<sup>733</sup>

Por outro lado, há ainda um interesse pelo resultado das alianças: as possibilidades de mercês, prestígio e honrarias para muitos dos índios que participavam das tropas. As patentes conferidas a índios principais ressignificaram as relações de poder e o simbolismo da chefia nos sertões e no mundo colonial. A estratégia em manter aliança com as chefias indígenas proporcionava aos colonizadores o exercício de um poder indireto sobre os indígenas. E, por outro, podemos conjecturar que a aliança dos índios com os colonizadores

---

731 Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

732 “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

733 MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas guerras*. p. 68.

portugueses tornava esses aliados mais poderosos na relação de poder estabelecido com outros grupos indígenas no sertão.

Se, para os portugueses, os objetivos das alianças estavam no limite dos objetivos da colonização, para os nativos as motivações poderiam ser as mais diversas, constituídas de rivalidades anteriores à conquista, redes de comércio, vingança, fugas, negociação, pagamento e/ou a inserção na sociedade por meio das patentes e honrarias. Essas inúmeras razões, em muitos casos, não estavam claras aos colonizadores. Assim como não me parece que os objetivos dos colonizadores estivessem necessariamente bem claros aos nativos.

Há ainda um último aspecto sobre o qual é preciso refletir. Dado o ambiente provocado pela disputa entre ingleses, holandeses, franceses, espanhóis, portugueses pelos territórios amazônicos, desde cedo, as alianças pareciam um caminho inevitável. Os índios se aliavam porque o ambiente de contato não permitia mais a manutenção de relações outrora estabelecidas. A expansão colonial provocou um desequilíbrio nas relações entre os indígenas. A militarização percebida principalmente pela reconfiguração da guerra e introdução da arma de fogo exigiu das diversas nações indígenas novos comportamentos, que passavam pelas múltiplas relações estabelecidas com os estrangeiros. A aliança com os portugueses dava aos índios acesso a armas e a maior poder de enfrentamento contra as nações inimigas. Essa posição também os recolocava em possibilidade de novos modos de inserção social, através do merecimento, patentes e honrarias militares.

## **5. Além da guerra: prestação de serviços e mercês**

Conforme destaquei até agora, a capacidade defensiva da tropa portuguesa estava alicerçada em dois grupos: os índios aliados e os oficiais militares que ocuparam postos de comando nas tropas regulares. Nesse sentido, no oficialato das companhias regulares, foi mantido um grupo de militares de grande experiência de guerra. Esses sujeitos construíram longa carreira nos serviços das armas e buscavam a partir desse aspecto se inserir em redes de favorecimento e mercês.

Diogo Pinto da Gaia, por exemplo, que ocupou o posto de capitão de uma das companhias pagas da capitania, seguiu esse caminho. Era filho de Manoel Luís de Matos e de Margarida de Siqueira, e natural do Pará. Consta

das certidões apresentadas em 1732 haver servido a Coroa por um período de 40 anos, 6 meses e 24 dias, tendo sido recrutado aos 15 anos de idade. Nesse longo período, passou de soldado, alferes, ajudante a capitão de infantaria, posto que exercitou por 19 anos. Nesses anos, atuou em diversas diligências no sertão, como por exemplo, na guerra contra os índios do Rio Madeira, no “descobrimento do rio Araguaia”, no “descobrimento do rio dos Tocantins”, na “guerra do gentio Solimões”, indo ainda ao Cabo do Norte averiguar juntamente com engenheiro lugar adequado para fortificações.<sup>734</sup>

Nas várias certidões anexadas ao processo, se obtém longas páginas sobre sua vasta experiência militar. Tornou-se peça-chave da guerra no sertão, pois era “muito prático na variedade das línguas” falada pelos indígenas e em estabelecer alianças com “muitos gentios para o serviço das capitanias”.<sup>735</sup> Essa experiência e a condição estratégica de “prático” nas línguas e nas guerras do sertão certamente foram o que o manteve no posto de capitão de companhia de infantaria por longo período. Nos mapas e listas das companhias pagas do Pará, ocupa esse posto nos anos de 1726, 1728, 1730 e 1732 (ver Quadro 5; capítulo 2).

Além das atividades militares, o capitão Pinto da Gaia possuía terras no rio Acará, onde tinha plantação de cacau. Em 18 de maio de 1720, pelos serviços prestados, recebeu confirmação de uma légua e meia terra nesse rio para continuar “com a mesma planta [cacau] e fazer suas roças”.<sup>736</sup> Em 1732, em requerimento solicitava o Hábito da Ordem de Cristo, e cinquenta mil réis de tença efetiva para seus dois filhos, como remuneração dos serviços prestados.

José Rodrigues da Fonseca, que também ocupou o posto de capitão de uma das companhias de infantaria do Pará, entre 1720-1732 (ver Quadro 5; capítulo 2), era filho de José Rodrigues Santarém, e natural da cidade do Pará.<sup>737</sup> Nos papéis dos serviços prestados, consta haver sentado praça de soldado voluntário, em 27 de maio de 1704. O “zelo que tinha do real serviço”

---

734 Requerimento do capitão de infantaria da praça do Pará, Diogo Pinto da Gaia para o rei D. João V. *AHU*, Avulsos do Pará. 18 de novembro de 1733, Cx. 14, D. 1337.

735 *AHU*, Avulsos do Pará. Cx.4; D.352.

736 *ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.118

737 *ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 15, f.150v

aparece como o motivo que levou o militar a galgar postos, ocupando o posto de ajudante, alferes, sargento e capitão de companhia de infantaria do Pará.<sup>738</sup>

Em 1723, constava já haver servido 14 anos, 4 meses e 21 dias. Entre os serviços constava ter participado das obras de fortificação da cidade e ainda “servido de tesoureiro dos bens pertencentes aos defuntos e ausentes, e fisco real por cinco anos”. Todas essas informações compõem um dossiê apresentado em certidões e folhas de serviço por José Rodrigues da Fonseca em 27 de julho de 1726, ocasião em que requeria mercê de hábito da Ordem de Cristo e tença de cento e cinquenta mil réis pelos serviços prestados.<sup>739</sup>

O militar também obteve terras na capitania do Pará. Em 1734, consta que Rodrigues da Fonseca era morador de Belém e solicitava confirmação de carta de data e sesmaria, de duas léguas de terra próxima ao rio Guamá, no igarapé Mururé, para fazer lavouras.<sup>740</sup> A Coroa concedeu a mercê ao capitão. Em 7 de abril de 1739, José Rodrigues da Fonseca solicitava um novo documento porque alegava ter perdido a carta de confirmação da posse da terra.<sup>741</sup> Em 21 de abril de 1739, consta o reenvio da carta pela Coroa.<sup>742</sup>

Conforme se verifica, a atuação desses sujeitos ia muito além do serviço das armas. Integravam-se nas relações construídas na experiência colonial e, a partir do serviço prestado nesses postos, requeriam as mercês. José Velho de Azevedo, que serviu como capitão-mor do Pará e engenheiro da capitania, também solicitou mercês pelos serviços prestados. Em requerimento de 18 de agosto de 1712, solicitava da Coroa concessão de Hábito da Ordem de Cristo, e uma tença efetiva de duzentos mil réis. Era natural da vila de Almeida em Portugal e constava nesta altura haver servido 28 anos e 23 dias. Pelos papéis e certidões apresentados desde 1683, já havia atuado, além do Pará, na província

---

738 Requerimento do capitão de infantaria do Pará José Rodrigues da Fonseca para o rei. 27 de julho de 1726. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 9, D. 828.

739 *Idem*.

740 Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao Rei, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria próxima ao rio Guamá. 26 de novembro de 1734. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1569.

741 Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao rei, solicitando renovação da confirmação da carta de data e sesmaria de terras no Guamá, por ter perdido o respectivo documento. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2054.

742 *ANTT*, “Sesmaria”. Microfilme, n. 2164; Livro 97; p. 84. Ver ainda: *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17; D. 1569.

de Trás-os-Montes, Bragança e Monte Alegre<sup>743</sup>. No Pará, além dos trabalhos nas obras de fortificações, esteve em diligências ao Cabo do Norte e outras atividades militares.<sup>744</sup>

Também tinha terras no Pará. Tratava-se meia légua de terra em Guarapiranga “que confina pela banda do Leste com a doutrina dos padres de santo Antônio” e pela do Oeste com as terras que “foi de Mateus de Carvalho e Siqueira”. Consta que na sua terra, o engenheiro possuía plantações de cacau e currais de gado. A mercê foi passada em carta em 5 fevereiro de 1722.<sup>745</sup> Uma carta do ouvidor José Borges Valério, em que expunha os problemas havidos no inventário e partilha de bens do falecido capitão José Velho de Azevedo, referia-se aos “Engenhos e servos, casas de vivenda, móveis” além de 25.168\$318 em dinheiro.<sup>746</sup>

Já Francisco de Melo Palheta, que ocupou o posto de Tenente da Guarda-Costa do Pará, em 1726, constava ter servido por mais de 20 anos como soldado, cabo, sargento, alferes de infantaria e tenente de guarda-costa.<sup>747</sup> Participou da guerra ao gentio Maraguã, Aruã e no sertão dos Cambebas. Também possuía uma légua de terra no lugar que foi de Miguel Paulo no rio Ubituba, mercê recebida em 8 de fevereiro de 1712.<sup>748</sup> Consta ainda possuir terras no igarapé Arapijó confirmadas em 20 de março de 1733.<sup>749</sup>

João de Almeida da Mata também seguiu na mesma direção. Os serviços prestados o levaram a capitão de uma companhia de infantaria do Pará, como consta no mapa da gente militar de 1726 (ver Quadro 5, capítulo 2). Em 10

---

743 Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando Hábito da Ordem de Cristo e tença. 18 de agosto de 1712. AHU, Cx. 6, D. 491.

744 Requerimento de José Velho de Azevedo para o Rei solicitando autenticação dos serviços e patentes que apresenta. 11 de agosto de 1714. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 507.

745 ANTT, “Sesmaria José Velho de Azevedo”. Chancelaria Régia- livro:60; pág. 64.

746 Carta de José Borges Valério para o Rei sobre os erros ocorridos na partilha dos bens do capitão-mor José Velho de Azevedo. Belém do Pará, 23 de agosto de 1739. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2069.

747 Requerimento de Francisco de Melo Palheta solicitando confirmação da sua nomeação no posto de Capitão tenente da guarda costa do Pará, 22 de fevereiro de 1726. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 13; D. 805.

748 ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 9, f. 92.

749 APEP, Livro 6, ff. 155-156.

de dezembro de 1733, solicitava confirmação de uma légua de terra no rio Inhagapi, onde tinha lavouras.<sup>750</sup>

Esses casos apontam que os bons procedimentos em diligências militares possibilitavam a inserção desses militares em outras atividades na capitania. As mercês concedidas pelos serviços prestados eram uma estratégia para manter as atividades necessárias às atividades de defesa nas conquistas. Os oficiais militares, por sua vez, aproveitavam para integrar-se nas atividades de cultivo de cacau, criação de gado e comércio na capitania.

O curioso é que por decreto de 18 de abril de 1720, D. João V revogara uma Lei de 20 de novembro de 1709, em que se permitia o comércio dos governadores e oficiais. Como explica, “mostrou a experiência ser muito prejudicial”, o que por essa razão revogara a antiga permissão. Ficava determinado a partir de então que “nenhum Vice-rei, capitão general, governador, ministro ou oficial de justiça ou fazenda, nem também os de guerra que tiverem patente que são do posto de capitão para cima, inclusive assim deste reino, como de suas conquistas, possa comerciar por si”.<sup>751</sup>

Todavia, ao que parece, nas conquistas, a aplicação dessa Lei encontrava sérios entraves. Basta considerar os diversos pedidos de terras realizados por oficiais para fins de cultivo e criação, o que implicava também o comércio dos produtos cultivados, a exemplo do cacau plantado por Diogo Pinto de Gaia. Além disso, de acordo com o regimento das companhias regulares (de linha), os militares integrados em suas tropas deveriam ter a vida militar por excelência, para o que recebiam soldo para a dedicação ao serviço das armas. Ocorre que na experiência colonial, as práticas defensivas atrelaram-se também a estratégias de enriquecimento que se vinculavam à exploração dos recursos que as conquistas poderiam oferecer.

A necessidade de defesa, ocupação e povoamento parecia ditar as regras e os limites entre a manutenção da ordem estabelecida ou a manutenção dos espaços coloniais. Exemplar, nesse sentido, foram a concessão de mercês,

---

750 Requerimento do sargento-mor do Pará, João de Almeida da Mata para o rei solicitando confirmação de carta e data e sesmaria nas cabeceiras do rio Inhagapi. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 16, D. 1448.

751 “*Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si*”. COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo II, pp.14-15.

hábitos e patentes. Como vimos, os oficiais reconheciam suas importâncias para o funcionamento do sistema defensivo colonial, razão pela qual solicitavam terras e Hábitos das Ordens Militares. Fernanda Olival explica que as Ordens Militares representavam “um capital honorífico e profundo legado simbólico”. Constituíam-se em referência ao poder dos monarcas, mas “também da riqueza e identidade de um reino” eivado de tradição.<sup>752</sup> Na experiência das conquistas, entretanto, conforme Ronald Raminelli, os rígidos critérios de impedimento para a concessão de hábitos foram “abrandados para viabilizar recompensas aos vassalos e incentivar lealdade a monarquia”.<sup>753</sup>

Os indígenas também experimentaram e interpretaram os caminhos para acionar as benesses, mercês e honrarias da monarquia. A centralidade que ocuparam como aliados nas guerras e demais atividades militares possibilitou a inserção desses sujeitos nessas relações. Raminelli, por exemplo, lembra para Pernambuco as mercês recebidas por Felipe Camarão e Henrique Dias pela atuação “decisiva para a vitória luso-brasileira sobre os neerlandeses” na restauração pernambucana.<sup>754</sup>

Alírio Cardoso verifica que na experiência da guerra hispano-holandesa (1621-1644) na Amazônia os índios aliados foram elevados à categoria de vassalo-soldado. Nessa condição negociavam esse apoio militar. Como explica Cardoso, a forma “mais eficiente de contar com grandes contingentes de soldados nativos era a oferta de vantagens e mercês às lideranças indígenas”. Tratava-se da promoção das qualidades guerreiras dos índios, uma vez que no Estado do Maranhão, as “autoridades portuguesas perceberam desde o início da conquista a necessidade de organizar a defesa da região com o uso alargado dos soldados nativos”.<sup>755</sup>

Esses índios, conforme Almir Diniz de Carvalho Junior, apropriaram-se desse sistema de mercê. Mais que “líderes indígenas aliados”, esses índios

752 OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Mercê, Honra e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Portugal: Star, 2001, p. 52. Ver ainda: LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; OLIVAL, Fernanda; RÊGO, João Figueirôa (coord.). *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino. Inquisição e Ordens Militares. Séculos XVI-XIX*. Évora: Caleidoscópio, 2013.

753 RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. p. 136

754 *Idem*, p. 136.

755 CARDOSO, Alírio. “Canoa e Arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (org.). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. p. 49- 50.

foram “líderes militares”.<sup>756</sup> Foi o caso de João Magu de Deus, índio Principal da nação Araió, para a capitania do Maranhão. Consta que Magu de Deus “mestre de campo” havia pacificado os Aranhi, nação acusada de cometer “injustiças” e “distúrbios” nos moradores da região. O Principal, por ordem do governador João de Abreu Castelo Branco, “entrou no mato, e depois da diligência em que gastou sete ou oito meses trouxe consigo duzentas pessoas da dita nação que ficam aldeados com o gentio Arayo, junto à ribeira da Parnaíba”. Por esse serviço, o governador em 1739 solicitava mercê ao índio Magu de Deus.<sup>757</sup>

A resposta foi passada em Consulta em 1741. No documento reconhecia-se a importância de Mogu de Deus, e explicava-se que como este índio já “tinha patente de Mestre de Campo pelo Vice-Rei e governador geral do Brasil”, recomendava-se que poderia “o trazer no peito símbolo de alguma das ordens militares e mandasse dar um vestido”<sup>758</sup>.

Além disso, João Magu de Deus parece ter influenciado para o recebimento de patente a outros índios de sua nação. Em 1737, por exemplo, o índio Antônio Dias recebeu a patente de capitão dos índios da nação Araió. No texto do documento, há a seguinte notação: “*da mesma nação do principal João Magu de Deus*”<sup>759</sup>, não se verifica esse formato para outras patentes, indício de que Magu era conhecido de seus aliados portugueses.

Estes, porém, não foram os únicos a ocuparem as páginas de registros de patentes. No *Livro de Registro de Patentes e Honrarias Militares* do acervo do Arquivo Público do Pará, que abrange o período de 1737-1750, contabilizaram-se 73 patentes atribuídas a indígenas de diversas nações. Verificou-se ainda o segundo livro de registro de patentes, que abrange um período de 1750-1768. Até o ano de 1752 identificamos mais 29 patentes.

756 CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. “Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (org.). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. p. 57.

757 Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 14 de outubro de 1739. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.

758 Consulta ao rei sobre o serviço de mestre de campo de João Magu de Deus, índios da nação de Araió. Lisboa, 8 de maio de 1741. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2691. Ainda sobre João Magu de Deus ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. “Sesmarias dadas a índios no Pará no Maranhão (século XVIII)”. *Revista Ultramares*, v. 5, p. 137-148, 2014.

759 “Registro de Patentes e Honrarias Militares” (1737-1750). *APEP*, Códice: 026, s/n.

Quadro 14. Patentes indígenas (1737-1749)

Ano	Nome	Proveniência étnica	Patente	Proveniência geográfica
1737	Antônio Dias	Nação Arayo	Capitão dos índios de sua nação	
1737	Gonçalo		Principal da Aldeia de [São Paulo]	Aldeia de [São Paulo]
1737	Daniel		Principal da Aldeia dos [Bocas]	Aldeia dos [Bocas]
1737	Martinho		Capitão da Aldeia de Gurupá	Aldeia de Gurupá
1738	Matias	Nação Camboca	Principal da nação Camboca	
1738	Braz	Nação Camboca	Sargento-Mor da nação Camboca	
1738	Lucas	Nação [Maracuru]	Principal da nação Maracuru	
1738	Gregório	Nação Maracuru	Capitão da Nação Maracuru	
1738	Pararicá	Nação Nova [Sarirana]	Principal da nação Nova [Sarirana]	
1738	Guarajari	Nação Nova [Mararni]	Principal da Nação Nova [Mararni]	
1738	[Comadrinho]	Nação Nova [Mararni]	Sargento da Nação Nova [Mararni]	
1738	Manoel da Costa		Principal da aldeia Turiaçu	Aldeia Turiaçu
1738	Raimundo da Silva	Nação Tabajara	Principal da Nação Tabajara	
1738	Domingos		Principal da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras	Aldeia Santo Antônio das Cachoeiras
1738	Romão		Sargento-Mor da Aldeia de São José de Macapá	Aldeia São José de Macapá
1738	João	Nação Maraunum	Sargento-mor da Aldeia de Murtigura	Aldeia de Murtigura
1738	Inácio de Almeida	Nação Jaguari	Capitão da Aldeia de Maracanã	Aldeia de Maracanã
1739	Braz		Sargento-mor da Aldeia de São João de Tapuitapera	São Luís
1739	Garcia		Capitão das Aldeias dos Araio	São Luís
1739	Xavier de Soares		Capitão dos Anapurus	São Luís
1739	Domingos	Nação [Joatan]	Principal da Aldeia de Caia	Aldeia de Caia

1739	[Loppo] Afonso		Capitão da Aldeia de Caia	Aldeia de Caia
1739	Jeronimo		Sargento-mor da Aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1739	Francisco	Nação Andirá	Principal da Nação Andirá da Aldeia de Tabopara	Aldeia de Tabopara
1740	Clemente		Principal da Aldeia Matury que foi do índio Paulo principal da Aldeia Urubu	Aldeia Urubu
1741	Paulo Fernandes Pessoa	Natural de uma das nações	Sargento-mor das nações Uroá, Ponga, Caratiú	
1741	Inácio Pereira Barbosa		Capitão das nações Uroá, Ponga, Caratiú	
1741	José de Souza	Nação Guanapi	Principal da Aldeia Nossa Senhora da Conceição	Aldeia Nossa Senhora da Conceição
1741	Martinho		Sargento-mor da aldeia do Gurupá	Aldeia do Gurupá
1743	Paulo		Capitão mor da aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1743	Bernardo		Ajudante da Aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1743	Xavier		Capitão da Aldeia do Araticu	Aldeia do Araticu
1743	José		Capitão da Aldeia de Santa Anna do [Coary]	Aldeia de Santa Anna do [Coary]
1744	Bernardo		Sargento-mor da Aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1745	Onofre		Principal da Nação Aroquis	“Aldeada em Murtigura”
1745	José		Capitão da aldeia de Santo Eliseu de [Maria]	Aldeia de Santo Eliseu de [Maria]
1745	Clemente de [Souza]	Nação Guanopy	Principal da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição	Pertencente ao serviço da fortaleza de S. Antonio de Gurupá
1745	Francisco Rodrigues Xavier	Nação Manao	Principal da Aldeia da Fortaleza de Gurupá	Aldeia da Fortaleza de Gurupá
1745	Francisco	Marauru	Patente de Sargento-mor da Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande	Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande

1745	Hilário	Aroan [Aroã]	Capitão da Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande	Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande
1746	Inácio	Nação Acuriato	Sargento-mor da Aldeia Buyrari	Aldeia Buyrari
1746	Miguel da Rocha [Pita]	Nação Jaicó	Principal da Aldeia [Joaim] no sertão do Piauí	Aldeia [Joaim] no sertão do Piauí
1746	Gabriel		Santo mor da Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá	Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá
1746	José		Ajudante da Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá	Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá
1746	Francisco Jacob		Principal da Aldeia de Mortigura	Aldeia de Mortigura
1746	Jacinto		Principal da Aldeia Curuá por falecimento do índio Jacinto	Aldeia Curuá
1746	Jeronimo	Nação Goajari da aldeia dos Abacaxis	Capitão mor da aldeia dos Abacaxis	Aldeia dos Abacaxis
1747	Domingos [Ba?]	Aruã	Principal da Aldeia de São Joaquim de Mexiana	Aldeia de São Joaquim de Mexiana
1747	Francisco	Aruã	Capitão da “mesma aldeia”	Aldeia de São José
1747	Antônio Pereira		Ajudante da Aldeia de São José	Aldeia de São José
1747	Hilário	Nação Aruã	Capitão da Aldeia do menino Jesus do Igarapé Grande	Aldeia do menino Jesus do Igarapé Grande
1747	Bernardo Inácio	Nação Engahiba (Nhengaíba)	Sargento-mor da aldeia do Araticu	Aldeia do Araticu
1747	Antônio Cambeba	Nação Engahiba	Capitão da Aldeia de Araticu	aldeia do Araticu
1747	Antonio Teixeira		Capitão da Aldeia do Jary	“da aldeia do Jary”
1748	Vital Guandum		Principal da Aldeia de Piriá	Aldeia de Piriá
1748	Euzébio Guandum		Capitão da aldeia de Piriá	Aldeia de Piriá

1748	Marcos		Principal dos índios da nação [Apa] da Aldeia Surubi	Aldeia Surubi
1748	Matias		Principal dos Barês da Aldeia de Surubi	“Da aldeia de Surubi”
1749	José		Sargento-mor da Aldeia de São [?] do Jahu	Aldeia de São [?] do Jahu
1749	Vitoriano		Principal Aldeia de São [?] do Jahu	Aldeia de São [?] do Jahu
1749	Romão [Jananhary]		Principal da Aldeia de São Eliseu de [Marrua ou Marivá]	Aldeia de São Eliseu de [Marrua ou Marivá]
1749	Paulo		Principal da Aldeia de Caetano	Aldeia de Caetano
1749	Caetano		Principal da Aldeia de São Angelo do Cumaru	Aldeia de São Angelo do Cumaru
1749	Silvestre		Sargento-mor da Aldeia de Aracary	Aldeia de Aracary
1749	[Lourenço]		Principal da Aldeia de São [ilegível]	Aldeia de São [ilegível]
1749	Miguel Rodrigues		Principal da Aldeia de São Rodrigues de Viterbo	Aldeia de São Rodrigues de Viterbo
1749	Xavier de Santiago		Sargento-mor “da sua nação” da Aldeia da fortaleza de Gurupá	Aldeia da fortaleza de Gurupá
1749	Simão Henrique		Sargento-mor de Sumauma “dos índios de sua nação”	
1749	Manoel de Souza	Nação Marauanu	Principal da Aldeia de Mortigura dos índios “de sua nação Maraunu”	Aldeia de Mortigura
1749	Xavier Jaurê	Nação Maruana Da Aldeia Parauguiri	Principal dos índios de sua nação	
1749	Tomé		Sargento-mor da Aldeia Surubiu	Aldeia Surubiu
1749	Félix		Capitão da sua Aldeia Surubiu	Aldeia Surubiu
1750	João da Maia	Nação Araguaxias	Ajudante da Aldeia de Maracanã da sua nação [Araguaxias]	Aldeia de Maracanã
1751	Teodozio	Nação Manao	Principal de sua nação da Aldeia Maria	Aldeia Maria

1751	Felipe	Nação Apama	Principal da Aldeia de Surubiú	Aldeia de Surubiú
1751	Xavier de Santiago		Principal da sua nação da Aldeia de Gurupá	Aldeia de Gurupá
1751	Inácio	Nação [Ca..vana]	Principal de sua nação na aldeia [Piraury]	aldeia [Piraury]
1751	Basílio		Capitão da Aldeia de Maracanã	Aldeia de Maracanã
1751	Xavier Jacuré	Nação Muruana	Principal da Aldeia Piraviry	Aldeia Piraviry
1751	Agostinho da Silva	Nação Acoriato	Principal da Aldeia de Tauapara	Aldeia de Tauapara
1751	Francisco Gonçalves	Nação Acoriato	Sargento-mor da Aldeia de Tauapara	Aldeia de Tauapara
1752	Antonio da Costa		Principal da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	Antonio Ribeiro		Sargento-mor da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	Pedro dos Santos		Capitão da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	João da Silva		Ajudante da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	Damasio Dias		Prov <sup>am</sup> de Alfe [ilegível]	
1752	Inácio Coelho		Principal da Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande	Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande
1752	Hilário da Silva		Comandante Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande “durante ausência do Principal”	Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande
1752	Dionisio da Costa		Capitão da Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande	Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande
1752	Francisco	Nação Ariquena	Principal da Aldeia de Santa Ana de Macapá	Aldeia de Santa Ana de Macapá
1752	Inácio José		Capitão da Aldeia de Santa Ana de Macapá	Aldeia de Santa Ana de Macapá
1752	Clemente de Mendonça	Nação Apama	Principal da Aldeia do Paru	Aldeia do Paru
1752	Domingos da Silva		Sargento-mor da Aldeia do Paru	Aldeia do Paru

1752	Roque da Costa		Capitão da Aldeia do Paru	Aldeia do Paru
1752	Luís da Costa	Nação Maraunu	Principal da Aldeia de Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Pedro Luís	Nação Maraunu	Sargento-mor da Aldeia de Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Francisco Ribeiro		Patente de Capitão da Aldeia do Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Luís Nunes		Ajudante da Aldeia do Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Daniel Pereira	Nação Comboca	Principal da Aldeia do Araticu dos índios de sua nação Comboca	Aldeia de Araticu
1752	Hipólito Pereira		Sargento-mor da Aldeia de Urubucara	Aldeia de Urubucara
1752	Bernardo da Costa		Ajudante na aldeia Urubucara	Aldeia de Urubucara
1752	Pascoal de Carvalho		Capitão da Aldeia de Urubucara	Aldeia de Urubucara

Fonte: “Registro de Patentes e Honrarias Militares” (1737-1750). *APEP*, Códices 26 e 58

Se considerarmos o péssimo estado em que se encontra a documentação com muitas partes ilegíveis, pode-se afirmar que esse número é bem superior aos 102 casos que foram possíveis identificar entre 1737 e 1752. Portanto, os índios também estavam inseridos nesse processo. Infelizmente, nos registros de patentes para indígenas, se ocupam duas ou três linhas em que traz o ano, nome do indígena, a patente e para qual nação ou aldeia. Muito diferente dos registros para os militares, em que se descreve a trajetória, a naturalidade, a experiência no serviço das armas e as razões para a patente.

Para citar um exemplo do registro, transcreveu-se literalmente toda a patente dada ao índio Bernardo Inácio, lê-se: “Ao índio Bernardo Inácio se passou patente de sargento mor da aldeia do Araticu dos de sua nação Nhengaíba em 8 de novembro de 1747”.<sup>760</sup> E assim segue o modelo de todas as demais patentes verificadas. Portanto, há pouquíssimas informações sobre esses sujeitos que receberam patentes militares.

A nação Nhengaíba proveniente da Ilha do Marajó, após vinte anos de guerra, como contabiliza o padre João Daniel, foi pacificada e aldeada nas

<sup>760</sup> *Idem*.

missões dos padres jesuítas.<sup>761</sup> Para essa nação foi dada a patente de Sargento-Mor ao índio Bernardo Inácio. Além dele, também em 1747, Antônio Cambeba, da nação Nhengaíba, recebeu a patente de capitão da aldeia do Araticu.

Em 1745, Francisco Rodrigues Xavier, da Nação Manao, ocupou o posto de Principal da Aldeia da Fortaleza de Gurupá. Para a aldeia Maracanã, em 1738, recebeu patente de capitão o índio Inácio de Almeida da nação Jaguari. Em 1747, o índio Domingos da nação Aruã recebeu patente de Principal da Aldeia de São Joaquim de Mexiana.

É importante notar que muitas dessas nações que receberam as patentes militares já foram mencionadas ao longo deste capítulo, como aliadas atuando ao lado portugueses em diligências militares ou em conflito. Com relação à nação Manao, por exemplo, que obstruiu a passagem das tropas portuguesas no Rio Negro, vinte anos após a guerra, Francisco Rodrigues Xavier recebe um posto de Principal. O mesmo ocorre com os Aruã, que aparecem recebendo patentes nos livros de registros. É o caso também da Aldeia do Maracanã, que auxiliou os portugueses em muitas diligências militares.

Para a capitania do Pará, a aldeia de Maracanã parece ocupar posição estratégica para as dinâmicas de defesa. Como vimos ao longo dos dois últimos capítulos, os índios da aldeia de Maracanã foram mobilizados para integrar a atividades militares em diversos momentos importantes da expansão da fronteira. Atuaram, por exemplo, na expedição de descobrimento das minas de ouro do Tocantins<sup>762</sup> e na consequente guerra do Tocantins (1730), na guerra contra os Amanaju do Cabo do Norte contra os Aruã do Marajó. São citados na documentação como os mais “fiéis vassalos”.

Segundo Almir Diniz de Carvalho Junior, a aldeia era estratégica para parada de canoas que transitavam entre as capitanias do Pará e Maranhão. Integravam as tropas como remeiros, guias e provedores de alimentos. Ressalta a importância do Principal da aldeia de Maracanã, Lobo de Souza Guarapába,

---

761 DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*. p. 270-271.

762 Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

que pela atuação em guerras como aliados dos portugueses constava “como prêmio, recebeu do rei Hábito de Cristo”.<sup>763</sup>

Esses índios ocuparam centralidade para as atividades coloniais. Eram destinados ao *serviço real*. Marina Hungria ressalta, por exemplo, as atividades de produção de sal para o abastecimento da capitania. Assim também outras aldeias do Marajó que se dedicavam à atividade do pescueiro, como a nação Sacaca. Esses índios não eram repartidos para o trabalho dos colonos, eram destinados aos serviços de interesse colonial. Essa determinação da Coroa foi passada ao âmbito da Junta das Missões, em 21 de abril de 1702.<sup>764</sup>

Isso deve-se à importância singular que tinham como pescueiro real nas atividades das salinas reais e ao que consta também à dedicação ao real serviço das armas, como os aliados importantes para a defesa e expansão da fronteira colonial. Uma experiência similar, a destacada por Maria Regina Celestino de Almeida, foi a grande aldeia jesuítica estabelecida na Serra da Ibiapaba, que agregava índios de diversas nações. Esses índios se tornaram, como explica Celestino de Almeida, “baluartes da defesa da região”, sendo mobilizados, inclusive para atividades de defesa em outras capitanias.<sup>765</sup> Isso explica, como destacamos anteriormente, o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior, de envio do Ceará dos índios da nação Anacês da Serra da Ibiapaba para guerra contra os índios do Corso.<sup>766</sup> Em 1716, se tem notícia da vinda de nações indígenas da Serra de Ibiapaba em auxílio às tropas militares portuguesas para a referida guerra.<sup>767</sup>

Esses índios, entretanto, conscientes da importância que tinham para o funcionamento colonial, valeram-se a partir dos seus interesses. As patentes militares recebidas são exemplos nesse sentido. Em sua maioria, as patentes militares eram atribuídas por nação. Ou seja, um índio que recebia patente de

---

763 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos. Poder, magia, e religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017, p. 97-99.

764 NOBRE, Marina Hungria. “Para governo de sal e tainha e de índios. As salinas e o pescueiro real no Estado do Maranhão e Pará (1640-1750)”. Dissertação de Mestrado – PPHIST, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. p.61.

765 ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. p. 53.

766 Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.

767 Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

Capitão de sua nação. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o índio Matias, que pertencia à nação Camboca, e recebeu em 1738 patente de principal da sua nação. O posto de sargento-mor dessa mesma nação foi ocupado pelo índio Braz, que também era da nação Camboca. O mesmo aconteceu no caso dos índios Lucas e Gregório, ambos da nação Maracuru, que receberam, em 1738, patentes de Principal e Capitão, respectivamente, de sua nação.

Do ponto de vista do colonizador, buscava-se manter no comando dos índios gente da própria nação. Essa forma de inserção do indígena oficial de nação caracterizava uma espécie de *poder em cadeia*. Esses índios conectavam-se às autoridades coloniais e à Coroa. Esse aspecto, me parece, garantiu o auxílio indígena nas diligências militares e a atuação desses sujeitos nas inúmeras atividades do cotidiano colonial. Por outro lado, da perspectiva indígena, a patente legitimava o poder desses índios sobre os demais. Mais que isso, tornava a ação de influência maior para além de sua nação.

A partir dessa lógica interpretativa pode-se conjecturar que esses índios se valeram das benesses reais para garantir o poder sobre outras nações. Os demais índios deveriam obedecer aos Principais e aos indígenas com patentes de capitães e sargentos nomeados pelo governador, como ressaltava João de Abreu de Castelo Branco em ofício de 1742.<sup>768</sup> Os índios da nação Aranhí, por exemplo, “pacificadas” pelo mestre de campo João Magu de Deus ficaram aldeados junto com os Araió, na ribeira da Parnaíba. Ora, nessa relação certamente os Araió alargaram o seu poder de influência.

Se considerarmos que as aldeias constituíam de diversas nações indígenas, portanto multiétnicas, as patentes de Principal, capitão e sargento atribuídas a índios de determinada nação, podemos afirmar que no espaço da aldeia esse poder atribuído a determinados sujeitos espalhava-se sobre os demais grupos daquele espaço. Em 1745, por exemplo, o índio Francisco Rodrigues, da nação Manao, recebeu patente de Principal da aldeia de Gurupá. Em 1747, o índio Bernardo Inácio, da nação Nhengaíba, recebeu patente de sargento-mor da aldeia do Araticu. Assim também ocorreu com os índios Pedro Luís e Luís da Costa, ambos da nação Maraunu, que receberam respectivamente patentes de Principal e Sargento-Mor da aldeia do Paru, em 1752. Nesse mesmo ano o índio Francisco da nação Ariquena recebeu patente de capitão da Aldeia de

768 Ofício do governador João de Abreu de Castelo Branco ao Padre Manuel da Mota. 19 de abril de 1742. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2719.

Santa Ana de Macapá. Essas patentes para aldeias sem dúvida ampliavam a ação desses sujeitos sobre as demais nações indígenas aldeadas.

Uma relação entre índios, militares e Coroa construída a partir de interesses múltiplos. Aqui a intenção é chamar atenção sobre aspectos que resultam da atuação e participação de militares e índios nas atividades militares da capitania. Se a estratégia dos colonizadores, como escrevia Bento Maciel Parente, ainda em 1637, era conseguir o apoio indígena a partir do oferecimento de “dádivas”,<sup>769</sup> os índios, certamente, também se valeram da aliança com os brancos para inclinar essa relação a seu favor a partir de seus próprios interesses.

Afinal, se nesta parte da conquista a Coroa portuguesa não poderia contar com os soldados pagos nem com uma tropa auxiliar, valeram-se dos oficiais de experiência e, principalmente, da importante atuação dos índios aliados, sem os quais o avanço da fronteira colonial parecia impraticável durante a primeira metade do século XVIII.

## Conclusão

Neste ponto, evidencia-se que a defesa da capitania do Pará na primeira metade do século XVIII e as atividades de conquista em geral dependeram, em grande parte, da força indígena mobilizada para essas ações. Portanto, o sistema defensivo da capitania não se compõe somente de uma estrutura militar arraigada na esfera das companhias pagas.

Retomando o texto que inicia este capítulo, são os indígenas que *descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas [...] confiando em sua capacidade a marcha militar*. Todavia, não se trata de sua *arte de guerra* como uma ação isolada. Mas sim articulada com um conhecimento de guerra europeu praticado pelos oficiais. Um aprendizado que decorre da convivência nas tropas e práticas dos sertões, que ressignificou o conflito e a ação militar pelo contato, constituindo uma defesa *luso-indígena* construída da relação entre os diferentes sujeitos que a compõem.

O universo militar construído a partir do contato teve um impacto social impressionante para as diversas nações indígenas que habitavam o vale

---

769 Requerimento do governador Bento Maciel Parente ao rei Felipe III. Ant. 9 de outubro de 1637. AHU, avulsos do Maranhão, Cx.1, D. 116.

---

amazônico. A desintegração e integração de grupos pela mobilização que se fazia de gente para a tropa, a violência do conflito e o terror provocado pela novidade da arma de fogo reestruturaram o poder no sertão e tornaram a ação entre os nativos mais ofensiva. O ambiente de guerra, a vigilância e a presença de espaços fortificados tiveram implicações significativas na sociedade da Amazônia colonial.



---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A minha intenção ao longo deste livro foi a de explicar as ações da Coroa portuguesa para resolver os problemas defensivos da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII. A partir das advertências de governadores e militares sobre a impossibilidade de fazer a defesa de extensas áreas sem aparato suficiente de gente, dinheiro e armamentos, essa região parecia implicar em desafios excepcionais para defesa.

Em decorrência disso, tratou-se aqui de mapear e caracterizar os aparatos de que dispunha a Coroa para a defesa da capitania nesse período. A partir disso, verificar e apresentar os principais desafios e, sobretudo, sistematizar as estratégias e as ações para manter as diligências militares. Ou seja, compreender de que maneira procurou-se garantir a vigilância de fronteiras, a guarnição de fortalezas, as expedições de descobrimentos e, principalmente, as guerras contra os índios hostis, além de interromper as investidas de outras nações da Europa na região. Nesta altura, algumas conclusões gerais decorrem desta investigação.

Em primeiro lugar, modelos explicativos de defesa demarcados e definidos pelas estruturas do militarismo europeu mostram-se limitados para compreender a experiência do sistema defensivo da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII. Chamo de estruturas o enquadramento analítico abalizado pelas três companhias de que se compõem os *corpos* militares de Portugal: as companhias de Ordenança, Auxiliar e Regular.

Isso decorre, como expliquei ao longo dos capítulos, do fato de termos registro apenas de cinco companhias regulares que se mostravam insuficientes para as ações defensivas pelo quantitativo de gente integrada e pela inoperância, dada a péssima qualidade militar desses sujeitos, feitos soldados, em sua maioria, de forma compulsória. Por outro lado, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a companhia auxiliar se institui somente com a carta régia de 19 de abril de 1766, passada ao governador Fernando da Costa Ataíde Teive, que autorizava o alistamento de gente de cor para formar terços de Auxiliares e Ordenança para defesa das capitanias do Estado.

Dessa última constatação decorre a diferença do sistema de defesa do Pará em relação ao que ocorreu para o Estado do Brasil, ou ao menos em parte dele, onde as companhias auxiliares constituídas de pardos e pretos foram utilizadas desde o século XVII. Portanto, na tentativa de alinhar ou enquadrar essas duas experiências defensivas a partir de um mesmo enfoque, pode-se incorrer no problema de afirmar que a defesa do Pará foi imprecisa e incompleta. Todavia, e como apresentei ao longo dos capítulos deste estudo, esse sistema de defesa foi tão ou mais complexo em relação aos que se constituíram em outras partes da América portuguesa.

A percepção dessa complexidade exige mais esforços das pesquisas no campo da História Militar, pois é necessário deslocar o eixo analítico das estruturas militares consolidadas. Não apenas mudança de enfoque, mas também no que diz respeito às bases documentais que subsidiam os argumentos. Dessa interpretação decorre o principal argumento deste estudo: na capitania do Pará, pela fragilidade da *tropa paga* e pela ausência de atuação sistemática da *tropa auxiliar*, na primeira metade do século XVIII, houve a fundamental colaboração, mobilização e presença indígena nas atividades militares; foram os nativos que possibilitaram a envergadura das tropas lusas em ações de guerra e expansão da fronteira colonial.

É nesse aspecto que reside a singularidade do sistema defensivo da capitania. Um desafio, já que as fontes não colaboram para a percepção dos indígenas nessa perspectiva militar. Isso se deve ao caráter das fontes, mas também porque para a Amazônia colonial as pesquisas têm integrado os indígenas ao trabalho e aos aldeamentos, sendo a relação com a militarização quase inexistente. Ora, os indígenas são militares por excelência, conhecem estratégias, dominam a natureza, possuem um arsenal de armas excepcional, organizam-se em coletivo, atuam de forma articulada e conhecem o adversário e sua arte de guerra. Por essa razão, a Coroa reconhecia a importância da presença indígena nas diligências militares, como expressava o rei em carta de 1709, recomendando que se fizesse a defesa também com os “naturais”, pois estes “fazem muita diferença em seus procedimentos”.<sup>770</sup>

---

770 CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

Todavia, não se trata de percebê-los de forma isolada. Ao longo deste estudo, em nenhum momento se nega a estrutura militar lusa, afinal, são normativas que orientam a constituição das companhias na colônia. Todavia, é necessário que essa matriz seja entendida não como modelo transplantado. Mas antes como determinações ajustáveis às demandas e especificidades locais. A intenção foi considerar perspectivas que pudessem explicar a defesa no Pará colonial, e as fontes levaram à presença indígena. Portanto, desconsiderar essa força e a sua agência nas atividades militares na capitania é percebê-la de forma incompleta. A Coroa portuguesa buscou equacionar os problemas de defesa da capitania por meio de complexas estratégias para os quais os indígenas foram prontamente requisitados.

Mais que isso, eles foram fundamentais para as operações militares. Não somente do ponto de vista logístico, como guias e remeiros, como já tem tratado a historiografia, mas como força defensiva e estratégica. Por essa razão, no último capítulo, centrei a análise na capacidade combativa desses sujeitos. Se é verdade que ainda não está claro o bastante de que maneira participaram dessas atividades, cumpre destacar que ao conectar para cada evento de guerra ou avanço da fronteira a presença de aliados, como é o caso dos índios da aldeia de Maracanã, das nações Tupinambá, Aroaquizes ou de sujeitos como o Principal Cabacabary, ou os índios Antônio, José, Vicente, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique, Felipe e tantos outros, tenho por certo que essa agência existiu e que essa atuação definiu e redesenhou as capacidades militares lusas nas guerras e ações nos sertões.

Por outro lado, torna-se evidente, a partir do percurso de pesquisa, que a defesa da capitania exigiu da Coroa medidas complexas e sistemáticas. Ações que em grande parte foram possibilitadas pela rede de comunicação gerada pela burocracia militar, que levou os problemas relativos à defesa da capitania ao conhecimento do rei. Esse circuito informativo canalizado nas secretarias e conselhos no reino integraram o Pará ao império. A partir desse sistema foi possível, para problemas locais, elaborar soluções globais, verificadas em muitas partes do império. Esse aspecto explica, por exemplo, a mobilidade de militares provenientes de diversas partes do império português. Assim como a associação da política de defesa integrada a ações de degredo e controle social por meio da integração de criminosos, “vadios” e “vagabundos” nas tropas regulares. Além disso, as complexas medidas de mobilização indígena do sertão

através da rede dos aldeamentos, alianças com lideranças e nações amigas, e da colaboração de outras capitanias. Medidas geradas por um problema concreto: a falta de gente e de dinheiro, como destacou o padre Vieira, o que justificava o tipo de atividade militar referida por Fernão Teles e Álvaro de Souza, composta “de todas as nações, e sorte de gente”, como vimos.

Em síntese, trata-se de um sistema defensivo adaptável às circunstâncias locais, às limitações de gente e dinheiro, mediado pelos interesses de manutenção do território e expansão da fronteira colonial. Reside nesse aspecto a necessidade de reconectar a militarização ao universo indígena. Ações de defesa que se fazem a partir de gente de perfil heterogêneo, do reino e das conquistas, voluntária e involuntária, degredados, ciganos, “vadios”, “vagabundos”, brancos, pretos, cafuzos, mamelucos e indígenas. Na capitania do Pará, no contexto que analisamos aqui, e por todas as razões apresentadas, esses combatentes são sobretudo indígenas.

Nas considerações finais do livro *A “gente de guerra” na Amazônia colonial*, argumentei que a Coroa não tinha sido capaz de efetivar, no Pará, uma estrutura militar regular que desse conta de todas as atribuições que ensejavam o domínio sobre sertões e fronteiras tão dilatados.

De fato, se tomada em particular a tropa paga, a sua atuação para defesa mostra-se incapaz e limitada. Naquela altura não tinha considerado o sistema defensivo em sua totalidade, a partir de uma análise do corpo *legislativo*, das *companhias* de ordenanças, regulares e auxiliares, das *fortalezas*, dos *soldados*, dos *oficiais* e dos *indígenas*, como aqui busquei fazer. Estou convencida que ao observar todas essas partes em conexão me aproximo mais do quadro que compõe o *sistema defensivo* da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII e, também, das estratégias e ações da Coroa em assegurar o domínio dessas extensas áreas coloniais.

Mas além disso, é necessário compreender que esse sistema é formatado também pela agência indígena ao estabelecer as alianças com os portugueses. As motivações dos índios, que busquei caracterizar no último capítulo, são as mais diversas, antigas rivalidades, comércio, acesso a armamentos, pagamento, mercês, prestígio e, sobretudo, pelo ambiente de contato para o qual as alianças e o domínio das armas mostravam-se importantes nas novas relações constituídas nos sertões, como foi o caso dos Aruã do Marajó.

O sistema defensivo, portanto, é *luso-indígena*, pois agrega elementos do militarismo europeu, mas também da *arte de guerra* indígena que pelo contato formataram novas técnicas resultantes dessa combinação de conhecimentos. Um aprendizado que decorre da convivência nas tropas e práticas dos sertões. Foram essas características que ressignificaram o conflito e a ação militar na capitania do Pará da primeira metade do século XVIII.

• • •

Mas afinal, a quem interessa um estudo sobre militarização na Amazônia do século XVIII?

Em 2017, o secretário-geral da ONU, António Guterres, mostrava que os gastos militares mundiais ultrapassaram 1,7 trilhão de dólares. Esse espantoso valor foi gasto em armas e subsídios a exércitos. De acordo com o secretário, são os “maiores índices desde a queda do Muro de Berlim, 80 vezes mais que o financiamento humanitário básico em todo o planeta”. No Brasil foram US\$ 29,3 bilhões de dólares em 2017, 6,3% mais que em 2016.<sup>771</sup> Esses dados atestam que as instituições militares, as pesquisas bélicas e a tecnologia de guerra têm retirado boa parcela das receitas dos Estados na contemporaneidade. Além disso, mostram que os Estados são vertiginosamente militarizados. Ora, mas o que isso significa?

Em primeiro lugar, significa que permanece uma conduta bélica nas sociedades contemporâneas, nas quais se associa o poder do Estado à quantidade e poder de armamentos, forças e domínio da ciência bélica. Além da construção retórica de que a militarização fornece segurança aos estados nacionais. Ou que o porte de arma de cidadãos civis os torna mais protegidos, e a sociedade menos violenta. Por outro lado, não raro a influência no cenário internacional é associada ao domínio das armas pelos países hegemônicos.

Essa simbiose entre *militarização* e *poder* do Estado é uma chave interpretativa que nos interessa profundamente, e que foi alimentada pelo excesso nos conflitos da I e II guerras mundiais e levada aos extremos no contexto da Guerra Fria, protagonizada por duas potências mundiais que mediam seus poderes pelo domínio dos armamentos. Basta lembrar que escopo principal dos EUA e da antiga URSS era o estudo do outro, por meio da espionagem e

---

771 ONUBR. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/gastos-militares-sao-80-vezes-maiores-que-os-humanitarios-onu-lanca-plano-de-desarmamento/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

o aprimoramento das forças, a partir do fomento bélico da corrida armamentista. Esse período foi marcado pelo impulso da ciência bélica e a introdução de armamentos no mundo que, para Eric Hobsbawm, explica, em grande parte, o mercado ilegal de armas do século XXI.<sup>772</sup>

Em outras palavras, o poder do Estado também está associado ao seu poder de destruição ou defesa. No século XXI, verifica-se que a capacidade de militarização ultrapassou o domínio dos Estados nacionais, e mesmo os conflitos apresentam novas características. As fronteiras políticas não definem a ação do ataque, ou seja, os conflitos são internos, basta lembrar o caso Síria por exemplo, ou mesmo os ataques terroristas para os quais essas barreiras nacionais não têm nenhum significado. Essa nova configuração implicou também na ampliação dos estudos de defesa, para os quais se incluem a compreensão do Estado, mas também de outros atores sociais, e da relação entre a militarização e as sociedades.

Atualmente, nos importa ainda a percepção de posicionamentos xenófobos, políticas coercitivas nas fronteiras diante da crise dos refugiados, o enfrentamento coercivo do Estado diante das populações tradicionais e o papel pouco ativo da ONU na resolução desses eventos. Além disso, verifica-se o recrudescimento de posicionamentos nacionalistas e autoritários que têm colocado em evidência o tema da segurança nacional e mundial. Ora, as ameaças recentemente trocadas entre a Coreia do Norte e os EUA, e destes com a Rússia, são evidências que ameaçam acordos internacionais como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNT), de 1970, e o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares, adotado em 1996.

Portanto, há uma relação intrínseca entre poder bélico e poder político. Um binômio entre domínio da força repressiva e poder que tem se mantido nas sociedades contemporâneas. Pode ser verificado, por exemplo, na legitimidade do uso da força coercitiva do Estado ou de grupos que impõem seu poder pelas armas; basta lembrar os conflitos pela terra na Amazônia, cenário de inúmeros casos de massacres de trabalhadores rurais, ativistas, ambientalistas e populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

---

772 HOBBSAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

As forças coercitivas mantêm o poder legítimo da repressão do Estado, a exemplo do uso dos aparatos bélicos de repressão no massacre de Pau d'Arco (2017) e de Eldorado dos Carajás (1996), para citar apenas dois casos de muitos outros que não alcançam notoriedade nas mídias. Além da intervenção militar, que de forma absurda ainda hoje é interpretada como solução e não como problema. Basta lembrar o saldo social que a intervenção no Rio de Janeiro tem trazido, como a morte na periferia, o extermínio de inocentes e dos que contestam, como ocorreu com Marielle Franco em 14 de março de 2018. Um ambiente que se conjuga a um organismo jurídico frágil e subserviente aos interesses políticos. Em uma relação historicamente construída entre a força militar e o poder do Estado.

Aqui a intenção é destacar que a *militarização* ocupa centralidade nas relações contemporâneas. O poder das armas integra um falso fascínio no mundo. E, no Brasil, foi um aspecto que corroborou para colocar no poder um presidente que abertamente faz apologia à violência e à tortura, ataca os direitos humanos, incita o ódio e reverbera a ignorância. Um conjunto político em que a mediocridade é o tom, da cabeça aos membros, e que foi constituído em meio a posicionamentos conservadores, autoritários e intolerantes em que vozes se levantavam a favor da militarização, da intervenção militar e do regime militar, em uma completa letargia e desconhecimento sobre o passado. Nesta altura, porventura, pondera-se as variáveis da temporalidade histórica e assumem-se os riscos do anacronismo, mas a reflexão é necessária dado o ambiente sombrio e com evidentes retrocessos deste tempo em que escrevo.



---

## FONTES MANUSCRITAS

---

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)*

*ANTT*-Conselho de Guerra, Consultas, Maço 3, Caixa 28, D.119.

“Notícias da América Portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico”. Manuscritos da Livraria- *PT/TT/MSLIV*, n. 1065

*ANTT*, *MSLLIV/0030*, pp. 38v-39.

*ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, f. 285

“Teses da Arquitetura Militar”- Luís Serrão Pimentel. *ANTT*- *MSLIV-1104*, p. 183-186.

*ANTT*. Livros de Registros do Extinto Conselho de Guerra- Nº 63- (1715-1717). Despachos 1715.

“*Sobre um negro que foi sargento mor dos negros no Brasil que se oferece a levantar nesta cidade e lugar do reino os negros forros necessários para servir a Vossa Majestade*”. Lisboa 11 de junho de 1643. *ANTT*, Consulta do conselho de guerra- Maço 3, D. 65.

*ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.118

*ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 15, f.150v

*ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 9, f. 92.

*ANTT*, “Sesmaria José Velho de Azevedo”. Chancelaria Régia- livro:60; pág. 64.

*ANTT*, “Sesmaria”. Microfilme, n. 2164; Livro 97; pág. 84.

*Arquivo Histórico Militar de Portugal (AHM)*

“Alvará sobre a companhia Auxiliar”, 1645. *PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33*.

“Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. *PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33*.

“Alvará sobre os Soldados Auxiliares”. *PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33*.

“Alvará de como se deve fazer o Recrutamento”, 1764 *AHM*. Div/3/3- Caixa: 39, Doc.91.

“*Alvará porque S. Majestade da forma de despesa das Fortificações das Praças, e à inspeção, administração e medição das obras a elas pertencentes*”. Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. S. Cardial Patriarca. 1758. PT-*AHM*.

“Formulário e ordens que se observam na tesouraria gral das tropas de São Sebastião do Rio de Janeiro. Contém relatório do tesoureiro e as providencias que tomou”. PT/*AHM*/DIV-2-01-01.

“Regimento dos oficiais da ordenança”- PT/*Arquivo Histórico Militar* -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

“Regimento das fronteiras”, PT/ *Arquivo Histórico Militar* -DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17.

“Regimento para introdução dos soldados auxiliares”-PT-*AHM*-DV-1-02-1-28.

*Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*

Aviso do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre para o secretário do Estado do maranhão Mendo de Foios Pereira. *AHU*, Avulsos do Pará. Lisboa 12 de março de 1693.

Aviso a Fernando Costa de Ataíde remetendo alguns exemplares de decretos e planos relativos à organização militar. 18 de abril de 1764. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 55, D.5081.

Carta do capitão mor do Pará Sebastião de Lucena Azevedo para o rei. Belém do Pará 1 de janeiro de 1647. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 1; D.63.

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 3 de setembro de 1738. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.21, D. 1976.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 11 de agosto de 1731. *AHU*, Cx.13, D. 1185

Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

Carta do governador do Estado Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao Rei. Pará, 23 de junho de 1692, *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 299.

Carta do governador Cristóvão da Costa Freire ao Rei. Belém do Pará 18 de fevereiro de 1710. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 451.

Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 852.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao Rei. *AHU*, cx. 11; D. 1043.

Carta do governador José da Serra para o rei. Belém do Pará 21 de setembro de 1732. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1283.

Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

Carta do governador José da Serra para o rei. 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 15, doc. 1414.

Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533.

Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262.

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco, para o rei. Belém, 29 de setembro de 1737. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 20, doc. 1873.

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 4 de dezembro de 1744. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 27, doc. 2580.

Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2901.

Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao rei. Pará, 20 de setembro de 1747. Cx. 29, D. 2779.

Carta patente do rei D. João V, sobre a concessão de patente à Carlos Varjão Rolim, nomeado para o posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro das fortificações do Maranhão. Lisboa, 26 de abril de 1727. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx.15, D. 1583

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 20 de janeiro de 1746. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 28, doc. 2681.

Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. Pará, 29 de outubro de 1747. Anexo: ofício e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

Carta do governador do Maranhão de 25 de julho de 1674 e consulta do Conselho Ultramarino de 16 de outubro de 1674. *AHU*, Maranhão, cx. 5, doc. 590.

Carta do governador João de Abreu de castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1742. *AHU*, Cx. 25, D. 2317.

Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, cx31, D.2900.

Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 3 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 6; D. 522.

Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V, em resposta à provisão régia de 13 de outubro de 1727, sobre a falta de soldados para servir na capitania e informando acerca da guerra que se verifica no Rio Negro contra o gentio bárbaro Mayapema. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

Carta do capitão mor Hilário de Sousa de Azevedo ao rei. Pará 13 de julho de 1692. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 307.

Carta do governador para o rei sobre a mudança da aldeia de Matucu para junto a casa forte de Trombetas. Belém do Pará 9 de agosto de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 490.

Carta do capitão mor da capitania do Pará José velho Azevedo ao Rei. Pará 30 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 523.

Carta do ex-governador Manuel Rolim de Moura ao rei. Lisboa 14 de dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 439.

Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 8 de julho de 1703. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 391.

Carta dos oficiais da câmara da cidade de Belém do Pará ao rei. Belém do Pará, 24 de julho de 1697. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D.338.

Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei. 14 de novembro de 1695. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 329.

Carta do governador João da Maia da Gama ao rei. Belém do Pará, 8 de setembro de 1724. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 8, D. 726.

Carta do provedor da fazenda real, João Ferreira Diniz para o rei. Belém do Pará, 30 de setembro de 1727. *AHU*, Cx.10; D. 945.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 16 de setembro de 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D.978.

Carta do sargento-mor engenheiro das fortificações Carlos Varjão Rolim para o Rei. Belém do Pará, 29 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1034.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém do Pará, 5 de outubro de 1729. Cx. 11, D. 1057.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei sobre a retirada da casa forte da Ilha de Santa Ana no Cabo do Norte. Belém do Pará, 4 de outubro, 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1052.

Carta do governador Francisco de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará 22 de janeiro de 1685. Cx. 3; D.245.

Carta do João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Belém, 5 de outubro de 1738. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 21, doc. 2005.

Carta do capitão mor do Pará ao rei. Pará 12 de julho de 1695. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D, 326.

Carta do sargento-mor engenheiro da capitania do Pará, José velho de Azevedo ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 789.

Carta do governador ao rei sobre embarcações francesas no Cabo do Norte. Belém do Pará, 15 de agosto de 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 650.

Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Pará, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.

Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

Carta do governador ao rei. Belém do Pará. 27 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D. 936.

Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém, 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 1043.

Carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

Carta regia anexo da Carta dos oficiais da câmara de Vigia ao Rei. Belém 9 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D.920.

Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, para o rei. Pará 20 de junho de 1749. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2920.

Carta do Governador Cristóvão da Costa Freire, para o rei. Pará 22 de Dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 440.

Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

Carta do governador ao rei sobre o descobrimento do Xingu. Belém do Pará, 27 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.11, D. 1033.

Carta do governador ao rei. Belém, 7 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 481.

Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

Carta do governador João da Maia da Gama, para o rei. Pará 16 de agosto de 1725. Anexo: certidões, carta, requerimento e despacho. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 748.

Carta do provedor da fazenda real do Pará ao rei. Belém do Pará 30 de setembro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 944.

Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitânicas do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262

Carta do governador Francisco de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará 22 de janeiro de 1685. Cx. 3; D.245.

CARTA do governador José da Serra ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563

Carta do governador ao rei sobre a guerra Mayapena e a nomeação de Belquior Mendes de Moraes a cabo. Belém 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 11; D. 1056.

Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 14 de outubro de 1739. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.

Carta de José Borges Valério para o Rei sobre os erros ocorridos na partilha dos bens do capitão-mor José Velho de Azevedo. Belém do Pará, 23 de agosto de 1739. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2069.

“Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413

Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

“Carta de fr. Feliciano Ribeiro ao rei D. João V, sobre as guerras que se tem feito aos índios”. 14 de julho de 1738. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 24. doc. 2476.

“Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V, sobre os conflitos com os índios timbiras e aranhis e o procedimento do provedor da Fazenda Real do Maranhão, João Ferreira Diniz de Vasconcelos, na questão das munições; referências à suspensão do procurador da Fazenda Real, André Pereira Corsino, do cargo que ocupava”. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei. Belém, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

Carta do governador ao rei. Belém do Pará 2 de outubro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 946.

“Certidão do tenente da casa forte do Iguará, João Nogueira de Sousa, para o soldado Manuel Freire de Andrade, sobre o procedimento deste último numa situação de conflito com índios no ano de 1709”. 10 de junho de 1710. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 11, doc. 1114.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa, 7 de junho de 1673. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 2; D. 149.

Consulta do Conselho da Fazenda ao rei. Lisboa 3 de agosto de 1624. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 1. D. 28.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 11 de maio de 1715. Anexo: bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 511.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 29 de novembro de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 509.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 2 de Março de 1715. Anexo: carta, requerimento e bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 510.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei sobre nomeação de pessoas ao posto de capitão mor do Pará. Lisboa 11 de setembro de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 12; D1132.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 16 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 283.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a nomeação de pessoas para o posto de mestre de campo do terço de Auxiliares da capitania do Maranhão. Lisboa, 28 de maio de 1763. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4015.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa, 10 de dezembro de 1698. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 349.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa 13 de outubro de 1705. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 10, D.1081.

Consulta do Conselho ultramarino ao rei. Lisboa, 2 de junho de 1688. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.3, D.272.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 7 de agosto de 1684. *AHU*, Avulsos Pará. Cx.3; D. 229. Ver ainda sobre a questão: *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3 D.248.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei sobre o estado que se encontram os fortes construídos no Cabo do Norte. Lisboa, 13 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 282.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 18 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 3, D.284.

Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa 12 de janeiro de 1693. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 311.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 11 de dezembro de 1698. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 350.

Consulta do Conselho Ultramarino para o Rei. 7 Lisboa 7 de fevereiro de 1691. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 337.

Escrito da explicação do mapa da tomada da aldeia do Principal Majuri". 6 de julho de 1728. *AHU*, Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 1.

Informações dos serviços prestados por Bernardo de Almeida e Morais na companhia do terço de Auxiliares de que é mestre de campo Cristóvão da Costa Fernandes no reino e no Pará, 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 7, D. 655.

Mapa da Infantaria paga e de Ordenança da Guarnição da praça de Belém do Pará. 17 de setembro de 1736. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 19, D.1776.

Memória do capitão-engenheiro do Estado do Maranhão. 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 656.

Ofício do governador do Joaquim de Melo Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Maranhão, 11 de outubro de 1761. *AHU*, Avulsos do Maranhão, cx.40, D.3945.

Ofício do governador do Estado do Pará e Rio Negro à Coroa. Pará, 15 de maio de 1773. Avulsos do Pará, *AHU*, Cx. 70, D.6003.

Ofício do Coronel de Ordenança do Pará Antônio Ferreira Ribeiro ao Cardeal da Mota, 8 de novembro de 1744. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2543.

Ofício do governador João Pereira Caldas para o secretário da marinha e ultramar. Pará, 4 de novembro de 1775. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 74, D.6246.

Ofício do governador João de Abreu de castelo Branco ao Padre Manuel da Mota. 19 de abril de 1742. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2719.

“Planos de reestruturação do Regimento de Infantaria e Artilharia de Guarnição da cidade de Belém do Pará”. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3011

“Planos de regulamentação dos Regimentos de Infantaria de guarnição do Estado do Grão-Pará e para a formação de um regimento de Artilharia na capital do mesmo Estado”. 28 de agosto de 1758. Avulsos do Pará, *AHU*, Cx. 43, D. 3979.

Provisão passada ao governador Andre Vidal de Negreiros. Lisboa 12 de julho de 1656. Códice 1275- Cartas regias para Pará e Maranhão, fls. 9 e 10.

Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, *AHU*, códice 112, fls. 1-9.

Relação dos serviços prestados por João Francisco Dias. 3 de janeiro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 429.

Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5 D. 438.

Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 501.

Requerimento de Miguel Ângelo Ferreira para o rei solicitando carta patente no posto de capitão da companhia de Auxiliares da cidade de Belém do Pará. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 29, D. 2782.

Requerimento de João Ferreira Ribeiro ao rei solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão de uma das companhias do Terço de Auxiliares da capitania do Pará. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2854.

Requerimento de Manuel de Sousa Eça capitão do presídio do Grão-Pará ao rei, 13 de janeiro de 1623. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx1, D. 23.

Requerimento de José Sanches de Brito para o Rei. 20 de julho de 1720. *AHU*, avulsos do Pará. Cx. 6; D.563.

Requerimento de Jose Sanches de Brito para o rei. 28 de setembro de 1706. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 5, D. 422.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 821.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 877

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 671.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 510.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 894.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 820.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 730

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 662.

Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 26, D. 2416.

Requerimento de ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672. Anexo: despacho, certidões e treslado.

Requerimento do capitão Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 26 de março de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 811.

Requerimento de Sebastião Gaspar para o rei. 1748, *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2886.

Requerimento de Teodósio de Noronha, para o rei. Pará 31 de julho de 1713. Anexo: auto. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 496.

Requerimento de Tomé Rodrigues, para o rei. 9 de julho de 1724. Anexo: requerimento, auto e certidão. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 701.

Requerimento do capitão de infantaria da praça do Pará, Diogo Pinto da Gaia para o rei D. João V. *AHU*, Avulsos do Pará. 18 de novembro de 1733, Cx. 14, D. 1337.

Requerimento do capitão de infantaria do Pará José Rodrigues da Fonseca para o rei. 27 de julho de 1726. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 9, D. 828.

Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao Rei, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria próxima ao rio Guamá. 26 de novembro de 1734. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1569.

Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao rei, solicitando renovação da confirmação da carta de data e sesmaria de terras no Guamá, por ter perdido o respectivo documento. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2054.

Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando Hábito da Ordem de Cristo e tença. 18 de agosto de 1712. *AHU*, Cx. 6, D. 491.

Requerimento de José Velho de Azevedo para o Rei solicitando autenticação dos serviços e patentes que apresenta. 11 de agosto de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 507.

Requerimento de Jerônimo Vaz Vieira para o Rei. 22 de Janeiro de 1725. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 8, D. 739.

Requerimento de Francisco de Melo Palheta solicitando confirmação da sua nomeação no posto de Capitão tenente da guarda costa do Pará, 22 de fevereiro de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 13; D. 805.

Requerimento de Mariana Tolosa está em anexo da carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

“Requerimento de Manoel Arnaut ao Rei. 6 de agosto de 1720. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 12, doc. 1274.

Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

Requerimento do governador Bento Maciel Parente ao rei Felipe III. Ant. 9 de outubro de 1637. *AHU*, avulsos do Maranhão, Cx.1, D. 116.

Requerimento do sargento-mor do Pará, João de Almeida da Mata para o rei solicitando confirmação de carta e data e sesmária nas cabeceiras do rio Inhagapi. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 16, D. 1448.

Requerimento de José Velho de Azevedo para o Rei. 18 de agosto de 1712. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 6, D. 491

Requerimento de Bento Maciel Parente ao rei. 4 de agosto de 1635. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 1; D. 37.

Requerimento do capitão mor do Pará Manuel Madeira ao rei. 29 de outubro de 16398. *AHU*, Avulsos do Pará Cx. 1; D. 42

Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637

“Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

“Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania que servirem se lhe terá respeito”. 9 de janeiro de 1683. *AHU*, Códice268, fl.34v.

“Sobre o que escreve o governador e capitão general do Estado do Maranhão a serca dos poucos soldados que a cidade de São Luís do maranhão e cidade do Grão-Pará para guarnecerem as fortalezas e presídios delas e vai lista que se acusa”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *AHU*, Consultas do Maranhão e Pará, códice 209, fl. 5v-6.

## **Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**

“Caza forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0788.

“Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém”, 1696- Planta de José Velho de Azevedo. *AHU- Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0790/0791.

“Mapa em que se mostram as defenças da Barra e Cidade do Gram Pará, e a obra que se intenta fazer na reedificação do fortim da ditta barra: q. fica na Ilha fronteyra á Fortaleza Redonda della, aqual Ilha não tem fundato sólido; e se vê na planta próxima acima na qual o risco pretto mostra a obra antiga e aruinada, e o de pontinhos a que propõem”, 1724. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*.

“Planta do citio e terreno onde sepertende abrir huma valla na parage ACB por onde poção entrar as canoas que vem dos Rios Miarim, Iguará, Itapecurú, e outros p<sup>a</sup>. a Cidade de São Luis do Maranhão”. *AHU, CARTm-009, D.0835*

“Planta do armazém para pólvora”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. (17?). D.0816/0817.

“Planta da fortaleza da barra do Pará”, 1695. *AHU- Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, D.0789.

“Planta da fortaleza da cidade do Pará: em a qual o penejado mostra a obra antiga e toda aroinada”. ca.1696. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0792.

*Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)*

[Bando passado ao Capitão mor da capitania de São Luís em 23 de dezembro de 1748, para que o mesmo faça recrutamento de quaisquer vadios ou vagabundos que perturbam a cidade e as vizinhanças]. *APEP*, código: 25. doc. s/n.

Ordem passada ao capitão da Fortaleza do Rio Negro João Pereira de Araújo, para que se faça recruta de soldados”. 29 de novembro de 1739. *APEP*, código 25, doc. 250.

“Ordem a João da Veyga Tenorio sarg.<sup>to</sup> mor de Camutá”. 30 de novembro 1737. *APEP*, código 25, doc. 18.

“Portaria passada pelo governador João de Abreu de Castelo Branco para os padres missionários das aldeias do rio das Amazonas e do rio Negro para darem índios ao capitão e cabo da tropa de resgate Lourenço Belfort, necessários a equipação das canoas na expedição de resgate”. 4 de dezembro de 1737. *APEP*, códice 25, doc. 19.

“Regimento de guarda costa passada ao cabo da tropa de guerra, quanto foi vigiar as fronteiras entre Portugal e França”. 12 de fevereiro de 1728. *APEP*, códice 7, doc. 25.

“Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1.

Regimento que há de guardar o sargento-mor Fr<sup>co</sup> de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, códice 7, doc. 5.

“Registo do regimento que levou o Capitam mor Francisco de Almeyda 1<sup>o</sup> cabo da tropa guerra que foi contra o gentio do corso”. Sem data, documento incompleto. *APEP*, códice 25, doc. 283.

“Registro de Patentes e Honrarias Militares” (1737-1750). *APEP*, Códice: 026, s/n.

Regimento que há de guardar o sargento-mor Fr<sup>co</sup> de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, códice 7, doc. 05, capítulo 6 do regimento.



---

## FONTES IMPRESSAS

---

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico...* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1712.

\_\_\_\_\_. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico...* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1713.

\_\_\_\_\_. *Diccionario da Língua portuguesa composto pelo por Rafael Bluteau reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva.* Tomo II. Lisboa, 1789.

Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, nº 10, jan/jun 1987, p.60.

“Capítulos Gerais apresentados a El Rey D. João nosso senhor VIII deste nome XIII. Rey de Portugal, nas Cortes celebradas em Lisboa com os três Estados em 28 de janeiro de 1641, nas suas respostas de 12 de setembro do ano de 1642”. Por Paulo Craesbeeck, 1645. Biblioteca Nacional de Portugal.

“Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, Vol. 1, 1876.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares.* Tomo I. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

\_\_\_\_\_. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares.* Tomo II. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

FRITZ, Samuel. *Diário del Padre Fritz*. Edición de Hernán Rodriguez Castelo, Quito, 1997.

GUZMÁN, Décio de Alencar & HULSMAN, Ludewijk A.H.C. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.

“Mapa da Barra do Pará” 1793. Catálogo de Documentos Cartográficos de 1782-1944, Arquivo Nacional.

MARTINI, Francesco Di Giorgio. *Trattato Di Architettura Civile e Militares*. 1470. Disponível em <http://dlib.biblhertz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf>

Praça Forte de Mazagão (1541-1542). *Biblioteca Nacional Portuguesa*. <http://purl.pt/22458/1/>

“Provisão das Ordenanças”. Transcrita em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011.

*Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11.

“Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29.

“Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem” de 10 de dezembro de 1570. Transcrito em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011. E, ainda disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html>

“Regimento relativo aos capitães de mar e guerra e mais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade”. 19 de janeiro de 1735. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 45.

“Regimento da boa ordem e governo que deve haver nos navios de Sua Majestade” de 24 de março de 1736. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 49.

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das cousas do Maranhão*. São Luís: Edições AML, 2013.

ZURARA, Gomes Eanes de, ca 1410-1474? “Crônica da Tomada de Ceuta” 1601-1700. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em <http://purl.pt/24129>

*Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP)*

“Auctorisa a reconstrução da fortaleza do Gurupá, ampliando sua área conforme o desenho do respectivo engenheiro, e o aumento de sua guarnição”. Lisboa 19 de fevereiro de 1691. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo I (1902), primeira série, pp.101-102.

Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitánias doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitánias do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43.

“Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitánias doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitánias do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43

Biblioteca do Exército Português

“Ordenanças Militares: Regimento para o Exército eſtiver em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares defte Reino, e do de Caftela / D. João V”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. *Biblioteca do Exército de Portugal*. Cota: E015; Coleção: Regulamentos.

PIMENTEL, Luís Serrão. “Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares”, 1680. *Biblioteca do Exército de Portugal*, Lisboa- Portugal.

“Planta, ichnographia e orthografia de hua tenalha da fortificação de Lisboa, fortificado pello methodo de M. de vauban / pello Ajudante de Infantaria com exercicio de Eng.ro Theotonio Martins de Azevedo, em 1759”. Deve tratar-se de uma obra de fortificação para o sítio da Palhavã, em Lisboa. *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército; Cota: 2264-2-16-22.

“Modelo de instalação de uma obra coroa num traçado abaluartado: para uso dos alunos da Real Academia de Fortificação e Desenho”- 1700- *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército. Cota: 4292/III-3-39-54.

“Regimento do Conselho de Guerra”, 1643. *Biblioteca do Exército Português*, Lisboa-Portugal.

*Urba* VAUBAN, Sébastien Leprestre de. “Traite de L’attaque et de La défense des places”, 1748. *Biblioteca Digital do Exército de Portugal*. Coleção: Monografias BIBEX, Cota: 16001.

COSTA, Verissimo Antônio Ferreira. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1816

## **Tomo I**

“Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia” 15 de julho de 1763, pp. 53-56.

Lei II. Sobre a conservação da Ciência e exercício dos corpos, p. 57.

“Alvará sobre Artilharia”, pp. 51-52.

“Alvará dos Uniformes em Geral”, pp. 104-107.

“Sobre o Armamento”, pp.141-143.

“Alvará sobre os Soldos”, pp.208-209.

“Alvará dos Privilégios”, pp.408-409.

“Alvará sobre os Auditores Gerais da Gente de Guerra”, pp. 410-421.

## **Tomo II**

“Lei que autoriza as deliberações do Conselho de Guerra”, pp. 241-252.

“Regimento dos Quintos que se hão de tirar das prezas que se fizerem em Castela”, pp. 208-214.

“Regimento dos Oficiais Gerais em Geral”, pp. 29-32.

“Regimento dos Governadores das Armas de todas as Províncias, seus Auditores, e Assessores na maneira que nele se declara”, pp. 1-13.

“Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si”, pp. 14-15.

“Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças”, p. 34-35.

“Lei sobre jurisdição os oficiais de menor patente e os mais graduados”, pp. 35-36.

“Regimento dos Majores dos corpos e dos capitães”, pp. 88-108.

“Alvará sobre os Cadetes”, pp. 113-117.

“Alvará que autoriza as Instruções Gerais”, pp. 252-255.

“Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha”, pp.77-82.

“Regulamento sobre os Auditores”, pp. 119-120.

“Alvará perpétuo de sucessão de Vice-Reis, Governadores e Capitães Generais do Estado do Brasil, Pará, Reino de Angola e Ilhas Adjacentes a este reino”, pp.197-199.

“Alvará sobre Desertores”, p.142-147.

“Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho”, pp.186-195.

“Carta Régia que autoriza as Ordens do M.G. Lippe”, pp.256-257.

“Sobre Militares que vão servir nos domínios Ultramarinos”, pp.202-203.

“Alvará sobre o Regulamento dos Auditores”, pp.119-121.

#### **Tomo IV**

“Alvará sobre a eleição dos oficiais de Ordenança”, pp. 1-22.



---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio De Janeiro: Editora: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003

AMADO, Janaína. “Viajantes involuntário: degredados portugueses para Amazônia colonial”. *História, Ciência, Saúde*. Vol. VI, setembro 2000.

ARAÚJO, Emanuel. “Vida nova à força: degredado em Salvador no século XVI”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.

ARAÚJO, Alik Nascimento de. “De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste Amazônico (1714-1786)”. *Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em História PPHIST-UFPA*, Belém, 2014.

AREZ, Karl Heinz e SILVA, Diogo Costa. “Levar a Lus de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”: *Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia portuguesa (século XVII)*. Belém, Editora: Açai, 2012.

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.

BEBIANO, Rui. “A arte da Guerra. Estratégia e Tática”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

\_\_\_\_\_. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Direção); HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores, Vol. 2, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Pena de Marte. O discurso da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI e XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. “Conquista, Mercê e Poder local: nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: Almanack braziliense, nº2, novembro, 2005

BOMBARDI, Fernanda Aires. “Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONILLO, Pablo Ibáñez. “Desmontando a Amaro: una relectura de la rebelión tupinambá (1617-1621)”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 465-490, jul./dez. 2015.

BORGES, João Vieira (Direcção e Coordenação). *Pensamento Estratégico Português: Contributos (séc. XVI-XIX)*. Prefácio. Lisboa, 2006.

\_\_\_\_\_. “Nação, Estado e Instituição Militar: um testemunho. *Revista Militar*, nº2471, Dezembro, 2007, Lisboa.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Designio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 – 2011.

\_\_\_\_\_. “Un piccolo pataccio al rio dell’Amazzoni: Pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da Monarquia hispânica. *Revista de História*. São Paulo. Jan./Jun. 2014, n. 170.

\_\_\_\_\_. “Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). *Tropoi*. Rio de Janeiro, v.18, n.35, maio/ago. 2017.

\_\_\_\_\_. “Canoa e Arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

\_\_\_\_\_. BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015

CARDOSO, Maria Luiza. “Aulas públicas militares na América portuguesa antes do período pombalino”. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 4, abril de 2011.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. “Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015

\_\_\_\_\_. *Índios Cristãos. Poder, magia, e religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVIII*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

CASTRO, Celso IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Casa Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

CORRÊA, Carlos Alberto. *Princípios de Guerra*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva. 1910.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. “O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.

COSTA, Emília Viotti. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados” *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.

COSTA, Graciete Guerra da. “Fortes portugueses na Amazônia brasileira”. Tese (pós-doutorado). Brasília. UNB: Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2012.

COSTA, Marcondes Lima da, e SANTOS, Pablio Henrique Costa dos. *Relatório de Atividades do Museu de Geociências*, Universidade Federal do Pará- Instituto de Geociências/Museu de Geociências, 2016

COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de Ordenanças e Chefias Militares em Minas colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014.

\_\_\_\_\_. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2006;

\_\_\_\_\_. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, maio-ago. 2016.

COSTA, Fernando Dore. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. “A Guerra no Tempo de Lippe e Pombal”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

\_\_\_\_\_. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*. V. 03. N. 06, out. /nov. de 2002.

\_\_\_\_\_. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas minas gerais do século XVIII”. *Revista de humanidades*. vol. 1. n.1 ago./set. de 2000.

\_\_\_\_\_. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquista e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: OIKOS, 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) /Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

\_\_\_\_\_. “Portuguese Colonization of Amazon Region, 1640-1706”, Universidade de Cambridge (Tese de doutorado), 2005.

\_\_\_\_\_. “Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista”. *Nuevo mundo, mundos nuevos*, debates, 2006.

\_\_\_\_\_. “Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)”. *Revista Ultramares*, nº 5, Vol.1, jan-jul/2014, pp. 137-148.

\_\_\_\_\_. “Opulência e miséria na Amazônia seiscentista”. *Raízes da Amazônia*. Manaus. V. 1, n. 1, pp. 105-124, 2005

\_\_\_\_\_. BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha. “Formidável contágio’: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.18, n.4, out.-dez. 2011, p.987-1004.

\_\_\_\_\_. BOMBARDI, Fernanda Aires. “Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII).” *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, pp. 601-623, jul/dez 2011.

\_\_\_\_\_. MELO, Vanice Siqueira de, e BOMBARDI, Fernanda Aires. “O ‘ESTRONDO DAS ARMAS’: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”. *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009.

\_\_\_\_\_. MELO, Vanice Siqueira. “Índios, engenheiros e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII).” In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente e VINHEDO, Marina Machado. Editora Horizonte, 2013.

CUNHA, Euclides. *Um paraíso Perdido. Ensaios Amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2009.

CUNHA, Mafalda Soares da. (Coord.). *Optima Pars: Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

DAHER, Andrea. “A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos dos franceses dos séculos XVI e XVII”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 67-92, jul./dez. 2004.

DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DIAS, Joel Santos. “Confuso e intrincado labirinto. Fronteira, território e poder na Ilha de Joanes (séculos XVII e XVIII). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, PPHIST. Belém, 2016.

\_\_\_\_\_. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-UFPA*. Belém, 2008.

DIAS, Pedro. *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*. Editora: Almedina, 2004.

DOMINGUES, Francisco Contente. “A guerra em Marrocos”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Severiano Teixeira. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

\_\_\_\_\_. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

ESTEVES, Antônio R. (ed). “Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas”. Montevideu: Consejería de Educación de Embajada de España en Brasil; Oltaver, 1994.

FARIA, Tiago Viúla e MIRANDA, Flávio. “Pur boné aliançe et amiste faire. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. CEM N.º 1 / Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA, pp. 119-127.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991.

\_\_\_\_\_. “De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII”. *Anuário Antropológico*. V.9, n.1, 1985.

\_\_\_\_\_. SANTILLI, Paulo. “Estado de sítio: Territórios e identidade no vale do Rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. 1992.

FERREIRA, André Luís Bezerra. “Nas malhas das liberdades: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na capitania do Maranhão (1720-1757)”. Universidade Federal do Pará- *PPHIST*, Belém, 2017.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. “Luís Serrão Pimentel (1613-1679): cosmógrafo mor e engenheiro mor de Portugal”. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, departamento de História, 2009.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, pp. 196-224.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

\_\_\_\_\_. *Amazônia e as Origens da globalização (sécs. XVI-XVIII). Da História local à História Global*. Belém: Estudos Amazônicos, 2014.

GUZMÁN, Décio Maco Antonio de Alencar. “História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (sécs. XVIII-XX)”. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. “A colonização nas Amazôniaas: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de Estudos Amazônicos*. PPHIST. Belém, Editora: Açai, 2008.

\_\_\_\_\_. FERREIRA, Elias Abner. “Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...?: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do Padre João Daniel (1741-1776). In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl H. (org) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. 1ª ed. Belém: Açai, 2015, v.1.

GUEDES, Roberto (org). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político-Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almediana, 1994

HOBSBAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HULSMAN, Lodewijk. “Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615)”. *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.

- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna. “Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. *Faculdade de Letras: Departamento de História*. 2011.
- KRAUSE, Thiago. “Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- LEOPOLDI, José Savio. “A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos”. *avá* Nº 11 / Diciembre 2007.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira Lima, COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (org). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.
- LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; OLIVAL, Fernanda; RÊGO, João Figueirôa (Coordenação). *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino. Inquisição e Ordens Militares. Séculos XVI-XIX*. Edição: caleidoscópio, Évora, 2013.
- LOUSADA, Abílio Pires. “A Guerra”. *Revista de História das Ideias*. Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 30 (2009).
- MAIA, Lígio José de Oliveira. “Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial- século XVIII”. Tese de Doutorado. *Programa de Pós-Graduação em História*. UFF, Niterói, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- MARQUES, Guida. “Por ser a cabeça do Estado do Brasil’. As representações da cidade da Bahia no século XVII”. In: SOUZA, Evergton Sales, MARQUES, Guida e SILVA, Hugo S. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. “Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas. As relaciones de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641)”. *Revista de História*, 156 (1º semestre de 2007), 31-57;

MATOS, João de Barros. “As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu. Implantação e relação com o território”. *XXIV Colóquio de História Militar*. Lisboa, 17 a 20 de novembro, 2015.

MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. 1ª ed.-Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006.

\_\_\_\_\_. “As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. *Revista de História* 154, nº 1, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002.

\_\_\_\_\_. “Forças militares no Brasil colonial”. In: Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. “O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa”. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 27-1*, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fé e Império. A Junta das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUA, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo, Ed.34, 2007.

\_\_\_\_\_. *O negócio do Brasil. Portugal, os países baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MENDES, Pinheiro Lorraine. “A cidade ideal de Francesco Di Giorgio Martini”. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. *Dissertação de Mestrado*, 2015, p. 55.

MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: Castro, Izecksohn, Kraay (orgs). *A Nova História Militar brasileira*, p. 122

MEIRA, Márcio. “Introdução”. In: MEIRA, Márcio (introdução e organização) *Livro das Canoas: documento para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1994.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.

MONTEIRO, Muno Gonçalo. “A Guerra da Aclamação”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.

MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia, séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da FAU-USP. São Paulo, 2011, P. 45.

MORILLO, Carlos Plaza. “Arquitectura militar em Italia em el siglo XVI y la aportación española: el caso de Florencia y Siena”. *Actas del Séptimo Congresso Nacional de História de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2011.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império português*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “ Cotidiano das tropas luso-brasileiras na Guiana Francesa”. CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade*. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2015.

\_\_\_\_\_. *Razões para desertar. Institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, 2000.

\_\_\_\_\_. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012 pp. 283-297.

NORAT, Roseane Norat e COSTA, Marcondes. “As fortificações da Amazônia: desafios e perspectiva para sua preservação”. *1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil* Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Mercê, Honra e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Editora: Star, Portugal, 2001.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e XVIII. In: *Relações*

*Internacionais na Fronteira Norte do Brasil Coletânea de Estudos*. Boa Vista-RR: Edufrfr, 2008.

PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

PERRONE-MOÍSES, Beatriz. “Índios livre e índios escravos: o princípio da legislação indigenista do período colonial (século XVII a XVIII). In: CUNHA. *História dos índios no Brasil*.

PIERONE, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. “No purgatório mas o olhar para o Paraíso: o degredo inquisitorial para o Brasil-colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.

POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. (org). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

\_\_\_\_\_. “O recrutamento militar na América portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)”. *Revista de História*, nº 151 (2004), pp. 151-80.

\_\_\_\_\_. “A Mazagão do Rio da Prata: colônia do Sacramento, 1735-1737” In: Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paul: Fapesp, 2002

RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas no Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. “Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet `a França Antártica”. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (1): 2008.

\_\_\_\_\_. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161);

\_\_\_\_\_. *A política de Portugal no Valle Amazônico*. 2ª ed. Belém: SECULT, 1993.

\_\_\_\_\_. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho /Setembro, 1984.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; Langfur, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos Índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, nº 23, p. 5-22, 2007.

RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos e LOUREIRO, Marcello José Gomes. “História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, nº 8, agosto 2012

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, Vol. 64, 2005.

ROBERTS, Michael. *The Military Revolution, 1560–1660*. Belfast: Queen’s University of Belfast, 1956.

ROCHA, Rafael Ale. “Domínio’ e ‘Posse’: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo do Norte (primeira metade do século XVIII)”. *Revista Tempo*, Vol. 23 n. 3, Set./Dez. 2017.

\_\_\_\_\_. “Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684). Tese de Doutorado- *Universidade Federal Fluminense-UFF*. Departamento de História, 2013.

\_\_\_\_\_. “Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial”. *História: Debates e Tendências* – v. 8, n. 2, jul./dez. 2008, p. 378-387, publ. no 2o sem. 2009

RODRIGUES, José Damião. “Das pequenas ilhas ao vasto sertão: os casais açorianos no povoamento de uma fronteira imperial (Amazônia, século XVII)”. *Naveg@mérica*. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15.

\_\_\_\_\_. “A guerra nos Açores”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.

ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.

RUSSELL-WOOD, Anthony John. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, jul./dez. 2015.

SANTO, Gabriel do Espírito. *Restauração (1640-1668)*. Coleção: História de Portugal- Guerras e Companhas Militares. Edição: QUIDNOVI, 2008.

SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “ ‘Gente nobre da governança’: (re) invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695) ”. Monografia de Graduação. *Universidade Estadual do Maranhão*, 2009.

SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.

SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1.

SILVA, Luís Geraldo. “Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)”. *Revista Tempo | Vol. 23 n. 2 | Mai. /Ago. 2017*.

\_\_\_\_\_. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul/dez 2013.

SCHAAN, Denise Pahl. “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições”. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.

\_\_\_\_\_. e MARTINS, Cristiane Pires (orgs). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. 1ª ed- Belém: GKNORONHA, 2010. Ver ainda informações publicadas na página do Museu Goeldi: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/sitio-arqueologico-em-gurupa-revela-novidades-sobre-ocupacao-milena>

SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”. Universidade Federal do Pará. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- PPHIST*, Belém, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. “Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena”. *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém, Editora: Açai, 2010.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Editora: Biblioteca do Exército Português, 1965.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Contatos e missões dos jesuítas com os Jeberos e Cocamas no século XVII, através das formas missionárias” *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém, Editora: Açai, 2010.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros. O mundo natural das sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Editora Valer, 2009.

VIANA, Wania Alexandrino. *A ‘gente de guerra’ na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: CRV, 2016.

\_\_\_\_\_. “Porque sem eles [índios] se não a de se defender”: O protagonismo indígena no sistema defensivo da capitania do Grão-Pará (1680-1755). In: SILVA, Giovani José da; SILVA, Cleube Alves da. *Protagonismos Indígenas na História do Norte do Brasil*. 1ª ed. Palmas: Nagô Editora, 2018.

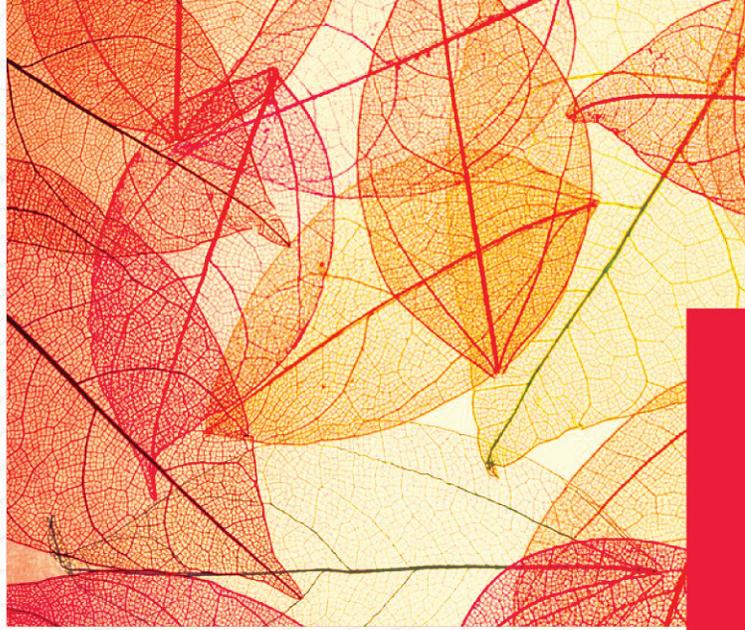
VIANNA, Arthur. “As fortificações na Amazônia I- As fortificações no Pará”. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP)*, Tomo IV (1905), pp. 227-302.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WRIGHT, Robin M. “História indígena do Noroeste da Amazônia. Hipóteses, questões e perspectivas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro de. *História dos Índios no Brasil*.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “Representação da Sociedade e do Poder”. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-156;

\_\_\_\_\_. & HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, 1993.



**E**ste livro trata das medidas adotadas pela Coroa portuguesa para a defesa da capitania do Pará durante o reinado de D. João V (1707-1750). Insere-se, sobretudo, na análise da problemática em torno da manutenção e provimento de tropas necessárias para a efetiva defesa do território. A partir de um estudo sistemático de diversas fontes afirma-se que do ponto de vista das forças legais – companhias de ordenanças, regulares e auxiliares – o sistema defensivo da capitania foi frágil durante toda a primeira metade do século XVIII. Em decorrência desse quadro, esta obra desloca o eixo interpretativo dos estudos de defesa das balizas restritas à militarização e argumenta que a atuação e participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará. Nesse processo, complexas redes de mobilização de gente para a defesa constituíram-se. Essa gente de guerra, na fronteira e no sertão, desenhou nesta parte da conquista um sistema defensivo particular, que só se explica pelas conexões e relações estabelecidas entre militares e índios, na experiência de defesa do Pará colonial.



ISBN 978-65-5563-141-8



9 786555 631418